

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS**

**LARISSA MILANEZI FABRIZ CAPRARA**

**VEÍCULO DE SONHOS E ILUSÕES: A *REVISTA*  
*AMERICANA* E A CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DE  
PAN-AMERICANISMO (1909-1919)**

**VITÓRIA**

**2018**

**LARISSA MILANEZI FABRIZ CAPRARA**

**VEÍCULO DE SONHOS E ILUSÕES: A *REVISTA AMERICANA* E A  
CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DE PAN-AMERICANISMO  
(1909-1919)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para aprovação no exame de Doutorado.

Orientadora: Dra. Juçara Luzia Leite

**VITÓRIA**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

F129v Fabriz, Larissa Milanezi, 1987-  
Veículo de sonhos e ilusões : a Revista Americana e a  
circulação de representações de pan-americanismo (1909-1919)  
/ Larissa Milanezi Fabriz. – 2018.  
263 f. : il.

Orientador: Juçara Luzia Leite.  
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Revista Americana. 2. Pan-americanismo. 3. Paz. 4.  
Solidariedade. 5. Diplomacia cultural. I. Leite, Juçara Luzia,  
1964-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de  
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

LARISSA MILANEZI FABRIZ CAPRARA

**VEÍCULO DE SONHOS E ILUSÕES: A *REVISTA AMERICANA* E A  
CIRCULAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DE PAN-AMERICANISMO  
(1909-1919)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juçara Luzia Leite (Orientadora)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. André Luiz Bis Pirola (Examinador externo)  
Instituto Federal do Espírito Santo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cleonara Maria Schwartz (Examinadora externa)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil (Examinador Interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio (Examinador Interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

A José Luiz, Maria Lauraci, Rafael e Eduardo. Amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta tese de doutorado só foi possível por causa do apoio de muitas pessoas que estiveram ao meu lado durante estes quatro anos de pesquisa e muita leitura. Em especial, agradeço à minha orientadora, Juçara Luzia Leite, por todo o carinho e toda a atenção que recebi durante as correções. Carregarei no coração os muitos aprendizados e o seu exemplo de conduta. Agradeço também a meus pais, Maria Lauraci e José Luiz, pelo amor que sempre me dedicaram, mostrando que todo dia é uma nova oportunidade de recomeço e de felicidade. Ao grande amor da minha vida, Eduardo Torres Caprara, por ter me ensinado a levar uma vida mais leve, otimista, e por ter adicionado significados à minha jornada, além de ter passado horas relendo o texto que segue. A meu irmão Rafael, minha cunhada Virgínia e meu sobrinho Otávio, que sempre tornam os momentos mais interessantes. Aos grandes amigos, sem os quais esta jornada não teria sido possível, especialmente a Rosani Freitas Faria, uma irmã que Deus me permitiu escolher (a Renato também!). A Renan, Sabrina, Willian, Evandro, Arthur, Matheus e Paula. Às grandes amigas e colegas de trabalho Ana, Dani e Miriã, sem as quais a vida não seria tão surpreendente. Aos professores Antonio Carlos Amador Gil e Geraldo Antônio Soares, por terem participado da minha banca de qualificação e terem dado sugestões elucidativas. À CAPES, pela bolsa de doutorado, com a qual fazer a tese ficou mais fácil.

## RESUMO

Esta pesquisa de doutorado analisou a *Revista Americana*, publicação protagonizada por diplomatas brasileiros ligados ao Ministério das Relações Exteriores e que circulou de forma não contínua entre 1909 e 1919. A revista se transformou em espaço de divulgação de diferentes aspectos da política, da cultura e da história do Brasil e de outras Repúblicas sul-americanas. Pretendeu-se, durante o estudo, compreender quais seriam os objetivos implícitos e explícitos desse impresso, bem como analisar qual seria o papel proposto para o corpo diplomático no sentido de viabilizar um projeto de pan-americanismo. A pesquisa partiu do pressuposto de que a *Revista* foi um instrumento de estratégia utilizado pelo Itamaraty no sentido de pensar e promover uma aproximação entre o Brasil e a América do Sul. Além disso, a partir da leitura dos exemplares, investigou-se qual seria o destaque do papel exercido pela diplomacia da República brasileira na difusão de representações de Brasil como possível líder diplomático do continente. Também foram localizadas as representações discutidas no periódico em relação aos problemas correntes do continente e suas possíveis soluções propostas pelos intelectuais, que eram oriundos não apenas do Brasil, mas de outros países do continente americano. Analisou-se, principalmente, quais representações de futuro são defendidas na *Revista*, visando apresentar o Brasil como país pacífico, civilizado, bem como de um continente americano moderno e com relações solidárias entre os países. O estudo se fundamentou no esquema conceitual de Roger Chartier (representações, práticas culturais, apropriação e circulação); no conceito de intelectuais proposto por Sirinelli (1998) e de diplomacia cultural de Ribeiro (1989). Concluiu-se que na *Revista* ocorria a valorização de elementos de uma diplomacia cultural, por meio de uma retórica pan-americana, que deveria servir de base para a construção de novas identidades, marcada por características próprias e específicas do continente americano. O pan-americanismo pensado dessa maneira fundamentou a existência de uma geração de intelectuais que puseram a circular na publicação projetos de futuro que representavam a América não apenas como espaço, mas principalmente como sentimento.

**Palavras-chave:** Revista Americana; Pan-Americanismo; Paz; Solidariedade Continental; Grande Guerra.

## **ABSTRACT**

This doctorate thesis explores the publication *Revista Americana*, sponsored by the Ministry of Foreign Affairs, as a space of public opinion and interpretative community carrier of a set of standards which allowed the publication of articles. It released on a non-continuous basis between the years of 1909 and 1919 and became a field to disseminate several aspects of politics, culture and history of Brazil and others south-American republics. It aimed to understand its implicit and explicit goals, as well as analyze the role expected from the diplomatic corps in the intention to allow a pan-americanism project. We assumed that the *Revista* was a strategic instrument used by Itamaraty to think and promote the bringing together between Brazil and South America. In addition, from reading the issues off the publication, explored which would be the position of the Brazilian diplomacy in the dissemination of a possible leader of the continent. Also, identified the main representations discussed about the concerns of the American continent and its possible solutions. The intellectuals were not only Brazilians, but also native from other countries of the continent. Analyzed which representation of future were supported at the periodic aiming to symbolize Brazil as a pacific and civilized country, as well as of American continent as modern and solidary relations among the nations. We based our investigation in the concepts of representation, circulation, appropriation and cultural practice of Chartier; intellectuals of Sirinelli and cultural diplomacy of Ribeiro (1989). Our conclusions indicate that those intellectuals appreciated the elements of a cultural diplomacy, through a pan-american rhetoric, which should be appropriated in the constitution of new identities, characterized by its own qualities. The pan-americanism, designed in this direction, underlain the existence of a generation of intellectuals who have published projects of future that represented America not only as a space, but above all, as a sentiment.

**Key-Words:** *Revista Americana*; Pan-americanism; Peace; Continental solidarity; First World War.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa. Fonte: REVISTAAMERICANA, out. 1909.....	43
Figura 2. Contracapa. Fonte: REVISTAAMERICANA, out. 1909.....	44
Figura 3. Anúncio. Fonte: REVISTAAMERICANA, jan. 1911, n. p.....	47
Figura 4. Outro anúncio. Fonte: REVISTAAMERICANA, jan. 1911, n. p.....	47
Figura 5. Anúncio Sal Extra. Fonte: REVISTAAMERICANA, maio 1918, p. 110.....	47
Figura 6. Anúncio Vanadiol. Fonte: REVISTAAMERICANA, maio 1918, p. 11.....	48
Figura 7. Última página. Fonte: REVISTAAMERICANA, out. 1909.....	55
Figura 8. Capa colorida. Fonte: REVISTAAMERICANA, 30 jun. 1915.....	73
Figura 9. Mundanismo. Fonte: REVISTAAMERICANA, 1 jun. 1915, p. 2 do suplemento ilustrado.....	74
Figura 10. Instantâneos: fotos de lugares da América Latina. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 7 do suplemento ilustrado.....	75
Figura 11. Fotografia. Fonte: REVISTAAMERICANA, 30 jun. 1915, p. 6 do suplemento ilustrado.....	76
Figura 12. Fotografias. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 13 do suplemento ilustrado.....	77
Figura 13. Página com destaque para realização de eventos do ABC. Fonte: REVISTA AMERICANA, 1 jun. 1915, p. 8.....	79

Figura 14. Fotografia de eventos com participação do ministro Lauro Müller. Fonte: REVISTA AMERICANA, 1 jun. 1915, p. 9.....	80
Figura 15. Fotografia dos escritores argentinos em almoço com representantes da intelectualidade brasileira. Fonte: REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 2..	83
Figura 16. Fotografia de soldados alemães. Fonte: REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 20.....	185
Figura 17. A torpedeira italiana protegendo um desembarque. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 162.....	185
Figura 18. Imagem relacionada à guerra. Fonte: REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 111.....	186
Figura 19. Na Turquia Asiática, uma multidão muçulmana esperando a vinda do “Chaick” para implorar o sucesso das armas turcas. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 160.....	187
Figura 20. Soldados alemães na Polônia. Fonte: REVISTA AMERICANA, 1 jun. 1915, p. 20.....	187
Figura 21. Página com fotografia e anedotas. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 163.....	188

## SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: A <i>Revista</i> como prática de uma diplomacia cultural e espaço de circulação de representações.....	20
1.1 O contexto histórico da criação da <i>Revista</i> .....	2121
1.2 A <i>Revista</i> – forma e seções recorrentes .....	4141
Capítulo 2: Revista Americana – Veículo de Sonhos .....	90
2.1 América Latina como espaço de originalidade e que é conhecido aos fragmentos – o sonho da paz por meio da cordialidade e da retórica pan-americanista .....	93
2.2 Os eixos de aproximação encontrados na <i>Revista Americana</i> .....	136
2.3 A diplomacia cultural, a arbitragem e o papel da América no mundo.....	163
Capítulo 3: <i>Revista Americana</i> como veículo de ilusões .....	179
3.1 Representações da Grande Guerra postas a circular.....	179
3.1 O controle da entrada de imigrantes em países americanos.....	216
3.3 Eduardo Prado – <i>Revista Americana</i> como comunidade interpretativa .....	226
Considerações finais .....	245
Referências bibliográficas .....	252
Apêndices.....	262
Apêndice A: Fontes históricas.....	262

## Introdução

Esta tese tem o objetivo de localizar as representações de continente americano e de pan-americanismo que foram postas a circular pelos intelectuais que escreveram para a *Revista Americana* a partir da análise dos artigos publicados nesse periódico entre 1909 e 1919. O recorte temporal coincide com o da circulação da *Revista* e nos permitiu perceber as construções mentais elaboradas por intelectuais sul-americanos em relação ao seu próprio continente, que qualificavam como pacífico e portador de uma moral americana em oposição a uma Europa belicista, nos momentos que antecederam e sucederam a Primeira Guerra Mundial. A justificativa para analisar o recorte temporal mencionado é que nos concentramos em perceber como os intelectuais que publicaram no periódico pensaram a paz às vésperas, durante e depois da Grande Guerra (1914-1918).

Entre aqueles que publicaram, predominaram pensadores brasileiros como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Alfredo de Carvalho, Sylvio Romero, Lima Barreto, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Araripe Junior, Lucillo Bueno, Rocha Pombo, José Veríssimo e Delgado de Carvalho, mas também foram veiculados textos de diplomatas e pessoas proeminentes de outros países do continente americano, como o uruguaio José Enrique Rodó, os argentinos Norberto Piñero e Francisco Felix Bayón e o chileno Marcial Martinez.

Um dos objetivos dos artigos publicados na *Revista* era o de diluir aspectos conflituosos que poderiam existir entre as nações. Estudamos, portanto, as representações relativas ao continente americano, à paz e à guerra recorrentes postas a circular pelos articulistas<sup>1</sup> do periódico em questão e relacionamos as mesmas com o contexto histórico. Entendemos que a *Revista Americana* foi um ponto de convergência de uma rede de intelectuais mobilizada em torno do pan-americanismo e que a publicação contribuiu para estabelecer reflexões acerca do futuro para o continente americano. Escrever para a *Revista* significou uma oportunidade de

---

<sup>1</sup> Apesar de termos lido e fichado todos os artigos da publicação, selecionamos alguns a partir das representações analisadas, que estão relacionadas com as de paz, guerra, pan-americanismo e diplomacia.

estreitar laços políticos e sociais e figurar nas redes da elite letrada. A partir dessa hipótese, ampliamos os debates acerca do pan-americanismo e dos intelectuais que compartilharam dessa representação, por meio da compreensão das estratégias presentes nos artigos analisados.

Na conjuntura do início do século XX, ao considerarmos a cooperação e o intercâmbio cultural e intelectual entre as Américas, com especial destaque para a América do Sul, faz-se imprescindível compreender como os intelectuais que escreveram no periódico pensaram questões referentes ao continente e como as associaram ao papel da ação diplomática na construção de uma identidade brasileira e sul-americana. Essa é a questão norteadora desta pesquisa. Pensamos que os articulistas da *Revista Americana* tinham o intuito de promover a circulação da representação de pan-americanismo e de América como sinônimos de paz, solidariedade, civilização e modernidade.

Encontramos nos artigos do periódico aquilo que chamaremos de retórica pan-americana, que consistia em uma narração do passado para justificar o presente (ou usar eufemismos para disfarçar ações históricas, como guerras anteriores), bem como delinear prognósticos e representações de futuro que pudessem ser compartilhados pelo continente (ou não). O propósito desse discurso seria o alcance de uma cordialidade continental, possibilitada a partir da diluição dos conflitos.

Para realizar esta pesquisa, utilizamos todos os artigos que nos deram pistas de como os intelectuais pensavam a solidariedade continental, a modernização, a civilização, a paz, e principalmente, o pan-americanismo. Os textos foram publicados na *Revista Americana* entre 1909 e 1919 e estão disponíveis no catálogo de periódicos da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A partir dessa leitura, foi possível compreender as representações recorrentes sobre a atuação diplomática das nações da América do Sul e sua importância no cenário internacional.

Assim como Castro (2012, p. 17), compreendemos que a *Revista* constituiu parte de uma estratégia de projeto que consistia em estabelecer parâmetros acerca da função a ser exercida pelo corpo diplomático, associada ao papel que caberia à América do Sul na ordem mundial que se forjava nos primeiros anos do século XX. Castro (2012, p. 18-22) analisou que o periódico foi espaço de intensos debates, em que ideias e

visões de mundo estavam sendo construídas. Nesse sentido, esse espaço configurou-se como uma espécie de laboratório em que intelectuais, majoritariamente ligados ao campo diplomático, posicionavam-se diante de questões contemporâneas, marcadas por uma nova ordem mundial e que exigiam uma leitura renovada da época.

Partindo dessa análise, pensamos que os objetivos da *Revista Americana* seriam buscar conjecturas que fossem aplicáveis aos países da América do Sul, fornecer fundamentos para a dinâmica da política externa dos países latino-americanos (em especial, o que diz respeito às relações bilaterais e multilaterais brasileiras) e, principalmente, servir como instrumento de intercâmbios culturais próprios de uma diplomacia cultural, visto que os intelectuais, além de publicarem artigos na *Revista*, também trocavam cartas e se convidavam para conhecer os respectivos países.

Partilhamos do conceito de diplomacia cultural elaborada por Ribeiro (1989), a exemplo da maneira como foi instrumentalizado por Leite (2011), e para quem “o Estado continua a deter uma função primordial nos processos de aproximação internacional: a de assegurar e facilitar esse fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si” (RIBEIRO, 1989, p. 24). Ainda de acordo com esse autor, adotando essa estratégia, os Estados conseguem, cada vez mais, tirar partido “dos canais naturais de comunicação, para conferir uma dimensão cultural às relações diplomáticas que mantêm entre si” (*idem*).

O periódico foi aqui compreendido como um objeto cultural, uma publicação que fez circular ideias que foram válidas para um determinado grupo. Essas representações são as formas como cada grupo se deu a ler as informações culturais a que tinha acesso (CHARTIER, 1991, p. 183). Nesse caso, os intelectuais latino-americanos publicaram na *Revista* quais entendimentos tinham sobre o pan-americanismo, que seriam, como citados anteriormente, de paz, solidariedade, civilização e modernidade.

Nessas representações coexistiram várias formas de apropriação de ideias pelos diversos grupos e subgrupos que formaram essa comunidade interpretativa; afinal, a *Revista* foi um espaço em que se realizou uma prática social de produção de sentido sobre a experiência coletiva. Partimos do entendimento de que os autores que fizeram parte da publicação contribuíram para a criação de uma determinada comunidade

interpretativa e tornaram a *Revista* um espaço de circulação de ideias e debates, nesse caso parte de uma estratégia de diplomacia cultural.

A partir da análise, percebemos que a *Revista* é composta por dois eixos interpretativos norteadores: um que propõe uma união entre Brasil e Estados Unidos e outro entre Brasil e outros países latino-americanos. A organização argumentativa desta tese segue essa lógica. O ponto de convergência entre essas correntes interpretativas se situa nas representações de pan-americanismo desdobradas em representações de paz, civilização, modernidade e solidariedade por meio da prática daquilo que chamamos de retórica pan-americana. Tal representação também correspondia a uma dada ideia de Brasil como possível líder diplomático do continente, país pacífico e equilibrado e aquele que auxiliaria na resolução de conflitos por meio da construção de uma cordialidade.

Compreendemos esse processo como uma dinâmica cultural de um corpo diplomático brasileiro empenhado em construir um papel de destaque para o Brasil no cenário das relações internacionais no continente americano. É possível reconhecer o empenho da diplomacia cultural brasileira na construção de um *status* determinante e diferenciado nas relações internacionais do continente.

Castro (2008; 2012), em sua pesquisa, concebeu a *Revista Americana* como uma comunidade interpretativa e chamou a atenção para os atos de fala<sup>2</sup> dos intelectuais em resposta a determinadas questões em discussão do período. O autor entende o periódico como um projeto do Itamaraty com objetivos que faziam parte da estratégia do ministro Barão do Rio Branco para uma diplomacia do continente. O lance predominante da *Revista* teria sido a valorização da diplomacia cultural, associada a um projeto de aproximação sul-americana, cujo objetivo último seria o de indicar caminhos para o Brasil e a América do Sul no cenário internacional, apresentando-os como um exemplo a ser seguido em uma época que se apresentava como belicosa (CASTRO, 2012, p. 18 e 159).

---

<sup>2</sup> O autor se utilizou do esquema conceitual de Skinner e Pockok para fazer a análise da *Revista Americana* (CASTRO, 2012, p.15-16).

Com o objetivo de ampliar as reflexões acerca desse objeto de estudo, pensamos a *Revista Americana* a partir da análise atenta das seções mais recorrentes e das categorias que foram postas a circular por esses intelectuais não apenas com o objetivo de direcionar as práticas diplomáticas, mas também de pensar do periódico como um repositório de sonhos para o continente a partir da perspectiva da paz e da guerra.

A pesquisa aqui proposta se reveste de importância por estar articulada ao Programa de Pós-Graduação com área de concentração em História Social das Relações Políticas e à linha de pesquisa de Representações e Ideias Políticas, visto que há, neste trabalho, o objetivo de investigar as representações circuladas na *Revista Americana* e relacioná-las aos autores dos artigos e ao respectivo contexto de produção.

O escopo desta pesquisa encontra-se situado no campo das estreitas e tensas relações entre os intelectuais e a política, visto que alguns dos autores, como Rio Branco, Hélio Lobo, Rui Barbosa, Araripe Júnior, Joaquim Nabuco, tornaram-se fundamentais na reorientação estratégica da política exterior brasileira. Considerando a proposta, alguns conceitos apresentaram-se fundamentais para a compreensão das propostas que esses intelectuais tinham para um projeto pan-americanista.

As definições de representação, circulação, prática e apropriação, propostas por Chartier (1990), foram fundamentais em nossa análise. Para o autor, é necessário relacionar o discurso a quem o utiliza, pois as percepções do social não são neutras. Quando um sujeito escreve, ele dá a ler para a sua época ou para o futuro, e, assim, se inscreve na História por meio de representações (percepções do social). De acordo com Chartier, tais conceitos são importantes para identificar “*o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada e dada a ler*” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Ao escrever, o sujeito se inscreve na História e cria representações de si, de sua época ou de dada realidade.

De acordo com o mesmo autor, o estudo da História também deve ser entendido como o estudo dos processos através dos quais um sentido é construído, já que as representações devem ser entendidas como “[...] *esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível*



e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17). Ao escrever e fazer circular determinadas representações, os intelectuais não apenas produziam sentido, como também legitimavam determinadas práticas culturais, que acreditamos, neste trabalho, serem indicadas pela publicação na *Revista* e da realização e participação de banquetes.

Dessa forma, mobilizamos o conjunto de representações postas a circular por meio de uma prática de uma comunidade de intelectuais latino-americanos para compreender as estratégias discursivas que permitiram a aproximação entre Brasil e Estados Unidos e/ou entre Brasil e América Latina no início do século XX, a partir da defesa de um pan-americanismo com características peculiares, ou seja, um repositório de sonhos a partir de uma perspectiva de paz.

O presente trabalho também está inserido no campo da História dos Intelectuais, que abrange a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura de sua época. Jean-François Sirinelli (1998, p. 264) afirma que “a exploração deste campo se fará pela reinserção dessas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico”, e aponta que “entre o mundo intelectual e a esfera que o rodeia existe uma forte osmose, nos dois sentidos: as elites culturais tomam a cor do debate cívico, mas também contribuem para lhes dar o seu tom” (SIRINELLI, 1998, p. 265).

As elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de certa capacidade de ressonância e de amplificação (SIRINELLI, 1998, p. 261) e se definem não somente pelo seu poder e pela sua influência intrínsecas, como também pela própria imagem que o espelho social reflete (SIRINELLI, 1998, p. 262-264). Pode-se dizer, então, que as elites culturais não existem como entidades autônomas, mas estão ligadas à sociedade que as rodeia. São esses laços, especialmente os ligados à política, que lhes conferem identidade.

Castro (2012, p. 48) acredita que a *Revista* se insere na lógica de aproximação das nações sul-americanas em “busca da construção de uma estratégia diplomática voltada para o equilíbrio do continente, garantidora da paz”. Igualmente afirmou que, já que se tratava de uma publicação oriunda do Itamaraty, trouxe consigo o objetivo de consagração ao Ministério das Relações Exteriores. Acreditamos que os objetivos

da *Revista* foram além dessa aclamação e faziam parte de um projeto maior, em que se buscava vislumbrar horizontes de possibilidades para aquilo que se chamava de América. Assim, nos inspiramos em Koselleck (2006, p. 305-327) para defender que se tratava de uma geração de intelectuais que pensava a América como um sentimento.

Ao analisar o que escreveram, relacionamos as reflexões no sentido de questionar como, naquele presente dos intelectuais, se relacionaram as dimensões temporais do passado e do futuro (KOSELLECK, 2006, p. 305-327). Interrogamos os textos selecionados a partir de passagens onde a relação entre um futuro e um passado precisos encontrava-se tematizada – implicitamente ou não.

Em suma, a partir da perspectiva da História Cultural, tentaremos perceber como a realidade daquele contexto (o início do século XX) foi construída, pensada e registrada em diferentes lugares e tempos, se relacionando, portanto, ao simbólico (incluindo o imaginário, as imagens, as representações de mundo e as ideologias).

Assim, nos artigos selecionados da *Revista Americana*, percebemos como os intelectuais latino-americanos pensavam e como, diante de uma situação concreta, as experiências do passado se transformaram e foram utilizadas na retórica pan-americana para elaborar e expressar os prognósticos dirigidos ao futuro, tendo como base a representação de paz.

Nossa hipótese é que a partir das narrações das experiências vividas ou a sua reescritura, teríamos uma tentativa de tornar possível a ideia de continente americano como cordial, pacífico (no sentido de livre de conflitos), moderno e de Brasil como possível líder diplomático do continente, visto que esse país aglutinaria todas as representações constantes na *Revista*.

Defendemos, portanto, que a revista era uma comunidade interpretativa em que indivíduos se reuniram em torno da crença em prognósticos de futuro para o continente americano como o lugar do novo, de onde sairia o exemplo de moral que faltava ao continente europeu, naquele contexto particular. Dessa perspectiva, as páginas da *Revista Americana* se apresentaram como um repositório de sonhos, em que, além de ser o “novo mundo” moderno e cordial, era o lugar que seria capaz de

garantir a paz mundial. Partindo desse pressuposto, esse periódico teria como objetivo determinar os caminhos para que os sonhos partilhados fossem alcançados.

Nesse sentido, considerando os conceitos já destacados, fundamentamos a pesquisa na metodologia utilizada por De Luca (2011, p. 6-50) para a análise da *Revista do Brasil*, atentando para a dinâmica dos grupos intelectuais, para os aspectos relativos ao suporte, e para as apresentações de ordem material e tipográfica (capa, papel, ilustração, propaganda, paginação). Todos esses elementos ganharam destaque na análise, visto que colaboraram para a apreensão das relações e as atuações dos editores e mentores das publicações: as correspondências com outros espaços em que publicavam e as representações recorrentes que intentaram fazer circular nos dão pistas dos objetivos que talvez pretendiam com a publicação.

Dessa forma, a partir da indexação e análise dos números da *Revista Americana*, pudemos caracterizar a linha editorial da revista e perceber alguns integrantes do grupo intelectual que se aglutinou em torno do periódico. Conforme o autor citado afirma, “*títulos, textos pragmáticos explicitam intenções e expectativas e fornecem pistas de projetos compartilhados*” (DE LUCA, 2011, p.2), esclarecem também sobre valores e representações partilhados pelos grupos e sua forma peculiar de apreender o passado e imaginar o futuro.

Para além de considerar a *Revista* como uma comunidade interpretativa, compreendemos esse periódico como um veículo de sonhos porque era portador de projetos que refletiam um horizonte de expectativas para a América, que deveria ocupar um lugar de destaque no cenário internacional (para os intelectuais brasileiros, o destaque seria mais relevante para o Brasil). Por isso, pensamos o periódico como uma comunidade interpretativa do continente americano, e foi importante compreender como essa *Revista* “se dá a ler”, de modo a descrever o formato em que ela era escrita, ou seja, pensar quais são os autores e os temas recorrentes.

Tendo isso em vista, estruturamos o texto em três capítulos. No primeiro, situamos a vida diplomática no período recortado, buscando compreender qual era o papel do Itamaraty e os objetivos da circulação da *Revista Americana*. Aproveitamos o tema para fazer a revisão de literatura e relacionar o contexto com as principais

representações que foram postas a circular no periódico, além de descrever o periódico em sua forma a partir da análise das seções mais frequentes.

O segundo capítulo abordou a *Revista* e seus intelectuais, com apresentação e análise dos sujeitos que se dão a ler no periódico a partir da perspectiva de que o periódico seria repositório de sonhos e projetos de futuro para o Brasil e para o continente americano. Tais projetos seriam possibilitados a partir da retórica pan-americanista, cujo objetivo era viabilizar a cordialidade entre os países. Além disso, apresentamos quais eram as representações recorrentes e relacionadas ao pan-americanismo. Essa divisão se torna interessante a partir da ideia de trabalhar esse conceito como projeto pacifista em oposição à Europa bélica.

O terceiro capítulo contemplou a *Revista* como um veículo de ilusões, visto que nessas páginas defendia-se a necessidade de controlar a entrada de imigrantes. Além disso, apresentamos quais eram os protocolos que legitimariam um intelectual a publicar no periódico ou não. Finalmente, destacamos a evolução da visão que os intelectuais construíram a respeito da Grande Guerra. Nesse tópico, pensamos em uma divisão da *Revista* para três momentos distintos em relação à percepção da guerra: um primeiro momento, anterior à deflagração da guerra, que contempla os números de 1909 a 1914; um segundo momento, que contempla um período de neutralidade em relação ao conflito, expresso pelos volumes de 1915 e 1916, caracterizado por uma atitude de indiferença da intelectualidade latina frente a assuntos europeus, que foi do humor à reflexão tímida da guerra; e, por fim, um terceiro momento que contempla o olhar dos articulistas ao longo das publicações de 1917 a 1919, tempo de transformação de visões de Europa, como que consolidando a ideia de que América seria continente da paz e a Europa não seria mais sinônimo de civilização. Nessa última fase, entendemos que os articulistas parecem despertar para o reconhecimento do próprio valor do continente, acordando de um sonho e constatando que essa situação da América como liderança para paz poderia ser realidade.

## **Capítulo 1: A *Revista* como prática de uma diplomacia cultural e espaço de circulação de representações**

A *Revista Americana* foi um periódico que se tornou espaço de circulação de representações de América e de Brasil em um momento em que a diplomacia passava a ganhar novos contornos e objetivos, principalmente direcionados a uma aproximação com os Estados Unidos. O início do século XX, contexto da criação desse periódico, foi marcado por um favorecimento de relações diplomáticas do Brasil com os Estados Unidos e com outros países da América do Sul. Acreditamos que esses dois eixos de aproximação ficaram evidentes nos artigos publicados, e que a *Revista* fazia parte de uma estratégia de diplomacia cultural efetivada pelo Barão do Rio Branco, especialmente a partir da atuação de Joaquim Nabuco como diplomata em Washington (1905-1909). Pensamos dessa maneira porque os objetivos da publicação consistiam nas trocas culturais com o intuito de diluir os conflitos e possibilitar um conagraçamento continental por meio do alcance de uma cordialidade. O Brasil, por sua vez, seria líder do continente, pois era país pacífico.

Por isso, acreditamos que nessa comunidade interpretativa ocorria a prática de uma retórica pan-americana, que se tratava da reescritura de fatos históricos do continente de forma a amenizar ou não mencionar os conflitos que ocorreram em algum momento do passado. A narrativa do passado também seria uma forma de justificar o presente e de delinear prognósticos e representações de futuro que pudessem ser partilhados por essas nações, por meio da solidariedade, ou seja, tratava-se da prática de valorizar o continente americano a partir de um caráter historicizante que valorizaria os momentos de paz e das boas relações entre os países, além de humanizar os momentos de guerra. Essa paz teria sido resultado da originalidade da imigração, fator que havia feito da América um *novo mundo* e um espaço de purificação e expoente da paz, em oposição à Europa beligerante.

A retórica pan-americana também abarcava a moral americana, resultado do controle dos sentimentos que era decorrência do prevalecimento do direito/das leis em detrimento do uso das armas, além do controle do comportamento dos estrangeiros. Sendo assim, a moral americana era sinônimo de ações controladas, neutralidade e pacifismo como algo racional, e deveria ser estendida ao controle da entrada e do

comportamento dos imigrantes por meio de uma educação cívica e incentivo à reprodução dos melhores, conforme analisaremos.

### **1.1 O contexto histórico da criação da *Revista***

A *Revista Americana* foi criada no ano de 1909, no momento em que José da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil e acabara de resolver questões lindeiras do país sem o recurso da guerra, apenas com tratados de fronteiras. Esse periódico circulou de forma não contínua<sup>3</sup> até o ano de 1919.

O contexto histórico da criação desse periódico foi analisado por Castro (2012), Bueno & Cervo (2008), Pereira (2005), Feldman (2009), Bethell (2012), Carvalho (2006), Compagnon (2014), Magnoli (1997) e Santos (2010). De um modo geral, esses autores destacaram a mudança do eixo diplomático brasileiro da Europa na busca de um favorecimento de relações e aproximação com os Estados Unidos e, de forma mais lenta, com outros países da América Latina. No entanto, esse novo direcionamento não significou um descarte das relações com o velho continente, mas sim um redimensionamento das mesmas.

As análises feitas por Feldman (2009, p. 561-564) foram elucidativas, esclarecendo o período republicano como um momento de retomada de tradições imperiais na política externa, visto que tanto nas relações bilaterais (principalmente com os Estados Unidos) como em conferências multilaterais (como a III Conferência Internacional Americana, em 1906, e II Conferência de Paz, em 1907), os representantes brasileiros atuaram pautados nos eixos temáticos civilização/barbárie e soberania/modernidade. Nesse sentido, destacaram-se Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Ao que parece, tanto Joaquim Nabuco (diplomata brasileiro escolhido para ocupar a embaixada em Washington entre 1905 e 1909) como Rui Barbosa (diplomata escolhido para representar o Brasil na Conferência de Paz de Haia de 1907)

---

<sup>3</sup> Ao que parece, era comum que periódicos passassem alguns períodos sem circular, majoritariamente, em virtude da falta de papel para impressão ou de recursos financeiros que autorizassem a publicação do número. Essas ausências ocorreram entre outubro a dezembro de 1910; julho a dezembro de 1911; julho a dezembro de 1912; janeiro de 1914 a maio de 1915; setembro de 1915 a setembro de 1916.

destacavam em seus discursos a modernização como sinônimo de evolução e civilização e como requisito para a participação nessas conferências. Enquanto em Haia, Rui Barbosa foi visto como porta-voz dos pequenos Estados, e o Brasil havia conquistado nessa ocasião uma imagem de país com capacidade para influir nos debates internacionais a partir da defesa dos direitos e deveres dos neutros, anunciando a inviolabilidade do território; tratava-se de “*um consenso neutralista ancorado em sólidas bases jurídicas*” (COMPAGNON, 2014, p. 46).

Sobre as Conferências de Paz de Haia, realizadas, respectivamente, em 1899 e 1907, Lafer (2010, p. 1-7) afirmou que tiveram um caráter inovador no campo da diplomacia e das relações internacionais, pois contribuíram para o positivo papel representado pelo recurso à arbitragem como meio pacífico para relativizar as diferenças entre Estados no plano internacional, por meio do direito. Elas também foram pioneiras da diplomacia aberta, em contraposição à tradição da diplomacia de sigilo e de segredo, em virtude da extensa cobertura de suas atividades. O Brasil não participou da Primeira Conferência de Paz, mas aceitou o convite para participar da segunda, em 1907, que se realizou de 15 de junho a 19 de outubro de 1907, iniciativa do presidente Theodore Roosevelt, dos Estados Unidos. Ambas se voltaram para a ideia de um pacifismo ativo, voltado para meios de obter a paz por estímulo à solução pacífica de controvérsias e para evitar a guerra, por meio do desarmamento. A Ata Final da Segunda Conferência afirmou o princípio das “*arbitragens obrigatórias, e reiterou a resolução da primeira conferência de 1899 sobre a desejabilidade da limitação dos gastos militares*” (LAFER, 2010, p. 6), além de ter integrado na agenda das deliberações o tema da cobrança coercitiva de dívidas contratuais, a Doutrina Drago.

Conforme observamos, a ideia de modernização era uma das representações postas a circular na *Revista Americana*. Da mesma maneira, a categoria civilização parece ter sido utilizada por esses representantes diplomáticos brasileiros com o intuito de distinguir o Brasil, a Argentina e o Chile dos demais Estados latino-americanos, no sentido de que os três primeiros haviam feito bom uso de sua independência ou estavam no caminho de melhoramentos morais e materiais. Civilização foi utilizada com sentido semelhante à ideia de modernização atrelada ao darwinismo social transposto para as nações.

Feldman (2009, p. 567-569) destacou a preocupação dos dois diplomatas participantes com o quadro interno do Brasil, ainda malvisto durante a realização da II Conferência de Paz. Daí inferimos que o argumento de Brasil como país civilizado, como herdeiro da cultura europeia, seria fundamental no sentido de adquirir espaços de representatividade internacional (esse teria sido o principal argumento de Rui Barbosa, enquanto Joaquim Nabuco falava de um Brasil que prezava pela igualdade de nações, na certa para minimizar os receios dos outros países latino-americanos em razão de um possível imperialismo). A própria escolha de diplomatas cosmopolitas e elegantes que representassem o Brasil demonstra uma preocupação de fazer o país agregar uma imagem de credibilidade.

Em estudos anteriores (FABRIZ, 2014, p. 26), constatamos que a escolha de Joaquim Nabuco para ocupar a embaixada brasileira em Washington (1905-1909) também esteve relacionada com seu porte e sua beleza física. Afinal, ele seria a representação do Estado brasileiro nos Estados Unidos – a representação em seu sentido mais simples. Percebemos isso ao notar a frequência com que o nome do diplomata aparecia em periódicos da época como o *The Washington Post* e *The New York Times*, seja sobre banalidades ou também sobre eventos formais e de grande importância na política internacional.

Ainda que Feldman tenha destacado os aspectos acima como permanências na mudança de regime político monárquico para republicano, é notável um favorecimento de relações internacionais com os norte-americanos e em menor medida com os países latino americanos. Durante o império, o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos foi marcado por inconstâncias e harmonias, visto que esses se encontravam retraídos para a ampliação de seu espaço nacional com base na teoria do Destino Manifesto<sup>4</sup> e nas guerras contra o México (PEREIRA, 2006, p. 31). No entanto, a partir de 1889, a política externa brasileira “*deve ser designada como americana*” (*idem*,

---

<sup>4</sup> Doutrina baseada em preceitos religiosos que legitimava e justificava a expansão dos estadunidenses a territórios alheios para a sua anexação ao território dos Estados Unidos. Tratava-se de um modelo de autopercepção que partia da premissa de que os Estados Unidos representavam o “progresso rumo à perfeição” e eram um exemplo inspirador para toda a humanidade. Criado inicialmente para justificar a expansão territorial em direção ao oeste, logo englobou fronteiras cada vez mais distantes. (FONSECA, 2007, p. 173)



2006, p. 32) e parte desse relacionamento preferencial com os países do próprio continente pode ser explicado a partir da tese de Compagnon.

Compagnon (2014, p. 14-17) destacou que nas quatro primeiras décadas do século XX, a intelectualidade latino-americana foi caracterizada por uma crise de identidade e por reflexões a respeito do destino da nação, que aos poucos se emancipava de modelos europeus, naquele momento passando a ser considerados obsoletos. Elites políticas e intelectuais se dedicaram a fazer um balanço da história desses países jovens que permaneciam economicamente frágeis e politicamente instáveis, ao mesmo tempo em que acompanhavam a evolução do conflito entre 08/1914 e 11/1918 (a Primeira Guerra Mundial). Se antes esses intelectuais se convenciam de que o coração da civilização se encontrava na Europa, passaram a questionar essa cultura cosmopolita. Até aquele momento, França era vista como mãe de todas as liberdades e origem da modernidade política, mãe das artes e das letras, e Paris era o centro da Civilização Ocidental.

Segundo o autor, é nesse contexto que se deve compreender o aparecimento de um novo discurso sobre o indianismo e o surgimento de correntes estéticas que se consideravam encarnar a verdadeira essência da nação (como o Modernismo no Brasil). Dessa forma, para Compagnon, a guerra é vista como um despertar para reconhecer o seu próprio valor, mas pensamos que esse acordar já era parte do horizonte de expectativas dos intelectuais que publicavam na *Revista*, que sonhavam e projetavam destinos para o continente. A guerra ofereceu uma oportunidade para ampla reflexão sobre a natureza das relações estabelecidas com a Europa e sobre a validade de um modelo de civilização, mas essas temáticas e preocupações já apareciam de forma recorrente no periódico em estudo, mesmo antes da conflagração do conflito mundial. O sonho residia justamente no fato de se ampliar a mirada diplomática, estritamente continental, que atestava a ausência de uma participação mais ampla nas relações internacionais.

Para além da questão da falência da Europa enquanto modelo de civilização, o momento da criação do periódico foi marcado pela ascensão econômica dos Estados Unidos no cenário internacional – juntamente com Rússia, Japão, Itália e Alemanha (PEREIRA, 2006, p. 17) – e pelos conflitos na Europa decorrentes do Imperialismo.

Por isso, houve uma tentativa por parte do Ministro das Relações Exteriores de abrir o leque das relações internacionais para os países do mesmo continente. Nesse contexto, Estados Unidos utilizaram como expedientes o pan-americanismo e o monroísmo com o propósito de se projetar sobre o continente, ao mesmo tempo em que Brasil procurava uma inserção internacional que lhe permitisse contemplar seus interesses. O caminho da americanização foi uma alternativa corrente, na visão de Pereira (2006, p. 18).

Pereira também menciona a motivação imperialista dos norte-americanos “baseada no sentimento renovado do Destino Manifesto, que se traduzia na percepção de que Estados Unidos tinham como missão expandir suas fronteiras políticas e econômicas até onde fosse possível, já que a expansão se transformara em sinônimo de prosperidade” (PEREIRA, 2006, p. 51). Dessa forma, a convicção norte-americana era a de que o equilíbrio econômico viria a partir da abertura de mercados externos e das garantias de zonas de influência. A consequência prática disso foi uma postura internacional norte-americana mais agressiva na mesma direção dos movimentos imperialistas europeus em duas frentes.

Uma dessas frentes foi o pan-americanismo norte-americano, que transmitia a retórica da cooperação dos EUA, mas era percebido como uma política de interesses norte-americano com o fim de buscar o incremento do comércio com a abertura de novos mercados consumidores, avançar sua área de influência e exercer seu imperialismo. Em outras palavras, tal vertente pan-americana tinha como pano de fundo a garantia de uma zona de influência na América Latina. Ainda segundo Pereira (PEREIRA, 2006, p. 56), Roosevelt aceitou o pan-americanismo como política complementar ao *Big Stick* através da disseminação de seus valores e foi implementada pelo secretário de Estado Elihu Root no sentido de acalmar os ânimos de países sul-americanos enquanto o *Big Stick* agredia os países centro-americanos.

Segundo Bonafé (2010, p. 1), os EUA perseguiram seus objetivos nacionais no exterior por meio de intervenções armadas na América Central, na América do Sul, no Caribe e no Pacífico desde, pelo menos, a Guerra Hispano-Americana (1898), ainda no governo de William McKinley (1897-1901). Roosevelt explicou tais métodos em política externa como inspirados nos preceitos de um provérbio africano: fale macio

com um grande porrete na mão. Essa frase deu origem à expressão *Big Stick Policy* (“Política do Grande Porrete”), para caracterizar a versão norte-americana da “diplomacia das canhoneiras”, que vigorou entre 1898 e 1934.

No contexto da criação da *Revista Americana*, duas eram as correntes de pan-americanismo mais discutidas: a vertente norte-americana, também chamada de monroísmo, e a latino-americana, cujo baluarte foi o Congresso do Panamá de 1826, e também chamada de bolivarianismo. Essa última portava a ideia de solidariedade e tinha orientação, a princípio, anticolonial. Bolívar foi o ícone dessa corrente e, segundo Pereira (2006, p. 112-115), o congresso não teve resultados práticos que fossem além de ideias de solidariedade latina. Tais ideias reverberaram com os movimentos de independência: a defesa de uma América Hispânica emancipada e unida através de uma só república (projeto centralizador que acabou por se tornar uma utopia); e a ideia de uma confederação de nações separadas no exercício de questões particulares, mas unidas para a garantia pela independência e integridade territorial contra ingerências externas.

Ao definir o relacionamento colaborativo como solução para conflitos, tocava no ponto da soberania, a qual nenhum país estava disposto a abdicar. Mesmo a pretensa identidade cultural nem sempre foi passível de ser utilizada como ideologia mobilizadora, pois muitas guerras civis fizeram com que desaparecessem as alianças e prevalecessem os interesses locais sobre a unidade, ainda que diversas outras conferências tentassem retomá-la<sup>5</sup>.

Hélio Lobo escreveu sobre esse congresso e, ao fazer críticas ao não convite do Brasil e dos Estados Unidos, mencionou que:

Apesar do apelo lançado à América inteira, com grande esperança de êxito, falhou a tentativa. De um continente de democracias, apenas quatro compareceram. Onde se asilava o sonho favorito de Bolívar. [...] O resultado prático foi este: a assinatura de um tratado de união, liga e perpétua confederação, a que poderiam aderir, dentro de um ano, os outros países do continente; de um acordo para a renovação da conferência anualmente em tempo de guerra e de dois em dois anos em tempo de paz; e de uma convenção fixando o contingente de cada país para a defesa comum e determinando o respectivo modo de operações. Tomados depois, a

---

<sup>5</sup> Pereira (2006, p. 114) menciona as conferências de Lima (1848), Santiago (1856), Lima (1864-1865), Lima (1877-1879), Caracas (1883) e Montevideu (1888-1889).

conferência “suspendeu os seus trabalhos”. [...] Atestado desalentador. Para uma assembleia de nações, visando o alto descortino sobre o continente, o desfecho era de rir. (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 242-245)

Dessa forma, enquanto o bolivarianismo se apoiava em um diálogo com outras partes do mundo a partir de uma confederação latina, multilateralismo e bem comum, o monroísmo tratava de isolar o hemisfério a partir de um unilateralismo cujos benefícios se voltavam não apenas, mas principalmente para os Estados Unidos. Essa última vertente pautava-se na preponderância norte-americana no continente a partir de uma dominação comercial. O próprio termo pan-americanismo foi proposto pelo secretário de Estado norte-americano James Blaine, com a convocação da I Conferência Pan-americana em 1889.

O pan-americanismo norte-americano era um *“sistema ideológico e político orientado para criar um sistema fechado de relacionamento interestatal, tendo como centro os Estados Unidos”* (PEREIRA, 2006, p. 119). Tratava-se, portanto, de um resgate da ideia de união americana para estimular o seu intercâmbio comercial com países centro-sul-americanos, e isso tornou-se evidente ao analisarmos os temas abordados durante a referida conferência.

De acordo com Dulci (2008, p. 26), o programa foi elaborado unicamente pelos Estados Unidos e contemplou a adoção de um plano de arbitragem, o incremento do comércio e dos meios de comunicação, o fomento das relações comerciais recíprocas e o desenvolvimento de mercados mais amplos para os produtos de cada país americano, medidas para a formação de uma união aduaneira americana, adesão de um sistema uniforme de pesos e medidas e a adoção de uma moeda comum.

Todos os países se fizeram representar nessa conferência, que apelou para a ideia latino-americana de união, já que uma representação ideológica era necessária. Não se tratava, no entanto, de uma apelação para a unidade hemisférica a partir de correspondência cultural ou histórica, mas de uma visão de destino comum, viabilizado pela ideia da Doutrina Monroe.

Ao mesmo tempo em que trabalhava a ideia do pan-americanismo, a política externa norte-americana foi marcada por uma série de ingerências na América Central e nas Antilhas. Segundo Bonafé (2010, p. 1), o Corolário Roosevelt legitimava “as

*intervenções militares dos EUA como defensivas e preventivas, já que não visavam à aquisição de territórios, mas à preservação da civilização, da ordem, da estabilidade e do progresso.*” Tratava-se de uma diplomacia de levar poder a grupos políticos que fossem favoráveis aos interesses norte-americanos, obter o pagamento de dívidas, ou ainda de combater movimentos revolucionários em sua área de influência.

Dentre os resultados dessa política externa agressiva, podemos mencionar o estímulo de Roosevelt à independência do Panamá, bem como imediato reconhecimento ao novo país e envio de *marines* a fim de impedir a repressão ao governo colombiano para que esses tivessem acesso às terras que permitiriam a construção de um canal ligando a costa leste à oeste em 1903 (BONAFÉ, 2010, p. 3). Em troca do apoio, 15 dias depois, os norte-americanos obtiveram do novo governo panamenho o tratado para construir e controlar uma faixa de terra em troca de um arrendamento perpétuo.<sup>6</sup>

Anteriormente, sob o governo de William McKinley (1897-1901), o governo dos EUA promoveu intervenções militares e aumentou a presença da Marinha de guerra norte-americana no Pacífico, o que, em 1898, resultou no fim da Guerra de Independência Cubana (1895-1898).

Bonafé (2010, p. 5) afirmou que o conflito prejudicava interesses econômicos norte-americanos, porque Cuba tinha sido grande receptora de investimentos oriundos dos EUA e destinados aos setores açucareiros e de serviços, além da proximidade geográfica com a Flórida. O pretexto para a intervenção dos EUA veio em fevereiro de 1898, quando o encouraçado norte-americano USS Maine estava ancorado no porto de Havana e foi misteriosamente explodido, ocasionando a morte de 260 tripulantes. A “imprensa amarela” atribuiu o incidente aos espanhóis e, em abril, o governo reconheceu a independência de Cuba e sancionou a Emenda Teller (20/4/1898), que afirmava o desinteresse dos EUA na anexação da ilha. Entre abril e julho, a Guerra Hispano-Americana (1898) consolidou a hegemonia militar da potência ianque no “lago americano”.

Nesse contexto, Cuba obteve a independência, mas ficou sob ocupação militar norte-americana até 1902, e em 1901 foi submetida à Emenda Platt, que a impedia de

---

<sup>6</sup> Bonafé (2010, p. 5) afirma que esse foi o Tratado Hay-Bunau-Varilla, de 18/11/1903.

assinar tratados, endividar-se além de sua capacidade ou fazer concessões sem a autorização dos EUA. Esse dispositivo também autorizava intervenções dos norte-americanos no caso de necessidade de garantir a ordem. Tal intervenção significou a vitória militar e a aplicação da Doutrina Monroe, no sentido de que os EUA justificassem o fato com a necessidade da manutenção da civilização, ordem e paz no Caribe. Nesse mesmo ano, o Havaí tornou-se território da União e lá foi construída a base de Pearl Harbor.

Em fins do século XIX, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos intervieram na República Dominicana, ocuparam Cuba e Porto Rico e divulgaram o Corolário Roosevelt na Doutrina Monroe, também realizaram a Primeira Conferência Pan-Americana em Washington. O objetivo era não apenas promover o comércio, como também afirmar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental das Américas, como uma unidade separada da Europa.

Bethell (2012, p. 59), ao refletir a respeito das relações entre Brasil e América Latina ao longo de século XIX, destacou a existência de uma consciência identitária nesse período, ainda que a América tenha se fragmentado em dez Repúblicas durante a época da independência. Essa identidade portava a ideia de que a América Latina era fundamentalmente diferente dos Estados Unidos, vistos como inimigos em virtude da anexação do Texas (1845), da Guerra Mexicana (1846-1848), da febre do ouro na Califórnia, dos interesses norte-americanos no Panamá, das constantes ameaças de ocupação de Cuba e da invasão da Nicarágua.

Desde a época da ocorrência do Congresso do Panamá, realizado em 1826, os políticos da América hispânica vislumbravam uma confederação na qual as Repúblicas formariam uma única nação, com uma política comum frente ao inimigo europeu e que mantivesse distância dos Estados Unidos, e o Brasil não esteve incluído. No entanto, dentre os obstáculos à aliança estava o fato de que as ex-colônias haviam sido governadas de forma autônoma, mantendo mais relações com a Espanha do que entre elas, a precariedade dos meios de transporte, instabilidade institucional por causa da concorrência das oligarquias e fraqueza econômica por causa da estrutura exportadora (PEREIRA, 2006, p. 112-120).

Portanto, a proposta de pan-americanismo bolivarianista não apresentou resultados práticos que fossem além dos movimentos de independência e portava a ideia de uma solidariedade latina, através de uma só república (projeto centralizador que se tornou utopia) ou uma confederação de nações separadas no exercício de questões particulares, mas unidas para a garantia pela independência e integridade territorial contra ingerências externas. Não houve ideologia mobilizadora suficiente que possibilitasse esse projeto (PEREIRA, 2006, p. 114).

O Brasil, durante o Segundo Reinado, manteve relações frequentes com Inglaterra, França e em menor medida com Portugal; relacionou-se timidamente com a América espanhola, com a notável exceção do Rio da Prata, região em que tinha interesses estratégicos. Os intelectuais e escritores hispano-americanos não pensavam na inclusão do Brasil, da mesma forma que os brasileiros pensavam seu país como politicamente estável e civilizado que se contrastava com as outras Repúblicas do mesmo continente, qualificadas por esses como violentas, instáveis e bárbaras.

Sobre essa diferença em relação à América hispânica, Demarchi (1997, p. 52) também afirmou essa característica do Brasil que estava distante dos ideais de Bolívar de criar a união americana, tendência que fora reforçada por uma política imperial que se voltou para a hegemonia na América do Sul, envolvendo o Império em guerras como a da Cisplatina contra a Argentina e a do Paraguai, marcada pela sanguinolência e pela interminável contagem de mortos.

O Barão do Rio Branco colocou-se de maneira positiva ante ao pan-americanismo norte-americano, defendido principalmente pelo embaixador Joaquim Nabuco e materializado pela criação da embaixada brasileira em Washington em 1905, ato que simbolicamente destacava o Brasil do restante da América do Sul e o colocava em uma hierarquia semelhante à das potências europeias (PEREIRA, 2006, p. 80, 122-123).

Nem o pan-americanismo norte-americano, nem o bolivarianismo foram preponderantes na *Revista Americana*, apesar de aquele ter sido defendido por Joaquim Nabuco enquanto o mesmo esteve em Washington (FABRIZ, 2014, p. 69-80). A interpretação de pan-americanismo presente na *Revista* transcende as duas vertentes descritas acima, pois o objetivo do conagraçamento defendido pelos

intelectuais era o de fazer o Brasil emergir como potência regional junto aos Estados Unidos e não submisso a ele, ou seja, tratava-se de uma flexibilização do termo pan-americanismo em um trabalho de autoconhecimento.

Nesse sentido, compreendemos que os intelectuais que publicaram na *Revista Americana* não foram subservientes aos interesses norte-americanos, mas o pan-americanismo ganhou, nas páginas do periódico, uma roupagem sul-americana cuja retórica portava as categorias de solidariedade, cordialidade, modernidade e paz, com o intuito de favorecer um desenvolvimento econômico por meio de parcerias comerciais, conforme perceberemos na análise que segue.

Carvalho (2006, p. 108) analisou o contexto político interno do Brasil nesse mesmo período, o início da República, e constatou que, enquanto a política do “*Big Stick*” gerava desconfianças entre as Repúblicas hispano-americanas, Rio Branco tranquilizava os ânimos mais exaltados afirmando que o Brasil não devia temer a política *yankee* (termo usado frequentemente pelos intelectuais brasileiros do início do século XX em referência aos norte-americanos), uma vez que não apresentávamos um cenário interno instável.

Ainda demonstrou que a instabilidade dos primeiros anos da República preocupava intelectuais, políticos e investidores e que foi apenas durante o governo de Campos Salles (1898-1902) que a criação da política de troca de favores conseguiu apaziguar os conflitos políticos, permitindo a atuação do mesmo frente à crise econômica. Segundo a autora, as notícias na imprensa britânica, de que faziam parte colaboradores que eram monarquistas e queriam sabotar o governo, maximizavam os eventos a fim de repercutir negativamente a situação brasileira e fazer com que predominasse a cautela entre os Estados europeus.

As repúblicas americanas, menos vulneráveis às notícias sobre o Brasil, reconheceram o novo regime antes dos europeus. Somado a isso, o Ministério das Relações Exteriores assistiu a discussões sobre proposta orçamentária que prejudicava o corpo diplomático: o quadro passou a ser constituído por funcionários que não pertenciam à carreira diplomática e que, sem conhecimento, defendiam a supressão de legações que eram consideradas “menos importantes”, como a da Suíça. A quantidade de ministros nomeados entre 1889 e 1902 reflete a instabilidade:



onze ministros dirigiram a política externa brasileira<sup>7</sup> e faltavam diretrizes para a inserção do Brasil como república no cenário internacional (CARVALHO, 2006, p. 91).

Campos Salles conseguiu recuperar a confiança internacional no Brasil a partir de um projeto conservador (CARVALHO, 2006, p. 75), e seu sucessor, Rodrigues Alves, em 1902, assumiu um governo cujo cenário político e econômico era favorável, e por isso dedicou-se à tarefa de construir uma nova imagem do Brasil partindo da organização do espaço nacional. Foi esse bom andamento da política interna que permitiu uma maior ação da política externa, preocupada em definir as fronteiras brasileiras. As fronteiras representavam uma instabilidade que prejudicava a imagem do Brasil desde os tempos da Independência – dessa forma, sua unidade precisava ser garantida por um território de fronteiras sólidas que seriam demarcadas de forma definitiva, estabelecido em Estados com fronteiras, estável e seguro (CARVALHO, 2006, p. 76). Segundo Castro (2012, p. 35), o Barão do Rio Branco (1902-1912) foi o principal artífice da ideia da questão territorial associada à manutenção da soberania.

Após ser bem-sucedido nas questões fronteiriças, José da Silva Paranhos recebeu convite de Rodrigues Alves para defender a questão do Acre. Carvalho (2006, p. 83-85) e Castro (2012, p. 24-29) destacaram que Rio Branco, durante sua gestão do Ministério das Relações Exteriores, percebia o Brasil como carente de recursos concretos (poderio militar e economia forte) e de recursos simbólicos (prestígio e política externa confiável). Dessa forma, organizou a sua política viabilizando recursos que permitissem compensar tais deficiências.

Fabriz (2014, p. 43), por sua vez, explica que, como Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco enfrentou situação no interior da Amazônia, na área do Acre, que era rica produtora de borracha. Em 1864, um primeiro acordo – o Tratado de La Paz de Ayacucho – de amizade, comércio e navegação reconhecia o princípio da posse na Independência. Entretanto, na ocasião do *boom* da borracha amazônica, a região se encheu de aventureiros brasileiros que não tinham a pretensão de se sujeitar ao

---

<sup>7</sup> Quintino Bocaiúva, Justo Leite Chermont, Fernando Lobo Leite Pereira, Serzedelo Correia, Antonio Francisco de Paula Souza, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, João Filipe Pereira, Alexandre Cassiano do Nascimento, Carlos Augusto de Carvalho, Dionísio Evangelista Castro Cerqueira e Olinto de Magalhães. (Listagem disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores>>)

domínio estrangeiro da Bolívia. Esses fizeram duas revoltas, uma em 1899 e outra em 1902, no sentido de anexar a região ao Brasil, pois os governantes bolivianos insistiam em incluir novos impostos e ameaçar o direito dos brasileiros às terras. O presidente Pando, da Bolívia, acompanhado do Ministro de Guerra e Tropas, partiu para ocupar o Acre, mas, a pedido do Barão, tropas brasileiras chegaram primeiro para defender a população e ocupar a área. Com o estabelecimento da paz, o Barão começou a negociar por vários meses, até que em novembro de 1903 as duas nações assinaram o Tratado de Petrópolis. Nesse documento, o Brasil ganhava direito ao território e, em troca, a Bolívia recebia uma pequena faixa de território, que lhe dava acesso ao Rio Madeira – e, portanto, ao Atlântico –, garantia perpétua de navegação e dez milhões de dólares. O mercado da borracha não tardou a reembolsar o Brasil das despesas consequentes do acordo.

Foi nesse movimento que Rio Branco quebrou a quase exclusividade europeia e buscou solucionar os conflitos fronteiriços com os países vizinhos sul-americanos, em uma tentativa de aumentar a influência geopolítica do Brasil. Ao mesmo tempo, tentou uma aproximação com os norte-americanos. Dentro dessa perspectiva, Rio Branco teve clareza da importância que os Estados Unidos vinham adquirindo no século que se anunciava, e uma de suas medidas foi a elevação da legação em Washington à categoria de Embaixada.

Castro (2012, p. 36-38) defende, ainda, que o receio de agressões europeias à América do Sul, provocado pela ação imperialista, trouxe a necessidade de que o Brasil e o restante do continente buscassem um equilíbrio político com a melhor maneira de evitar atentados às soberanias nacionais, mas tratava-se de uma perspectiva de diferenciação/aproximação, ou seja, diferenciar o Brasil dos demais países da região, sem que esse movimento implicasse um isolamento. Disso resultou um aumento do número de diplomatas estrangeiros no Rio de Janeiro e da presença diplomática brasileira na América Latina, ao mesmo tempo em que a delimitação das fronteiras nacionais estava associada à ideia de que o Brasil seria o único país que se qualificava para ser líder do continente.

Nesse movimento, o Barão também estimulou projetos de rearmamento naval e construção militar, pois o caráter pacífico da nacionalidade não deveria ser sinônimo

de fraqueza militar. De acordo com a interpretação de Bueno & Cerro (2008, p. 163-167), Rio Branco percebeu o peso dos Estados Unidos na nova distribuição do poder mundial e o fato de que a América Latina estava em sua área de influência. O Brasil não tinha alternativa ao estreitamento das relações com os norte-americanos, descartando a possibilidade de uma aproximação com uma potência europeia.

Dessa forma, a amizade norte-americana não só assumia um caráter defensivo-preventivo, como lhe permitia jogar com maior desembaraço com os seus vizinhos. Ainda de acordo com essa interpretação, e conforme estudos anteriores (FABRIZ, 2014, p. 51), percebemos que o diplomata Joaquim Nabuco defendia que os Estados Unidos lideravam a criação de um continente neutralizado para a paz, livre e inacessível das influências europeias.

Podemos afirmar, portanto, que o início do século XX foi marcado por uma americanização da política externa brasileira, no sentido de que os intelectuais começaram a pensar semelhanças como o tamanho continental do Brasil e Estados Unidos, além dos vastos recursos naturais e enorme potencial econômico e de serem democracias estáveis e essencialmente diferentes do restante da América Latina. Pensamos que essa ideia de americanização esteve principalmente associada ao ministério de Rio Branco (1902-1912) e à atuação de Joaquim Nabuco enquanto embaixador em Washington (1905-1909).

Ao que parece, o Barão via o Brasil em uma situação diferenciada dentro do continente e passou a defender que o país deveria ocupar um lugar devido no mundo e, por isso, traçou uma política de aproximação com os Estados Unidos, que tentou efetivar juntamente à atuação do diplomata Joaquim Nabuco. Tal posição diferenciada se justificava por uma visão de Brasil como portador de características que lhe eram únicas e o destacavam em relação aos outros países – moderno, pacífico, civilizado e cordial –, que se aglutinavam na representação de pan-americanismo.

Além dos aspectos mencionados, a política territorial passou a obedecer aos tratados coloniais, ao princípio do *uti possidetis*<sup>8</sup> e às negociações bilaterais. O arbitramento era considerado com ressalvas por Rio Branco e os limites que foram estabelecidos depois de 1902 (resolução da Guiana Inglesa) restringiram-se a negociações bilaterais, ou seja, o Barão realizou o desenho do contorno do país sem o recurso da guerra e, dessa maneira, fundamentou o princípio do pacifismo. Acreditamos que esse princípio também norteou os artigos publicados na *Revista Americana*, e que Rio Branco queria atrelá-lo à imagem do Brasil. Em resumo, o Barão conduzia suas negociações pela celebração de tratados e sem derramamento de sangue.

Pensamos que esse *modus operandi* de conduzir a política externa brasileira pudesse fazer parte de um projeto de construção de imagem do Brasil enquanto país pacífico. Segundo Castro (2012, p. 29-37), além das questões territoriais, o Barão do Rio Branco também contemplou as relações de assimetria com as grandes potências e de relativa simetria com os países sul-americanos (houve um esforço de aproximação com os países vizinhos) – o princípio de igualdade entre as nações foi elemento a favor de suas pretensões.

Além disso, o autor (CASTRO, 2012, p. 42-45) afirma que o Barão, quando Ministro das Relações Exteriores, agiu com base em dois pilares: sob a lógica central do pan-americanismo ligado à posição de Brasil como elo entre Estados Unidos e América Latina, e com o aprofundamento de seu papel geopolítico sul-americano, articulado a um equilíbrio com os países fronteiriços.

Afirmou também que foi possível perceber na *Revista* propostas da política internacional que valorizavam o papel da América como continente da paz e da diplomacia. Para o autor, o periódico se tratava de um projeto de posicionamento a favor da aproximação entre o Brasil e os países vizinhos, e que caberia ao Itamaraty

---

<sup>8</sup> Segundo Goes Filho (2015, p. 16-17), o mesmo fora concebido principalmente pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, na época secretário particular de D. João V. Estruturou-se em torno de dois princípios: o das “fronteiras naturais”, como são os cursos dos rios e as cumeadas das montanhas; e o do *uti possidetis*, que determina que cada parte conserve o que ocupa no terreno. Ganzert (1934) e Tambs (1966) afirmam que o Brasil rejeitou a aplicação do *uti possidetis de jure* em favor do *uti possidetis de facto*, uma doutrina alternativa que determinava o domínio de um território com base na ocupação física e não da possessão colonial. Ainda segundo os mesmos autores, o Brasil usou essa doutrina alternativa para argumentar a favor da expansão de seu território nos anos 1810 e das fronteiras das colônias espanholas, como Bolívia e Peru.

o papel de protagonista dessa nova ordem da diplomacia no continente americano. Tais conclusões validam nosso entendimento da *Revista Americana* como espaço em que circularam representações de paz não apenas de diplomatas brasileiros, mas também daqueles oriundos de outros países. A *Revista* nos forneceu pistas de como a prática de uma diplomacia cultural poderia assegurar a continuidade de um continente americano como sinônimo de paz ligado à cordialidade, em oposição ao continente europeu pautado na violência ou em possibilidade de guerra.

Foi nessa lógica de uma diplomacia cultural que o diplomata Joaquim Nabuco foi escolhido pelo ministro Rio Branco para ser embaixador brasileiro em Washington. Por meio de eventos como banquetes e participação da vida social norte-americana, Nabuco divulgava aspectos da cultura brasileira, reforçando a relação preferencial que o Brasil pretendia ter com esse país.

Pereira (2005, p. 81-86) defendeu que o Ministro das Relações Exteriores viu na neutralidade norte-americana o seu grande trunfo na resolução do conflito de limites territoriais. Deflagrar qualquer conflito de interesses com os Estados Unidos poderia enfraquecer a posição brasileira perante a Europa. A criação da embaixada deve ser vista, portanto, como um recurso de buscar garantir essa convergência de posições pela aproximação diplomática, servindo como complemento para dissipar indisposições provocadas pelos países latinos. De acordo com Cervo & Bueno (2008, p. 165), ao entrar na embaixada brasileira em Washington, Joaquim Nabuco assumia o início de um processo de construção de uma imagem positiva do Brasil em âmbito internacional, especialmente continental, que perdurou por muitos anos, marcado pela aproximação do hemisfério Norte.

Acreditamos que a *Revista* também fazia parte do projeto de Rio Branco de redirecionamento da diplomacia para o continente, mas com ênfase na aproximação com outros países do continente sul-americano. Tratava-se de uma publicação com um tom oficial, visto que a maior parte dos colaboradores tinha algum vínculo com o Itamaraty (diplomatas), uma estratégia para garantir prestígio para o Brasil, cooptando recursos simbólicos por meio dessa publicação. Em suas páginas, o Itamaraty procurou dotar o Brasil da capacidade de defender apropriadamente os seus interesses, atuar autonomamente no meio internacional e negociar a paz.

Castro (2012, p.7) ainda aponta que percebeu no periódico um espaço neutro para o exercício intelectual, apesar de ter constatado uma incidência maior de artigos que se posicionam favoravelmente à aproximação entre América do Sul e Estados Unidos. O mesmo interpreta a *Revista* como um processo de construção de comunidade interpretativa a partir das perspectivas de Skinner e Pockok (2003), que permite compreender qual visão diplomática foi posta a circular.

Escrever na *Revista* era uma maneira de se integrar aos grupos intelectuais e aos banquetes que contavam com pessoas proeminentes. Na verdade, apesar da diversidade de assuntos e de posicionamentos a respeito do pan-americanismo, havia protocolos a serem seguidos para que não se fosse excluído, como foi o caso de Eduardo Prado. Além disso, Castro apontou a *Revista Americana* como a primeira experiência de diplomacia cultural praticada pelos brasileiros, sendo que, conforme análises anteriores (FABRIZ, 2014, p.28-36), essa já era uma prática de Joaquim Nabuco enquanto embaixador brasileiro em Washington.

Santos (2010) se dedicou a analisar a construção da identidade internacional do Brasil desde o processo de independência até a República. Ao longo das constatações, ele defende que apesar de uma identidade internacional do Brasil ter sido formulada desde a independência, e ter adquirido características distintas, sempre houve como referência fundamental a América. No entanto, teria sido a partir da proclamação da República que as definições da política externa brasileira foram consolidadas: a vocação pacífica e não intervencionista do Brasil e a vocação multilateral, no contexto do pan-americanismo e nas iniciativas universais (SANTOS, 2010, p. 190), representações que Joaquim Nabuco fez circular a partir dos discursos em que ressaltava a aproximação necessária entre Brasil e Estados Unidos.

Tais representações de paz, não intervencionismo e multilateralismo têm sentido e função que transcendem. Representam a intencionalidade dessa aproximação entre as duas nações. O diplomata Joaquim Nabuco estava em consonância com o projeto maior da construção da identidade internacional. Dentro desse projeto maior, o Estado brasileiro teve uma função fundamental no processo de aproximação internacional: “de assegurar e facilitar o fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si” (RIBEIRO, 1989, p. 24) e aproveitar dos canais naturais de

comunicação para atribuir uma dimensão cultural às relações diplomáticas entre os Estados. Podemos perceber que a atuação de Joaquim Nabuco teve esse valor, já que ele falava dos aspectos culturais das nações e participava do cotidiano dos norte-americanos, oferecendo banquetes e se relacionando com figuras locais proeminentes – Nabuco era figura frequente nos periódicos de Washington e de Nova Iorque.

As ações de Nabuco se voltavam para os banquetes diplomáticos oferecidos por conta de acontecimentos-chave e que serviam para elevar o prestígio do Brasil. Esses encontros figuravam como chances de sociabilidade em que o diplomata tentava fazer circular as representações da causa pan-americana através da prática de discursar e de publicar seus discursos posteriormente. Nesses eventos, Nabuco atuou como grande propagandista da cultura brasileira. Ele acreditava que os folhetos das conferências ajudavam a popularizar o Brasil entre os americanos. Aproximava-se e fazia amizades com os modeladores de opinião esclarecida dos Estados Unidos pois acreditava que esse era o melhor meio de aproximar o Brasil dessa nação. Tinha consciência de que a propaganda era a forma como suas ideias poderiam abranger a maior distância possível do continente. Era, portanto, necessário fazer com que parte importante da sociedade civil dos países latino-americanos entendesse a relevância da materialização da aproximação entre Brasil e Estados Unidos e fizesse circular a mesma opinião entre os membros mais proeminentes do Estado norte-americano. Dessa forma, é possível declarar que Nabuco se aproveitou dos espaços de sociabilidade propiciados pelos banquetes para fazer circular os conceitos do que afirmava ser a América e que, nessas oportunidades, praticava aquilo que chamamos de diplomacia cultural.

O objetivo principal da atuação de Nabuco era, a nosso sentir, a aproximação necessária com os Estados Unidos para, pelo menos, garantir a não intervenção desse país em nossas questões de fronteiras. Joaquim Nabuco era participante ativo desse quadro, e se definia como monroísta em virtude do sentido que essa política adquiriu na questão da Guiana Inglesa, ocasião em que o Brasil perdeu grande parte desse território em virtude da influência que os ingleses tinham frente aos tribunais europeus.

Ao mesmo tempo em que Nabuco atuava na aproximação entre Brasil e Estados Unidos, pensamos que a *Revista* teve o objetivo de promover a aproximação entre a primeira nação e outros países do continente sul-americano, baseado nas semelhanças que poderiam existir entre os mesmos.

O pan-americanismo era a única vertente pensada por intelectuais brasileiros em relação à política externa brasileira. Na verdade, havia outros projetos concomitantes a esse, pois, apoiando-nos em Koselleck (2006, p. 191-304), é necessária certa atenção na pesquisa histórica em relação às distintas perspectivas de futuro que coexistem em uma mesma época e podem ser conflitantes e defendidas por diferentes gerações. Mas essa era uma das propostas de repensar o lugar do Brasil nas relações internacionais.

Silva (2010; 2011), ao estudar a atuação do historiador brasileiro Ricardo Levene, do argentino Max Fleiuss, do espanhol Rafael de Altamira e do português Fidelino de Figueiredo, destacou que no período do início do século XX também houve uma transformação no olhar das ex-colônias de Portugal e Espanha em relação às suas metrópoles, visto que foi projetada uma reaproximação a partir de uma “releitura da história”, que propunha a construção de um passado que havia sido necessário para a formação das nações. A autora compreendeu esses autores como defensores da construção de novos olhares como uma forma de modernizar seus países. A releitura propunha uma valorização ao colonialismo ibérico, principalmente por parte de Brasil e Argentina, como uma forma de modernização (visto que estavam atrasados em relação à Europa).

Ainda de acordo com Silva, tratava-se de um presente com construção de modernidade – a busca das matrizes europeias garantiria a países americanos como Brasil, Argentina, República Dominicana, Chile, Peru e Bolívia o *status* de europeus, visto que eram frutos da expansão marítima do velho continente. A língua e a história seriam o elo na construção que diminuiria a distância entre o desenvolvimento de um e outro. Os objetivos de reaproximação hispano-americanista eram correspondidos por muitos intelectuais ibéricos, cujos diálogos se aproximaram de um futuro de paz num contexto em que prevalecia a guerra e a violência – o futuro era incerto. Tratava-se de aproximar para modernizar e romper com a desqualificação que atingia os



países de colonização, a partir de uma reescritura do passado das colônias ibero-americanas, com o objetivo de apagar a escravidão, os afrodescendentes, os índios, pois os europeus tinham um olhar reprovador e homogeneizador sobre essas questões. A história teria a função de devolver aos espanhóis sua crença e de solidificar a paz a partir de leituras do passado condizentes com as preocupações do presente e com os projetos de futuro pacíficos entre os países.

Assim como Silva (2010; 2011), pensamos que os intelectuais colaboradores da *Revista Americana* queriam elaborar prognósticos para o futuro e definir uma “alma americana”. Ponderamos que os mesmos vislumbravam o futuro como algo incerto e talvez por isso quisessem definir contornos de uma América como representação da expectativa de cada um dos intelectuais e de seus projetos. Se analisamos dessa maneira, não é de se espantar que a *Revista* apresente uma quantidade pequena de artigos relativos à 1ª Guerra Mundial, mesmo tendo sido publicada durante a década em que ocorreu esse evento: tratam-se de apenas 10 correspondências sobre o assunto em uma série de 10 anos de publicação. Compreendemos que a opção por mudar de assunto em tempos de conflito mundial pode ser compreendida como uma estratégia para manter a imagem do continente americano como de paz e solidariedade, ou, pelo menos, vender essa ideia internacionalmente – ainda que, se olhados de perto, esses países apresentassem uma série de conflitos internos.

Assim sendo, pensamos a defesa do pan-americanismo na *Revista Americana* à semelhança de Leite (2010), que, ao analisar iniciativas como o “Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia”, refletiu “sobre como a geração de intelectuais, políticos e professores daquele contexto depositaram esperanças e responsabilidades em si mesmos, atribuindo-se uma missão fraternal, e à História a projeção do porvir.” (LEITE, 2010, p. 697).

Sabendo do contexto histórico em que se inseriu a circulação do periódico, prosseguiremos com a análise dos aspectos formais da *Revista Americana*, que chamaremos, a partir desse momento, de veículo de sonhos e materialidade da prática de uma diplomacia cultural, já iniciada por Joaquim Nabuco em sua atuação em Washington. Veículo de sonhos no sentido de levar a América e tudo que ela

representava (aos olhos desses intelectuais) para a humanidade, pois, de certa forma, o projeto utópico de aproximação entre países sul-americanos serviria para que esses intelectuais caminhassem ao longo do século XX, que, apesar dos projetos para anunciação da paz, acabou banhado em sangue.

## 1.2 A Revista – forma e seções recorrentes

A *Revista Americana* foi lançada como um periódico mensal, cultural, com índice em todos os seus 68 números, mas com paginação irregular, e sofreu alterações de montagem em sua materialidade, estrutura e finalidade. Era impressa em volumes que aglutinavam três números (à exceção do ano de 1915, em que os quatro volumes foram impressos individualmente) e de forma intermitente. Conforme *release* publicado na seção *Notas*, o periódico se inspirara na publicação *Revue de Deux Mondes*, o modelo “*mais acabado de mensário cultural*”:

Quando há seis meses se lançou em público a tentativa da *Revista*, anunciavam-na como sendo inspirada nos moldes da *Revue de Deux Mondes*. Aqui manifestamos as nossas dúvidas sobre o sucesso da empresa, mormente sabendo-se que a *Revista* procurava conquistar o mercado de leitores com as maneiras da sua vela e experimentada avó, a *Revue*, de Buloz. O empreendimento seria cheio de dificuldades, a menor das quaes repousava na indiferença do publico. Essas dificuldades tem-na vencido a tenacidade admirável de Araujo Jorge [sic]. (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 302)

Apesar de ser gestada na Imprensa Nacional e de contar com a admiração de parte significativa da intelectualidade, possivelmente foi deficitária economicamente e poderia ter desaparecido, conforme relato de Costa Rego que fora publicado em 23 de maio no *Correio da Manhã* e, posteriormente, na *Revista*:

A *Revista* ainda não está sufficientemente divulgada. Aqui mesmo, no Rio, tem de luctar com a concorrência avassaladora das illustrações. Vae, contudo, conquistando aos poucos as esporas de cavaleiro. Há de conquistá-las definitivamente, porque lhe sobra aquillo que sempre faltou a outras publicações do gênero: o grande enthusiasmo, a extrema confiança da mocidade de seu diretor [sic]. (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 302)

Nos números da *Revista Americana* há uma quantidade considerável de notícias de jornais que tratavam a respeito da própria. Essas foram publicadas em periódicos diferentes, mas em datas muito próximas, o que nos indica que possam ter sido fruto de solicitação dos editores. Os discursos dos trechos de jornal aparecem em ordem lógica semelhantes, além do uso de mesma terminologia: “*Revista Americana é*

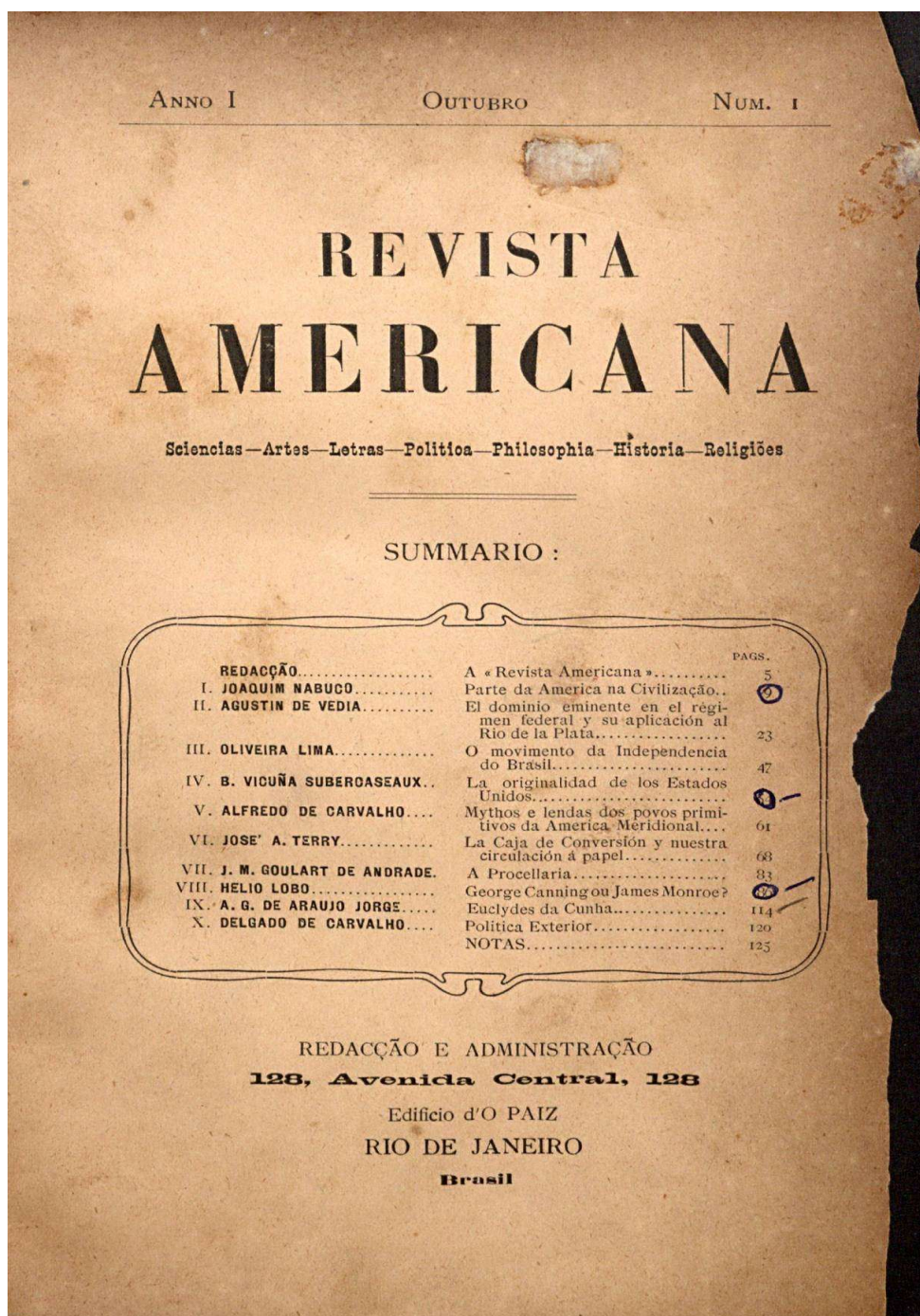
*empresa de confraternidade intelectual de povos americanos*”, em trecho do jornal *O Paiz*, de 9/11/1910 (publicado na revista de fevereiro de 1911); ou a descrição do periódico como “*um documento precioso da segurança com que esta publicação vai executando os artigos do seu programa nobilíssimo de aproximação intelectual dos povos americanos*”, do mesmo jornal, mas de data anterior (25/01/1910) (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p.310); e, finalmente, de que é a revista que “*nos tem posto em contato com o espírito latino da América, revelando-nos os seus escritores, fazendo-nos conhecer perdidas literaturas que se fecham a nossos olhos pela incompreendida separação de ideias em que vivemos*”, em trecho de notícia do jornal *Correio da Manhã* de 23/05/1910 (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 302) e, no mesmo periódico, artigo de Osório Duque em que descreve a revista como uma “*patriótica tentativa, como é a de patentear a todo mundo a cultura mental e o expoente de intelectualidade com que o continente americano vae contribuindo [...] em vários ensaios de aproximação espiritual.*” (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 304).

Tratava-se de uma publicação volumosa que não cortejava o grande público, com capa sóbria, sem ornamentos e com formato mais próximo de livro, o que é evidenciado por suas dimensões e a maneira como os números eram impressos. As ilustrações eram raras ou, na maioria dos números, inexistentes. Era impressa em preto em branco, com exceção das revistas de 1915. Contava com capa, em que se lia o título, o mês de publicação, local de impressão, e o sumário (Figura 1)<sup>9</sup>; e contracapa, que anunciava o nome dos responsáveis pela edição da *Revista* (Figura 2). Notamos que a Imprensa Nacional era responsável pela impressão.

---

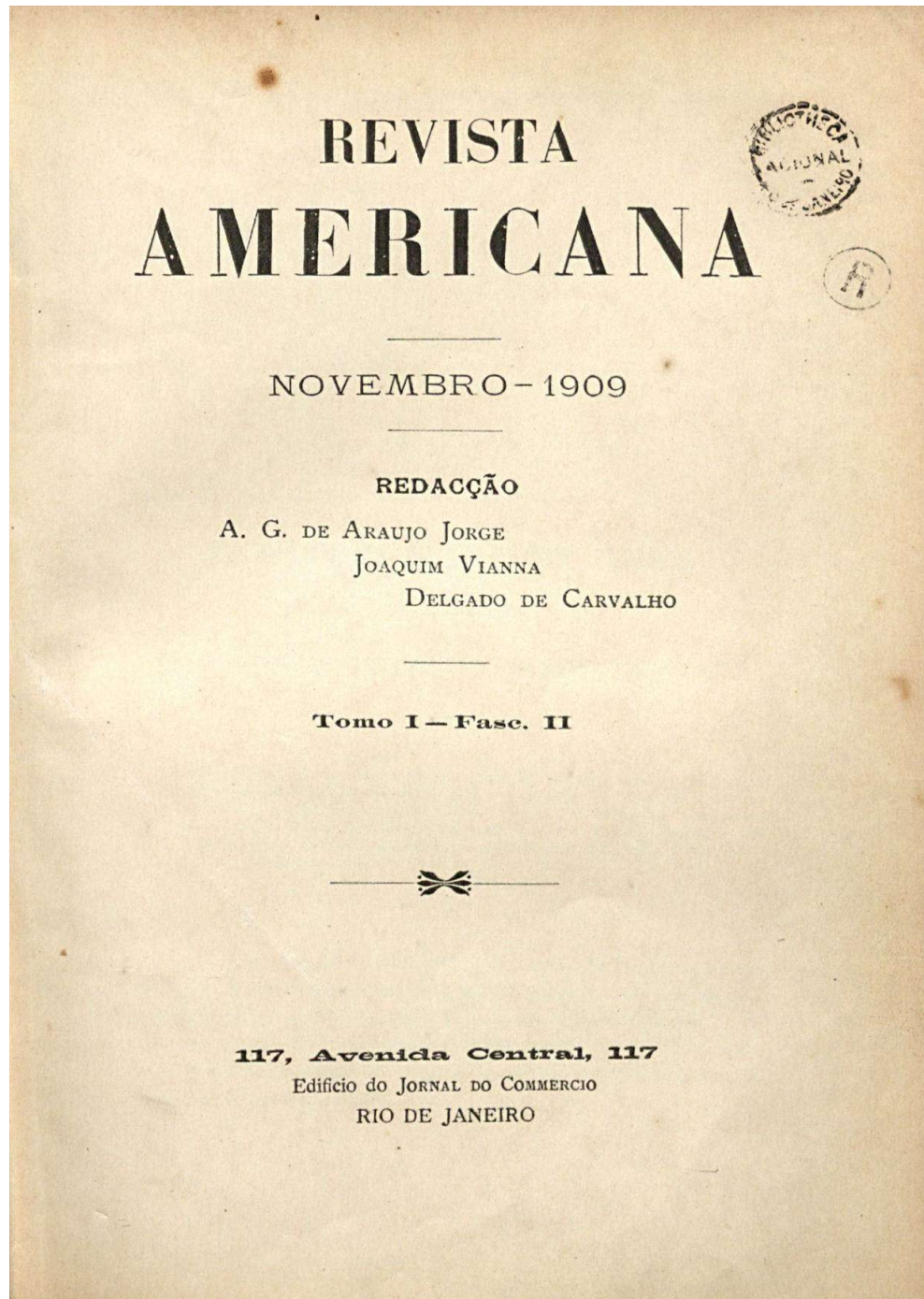
<sup>9</sup> Optamos por colocar imagem do tamanho original da *Revista* para que os leitores possam ter uma noção mais exata da materialidade da *Revista*. As fontes fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional e foram microfilmadas a pedido da autora deste trabalho.

Figura 1. Capa. Fonte: REVISTA AMERICANA, out. 1909.



O sumário trazia o título completo do periódico: “*Revista Americana: Ciências – Artes – Letras – Política – Philosophia – História – Religiões*”. A estrutura interna obedecia a um padrão constante de artigos de temas variados, entremeados por criações literárias e seguidos por seções de perenidade variável, cujos responsáveis pertenciam à redação.

Figura 2. Contracapa. Fonte: REVISTA AMERICANA, out. 1909.



Os artigos, que podiam ser inéditos ou não, se consagraram à análise de temas que muitas vezes poderiam ser considerados áridos, apesar da abundância de poesias e textos em prosa de criação literária, que iam se apresentando em partes como uma novela, tal qual *Sordello Andrea*, uma criação de Alberto Nin Frias que foi publicada ao longo de oito números (são elas as edições de: julho-agosto de 1909; janeiro, fevereiro, março, abril, maio e julho de 1911; de fevereiro de 1913).

A seção *Notas* dedicava-se à publicidade da ocorrência de eventos ou banquetes e trechos de jornais que mencionavam a *Revista Americana*; a *Bibliographia* descrevia as proezas intelectuais daqueles que participavam publicando artigos; *Revistas*, na maioria das vezes, mencionava os índices de outros periódicos e livros que haviam sido publicados no continente e que chegaram na redação da *Revista* para receber críticas; e *Redação* funcionava como uma espécie de editorial que relembra os objetivos da circulação do periódico, para detalhar um pouco mais da importância dos autores que publicavam ali, ou fazer uma intervenção em algum artigo que eventualmente trazia uma posição não desejada pelos responsáveis pela edição.

A partir da leitura de tais seções, percebemos que a prática de banquetes e conferências que contavam com a participação de brasileiros era frequente nas páginas da *Revista*, como no exemplo mencionado por Rodrigues Dória, durante a ocorrência do Segundo Congresso Científico Pan-Americano (1916):

No dia imediato, houve à noite um grande banquete oferecido pela Diretoria da Sociedade Pan-Americana aos delegados no Astória. Vários dos delegados Brasileiros, os Drs. Rodrigo Octávio, Paes Leme, Araújo Jorge, Simões da Silva e o Conferencista, preferiram aceitar o convite que havia feito o Aero Club de Nova York para assistirmos, no Hotel Biltmore, ao banquete anual de sua fundação, e no qual tinha de ser apresentado o nosso distinto patricio Santos Dumont, por intermédio do qual fomos convidados. (REVISTA AMERICANA, fev. 1917, p. 142-143)

A 16th great lunch no hotel Copley Plaza, ao qual assistiram várias autoridades, e onde se achava hospedado o nosso ilustre patricio Dr. Oliveira Lima, contratado para fazer na Universidade de Harvard um curso de História do Brasil. (REVISTA AMERICANA, fev. 1917, p. 145)

Carlos Magalhães de Azeredo participou de banquete em que se comemorava a figura de Joaquim Nabuco na Universidade de Roma:

O eminente escritor italiano Conde Angelo de Gubernatis, admirador e amigo de Joaquim Nabuco, convidou o autor deste discurso a celebrar o grande brasileiro na Universidade de Roma, da qual é lente catedrático. Foi a 1ª vez que um estrangeiro falou no histórico palácio da sapiência, substituindo um professor durante a hora de sua lição. O auditório era brilhante pelo valor social, intelectual e político, e enchia completamente a sala: compunham-no senhoras do patriciado romano, ministros e outros diplomatas, americanos e europeus, senadores, deputados, prelador, homens de letras, artistas, jornalistas, estudantes e a colônia brasileira. (REVISTA AMERICANA, fev. 1911, p. 345)

Notamos nos artigos uma opção por um discurso crítico, que se ocupou de diversas áreas do saber, pois foram abrigados ensaios sobre temas que tinham o intuito de

valorizar o continente americano, discutir seus grandes problemas e apontar caminhos para solucioná-los.

A princípio, a redação e a administração ficavam localizadas no edifício do jornal *O Paiz* (em outubro de 1909), mas em novembro do mesmo ano passou a ser administrada e editada no Edifício do *Jornal do Commercio*, e ambos eram localizados no Rio de Janeiro. A *Revista* era impressa na Imprensa Nacional e sua redação era composta pelo diplomata Arthur Guimarães de Araújo Jorge, pelo jornalista Joaquim Viana e pelo diplomata Delgado de Carvalho (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, capa). A mudança de direção ocorreu apenas em 1916, quando passou a ser composta por Arthur Guimarães de Araújo Jorge e por Sylvio Romero até que, finalmente, em 1918, Araújo Jorge passou a ser o único diretor. Nessa ocasião, a administração passou a se situar no endereço da Livraria Editora, pertencente a Leite Ribeiro & Maurilho, a principal livraria e casa editora do Rio de Janeiro no pós-guerra.

Segundo Demarchi (1997, p. 68), a partir da mudança da administração em 1918, a *Revista* teria adquirido um caráter mais empresarial, tanto em virtude dos anúncios que passou a veicular, como pela mudança de título. Contudo, a presença de material publicitário é frequente na *Revista* desde o volume de janeiro de 1911 (Figuras 3, 4 e 5). Nessa primeira aparição, contamos 6 anúncios e 2 páginas com espaço em que se lê “vago” e essa sequência se repete uma vez, sempre depois de todos os artigos, ao final da *Revista*. A última folha conta com informações a respeito da possibilidade de assinaturas. Os outros números seguem esse padrão em relação à publicidade.

Tratava-se de publicidade concentrada nas páginas iniciais e finais, sobre prêmios de loteria federal, gelo puro para conservação de alimentos, armazém de vinhos e comestíveis e de companhia de energias e ações. Percebe-se uma mudança em relação à distribuição desses anúncios no periódico. Nos números de 1915, anúncios ficaram menores e passaram a ser publicados entre as páginas do suplemento ilustrado.

Figura 3. Anúncio. Fonte: REVISTA AMERICANA, jan. 1911, n. p.

End. telegraphico. **BEHREND, SCHMIDT & C.**  
**BEHREND** Rio de Janeiro Rua d'Alfendega 46.  
 Rio. Caixa 724.  
**MINEROS** **BEHREND & SCHMIDT**  
 Berlin. Berlin.

Instalações de Luz e Força electrica em cidades, fabricas etc.  
 Estradas de ferro electricas, bonds etc.  
 Turbinas hydraulicas e a vapor; Machinas a gaz pobre e a vapor, caldeiras, bombas.  
 Material para Estradas de ferro. — Phróes de todos os systems, loias sytema "Pintsch"  
 Illuminação a gaz Pintsch em carros de Estrada de ferro.  
 — Construções de ferro, elevadores.  
 Oleos lubrificantes para machinas, cylindros, eixos, tearos etc., graxa patento.  
 Importadores de qualquer material technico.

REPRESENTANTES DAS SEQUINTES FABRICAS:

Julius Pintsch, A.-G., Berlin.	Standard Oil Co (Th. & B. Dept) New-York.
Pintsch's Patent Lighting Co, London.	Carl Zeiss, Jena.
Allgemeine Electricitäts-Gesellschaft (A.-G.), Berlin.	Rob. Reichelt, Berlin.
F. Schichau, Elbing.	A. G. Lauchhammer, Berlin.

**CREDIT FONCIER DU BRÉSIL**  
 Sociedade Anonyma Francaza com o capital de 13.500.000 francos  
 Capital emitido em ações e obrigações. . . . 50.000.000 ,,

Sede Social em Paris: RUE PILLET-WILL, n. 8

EXPLORAÇÃO E DIREÇÃO GERAL:  
 Rio de Janeiro — 29, RUA DO HOSPICIO, 29 — Rio de Janeiro

Telegrammas: BRÉSIFONCI — Telephone n. 2309

OPERAÇÕES DA SOCIEDADE:  
 Empréstimos hypothecarios a longos e curtos prazos.  
 Empréstimos aos Governos Federal, Estaduaes, assim como as Municipalidades.  
 Adiantamentos sobre titulos.  
 Adiantamentos sobre mercadorias e "warrants"

Figura 4. Outro anúncio. Fonte: REVISTA AMERICANA, jan. 1911, n. p..

**GRANDES ARMAZENS DE MOLHADOS**

Vinhos da Real Companhia  
 Vinicola do Norte de Portugal

PARTICULARES MEDALHAS (Villar d'Allen)  
 Vinho generoso, recommendado aos convalescentes como tonico e reconfortante.

**DOURO CLARETTE**  
 Muito leve e excellente paladar.

**BEIRA DOURO**  
 Magnifico vinho branco mesa.

Vinho popular **FAMILIA**  
 Nova marca de vinho tinto para mesa, puro e sem alcool.

Champagne **ASSIS BRASIL**  
 Precioso producto do Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal.

Unicos agentes:  
**GONÇALVES ZENHA & C.**  
 59, RUA PRIMEIRO DE MARÇO, 59  
 Rio de Janeiro



Figura 5. Anúncio Sal Extra. Fonte: REVISTA AMERICANA, maio 1918, p. 110.



Figura 6. Anúncio Vanadiol. Fonte: REVISTA AMERICANA, maio 1918, p. 11.

# O VANADIOL

Approvado pela Directoria Geral de Saude Publica  
do Rio de Janeiro

Premiado em Turim com o 1º premio de honra, medalha de ouro

Analysado e experimentado com successo pelas maiores  
notabilidades medicas do Brasil e Argentina

Temos a satisfação de apresentar ao distincto corpo Medico, Pharmaceuticos e ao publico em geral este nosso preparado que, com segurança, afirmamos estar fadado a um real e positivo successo.

Sua composição, analoga á dos **soros neurasthenicos, biotonicos, ou neurotropicos** geralmente conhecidos, foi por nós estudada, e a addição de mais de um agente nutritivo, de acção rapida e efficaz na regeneração da **cellula exgottada** e na formação immediata dos globulos sanguineos, tornam-n'a de effeito seguro sobre o systema nervoso, combalido por qualquer causa, como *surmenage*, estafa physica, **neurasthenia**, **cansaço cerebral**, convalescença de enfermidades graves, **infeções pue peraes, tuberculose**, enfim, por qualquer motivo que tenha determinado grande discrasia sanguinea, profundo **enfraquecimento geral**, encontrarão no **VANADIOL** o melhor, o mais positivo tonico geral e agente nutritivo.

Em sua combinação entram todos os **Glycero-phosphatos, Cacydylato de strichinina**, Vanadato de sodio, Glycerina neutra purissima, Elixir de pepsina, de Garus e de Kola, e Licithina phosphatada de Evans; melhor associação seria impossivel. Não tem conta o numero de doentes que fizeram uso do Vanadiol, que deixa á distancia os seus prodecessores, pela sua rapida e manifesta acção curativa.

A nossa cura opera-se rapidamente, despertando o appetite, desenvolvendo as forças, revigorando o sangue, produzindo um bem estar geral, uma notavel euphoria que alegra os doentes e os restitue ao labor da vida em pouco tempo. A nutrição ou a assimillação geral augmentada, regularizada a desassimillação dos residuos e sua perfeita eliminação são effeitos que garantimos se produzirem em pouco tempo, e que explicam de modo cabal e scientifico o successo do nosso preparado.

Assim equilibrado, nutrido, desentoxicado, a phagocytose natural ou a defesa organica natural garantem ao organismo em rehabilitação uma resistencia duradoura que lhe garantirá a vida e o libertará dos soffrimentos.

**Pedimos a maxima attenção dos Srs. Medicos** para que experimentem em sua clinica diaria o Vanadiol, fornecendo nós a quantidade necessaria para experiencia. E' necessario que levantemos a industria nacional, apresentando especialidades pharmaceuticas bem dosadas e rigorosamente preparadas, como o Vanadiol, que já tem no seu archivo os melhores conceitos da grande e brilhante classe Medica do Brasil e Argentina.

Deposito Geral Silva Gomes & C. — Rua S. Pedro, 4  
RIO DE JANEIRO

Esses anúncios fizeram parte de uma estratégia de adquirir fundos para a elaboração da *Revista*, mas os indícios nos levaram a acreditar que o periódico em análise era parte do projeto de Rio Branco de aproximação entre os países do continente americano a partir do viés da diplomacia cultural, especialmente porque na capa do número de julho de 1918 aparece escrito “*publicação internacional fundada em 1909 pelo Dr. Araújo Jorge por sugestão e sob o patrocínio do Barão do Rio Branco*” (REVISTA AMERICANA, jul. 1918, capa). Além disso, os responsáveis pela organização da *Revista* eram indivíduos que tinham participação ou relacionamento no/com o corpo diplomático daquele contexto, e fatores como a farta publicação de textos relacionados à política do Itamaraty nos oferecem indícios de que a mesma fora financiada por esse Ministério.

Um dos membros da redação foi Arthur Guimarães de Araújo Jorge, alagoano que iniciou sua atividade diplomática no serviço regular do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro aos 21 anos, como auxiliar do árbitro brasileiro no Tribunal Arbitral Brasil-Bolívia, Carlos Augusto de Carvalho. Em 1907, tornou-se o auxiliar do gabinete do Barão do Rio Branco, de quem foi um dos mais próximos colaboradores, além de se tornar secretário particular e acompanhante em missões diplomáticas. Naquela ocasião, publicou artigos no *Jornal do Commercio* (periódico do Rio de Janeiro) sobre a trajetória de Jesus Cristo e, em sequência, passou a se concentrar na escrita da história diplomática do Brasil, assunto sobre o qual publicou numerosos trabalhos. Em 1909, por sugestão e patrocínio do Barão do Rio Branco, Araújo Jorge fundou a publicação internacional que é objeto de análise desta pesquisa. Após a morte do Barão (em fevereiro de 1912), deu continuidade à publicação da *Revista* e passou a chefiar a legação em Montevideú, sendo posteriormente removido para Lisboa, onde ficou até o seu falecimento. Além de ser organizador da *Revista Americana*, Araújo Jorge também publicou na revista do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) (BARROS, 2005, p. 99-100).

Carlos Delgado de Carvalho, por sua vez, foi o primeiro geógrafo brasileiro, responsável pela mais densa e completa análise do clima do Brasil do início do século XX. Autor de uma vasta obra que inclui variada gama de temas geográficos, Delgado de Carvalho viveu a maior parte de sua vida na Europa e, apesar de ter recebido toda a sua formação naquele continente (Direito em Lausanne e na London School of

Economics), interessou-se pelo Brasil ao escrever sua tese de doutoramento sobre esse país. O pai, que era monarquista convicto e parte da legação brasileira na França, deserdou-o. Veio, então, para o Brasil e trabalhou no *Jornal do Commercio*, em que escrevia artigos de política internacional utilizando seus contatos europeus, passando, em 1909, a dirigir a *Revista Americana* (VALE, 2009; ROCHA, 2000).

Além disso, Delgado de Carvalho era professor/autor, que além de exercer sua cátedra no Colégio Pedro II, publicou livros didáticos de História e Geografia que contribuíram para a configuração desses saberes, sendo também um homem de letras. Fazia parte do grupo de intelectuais que ocupava cargos na alta administração, na diplomacia e na administração intelectual (GASPARELLO, 2013). Segundo a autora, Delgado de Carvalho tem importância tanto para as questões de metodologia do ensino, como também seu esforço pela institucionalização das ciências sociais no currículo escolar. Em 1921, foi admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB).

O próprio Barão do Rio Branco fora professor de História e Chorografia do Brasil no Colégio Pedro II, quando substituiu Joaquim Manoel de Macedo. Ser “*bacharel da casa constituía excelente carta aberta de recomendação às academias e aos cargos públicos*” (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 37).

Joaquim Vianna, a seu turno, além de ser organizador da *Revista Americana*, era funcionário do Itamaraty e jornalista, tendo publicado, no *Almanaque Brasileiro Garnier* e na *Revista Kosmos*<sup>10</sup>, suas reflexões a respeito da queda do Império de D. Pedro II e do abolicionismo. Além disso, era frequentador do Café Papagaio, juntamente com outros intelectuais como Lima Barreto, Hemetério dos Santos e Frola Pessoa (DANTAS, 2007).

Como se observa, além de diretores do periódico, os referidos intelectuais tinham vínculo estreito com o Itamaraty e com o Barão do Rio Branco. Ademais, ao fazer

---

<sup>10</sup> Dantas (2007) analisou a *Revista Kosmos*, literária e cultural, que circulou entre 1904 e 1909, e o *Almanaque Brasileiro Garnier*, que circulou nos anos 1903 e 1904, periódicos em que intelectuais se dedicaram a pensar sobre o Brasil em muitas visões e versões e as estratégias escolhidas para dar corpo à missão de abrir os caminhos da nação, conforme se auto-atribuíam. Esses intelectuais julgavam que o povo e a nação estavam por ser feitos.

leitura dos índices das revistas, percebe-se a grande quantidade de intelectuais brasileiros, funcionários do Itamaraty, que publicaram artigos com temáticas ligadas a interesses do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e que, além disso, circulavam por outros grupos de intelectuais de relevância para aquela época, como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), ou eram professores do Colégio Pedro II. Os intelectuais que publicavam no periódico circulavam por muitos espaços em comum e publicavam nos mesmos jornais e revistas. O Rio de Janeiro, em fins do século XIX e início do XX,

“foi palco de formação de um grupo que reunia as pessoas cultas da Corte e da província, principalmente bacharéis, juristas e médicos, sendo que muitos deles exerciam o magistério secundário e superior. Além disso, esse grupo de letrados caracterizava-se por uma ativa participação na imprensa literária, em jornais e revistas, publicando artigos de crítica, poesias e ensaios e outros escritos depois editados em livros. Desse grupo saíram os professores do ensino secundário que deveriam ser, principalmente, detentores de uma cultura humanística: ser professor era ser reconhecidamente letrado.” (GASPARELLO, 2011, p. 469)

Uma das evidências é a grande quantidade de discursos que haviam sido proferidos na ABL: os de recepção de novos membros e o discurso de posse, que faziam uma homenagem àquele que ocupara a cadeira anteriormente, procurando descrever os traços físicos e psicológicos do intelectual, fatos curiosos e, também, sua produção.

O título da publicação é cosmopolita e abrangente (*Revista Americana: Ciências – Artes – Letras – Política – Filosofia – História – Religiões*), capaz de representar a diversidade de assuntos que foi contemplada nas discussões que carregou: em todos os volumes analisados, foi possível encontrar poesias, narrações de mitos e lendas típicos da América Latina, análises econômicas, defesa de questões fronteiriças e de alianças continentais, além de estudos gramaticais, que tinham por objetivo afirmar a correta grafia das palavras em português de acordo com origens etimológicas<sup>11</sup>. Nesses mais variados textos encontramos indícios que nos esclareceram o significado de união pan-americana em suas múltiplas perspectivas (incluindo os Estados Unidos,

---

<sup>11</sup> Especialmente no que concerne ao uso do s ou do z em algumas palavras, os artigos escritos por Antonio de Araújo Mello de Carvalho renderam discussões acaloradas em que o professor afirmou: “ou eu sou cego, ou o professor se enganou [...] Não há para onde apelar... ou a lógica é um contrassenso [...] Brasil com z é um refinadíssimo despautério, uma parvoíce reveladora de muita ignorância, porque é um erro científico, [...] a negação de um fato histórico da língua portuguesa. [...] Risque-se de onde quer que exista esse atestado da nossa capacidade em matéria de linguagem.” (REVISTA AMERICANA, mar. 1910, p. 394 e 429)

ou não; englobando todos os países do sul do continente, ou apenas alguns) e as representações que se esperava atrelar ao Brasil e ao continente americano.

A *Revista* também era espaço de disputas de representações e de interlocuções que iam além dos significados de pan-americanismo e de gramática: Jorge Jobim descreveu Padre Cícero como aquele que explorava habilmente os sentimentos pela astúcia e pela força, convencendo o seu bando para o saque e a devastação de sua terra natal. No número seguinte (novembro de 1916), há a publicação de uma carta de Hildebrando Accioly endereçada a Jorge Jobim, criticando o texto sobre Padre Cícero, em que lemos:

Ao ler o último número da *Revista Americana* logo se me deparou o artigo em que, sob uma forma brilhante, na qual transparece a inspiração do poeta que realmente és, produzes uma terrível objurgatória contra a pessoa veneranda de reverendíssimo padre Cícero Romão Baptista. Conhecendo, embora de pouco tempo, o teu nobre espírito, não me expliquei a tal injustiça para com aquele digno sacerdote, meu conterrâneo, senão por falsas e malévolas informações, das quais a sua boa fé teria sido vítima.

Suponho que não me enganei. E, hoje, estou convencido de que, escrevendo sobre o padre Cícero, quiseste apenas fazer, das lendas que a seu respeito te contaram, um magnífico pretexto para a bela página literária que, na verdade, elaboraste. É essa convicção que me leva a dirigir-te agora esta carta, na qual verás tão somente o intuito de reestabelecer a verdade.

Pintaram-te o padre Cícero como um embusteiro e, ao mesmo tempo, um explorador da credence popular, e eu, para te provar quão inverídico é tal retrato, poderia invocar o testemunho de pessoas ali residentes que estiveram no Juazeiro e conhecem pessoalmente aquele respeitável ancião. Basta-me, porém, mostrar a falsidade do caso que te narraram como sendo a origem inquestionável do prestígio do padre Cícero, para aniquilares do valor das informações que te ministraram. [...] Vês, meu caro Jobim, que o caso sobre o qual bordaste o teu artigo, peca pela base. Eu poderia, ainda, se não receasse fatigar a tua atenção, contar-te fatos sabidos em todo o Ceará, pelos quais melhormente te certificarias da injustiça que, de certo, involuntariamente, cometeste [...]. (REVISTAAMERICANA, nov. 1916, p. 149-150)

Tal composição evidencia que a *Revista Americana* foi um importante fórum de debates do período, demonstrando um esforço despendido pela intelectualidade para compreender o que era a América. As representações eram produzidas, algumas vezes, por meio da relativização de matrizes europeias, para divisar um amanhã promissor, de forma mais marcante, quando os intelectuais pensavam na imigração europeia como um grupo que foi transformado em território americano e contribuiu para a formação de um lugar original, com características que lhe eram únicas e que contribuía para que o continente tomasse um lugar diferenciado no concerto internacional. De acordo com constatação de De Luca (1999, p. 34), o instrumental

analítico dessa geração de intelectuais era o positivismo, o determinismo, o evolucionismo e o darwinismo social.

Na seção *Notas* publicavam-se avisos a respeito dos números seguintes e informações biográficas a respeito dos colaboradores da *Revista*, livros que esses autores publicaram, bem como uma relação de suas obras e seus trabalhos, além dos cargos que ocupavam. Essa relação de colaboradores começou a ser publicada apenas no segundo volume, em novembro de 1909, em cuja primeira página foi iniciada essa divulgação, que foi logo interrompida por uma sequência de artigos. A descrição apenas foi retomada no volume de dezembro de 1909, sendo publicada intermitentemente até seu completo desaparecimento em outubro de 1913. Tinha por objetivo “*informar sobre a posição [dos autores] no meio intelectual e político em seu país*” a partir de uma breve biografia. “*Dessa forma os leitores da Revista Americana podem ter noção precisa e segura da atividade intelectual dos países da América e Europa*” a partir de um boletim bibliográfico que conteria resumo de todas as obras e publicações que fossem remetidas à *Revista* (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 125).

O primeiro colaborador descrito é o Barão do Rio Branco, e a estrutura das descrições segue o mesmo estilo nos números seguintes:

Rio Branco (Barão do). Nascido no Rio de Janeiro a 20 de Abril de 1845. Filho do Visconde do Rio-Branco. Diplomata, publicista e historiador brasileiro. Antigo deputado (1869-1876) e jornalista (1871-1876); Secretário da Missão Especial do Brasil nas Repúblicas do Prata e do Paraguay (1870-1871); Consul Geral do Brasil em Liverpool (1876-1893); Enviado Extraordinário e Ministro em Missão Especial em Washington (1893-1895); depois em Berna (1895-1901); encarregado da defesa dos direitos do Brasil nos arbitramentos acerca dos territórios contestados entre o Brasil e a Argentina (Palma-Misiones) e entre o Brasil e a França (Oyapoque – Amapá – Araguay). Sentenças arbitrárias em favor do Brasil: do Presidente Cleveland, 5 de Fevereiro de 1895; do Conselho Federal Suisso de Dezembro de 1900> Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Berlin (1901-1902). Ministro do Estado das Relações Exteriores desde de 3 de Dezembro de 1902. Desde então resolveu várias questões delicadas [...] Membro do Instituto Geográfico do Rio de Janeiro desde 1869 [...] Publicou entre outras obras *Episódios da Guerra do Prata* (1864) [e mais outras 9 obras]. (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 273).

Na seção *Notas*, foi possível perceber que havia possibilidade de assinar a *Revista* no Rio de Janeiro (nesse caso a assinatura anual custava 12 réis ou 10 reis se fosse semestral), em outros estados brasileiros (com o custo de 15 reis anualmente ou 10

reis semestralmente) e em países americanos (com o custo único de 1 libra por ano). A *Revista* avulsa custava 2 reis, e a julgar pelos endereços constantes na mesma seção, é possível asseverar que havia quantidade expressiva de agências onde era possível fazer a assinatura ou comprar a *Revista* – Rio de Janeiro, Manaus, Pará, Natal, Fortaleza, Recife, Bahia, São Paulo, Curitiba, Buenos Aires, Lima, Montevideo e Santiago de Chile. Em sua maioria eram livrarias. (ver Figura 7).

Já na seção *Bibliographia* é possível encontrar resenhas e informações de obras (livros e publicações na *Revista*). Dessa forma, ao descrever o livro *O poeta Crisfal (Subsídios para o estudo de um problema histórico literário)*, do deputado mineiro Raul Soares<sup>12</sup>, os redatores usaram expressões como:

o presente livro que o seu auctor qualifica modestamente de subsidios, constitue um documento interessante de estudo e de erudição, entremeiado de uma dialectica viva e scintillante, que seduz o mais desattento leitor desde as primeiras páginas [...] junta-se a estes predicados o encanto, tão pouco vulgar, de uma língua limpa, acastçada no versar assíduo e proveitoso dos clássicos. (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 263).

---

<sup>12</sup> Segundo Viscardi (2015), Raul Soares foi diretor do jornal *O Mineiro* e deputado estadual e federal por Minas Gerais, sendo determinante na questão da sucessão de Delfim Moreira para Artur Bernardes no cargo de Governador de Minas Gerais, e, em sequência, atuou como importante articulador político para o mesmo na questão da presidência. No Senado, chegou a ser membro da Comissão de Constituição e Diplomacia. No campo das ideias, tornou-se conhecida a sua oposição à teoria do darwinismo social, contra a qual expressou sua discordância ao condenar a prática da pena de morte. Fazia duras críticas ao positivismo e às teorias raciais que ainda inundavam o ideário político e filosófico de sua geração. Desde os seus primeiros escritos manifestava-se como liberal e nacionalista, além de ser um admirador dos progressos da jovem nação estadunidense. Foi nos bancos da faculdade que travou sólida amizade com Artur Bernardes, a quem toda a sua trajetória política seria vinculada. Ao concluir o curso de Direito em 1900, após rápida passagem por Santa Luzia do Carangola, atual Carangola (MG), onde foi promotor de justiça e delegado interino de polícia, fixou residência em Campinas (SP), a convite do colega de turma e amigo Heitor Penteado. Como seu interesse pela literatura era ainda muito grande, optou por ser professor de português no Ginásio Oficial de Campinas e frequentou ativamente o mundo das letras. Paralelamente, iniciou-se no exercício da advocacia com alguns colegas de faculdade. Ao que parece, Raul Soares fez uma gestão ousada, visto que propôs uma reforma agrária com o objetivo de reduzir o número de latifúndios, usando uma legislação que dificultava a existência de terras devolutas, reforçou a política imigrantista e concedeu subsídios para fixar o homem no campo. Ampliou o sistema viário de Minas Gerais e foi responsável pela expansão do ensino agrícola. (VISCARDI, 2015, p. 4871)



Figura 7. Última página. Fonte: REVISTA AMERICANA, out. 1909.

**REVISTA AMERICANA**  
PUBLICAÇÃO MENSAL

---

ASSIGNATURAS

Rio de Janeiro . . . . .	}	Um anno. . . . .	12\$
		Seis meses . . . . .	10\$
Estados do Brasil. . . . .	}	Um anno. . . . .	15\$
		Seis meses . . . . .	12\$
Países Americanos . . . . .		Um anno. . . . .	€ 1
Numero avulso. . . . .			2\$

A importancia das assignaturas pôde ser remetida ao Director da REVISTA AMERICANA, na Avenida Central n. 117, Rio de Janeiro, ou depositada nas Agencias do Districto Federal, capitaes dos Estados do Brasil e diversos paeses americanos.

**Rio de Janeiro** — Livraria Garnier, Ouvidor, 109. Livraria Azevedo, Uruguayana, 25. — Livraria Briguier, 20, Nova do Ouvidor. — Livraria Alves, 166, Ouvidor.

**Buenos Aires** — Librería de Augusto Galli, 76, Calle Piedras.

**Lima** — Libreria Galland, Calle de la Merced, 632-634.

**Montevideo** — Libreria Nacional, Barreiro y Ramos, Calle 25 de Mayo (esqu. Juan C. Gómez).

**Santiago de Chile** — Libreria Nascimento, Juan Nascimento, 265. Ahumada.

**Manãos** — Livraria Palais Royal, Lino Aguiar & Comp.

**Pará** — J. Martins, 16, T. Campos.

**Natal** — Livraria Cosmopolita.

**Fortaleza** — Livraria Menescal Ribeiro.

**Recife** — Livraria Economica, 17, Rua Barão da Victoria.

**Bahia** — Livraria Magalhães, 28, Rua do Palacio.

**S. Paulo** — Casa Garraux, Rua 15 de Novembro.

**Curityba** — J. Cardoso Rocha, 15 de Novembro, 47.

**Porto-Alegre** — Livraria Universal — Carlos Echenique, 445, Andradas. Caixa Postal 129.

---

Todas as communicacões e remessas de manuscriptos devem ser dirigidas ao Director da REVISTA AMERICANA, Avenida Central, 117, Edificio do JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro.

Os editores procederam de maneira semelhante ao publicar a respeito do livro *Rascunhos e Perfis (notas de um repórter)*<sup>13</sup>, escrito por Ernesto Senna, repórter do *Jornal do Commercio* entre 1886 e 1913 (MARCELINO, 2014, p. 9). Os redatores se referem à obra como “o *summario* mais expressivo e eloquente de uma vida consumida dia a dia na infatigável actividade do jornalismo, em sua feição mais leve, pintoresca e scintillante – a reportagem”, e acrescenta que “Os *Rascunhos e Perfis* satisfazem plenamente a todos aquelles requisitos; é claro e é substancial” (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 264).

Também encontramos uma crítica elaborada a respeito do livro do autor Thomaz Lopes, diplomata nomeado para o cargo de 2º Secretário da legação brasileira em Madrid em 1905 (LOPES, 2009)<sup>14</sup>, cujo título é *Terras de França*. Lê-se na crítica:

Dos escriptores que vão constituindo a nova literatura nacional, Thomaz Lopes tem sido um dos mais ferteis em obras publicadas. De 1901, em que appareceu o *Sonho*, versos transbordantes de uma emoção toda juvenil, até as *Terras de França*, elle contou mais cinco livros impressos. [...] A vida diplomática, favorecendo-lhe o conhecimento exacto dos homens, cujo caracter e tendencias variam conforme as influencias mesológicas, tem-lhe feito a diversidade de generos que cultiva no conto, no romance, na chronica e na poesia. E' um observador intelligente possuído de zêlo pela fôrma e, sobretudo, pela boa linguagem literaria. (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 269)

E, da mesma maneira, sobre o livro *Die Condottieri*, do autor Alfred Semerau, escritor italiano, descreveu-se o seguinte:

O auctor dessa obra não é rigorosamente um historiador. E' antes um poeta que se occupou com afincio da historia dos condottiere italianos [...] o fim do

---

<sup>13</sup> Segundo Marcelino (2014), no livro de reportagem *Notas de um repórter* (1895) constam embrionariamente passeios, através dos dispositivos disciplinares, e perfis dos medalhões que lhe eram íntimos ou de antigos amigos de imprensa, que serão, em outros livros, desenvolvidos. *Através do cárcere* (1907) é uma dessas narrativas desenvolvidas pelo repórter de polícia. No primeiro livro de reportagem que se fez, constam passeios através dos dispositivos disciplinares. Uma narrativa de notas, rondas do olhar à Casa de Correção, detenção, além do manicômio, o hospício nacional dos alienados e ao espaço reservado à menoridade; notas saídas da reportagem de polícia dos espaços disciplinares para o livro.

<sup>14</sup> Segundo o mesmo autor, Tomás Lopes também foi secretário da Legação do Brasil em Bruxelas em 1912, e esteve como diplomata no Uruguai e Paris. Era famoso jurista e escritor fundador da Academia Brasileira de Letras. Ao que parece, Tomás, além de diplomata, foi intelectual e jornalista com trânsito em importantes periódicos, e de publicou 11 obras (1 romance, 2 livros de poesia, contos, crônicas e relatos de viagem). Corroborando com nossa ideia de que Rio Branco selecionava pessoas que pudessem representar o Brasil de forma elegante, Tomás Lopes é descrito por seus contemporâneos como um “príncipe” com excentricidades e que sabia se trajar bem, visto que seu ar aristocrático combinava com a carreira diplomática. O contemporâneo Martins Fontes atribuiu-lhe o apelido de “abelha”, em virtude de sua dedicação ao ofício de escritor e literário.

seu auctor foi offerecer simplesmente ao publico illustrado e não aos grandes historiadores uma descripção, sob uma forma attrahente, leve e elegante, dos principaes personagens que estiveram á testa das sociedades italianas de mercenários. (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 271)

Finalmente, ao final da seção *Bibliographia*, a redação faz uma lista dos outros volumes recebidos:

Recebemos ainda: Rangel Moreira – *tres palestras* – Conferencias realizadas perante os membros do Syndicato Agrícola Regional de Escada, Gamelleira, Amaragy e Bonito, em beneficio de um centro de agronomia na referida zona, 155 pags. Recife, 1904. Julio Pernetá – *Malditos*, 95 pags. Typ. Da Livraria Economica. Coritiba, 1909. Mario Rodrigues, *Vida de Imprensa*, 260 pags. Typographia do Jornal do Recife, Rua Quinze de Novembro, 47. Recife, 1909. – Avertano Rocha – *Sob o dominio do Direito* – Analyse critica de actos arbitrarios praticados pelo Dr. Delegado Fiscal do Pará. Typ. Da Livraria Escolar, 21, Travessa Campos Salles. Belem, 1909. [...] A seção de Bibliographia não comprehende todos os livros, brochuras, folhetos e impressos recebidos de diversos pontos do Brasil e do estrangeiro. Nos numeros seguintes da *Revista Americana* prosseguiremos a tarefa commettida ao redactor daquela seção. (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 271)

A listagem de livros e escritos recebidos ao final da *Revista* indicava algo além do compromisso de leitura, mas também a ideia de que o periódico era um espaço de aglutinação, atualização e recebimento de produções culturais do continente.

Nessa mesma linha, no volume de dezembro de 1909 da *Revista*, ao caracterizar o livro *La significación histórica del Cristianismo*, do autor Clemente Ricci<sup>15</sup>, a redação destacou a respeito do desconhecimento generalizado que existe no continente americano:

O presente livro, que acaba de apparecer em Buenos Aires, constitue um dos documentos mais poderosos da capacidade intellectual americana. Lendo-se-o, com vagar, pois se trata de perto de 1500 paginas, em formato grande e composição cerrada, sobressalteia-nos um duplo sentimento de admiração. Primeiro, pela coragem com que o seu autor aventurou essa publicação num meio intellectual, como o americano, que não morre de amores pelas grandes manifestações do pensamento contemporâneo. Depois, pela esplendida sinceridade que ennobrece os seus conceitos, pela lucidez da visão panorâmica do seu autor [...] Parece incrível que semelhante livro pudesse ter sido escripto na America, numa cidade afastada das grandes metrópoles espirituais, dos grandes centros da intelligencia, sem o bafejo daquelle ambiente moral, que, se não é uma causa, é, pelo menos, uma das condições

---

<sup>15</sup> O historiador e filósofo italiano Clemente Ricci nasceu em Pavía, em 1873. Radicou-se na Argentina em 1893. Cursou estudos de Filologia Clássica e foi professor de História das Religiões – cátedra que ele mesmo criou na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad de Buenos Aires – e de História da Grécia, Roma e de Idade Média. Também foi decano dessa faculdade. Presidiu o jornal *La patria degli italiani* e foi membro cofundador da Academia Argentina de Letras.

precípua da durabilidade das construções humanas. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 409)

Ainda na resenha desse volume de Clemente Ricci, a redação afirmou que se tratava de um livro *“fulgurante e cheio de animação”*, que

honra a parte séria da cultura americana e que deverá ser conhecido por todos quanto se interessam pelos grandes problemas históricos da actualidade e, sobretudo, pelo desenvolvimento das sciencias do nosso continente. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 409)

Ainda nessa seção, três características curiosas podem ser percebidas. Primeiro que não são apenas lançamentos culturais americanos que são mencionados. No volume de dezembro de 1909, encontramos a divulgação de uma obra alemã do autor Hermann Sudermann, que é qualificado como

um grande escritor que conta um não pequeno número de admiradores disseminados pelo mundo civilizado, mas tem também, sobretudo na Alemanha, diversos desaffectedos, que não o poupam, analysando e criticando com severidade. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 411)

Segundo, não são apenas menções elogiosas. No mesmo volume, encontramos a seguinte resenha a respeito do livro do brasileiro Veiga Miranda<sup>16</sup>:

Os contos que o compõem revestem a forma de reminiscências e são recordações de uma phase da vida do autor, senão muito remota, pelo menos já passada. E o titulo promete o espectáculo das imagens que, á guiza dos passatos que ao fugir desaparecem do horizonte, da mesma maneira já desfallecem no horizonte da memoria de quem as procurou fixar. O Sr. Veiga Miranda podia ter maior escrúpulo em escolher as historias que nos conta e usar de maior capricho ao deita-las por escripto. Os seus contos, por ausência de particularidade, a custo conseguirão atrair e captar a atenção do mais simples dos seus leitores. E o que deixa de encontrar o leitor, no intimo de sua narração, nem ao menos é supprido pelo deleite de uma composição boa. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 415)

Finalmente, as resenhas dizem respeito a uma grande variedade de tipos de livros: romances, peças teatrais, compêndio contendo curso de Filosofia, obras de propaganda parlamentar *“destinada a todos os que desejem conhecer de perto o valor pessoal e a capacidade administrativa de cada um dos membros da representação nacional do Chile”* e mesmo um livro que descreve todas as características do Chile *“nos vários departamentos da actividade humana, assignalando todas as diversas*

---

<sup>16</sup> Segundo Dias (2015), Veiga Miranda foi importante político que atuou como deputado estadual, deputado federal e ministro da Marinha pelo presidente Epitácio Pessoa. Além disso, no início de sua carreira, foi professor de Física e escreveu vários livros de contos.

*phases da evolução política, científica, literaria e econômica da grande Republica do Pacífico.*” (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 416).

No volume 3, a redação também publica aquilo que configura como “*palavras de encorajamento e animação com que foi saudado o aparecimento da Revista Americana*” (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 422). Nesse caso, trata-se de recortes de notícias elogiosas, escritas pelos jornalistas colaboradores Drs. J. Bandeira, Lucilo Bueno e C. Tavares Bastos, que foram publicadas, respectivamente, no jornal *O Paiz*, *O Século* e a *Folha do Dia*, todos do Rio de Janeiro, que circularam durante o século XIX. Nesses a *Revista Americana* é caracterizada como:

Não é um simples magazine, repleto de informações uteis e preciosas, que interessam directa e immediatamente a todas as Republicas americanas. [...] Ella é antes um grande periódico, de feição internacionai, prompto a acolher em suas paginas todos os productos espirituaes da America. [...] Nestes tópicos do artigo-programma ficam assignalados os fins da *Revista Americana*, e os nomes que fulguram no quadro dos seus colaboradores constituem uma solida garantia do seu sucesso. [...] Esperamos e desejamos um brilhante destino à *Revista Americana*, sobretudo se attendermos a que o Brasil não possui uma publicação desse genero e Buenos Aires, para citar somente as mais importantes, conta com a *Revista de Historia, Derecho y Letras* [...] e *Renacimiento*, que acaba de aparecer com um vasto programa. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 424)

Precisamos sacudir a indiferença, arrostar as impossibilidades materiaes e trabalhar perseverantemente para attingir a meta desejada. [...] O campo ahi esta aberto nas paginas da *Revista Americana* e que dele brotem as sementeiras annunciadoras de uma colheita propicia. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 427)

As nações americanas já vão tendo uma physionomia propria, um caracter distincto, uma civilização surpreendente, Approximemo-nos delas, relacionemo-no, comprehendamo-nos. [...] É mister tirar partido dessa aproximação: precisamos ser solidários para ser fortes. E tudo indica que caminhamos para lá[...] Assim é que com o aparecimento da *Revista Americana*, que será o expoente de nossa cultura, o ponto de convergência da pujante intellectualidade americana, coincidiu o estabelecimento, entre nós, de uma agencia telegraphica utilíssima, destinada justamente a essa aproximação que collimamos, em um intuito de fraternidade e paz. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 429)

Antelo (1997) elaborou um panorama das revistas literárias que circularam no Brasil em meados do século XIX e durante o século XX e afirmou que essas revistas visavam à produção de novas dimensões simbólicas e que o corpo editorial das mesmas defendia características que acreditavam que seriam permanentes no Brasil e no continente daquelas que seriam passageiras, o que caracterizava um caráter judicativo. Além disso, afirmou que a *Revista Americana*, a *Revista da Academia*

*Brasileira de Letras e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro* aglutinavam as características de crítica como prática cívica; a literatura, associada às ciências humanas; e o Estado como fiador do empreendimento.

Demarchi (1997) analisou a *Revista Americana* a partir do estudo do americanismo nos textos literários brasileiros e não apenas a caracterizou como um dos instrumentos difusores do americanismo<sup>17</sup>, como também a qualificou como uma megalomania do Barão do Rio Branco na apropriação do discurso americanista em prol da hegemonia do Brasil na América do Sul, e também para impor a versão brasileira sobre a Guerra do Paraguai, em um momento em que a demarcação de fronteiras era um dos pilares do discurso americanista. Além disso, o autor pensou no contexto como um período de transição, com a liquidação da influência europeia “*rumo a cultura e economia norte-americanas como referenciais para o país*” (DEMARCHI, 1995, p. 9). Não concordamos com essa perspectiva, visto que são recorrentes as críticas feitas à cultura dos *yankees*, e os aspectos econômicos são mencionados com o intuito de favorecer acordos comerciais que permitissem o desenvolvimento econômico de países americanos, e não assemelhar as maneiras de gerir a economia.

Joaquim Nabuco, por exemplo, um engajado entusiasta da aproximação entre Brasil e Estados Unidos (FABRIZ, 2014), afirmou o seguinte, em discurso que foi posteriormente publicado no primeiro volume da revista:

Até agora, nenhuma raça europeia deu na América exactamente o mesmo fruto intellectual que no solo nativo, [...]. Não há signal algum de que a hegemonia intellectual esteja passando da Europa para a America. (REVISTA AMERICANA, outubro/1909, p.21)

Concordamos com o autor Demarchi quando ele defende que naquele momento houve uma tentativa de acomodar-se à supremacia norte-americana para beneficiar-se dela e viabilizar a hegemonia na região sul do continente. Além disso, o mesmo autor defendeu que, no Brasil, o americanismo se resumiu a um discurso a favor da integração nunca efetivada, mais do que uma indagação do que seria a América. Foi com esse objetivo que o Estado teria investido, no início do século XX, na criação de

---

<sup>17</sup> De acordo com Demarchi (1997, p. 9), os primórdios do americanismo no Brasil já poderiam ser percebidos em Basílio da Gama que teria buscado uma identidade americana contrária à colonização europeia.

periódicos ambiciosos, que foram responsáveis por transformar o discurso americanista de utopia em falácia, dentre eles, a *Revista Americana*. Aqui, diferente do autor, pensamos nos artigos que foram postos a circular mais como sonhos ou projetos, cuja concretização era esperada, do que um simples falatório que desfez a utopia.

O trabalho do autor acima nos é importante, visto que procura explicar o significado de americanismo em suas origens no Brasil. Ele defendeu que Basílio da Gama teria sido o primeiro a expressar esse sentimento no romance *O Uruguay*, em que narra a destruição dos Sete Povos das Missões empreendida por portugueses para o cumprimento do Tratado de Madrid. O acordo seria o símbolo da ocupação violenta da América pelos europeus e, também, a transposição arbitrária de uma cultura e suas formas de representação, como num exercício de apagamento da originalidade. Sendo assim, o americanismo, em seu primeiro momento, seria sinônimo de colonização como algo negativo, e não apenas com descrições amenas da natureza do continente. Essa análise nos é pertinente porque na *Revista Americana* as menções à fauna e à flora do continente não estavam revestidas do caráter edênico dos viajantes, mas como traço de originalidade e distintivo dos outros continentes.

Além da seção *Notas*, encontramos, entre os artigos publicados na *Revista*, extratos de livros que ainda estavam por ser lançados, que haviam sido escritos por intelectuais como Oliveira Lima, membro da ABL. No primeiro volume do periódico foi publicado um “*Extracto do primeiro capítulo do livro em preparação, sob o título O movimento da independência, que deverá ser a continuação da obra há pouco publicada – D. João VI no Brasil. A redação deste capítulo não contudo, ainda a definitiva.*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 47). O trecho construiu a imagem de D. Pedro I como aquele que nutria apego à terra brasileira, e mostrou os aspectos positivos desse momento político específico do Brasil.

A partir da leitura atenta do artigo que abre o primeiro número da *Revista*, foi possível perceber uma preocupação em se conhecer o aspecto intelectual da América (o continente), que ia além da questão de tornar conhecidos aspectos naturais e históricos dos países que compõem o continente americano. Além de permitir o

conhecimento da história de cada país, a publicação nas páginas da *Revista* tornaria possível a criação do “*amor em relação às tradições*” desse lugar.

Defendemos que os diretores da *Revista* pensavam no conceito de paz como resultado de um conagraçamento moral, conseqüente de uma admiração que surgia a partir do momento em que se conhecia. Por isso, compartilhar textos com as mais diversas características do continente americano era um dos objetivos da criação do periódico. Até aquele momento, segundo os autores, esses aspectos estavam sendo ignorados em virtude das grandes distâncias e da pobreza dos meios de comunicação e, também, da convicção “*radicada em todos nós de que as idéas, para ser aceitáveis, necessitam trazer a marca européa e transpor os mares nos bojos dos transatlânticos*” (REVISTAAMERICANA, out. 1909, p. 5). Tratava-se de um chamado para que, a partir da prática de uma diplomacia cultural, a América pudesse se tornar atuante no concerto internacional e que essa atuação fosse além de uma subserviência em relação aos Estados Unidos. Para além do aspecto pragmático de angariar recursos simbólicos para o Brasil e em menor escala para o projeto pan-americanista, podemos pensar que esses intelectuais realmente poderiam ter o sonho de aproximar culturalmente os países latino-americanos, em um projeto de integração que iria além do pragmatismo econômico ou comercial.

Segundo essa introdução, essas questões formariam o quadro que mostra as causas “*por que as gentes americanas se desconhecem voluntariamente*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 5). Essa passagem nos remeteu à ideia de História como *Magistra Vitae* explicada por Koselleck (2006), da História como mestra da vida:

um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. (KOSELLECK, 2006, p. 42)

Há também a ideia de que a História pode conduzir ao “*relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos [...] a estrutura temporal da História passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível.*” (KOSELLECK, 2006, p. 43). Pensamos dessa maneira pois os artigos publicados na *Revista Americana* parecem carregar essa missão de relatar fatos históricos com o objetivo de instruir e de se fazer conhecer. Além disso, o periódico seria um espaço em que se deixariam marcas, para as gerações futuras, de sonhos e projetos que



estariam relacionados com uma dada representação de continente americano pacífico, decorrente da cordialidade entre os povos.

Dessa forma, podemos afirmar que um dos objetivos da *Revista* seria criar um espaço através do qual seria possível conhecer, voluntariamente, o continente, através daquilo que é chamado de “*manifestações espirituaes da America [...] a partir da união entre as figuras representativas da intellectualidade desta parte do mundo*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 5).

As seções *Notas* e *Bibliographia* nos demonstraram que os articuladores da *Revista Americana* se viam como intelectuais representativos da América, visto que era espaço em que reforçavam as qualidades e a excelência de seus colaboradores, bem como defendiam, com insistência e brilhantismo, as obras que ali eram inscritas. Escrever na *Revista Americana* era entendido como um ato de se inscrever na história do continente.

Rio Branco, por exemplo, foi descrito por Clóvis Beviláqua como aquele que escolhia homens “*cheios de esperança no futuro*” para compor o quadro de diplomatas (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 16). Domício da Gama, também da ABL, descreveu-o como “*embaixador da verdade*”, e Nabuco como aquele que tinha “*confiança inabalável nos destinos do país*” (REVISTA AMERICANA, mar. 1910, p. 323-324).

Além disso, nas páginas da *Revista* ficou evidenciado que o Barão do Rio Branco observou o conceito de que “*a sanção do direito internacional não é guerra, é a moral*”, pois seus ganhos territoriais demonstraram que “*acima dos movimentos involventes das grandes massas militares, estão as serenas conclusões da lógica e da razão para convencerem o espírito dos magistrados*” (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 32). Rui Barbosa complementou que o seu papel de benfeitor de nossas fronteiras não “*alargou as nossas divisas, mas restaurou-as*” (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 3).

O escritor e gramático Antônio de Araújo Mello de Carvalho descreve Rio Branco como apóstolo da paz na América do Sul, visto que teria consolidado concórdia continental:

Firmava acordos não menos importantes em que procurava dar um

testemunho eloquente da cultura dos povos sul-americanos, destruindo a fama de democracias revoltosas, sangrentas e ingovernáveis e demonstrando, com seus feitos, que todas ou quase todas haviam chegado ao fim do regime funesto dos pronunciamentos e das lutas intestinas, para começar uma longa e fecunda era de tranquilidade e de trabalho. [...] A ação diplomática de Rio Branco, sempre vigilante e desinteressada, jamais se limitou ao ponto de vista egoísta [...] ia além das nossas fronteiras que ele vitoriosamente nos mostrava, irradiava como o influxo benéfico e constante de paz, de justiça e de ordem em defesa da economia. E das instituições políticas de todos os povos sul-americanos. [...] Assegurou que existe, sobre tão vasto e riquíssimo território, um povo que somente se sentirá bem-aventurado e forte nas lutas pela paz e pelo progresso, sem que se torne jamais uma ameaça aos fracos ou um apoio perigoso para os mais fortes. (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 193-196, tradução da autora.)

Também, o objetivo da *Revista*, segundo seus editores, era servir como fonte de consulta para futuros estudos: “*Ella facultará ao historiador e ao geographo, ao politico e ao jornalista, ao artista e ao philosopho, elementos seguros determinantes de uma noção exacta e precisa dos multiplos e parcelados aspectos de nossa vida espiritual*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 5). Podemos relacionar esse trecho particularmente ao título da *Revista* que, certamente, pretendia criar a impressão de que naquele impresso eram discutidos todos os aspectos do continente, para que esse se fizesse conhecer.

Acreditamos que esse era o intuito da seção *Política Exterior*, escrita inicialmente por Delgado de Carvalho<sup>18</sup>, em que se buscava expor “as opiniões e os factos” daquilo que se passava com os outros países. Por meio dessa seção da *Revista*, os colaboradores ou editores não tinham apenas a intenção de manter os assinantes atualizados, mas também de emitir uma opinião sobre determinados eventos, ou juízos de valor, destacando o importante papel da América no mundo. Na visão desses, os intelectuais americanos, especialmente os brasileiros, estavam aptos a opinar a respeito de eventos internacionais. Além disso, ao reforçar o quanto o restante do mundo estava envolto em uma atmosfera de guerra, destacavam que o Brasil se dedicava a essa missão de aproximar os países americanos, em um sentimento de conagração e diluição de conflitos, posicionando-o, aos poucos, como aquele que lidera o caminho para o continente da paz.

---

<sup>18</sup> Ao que parece, Delgado de Carvalho tinha muitos contatos internacionais em virtude de sua formação europeia até os 20 anos de idade. (VALE, 2009)

Nessa direção, por exemplo, Carlos Magalhães de Azeredo<sup>19</sup> afirmou que a pretensão de liderança do Brasil não deveria trazer desconfianças, pois:

Não se trata, como alguns têm erroneamente pensado ou malignamente propalado de uma política ambiciosa e agressiva, de sonhos de hegemonia soberba, estéril, superficial, em prejuízo de outros povos, pois ninguém está mais convencido do que ele que, se há região na terra onde provocar uma guerra seria uma ação duplamente lesiva da civilização e da humanidade, essa é a América, e que o nosso interesse evidente só pode estar no desenvolvimento harmônico e pacífico de muitas nações fortes, honestas e prósperas para vantagem comum no continente. O que o Brasil quer é simplesmente aquela justa influência que por todos os títulos lhe compete, de acordo com as outras repúblicas amigas, na evolução histórica da América – preparação lógica para que um dia há de exercer necessariamente no equilíbrio político do mundo. (REVISTA AMERICANA, fev. 1911, p. 377)

Os interlocutores desse periódico consideravam-se como detentores do conhecimento exato do que definiria a América, ou daquilo que se esperava que fosse a sua representação para o restante do mundo, visto que, por meio de comentários elogiosos a respeito de publicações novas e, também, por meio da descrição de aspectos biográficos dos colaboradores, esses intelectuais quiseram transmitir a ideia de que a América Latina era um lugar de produção de conhecimento e detentora de informação atualizada das relações internacionais no restante do mundo. Tão atualizada, que tinham a prática de emitir opiniões e, ainda que minimamente, expressar posicionamentos a respeito de eventos contemporâneos a eles.

Dessa forma, acreditamos que a *Revista Americana* constituiu uma comunidade interpretativa, conceito oriundo dos estudos literários de Fish (1980), que diz respeito a um sistema ou contexto capaz de produzir um consenso em torno da escolha da interpretação a ser atribuída a um enunciado ou conjunto de enunciados. Tal consenso se produz em virtude da existência de uma estabilidade de significados inerente à textualidade, a partir do momento em que indivíduos que se agrupam em torno de um espaço (no caso a *Revista Americana*), que compartilham regras e estratégias de leitura que permitem a coincidência de interpretações.

---

<sup>19</sup> Carlos Magalhães de Azeredo, jornalista, diplomata, poeta, contista e ensaísta, nasceu no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1872, e faleceu em Roma, Itália, em 4 de novembro de 1963. Foi um dos dez intelectuais convidados para integrar o quadro dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Magalhães de Azeredo também pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Academia Internacional de Diplomacia e ao Instituto de Coimbra.

O que afirmamos é que as representações de continente americano e pan-americanismo atreladas às de paz, modernidade e conagraçamento moral foram postas a circular com um dado significado, que era partilhado pelos escritores que ali publicavam. Aqueles intelectuais que tinham a intenção de questionar mencionadas representações não tinham seus artigos publicados.

Pensando sob ótica da *Revista* como uma comunidade interpretativa, entendemos que a apresentação pode nos dar pistas de quais tipos de textos e que ideias se inscreveriam naquele suporte e seriam postas a circular, demonstrando quais vínculos específicos eram pretendidos entre os artigos e, também, as representações que seriam aceitáveis. Ainda no texto da apresentação do primeiro número, os autores que compunham a redação – a saber, A. G. de Araújo Jorge, Joaquim Viana e Delgado de Carvalho – destacam que essa aproximação teria como resultado imediato “o *conagraçamento moral* [que] *constitue o primeiro passo para uma aproximação política cordial e inteligente*” e prosseguiu afirmando:

Quando os povos americanos tiverem uma noção exacta do valor das suas fortes qualidades originárias e nativas, ainda não de todo esmaecidas ao influxo das culturas exóticas; quando reconhecerem que o nosso Continente, tão mal conhecido e ultrajado, constitue, por si só, uma matriz perene de estudos, exames, indagações, um campo vastíssimo referto de problemas interessantes e sugestivos, uma genetriz fecunda de emoções para a imaginativa do poeta, de pontos de vista curiosos para o espirito dos philosophos, para as locubrações dos sábios, então se reconhecerá o tempo inutilmente consumido em questiunculas desinteressantes e obscuras, os annos transcorridos sem a aquisição de um principio sólido para o progresso da America, de uma conquista preciosa para o desenvolvimento de sua vida, política, económica, intellectual, de uma contribuição útil para o vasto patrimonio commum da humanidade. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 6)

Esse “conagraçamento moral” está relacionado à diluição dos conflitos nas páginas da revista e na prática da diplomacia cultural, uma aproximação política cordial e inteligente dentro do continente americano. Pensamos que “conagraçamento moral” é paz, ou o que estão dando a ler na *Revista* é que a paz seria possível no continente a partir desse conagraçamento. Nessa representação, América era entendida como parte integrante da comunidade internacional, pois os autores destacam que “*a América deixara de ser uma simples projecção geographica [...] e é componente nova entre as forças vias da actualidade*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 8). América ocupava um novo espaço nas relações internacionais e uma das missões da *Revista* seria a

de legitimizar as revelações que foram feitas “*por uma voz autorizada na última conferência da Paz, na Haia*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 9).

A expressão “*voz autorizada*” é uma referência aos comentários proferidos pelo diplomata russo Alexandre Nellidoff, que qualificou o discurso de Rui Barbosa como a “*estréia do Brasil no mundo*”<sup>20</sup>. De forma semelhante, a fala de James Brown Scott foi no sentido de caracterizar a atuação de Rui Barbosa como o “*advento da América do Sul nos destinos do mundo*”<sup>21</sup>; e a declaração do chefe da delegação francesa, D’Estournelles de Constant, na edição do *Courrier de la Conference de la Paix* do dia 20 de outubro do mesmo ano, em que se poderia ler:

A América do Sul fez brilhantemente sua estreia na sociedade oficial dos Estados, e se revelou à nossa ignorância como uma poderosa associação moral e intelectual. Saudamos com reconhecimento as intervenções sempre discretas, mas eficazes, eloquentes e regularmente decisivas de cada uma de suas delegações.<sup>22</sup>

Durante a Conferência de Paz de Haia (1907), o Brasil foi representado por Rui Barbosa, que se destacou no tema da luta pelo princípio de igualdade entre as nações. Após a realização da 1ª Conferência, surgiu uma crise entre Japão e Rússia, em virtude de uma tentativa de anexação da Manchúria, o que culminou em uma declaração de guerra por parte do Japão, que foi bem-sucedido no conflito. Celebrada a paz em setembro de 1905, por intermédio dos Estados Unidos, pelo Tratado de Portsmouth, o czar Nicolau II insistiu na constituição de um órgão efetivo de paz e sugeriu a convocação de nova Conferência da Paz, que foi feita pela rainha Guilhermina da Holanda. Na América Latina, estavam em discussão acontecimentos como a questão de limites do Brasil com a Guiana Inglesa, a questão do Acre com a Bolívia, a questão territorial entre o Chile e o Peru e outras envolvendo a Argentina e a Venezuela. Os Estados Unidos haviam consolidado sua posição na América Central, depois da independência de Cuba e da concessão do Canal do Panamá, e sonhavam

---

<sup>20</sup>Telegrama 94 de Rui Barbosa, do dia 7 de Setembro. Ver em *II Conferência da Paz de Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa* / [Centro de História e Documentação Diplomática]. – Brasília: FUNAG, 2014.

<sup>21</sup>Telegrama 94 de Rui Barbosa, do dia 7 de Setembro. Ver em *II Conferência da Paz de Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa* / [Centro de História e Documentação Diplomática]. – Brasília: FUNAG, 2014.

<sup>22</sup>Telegrama 94 de Rui Barbosa, do dia 7 de Setembro. Ver em *II Conferência da Paz de Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa* / [Centro de História e Documentação Diplomática]. – Brasília: FUNAG, 2014.

ampliar sua influência na América Latina. A 2ª Conferência da Paz teve início no dia 15 de junho e durou até 18 de outubro de 1907, na cidade de Haia, com a presença de 175 delegados de 44 Estados. Dessa vez, as nações latino-americanas não foram esquecidas, e o Brasil, pela primeira vez, tomaria parte num acontecimento de grande responsabilidade internacional. Portanto, a representação do país deveria ser escolhida com muito cuidado, pois estava em jogo o seu prestígio internacional (MAGALHÃES, 2007, p. 5-6).

No decorrer da segunda conferência, o debate girou em torno da proposta dos EUA, que, com apoio da Alemanha e do Reino Unido, pretendiam criar uma Corte Internacional de Justiça composta por juízes permanentes (EUA e dois outros representantes países europeus) e outros com caráter rotativo (CARDIM, 2014). Nessa ocasião, conforme é possível apreender pela leitura dos telegramas trocados entre Rui Barbosa e o Barão do Rio Branco, os países asiáticos e americanos tiveram que reagir naquele momento. O telegrama enviado por Rio Branco mostra que ele esperava um claro posicionamento do Brasil:

Volto do despacho. Presidente entende que se Brasil não tiver lugar permanente no projetado tribunal, não deve assinar essa convenção particular e que pouco antes encerramento devemos fazer declaração manifestando nosso pesar não poder concordar com as ideias que prevaleceram quanto à constituição desse tribunal e a esperança de que na seguinte conferência possamos ser mais felizes.<sup>23</sup>

Os argumentos utilizados por Rui Barbosa em seu discurso se resumiam a mostrar que os países da América Latina haviam sido tratados com injustiça e expor a inutilidade da criação desse novo tribunal permanente quando já existia a Corte Permanente de Arbitramento. Com esses argumentos, foi possível eliminar o projeto americano e ficou confirmada a inviolabilidade do princípio da igualdade dos Estados. Rui Barbosa propôs que se decidisse sobre a questão da arbitragem levando em conta que cada signatário tivesse o direito de designar um juiz para o tribunal proposto, que em todo litígio cada parte mantivesse o direito de escolher seus juízes nesse tribunal (MAGALHÃES, 2007).

---

<sup>23</sup>Telegrama 85 de Rio Branco em 16 de Agosto de 1907. Ver *II Conferência da Paz de Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa* / [Centro de História e Documentação Diplomática]. – Brasília: FUNAG, 2014.

De acordo com esse princípio, tendo por base a igualdade, Rui Barbosa defendeu que todas as nações deveriam possuir igual assento na corte de arbitragem, ficando a critério das partes litigantes a escolha de juízes. Dessa forma, cada Estado poderia indicar quatro nomes para a Corte de Justiça Arbitral. O questionamento se deu em razão de a proposta estipular uma diferenciação entre as nações, ou seja, Estados mais influentes comporiam a Corte Permanente e Estados menores comporiam uma composição colegiada temporária (ZIMMERMANN, 2007).

Retomando a abertura da *Revista Americana*, os redatores mencionaram que, para que essa missão de aproximação política fosse efetivada, seria necessária uma “*forte arregimentação de energias [...] dispersas*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 6), uma circulação ativa de ideias e sentimentos entre as pessoas que habitam a América, a penetração das “*conquistas espirituaes*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 6). Essas ações

nos habilitariam a ocupar um lugar marcado entre as grandes nações cultas do mundo e plantaremos assim [...] os fundamentos de uma nobilitante comunhão política, de uma dignificadora solidariedade de aspirações e de ideias, que nos tempos de correm constituem a razão última da existência dos povos. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 6)

E ao destacar que nas páginas dessa *Revista* seriam debatidos todos os problemas que se relacionam ao destino das nações americanas, os autores da redação destacam que “*a Revista Americana faria o esforço para transmutar o sonho em realidade calorosa e fecunda*” a partir da “*aproximação política*”, do “*congraçamento intelectual*” e do “*engrandecimento moral*” das nações americanas (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 6). Nas palavras da redação, *a Revista*

E’ um campo neutro para a plena expansão de todas as actividades mentaes, um vehiculo de todos os sonhos, de todas as aspirações, de todos os ideias, de tudo quanto possa concorrer para a nobilitação e o engrandecimento da America. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 6)

A questão do desconhecimento a respeito dos países vizinhos foi muito mencionada, inclusive nos jornais que circulavam no Rio de Janeiro, bem como as críticas em virtude do interesse excessivo pela Europa em detrimento da América. C. Tavares Bastos, do periódico *Folha do Dia*, mencionou:

Com efeito, de tudo o que o velho mundo produz, logramos, pelo primeiro transatlântico, conhecimento immediato e oportuno. [...] Andamos sempre ao

par do progresso das idéas europeas em todos os ramos do conhecimento humano. [...] A Argentina e o Chile estão mais longe de nós, na geographia das relações intellectuaes, do que qualquer delles. Que muito é, se dentro de nossas proprias fronteiras, o Sul desconhece o Norte? (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 428)

Lucilo Bueno, colaborador do jornal *O Seculo* (publicado no Rio de Janeiro entre os anos de 1880 e 1919), por sua vez, mencionou o paradoxo de termos tanta semelhança entre os idiomas e, no entanto, permanecermos estranhos:

Quem, na America do Sul, suspeitará de que na nossa literatura há o patrimonio riquíssimo de um Alencar, de um Macedo, de um Gonçalves Dias, de um Machado de Assis? [...] Com a grande facilidade de compreensão de nosso idioma e nós do delles, vivemos apartados, ideando vagamente uma civilização, sem cuidarmos que preciso é conhecer as manifestações de um povo para então ama-lo e admira-lo. [...] Os homens de responsabilidade do continente nunca trataram da aproximação fraternal da intelligencia e só quando algum congresso se reúne em qualquer das capitaes latino-americanas, é que vemos, embevecidos, a revelação de talentos, até então completamente ignorados. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p.426)

Visto que os objetivos eram muitos e que os intelectuais que publicavam nessa *Revista* eram portadores de projetos de uma América para um futuro próximo, fica fácil compreender por que a *Revista* é caracterizada pelos membros da redação como um veículo de sonhos: ela portaria as representações de América e Pan-americanismo que um dado grupo de intelectuais considerava adequada para aquele momento, tendo em vista o campo de experiências e o horizonte de expectativas.

Pensamos que a partir do uso da história como conhecimento de experiências alheias, esses intelectuais tentavam projetar nessa *Revista* suas expectativas em relação à América. Por isso, foi utilizada a sentença feliz para designar o periódico como veículo de sonhos, portador de horizontes de expectativas que envolviam presente e futuro (deles). Koselleck (2006, p. 306) defende que não se pode ter expectativa sem experiência e vice-versa, e que *“todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem.”*

Após esse panorama sobre os conteúdos abrigados pela *Revista Americana*, é possível destacar que os quatro números da *Revista* que circularam em 1915 exibiam uma estrutura diferenciada em relação aos números anteriores, pois, além das capas coloridas (Figura 8), acompanhando os textos que circulavam regularmente, o periódico apresentou suplementos ilustrados, com fotografias de encontros relacionados aos objetivos do periódico, bem como menções à vida cotidiana de



peessoas eminentes. Eram comuns, portanto, fotografias de encontros entre os diplomatas de países sul-americanos, jantares oferecidos a artistas estrangeiros que vinham se apresentar no Brasil, além de fotografias de esposas e crianças de pessoas ligadas à política (Figura 9). Também encontramos fotografias de cenas do cotidiano de cidades da América do Sul (Figura 10) e de mulheres (Figuras 11 e 12). Esse layout atribuiu ao periódico um aspecto mais mundano e, talvez, mais comercial.

Da própria *Revista*, sabemos que, em fevereiro de 1913, Araújo Jorge partiu para missão em Berlim e “a *Revista Americana* ficará sob a direção de outro moço muito competente, o Dr. Sylvio Romero Filho, que está mostrando como se vence com tenacidade e engenho, a indiferença pública” (REVISTA AMERICANA, mar. 1913, p.262).

Esse aspecto mais mundano da revista foi constatado em virtude de algumas seções que surgiram e permaneceram apenas nesses quatro números. Por exemplo, na edição de 1 de junho de 1915, na seção *Mundanismo*, as páginas estão recheadas de fotografias dos netos de Lauro Müller, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil; menções a festas de aniversário, reuniões artísticas, lista de aniversariantes do mês, anúncios de casamentos e refeições de grau; além de frases soltas, que pensamos ser destinadas a uma espécie de reflexão, como esta frase de Diderot: “a prosperidade descobre os vícios e a adversidade as virtudes” (REVISTA AMERICANA, 1 jun. 1915, p. 2 do suplemento ilustrado); ou a frase de Moraes de Carvalho: “a história do mundo é a recaptulação das loucuras dos homens.” (REVISTA AMERICANA, 1 jun. 1915, p. 4 do suplemento ilustrado).

Um outro indício desse aspecto foi o anúncio da festa, realizada pela Senhora Venceslau Brás<sup>24</sup>, com propósito de ajudar as “vítimas da seca do Norte do país – um

---

<sup>24</sup> Maria Carneiro Pereira Gomes, esposa do então presidente da República, Venceslau Brás, que, em março de 1914, com o apoio de grupos dirigentes de Minas Gerais e São Paulo, chegou à presidência da República. O período de seu governo coincidiu com a Primeira Guerra Mundial e sua posição inicial diante do conflito foi de neutralidade. Somente em outubro de 1917 é que o governo brasileiro declarou guerra aos alemães. Seu governo responsabilizou-se, ainda, pelo esmagamento da Revolta do Contestado, conflito entre camponeses e latifundiários na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina, iniciado em 1912. (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001)

movimento de generosidade, que só pode merecer os aplausos e o apoio de todos os corações bem formados.” (REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 2-3).

Figura 8. Capa colorida. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915.



Figura 9. Mundanismo. Fonte: REVISTA AMERICANA, 1 jun. 1915, p. 2 do suplemento ilustrado.

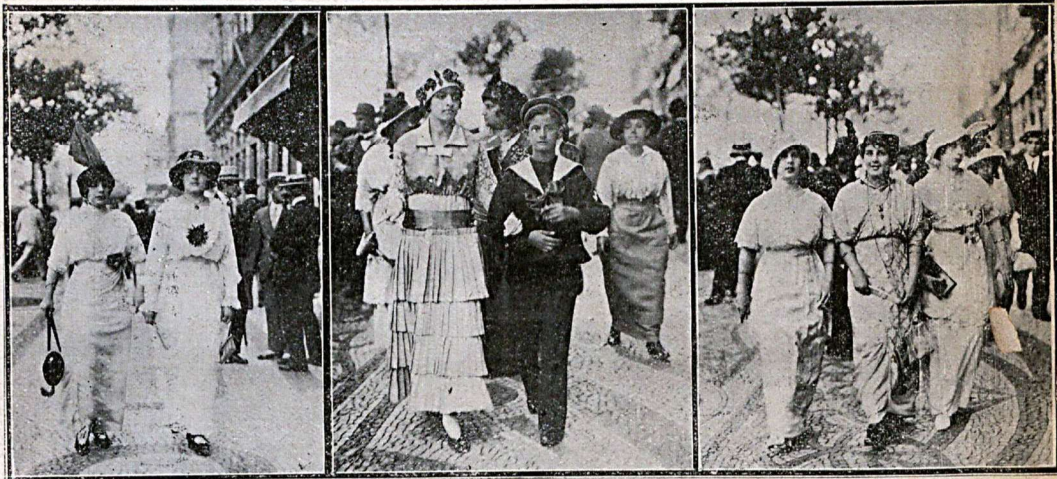


Figura 10. Instantâneos: fotos de lugares da América Latina. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p.7 do suplemento ilustrado.

O creado para o amo que vae, de noite, a atravessar um quarto:  
 — Cuidado, senhor! olhe que no meio da casa está uma bacia d'agua quente.  
 — Oh demonio! traz luz! quem sabe se não estou já todo queimado!

Logica de Bébé.  
 — Oh! Papae, o professor diz que estamos no mundo para ajudar os outros.  
 — Tem razão.  
 — Mas então, os outros para que é que estão no mundo?

NA AVENIDA — Instantaneos



Simplicio sonhou que estava falando com S. Thiago.

— Queres mil libras? perguntou-lhe o santo mostrando-lhe um maço de notas do banco.

— Quero, sim, senhor.

— Em ouro ou em notas?

— Em ouro.

— Espera ahi que vou trocar. Entretanto elle accorda, e soltando um profundo suspiro, exclama convicto:

— Antes eu tivesse accitado as notas!



Um aspecto das cataratas do Niagara.

Quando Simplicio entrou para o collegio foi um dia pillhado a encher os ouvidos d'algodão em rama.

— Para que é isso? perguntaram-lhe os collegas.

— E' para que aquillo que entrar por um ouvido não saia pelo outro.

Professor.

— Diga-me uma cousa, porque é o mar salgado?

O alumno depois de pensar: — E' por causa do bacalhau.

Figura 11. Fotografia. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 6 do suplemento ilustrado.

Quando Deus extrahio um osso de Adão para com elle formar a companheira do homem, não o extrahio da cabeça, para que não fosse superior ao homem, não o extrahio dos pés, para que não lhe fosse inferior; tirou-lh'o do tronco, para que lhe fosse igual.

*Santo Agostinho*

Sabeis vós bem o que é a leitura?  
E' de todas as artes a que menos custa e a que mais rende.

*Antonio Feliciano de Castilho*

A primeira educação é a mais importante, e essa pertence ás mulheres.

*Rousseau*



*A Ex.ª S.ª Celina Roxo*

Photo - Studio Huberti & C.

Todo aquelle que affirma ser possível conseguir-se qualquer cousa sem trabalho nem fadiga, é um envenenador.

*Benjamin Franklin*

A felicidade é não desejar, mas a vida é um desejo contínuo; quem não deseja não vive, quem não vive está morto, logo a felicidade é a morte.

*Perez Escrich*

Figura 12. Fotografias. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 13 do suplemento ilustrado.

## Theatro



Lucilia Peres

*A primorosa artista brasileira que, com o seu talento, tanto brilhantismo tem dado ás recitas do Pathé*

Frederico Guilherme I, Rei da Prussia, estava um dia trabalhando em seu gabinete. Ante os seus olhos e em cima de uma mesa desenrolava-se um grande mappa, no qual estavam espetados muitos alfinetes com bandeirolas de papel de diferentes côres.

Os prussianos estavam em guerra, devido á questão da successão da Pomerania.

Frederico Guilherme I, preocupado e pensativo, ia cautelosamente mudando de um para outros logares do mappa os alfinetes com bandeirolas, cada um dos quaes representava uma divisão de infantaria ou um regimento de cavallaria ou de artilharia dos prussianos ou dos inimigos e procurava calma e profundamente estudar os planos das batalhas que se deviam travar.

Nisso, entrou no gabinete, sem ser visto, o filho do Rei, um formoso menino de seis annos, que começou a brincar com uma peteca.

De repente, esta, em uma das vezes que foi atirada, cahiu em cima do mappa, desalojando de suas posições varios esquadrões de cavallaria e batalhões de infantaria, isto é, varios dos alfinetes com bandeirolas.

— Olá! — estavas ali? — disse o Rei, um tanto agastado e voltando-se.

Toma, toma a tua peteca e deixa-me trabalhar.

O menino pegou na peteca e continuou jogando e tantas vezes a atirou ao ar que ella tornou a cahir sobre o mappa desbaratando por completo as forças alliadas da Russia e da Saxonia: total uma duzia de alfinetes.

Frederico Guilherme I, coçou a cabeça já aborrecido, lançou um severo olhar para o filho fazendo ao mesmo tempo ao obstinado menino signal para que se retirasse.

Mas o pequeno era voluntarioso e desobediente. Recomeçou o jogo e pela terceira vez cahiu a peteca no mappa, decidindo a sorte de um combate que ia travar-se perto de Stralsund.

Enfadado, o Rei pegou na peteca e guardou-a no bolso do casaco.

O pequenote estacou, encarando pensativo, o pae, de alto a baixo e depois de algum tempo, cheio de raiva, disse-lhe com arrogante dignidade.

— Quer Vossa Magestade dar-me a peteca ou não?

O Rei da Prussia olhou para o menino que estava parado em attitude hostil.

Depois olhou o mappa da guerra e considerando de bom agouro a ousadia daquelle menino de seis annos disse-lhe:

— Toma, meu filho, toma a tua peteca, que mesmo que se perca esta campanha, se continuares tendo o genio tão firme e energico, nossa será a Pomerania.

E assim aconteceu, com effeito porque aquelle menino foi mais tarde o grande Rei e melhor General — Frederico II, da Prussia.



Leopoldo Fróes

*O excellent diseur que é actualmente o director artistico do Pathé*

A seção *Curiosidades* portava frases irônicas -“*por uma estatística recentemente publicada, sabe-se que nos países balcânicos a média da vida humana é maior que em qualquer outra parte. [...] Vale a pena mudarem-se para lá os que desejam viver muito*”- e conhecimentos dos mais diversos tópicos, como sobre os chineses e a linha férrea inglesa (REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 10).

Com objetivos semelhantes, a seção *O que é útil saber* trazia frases como “*Quereis fazer estancar rapidamente o sangue que corre abundantemente de qualquer ferimento? Juntai em partes iguais farinha de trigo e sal comum e colocar a mistura sobre o local ofendido com compressas ou ligaduras*”, ou “*as folhas de arruda pisadas e misturadas com mel, postas sobre o ventre, expelem as lombrigas.*” (REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 23).

Outra seção de destaque foi *O ABC*, dedicada a divulgar fotografias dos discursos e banquetes proferidos por Lauro Müller no Uruguai e na Argentina (Figuras 13 e 14).

A seção *A arte de ser bela*, que se dizia ser dedicada à alta sociedade, tinha a pretensão de ensinar mulheres a se portarem devidamente para que pudessem ser belas. Dessa forma, com o objetivo de modelar comportamentos relacionados ao se arrumar durante a maquiagem, afirmaram:

O dever absoluto das mulheres é o de serem belas, para agradarem, seduzirem, amarem e serem amadas. O que os homens esperam delas, é o de serem o fulcro da sua vida, e que lhes deem a compensação dos seus sacrifícios, quanto mais trabalham, mais as querem guardar no relicário da ociosidade, justamente para que nada as ofenda ou macule.

A sua primordial utilidade é a de serem belas e atraentes e para lhes facilitar esta tarefa, é que lhes oferecemos essas indicações que fará compreender a cada uma os cuidados que devem ter para cumprir esta missão [...]

A Cor mais carregada das sobrancelhas e das pestanas e a aureola d'uma abundante cabeleira, que vale por si só o mais rico dos adornos, faz ressaltar a alvura da pele. Os olhos ardentes e cintilantes como uma estrela embalada pelo amor, a boca mais fresca que uma rosa no minuto do seu desabrochar completam a harmonia do rosto e são a beleza da parte superior do corpo de uma mulher bem feita. (REVISTA AMERICANA, 15/junho/1915, p. 11-12)

Figura 13. Página com destaque para realização de eventos do ABC. Fonte: REVISTA AMERICANA, 1 jun. 1915, p. 8.





Figura 14. Fotografia de eventos com participação do ministro Lauro Müller. Fonte: REVISTA AMERICANA, 1 jun. 1915, p. 9.

## © Chanceller Lauro Müller na Argentina

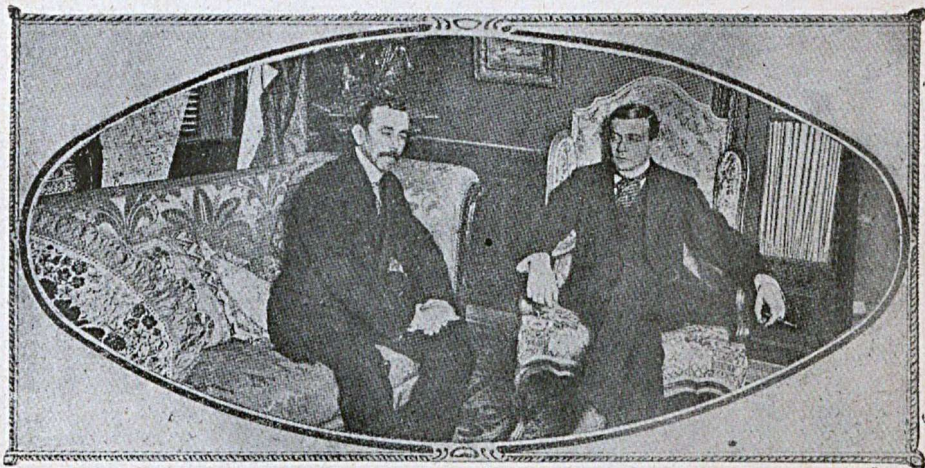
Mãe e filha.  
 — ...com que, não queres casar com o Luiz?  
 — Não, mamã, é um sceptico, anda sempre a dizer que não ha inferno!  
 — Casa com elle, e verás como nós duas o faremos mudar d'opinião.

Em materia d'amor tudo o que reluz é ouro e tudo que assombra é sol.

Rodrigues Lobo



Depois do almoço na casa do ministro Murature. Os Drs. Lauro Müller, Murature, Figueroa, Souza Dantas, Lucas Ayarragaray, Cantillo e demais convidados



Os Ministros Murature e Lauro Müller.



Pueno del Inca — Hotel em que o Chanceller passou a noite antes de atravessar os Andes a 2800 metros sobre o mar.

Perguntaram a um principe russo:  
 — Quaes são, hoje, as grandes potencias da Europa?

— E elle, immediatamente:  
 — A Russia, a Inglaterra, a Allemanha, a França... e a mulher.

Um homem indiscreto é uma carta aberta: toda gente a póde ler.  
 Champport

O pensamento da eternidade consola da rapidez da vida.  
 Malesherbes

Apesar da repaginação, a redação se manifestou afirmando que a *Revista*, que antes era mensal, ressurgia agora como quinzenário, inteiramente modificado na leitura material, mas com mesmos intuítos e objetivo:

O seu programa é o programa da solidariedade pan-americana, que tem podido ser uma tradição retilínea na ação exterior dos nossos governos porque é o reflexo do sentimento e da vontade do povo brasileiro. Agora, talvez mais do que nunca se faz mister a realização desse programa de confraternidade.

A horrível hecatombe que desabou sobre a velha e gloriosa Europa – ontem fecundo manancial da vida; hoje, triste cenário da morte – constitui um doloroso e amargo ensinamento para quantos ainda possam, acaso, duvidar da necessidade da paz e da concórdia, porque a grandeza e o progresso das nações americanas. [...] A *Revista Americana* será uma dedicada servidora [...] de traço de união entre as representativas figuras da intelectualidade do continente. (REVISTA AMERICANA, 1 jun. 1915, p. 19).

Apesar de tal manifestação, foi possível perceber uma compreensiva diminuição da participação de intelectuais dos demais países do continente americano, em relação aos números anteriores. Encontramos apenas duas referências de visitas de estrangeiros latino-americanos, como a que segue:

O senhor Eduardo Gutierrez, o distinto intelectual colombiano que vem percorrendo a América numa simpática propaganda dos sentimentos de confraternidade que devem unir os países deste continente, acha-se agora nesta cidade, vindo do Rio Grande do Sul, depois de ter visitado as repúblicas do Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Bolívia, Equador e Venezuela. Sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Homens de Letras e da Associação de Imprensa realizou o ilustre publicista duas conferências no salão da Biblioteca Nacional. Uma sobre o “ABC significa a América ou apenas a Argentina, Brasil e Chile” e outra sobre “Pátria americana e patriotismo americano”.

O Senhor Eduardo Gutierrez discorreu eloquente e proficuamente sobre esses sugestivos temas, expondo preciosas observações sobre a psicologia da alma americana e apreciando com grande brilho e elegância o significado para os destinos da América da política de concórdia que teve a sua expressão mais elevada na fórmula do ABC que não pode ser apenas uma união temporária da Argentina, Brasil e do Chile, mas uma fase paratória e inicial de uma política pacifista que deve ter o concurso natural e a colaboração eficaz de todas as nações do novo mundo. (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 2-3)

Talvez por causa do questionamento da não participação de outras nações do continente americano, como a Colômbia, por exemplo, a *Revista Americana* fez poucas menções à interação entre esses países. A outra referência foi feita à vinda de uma companhia de teatro argentina e do Dr. Andrés Demarchi, escritor argentino, como sinônimo da aproximação intelectual dos povos do continente, visto que:

o palco é o elemento de propaganda por excelência, porque mais, que todos os livros, é o melhor revelador da vida de um país e o propagador eficaz e mais seguro das energias e do progresso da nação [...] podendo exercer uma influência duradoura e eficaz no conagraçamento moral da América. (REVISTA AMERICANA, ago. 1917, p. 1)

Foi nessa mesma ocasião, do jantar em homenagem aos artistas argentinos (Figura 15), em que compareceram representantes da imprensa dos diversos lugares do Brasil, que Sylvio Romero Filho, depois da leitura de dois sonetos criados por Olavo Bilac, fez um brinde e pronunciou discurso em nome da *Revista Americana*:

Eu pertenço, como vós, ao número, felizmente já muito grande, daqueles que vêem na objetivação do sonho de Bolívar a grandeza do futuro da América. A união, que foi o ideal que norteou a espada gloriosa do libertador e que foi a última visão do grande herói no seu leito de morte, tem que ser a ambição suprema das nações americanas, porque é a garantia segura da realização dos destinos históricos do continente. [...]

As fronteiras entre os países da América em que venturosamente não há tradições de ódios étnicos, nem ressentimentos de violências praticadas e opressões sofridas, não são nem podem ser, senão a determinação dos trechos de terra em que a cada um incumbe zelar pela efetivação do ideal comum.

A fórmula de Monroe deve ser assim traduzida na atualidade: a união das nações americanas para a defesa do patrimônio comum e a conquista conjunta da vitória. (REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 82)

Ao longo dos números daquele ano, foram recorrentes os avisos da falta de papel em virtude da guerra na Europa, fato esse que pode explicar a interrupção da circulação da revista entre agosto de 1915 e outubro de 1916, dentre outros fatores. De acordo com registros do próprio periódico, raras eram as semanas que não registravam o desaparecimento de uma publicação, e a *Revista Americana* seguia sendo distribuída.

Além disso, esse novo formato contemplou as seções que permaneceram nos quatro números, denominadas *OMNIA* (tudo) e *O movimento das ideias*, que, por sua vez, subdividia-se em cinco outras subseções. *A música*, escrita por Oscar Guanabarro, essencialmente discutia a importância de uma educação musical com o objetivo de atingir o que ele considerava arte – a música wagneriana tocada com qualidade –; *As artes plásticas* trabalhava com a descrição e reprodução de algumas obras da artista Fedora do Rego Monteiro; *O teatro* foi o espaço em que Portugal da Silva insistiu na importância de um investimento estatal em subsídios que patrocinassem artistas e suas peças teatrais no Rio de Janeiro, cidade em que residia o presidente da República, “o corpo diplomático, gente de dinheiro, homens de valor, intelectuais”, que não tinham um lugar em que se reunissem os artistas de merecimento.

Figura 15. Fotografia dos escritores argentinos em almoço com representantes da intelectualidade brasileira.  
 Fonte: REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 2.



Afirmou Portugal da Silva, dessa maneira:

Quem escreve estas linhas fez parte do júri eleito para apreciar as peças dramáticas aceitas n'um concurso premiado. Das 125 apresentadas leu todas e a classificação dada foi: uma muito boa, quatro boas, dez sofríveis e 110 dignas de figurarem no cesto de papéis, ou então, como castigo serem representadas, pedindo-se primeiro ao público para não matar os autores. [...] O subsídio é uma questão imprescindível, mas não com o intuito de proteger A ou B que, afinal, nada faz a favor da arte, mas um subsídio largo, rasgado, sem avarezas que prejudicam e cujos efeitos, nestas condições, são contraproducentes [...]. Logo que o artista tenha a certeza que a sua escritura é de 10 a 12 meses, que o seu trabalho está garantido, evidentemente buscará os empregos os seus esforços para acertar. [...] E assim há o direito de exigir muita disciplina.” (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 80-81)

O objetivo de tal investimento seria possibilitar uma educação ao povo, pela música e pelos espetáculos que três ou quatro vezes por ano seriam com entrada gratuita em recitais especiais em que se apuraria e se colocaria “*a par do movimento dramático e do progresso dos autores* (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 79). No entanto, ainda com a sugestão desses projetos de movimentação das artes na capital, no penúltimo número de 1915 saiu o comentário de Oscar Guanabary, em que se destacou a dificuldade de manter a seção em uma capital sem teatros, ainda que se tratasse de uma revista quinzenal (REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 49).

A preocupação com a deficiência de uma educação artística também foi manifestada em diversos artigos a partir dos números de 1916, como o *Impressões da XXIII Exposição Geral de Bellas Artes*, escrito por F. Mascarenhas, em que relatou a sua decepção frente às obras do evento, tendo afirmado que:

A Comissão encarregada do julgamento de admissão, excessivamente benévola, permitiu a entrada, na Sessão do Pintura e Desenho, de muitos quadros que não deveriam ter encontrado acolhimento naquele recinto; e tantos foram os maus trabalhos admitidos que é positivamente desagradável impressão causada ao visitante, sendo a este necessário fazer o que a Comissão não fez, isto é, a eliminação das telas que não resistem à mais superficial análise, para depois observar e apreciar as que tem boas qualidades. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 123)

Ao fazer as críticas, teve o objetivo de demonstrar o quanto a arte estava pouco difundida e pontuar a gritante falta de estética, desde os cartazes de reclame até fachadas de edifícios:

Observamos que os melhores trabalhos são firmados pelos artistas que frequentaram academias ou cursos nos centros artísticos da Europa; os que fizeram ou fazem estudos aqui não possuem os mesmos conhecimentos de estética, não têm tanta arte na composição e na execução dos motivos. Estes

carecem de certo apuramento de gosto e exata compreensão da estética, o que só se adquire em um centro onde a cultura artística tenha atingido alto grau. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 143)

A subseção *Livros novos* tinha a interessante dinâmica de apresentar as novas publicações que foram enviadas à *Revista Americana* e mencionar a atuação de intelectuais brasileiros, além de apresentar algumas opiniões pontuais sobre a guerra. Dessa forma, a respeito do livro escrito por Nazareth Menezes sobre Rui Barbosa, encontramos o seguinte comentário:

Como jornalista... O sr. Ruy não é um jornalista, é um publicista de grande mérito. Como orador é notável, mas para um auditório culto, porque a sua oratória impressiona mais pela forma elegante e cuidadosa e pela abundância de vocabulário do que pela pujança de imaginação e entusiasmo no dizer. [...] Como diplomata ele só agiu em Haya, e aí sua ação foi mais de advogado do que de diplomata propriamente dito. [...] Como político, a não ser no último quadriênio, vossa excelência tem sido a meu ver dispersivo e muitas vezes reacionário. Certo, o Sr. Nazareth me perdoará esta divergência; ela, porém, serve para atestar com que cuidado li seu livro, belo no ponto de vista literário, sincero quanto aos juízos expressos nele, mas influenciado por muito amor, amor que o perturba assás. (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 74-77)

Finalmente, na subseção *A política internacional* percebemos duas temáticas marcantes: os movimentos na América do Sul para a realização do Tratado do ABC e uma releitura da Doutrina Monroe. Foram feitas muitas referências às viagens do ministro Lauro Müller, sucessor do Barão do Rio Branco, a Uruguai, Argentina e Chile como marca de uma nova época na política sul-americana, reforçando “*a cordialidade já existente, que dissipa todos os malentendidos possíveis e assegura a vitalidade dos pactos assinados.*” (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 66).

Para reforçar a ideia de uma concórdia pré-existente, os editores da *Revista* qualificaram a política de intervenção no Prata e no Paraguai como um instrumento de “*pacificação e de calma*”, pois

caudilhos perturbavam a vida econômica e social de suas pátrias e pretendiam alterar o mapa sul-americano. O Império colocou-se então ao lado dos liberais das repúblicas vizinhas e, conseguiu, esmagando o caudilhismo, estabilizar as fronteiras e regular a vida no Prata. (REVISTA AMERICANA, 15/junho/1915, p. 67)

A intervenção brasileira naquela região foi benéfica e de paz.

Nesse aspecto, concordamos com Demarchi (1997), ao perceber que a prática de uma reescrita dos eventos era parte de uma possível estratégia de se impor a versão

brasileira sobre a Guerra do Paraguai, conforme podemos constatar no trecho a seguir:

(...) os últimos arrancos do imperialismo platino e paraguaio desapareceram há mais de 40 anos e a política imperial quando precisou, para a tranquilidade da América do Sul, de esmagar os caudilhos ambiciosos, cooperou sempre com os liberais do Prata, os quais confraternizaram com o Brasil nessa obra de civilização e de paz, que é uma das glórias da nossa raça. (REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 132-133)

Ou seja, em textos como esse, o Brasil é representado como o país que apenas interveio no Prata e no Paraguai para trazer estabilidade de governo e de instituição aos povos vizinhos, reforçando a ideia de que o preconceito europeu se diluía diante das necessidades do continente americano e se fundiram nos novos ideais. Tratava-se de reforçar que, diferente da Europa, a guerra não seria possível no continente, pois *“todos os interesses cooperam e nenhum se hostiliza. Todas as nossas aspirações se harmonizam e não há possibilidade de atritos [...]”*, em virtude do *“estado de alma que representam”* (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 71).

Compreendemos que se construiu a representação de um Brasil que apenas interveio em nome da paz do continente, e não com interesses escusos, imperialistas. Atribuiu-se um papel de juízes aos neutros, que teriam a “obrigação moral” de protestar contra os torpedeamentos sem aviso prévio e de garantir as convenções internacionais que regulam a guerra marítima para “humanizar a guerra”. *“A diplomacia brasileira tem sido sentinela avisada de uma constante política de serenidade, de sabedoria, de moderação e de interesse.”* (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 19).

Discursos como o supracitado apareceram, geralmente, com o intuito de anunciar a ida do chanceler Lauro Müller a Argentina e Chile, viagens que culminaram na assinatura de uma convenção de arbitragem obrigatória entre essas nações, que poderia se estender ao restante do continente mais adiante. A assinatura de tal tratado em 25 de maio de 1915 representou um prosseguimento da política de aproximação objetivada pelo Barão do Rio Branco, que almejava a formação de um bloco de paz no Cone Sul:

Pelo Tratado de 25 de maio, as controvérsias que por qualquer motivo originadas no futuro surgirem, entre os três países, ou entre dois deles, e que não tiverem podido ser resolvidas por via diplomática nem submetidas a arbitramento, de acordo com aqueles tratados ou com outros posteriores, serão submetidas ao exame e parecer de uma Comissão Permanente,

composta de um delegado de cada país e que se reunirá em Montevideu. Pelo mesmo Tratado, as três potências obrigam-se a não praticar atos de hostilidade, enquanto a mencionada Comissão não tiver apresentado o seu Parecer, ou enquanto não houver decorrido o prazo de um ano, a contar da data da constituição daquela Comissão; e declaram mantidos os compromissos estabelecidos por aqueles tratados, bem como a obrigação de cumprir os laudos arbitrais nas questões que tenham sido ou forem resolvidas de acordo com os mesmos tratados. Esse Ato, comumente chamado de ABC, já foi também enviado à Câmara dos Deputados, no dia 30 de junho corrente, com a Mensagem Presidencial de 23 do mesmo mês, acompanhada de uma Exposição de Motivos, também do dia 23. (...) Este Tratado, concluído entre o Brasil, a Argentina e o Chile, para facilitar a solução pacífica das controvérsias internacionais, foi assinado em Buenos Aires, a 25 de maio de 1915, e compreende sete artigos. (TRINDADE, 2012, p. 130-131)

Nesses momentos da *Revista*, Lauro Müller foi representado como “*o mensageiro da fraternidade sul-americana*”, em virtude da assinatura do Tratado de 25 de Maio, amplamente mencionado na revista como um documento para a solução pacífica das divergências internacionais que surgissem no futuro. Acreditamos que esse fosse um dos passos para a elaboração de um direito internacional americano:

O ABC, que era uma forma ocasional na solução que já exerceu influência eficaz na paz da América e agora na combinação definitiva que nos permite ensinar às nações o alfabeto da paz, dando-lhes a meditar uma grande lição de fraternidade. Lauro Müller mostrou que na instabilidade de todas as nossas coisas, mantemos na continuidade e firmeza da nossa política internacional um abrigo inacessível às paixões e às divergências internas. Permitiu-nos nesta hora de angústia para a humanidade, mostrar que há dentro do direito solução para todos os conflitos e apaziguamento para todos os ódios. (REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 147)

Nesse mesmo período, encontramos, mais uma vez, a ideia de América como país pacífico em oposição à Europa beligerante:

Na América, não podem sobreviver os ódios, as sedições que dividem raças e países da Europa. A história fortifica e fundamenta as diferenças de temperamento. No velho continente os povos se entrecrocaram; passaram uns sobre os outros; disputaram territórios; coabitaram hostis e rancorosos. Na civilização intensa de hoje bastou que governos quisessem insistir nos seus pontos de vista para a conflagração se desencadear. [...] Foram as velhas tradições, os ideais nacionalistas, as teorias de domínio, os sonhos antigos, as reivindicações antigas que pareciam amortecidas. [...] Na América não há nada disso. [...] As guerras que tivemos foram mais guerras civis do que internacionais. [...] O atual chanceler tem desenvolvido com galhardo êxito a nossa política tradicional que visou sempre a tranquilidade e que só recorreu à força quando os outros não atendiam a conselhos pacíficos. A sua viagem aos Estados Unidos consagrou mais uma vez o acordo perfeito que sempre nos ligou à grande república do Norte. (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 68-69, grifo nosso)

É importante ressaltar que, nesse momento, as discussões sobre a integração na América Latina assumiram um caráter mais romântico ou apenas comercial, e não



necessariamente em uma lógica de integração, pois desde a gestão de Rio Branco percebia-se que o Brasil tinha pouca chance de exercer influência solitária sobre os demais países. Dessa forma, evitou projetos de hegemonia e observou uma política de inteligência cordial com a Argentina e o Chile (BUENO, JÚNIOR & VIGEVANI, 2014, p. 549-550).

Depois de agosto de 1915, a *Revista* apenas voltou a circular em outubro de 1916, principalmente devido à escassez de papel para impressão. Naquela data, ressurgiu com as mesmas feições do número inaugural, de outubro de 1909, reforçando os objetivos da aproximação intelectual dos povos americanos e com os mesmos aspectos sóbrios já discutidos.

Em agosto de 1917, a sede da *Revista Americana* passou a se localizar na *Livraria Editora*, de Leite Ribeiro e Maurillo, na rua de Santo Antonio, n.3 (esquina da Avenida Rio Branco), no Rio de Janeiro. O diretor do periódico continuou sendo Araújo Jorge. Não há mudanças aparentes na materialidade ou conteúdo da revista: continuamos encontrando textos de recepção da ABL, como o de Lauro Müller, que substituiu a cadeira do Barão do Rio Branco.

Percebemos a continuidade da seção *Revistas e Jornais* a partir de 1916, espaço onde divulgavam os sumários dos periódicos que a redação recebia. Destacamos a revista *Inter-Americana* (*órgão de intercâmbio intelectual entre os povos do Novo Mundo*), cujo primeiro número saiu em maio de 1917:

É uma nova publicação destinada a circular nas repúblicas americanas, com o intuito de facilitar o conhecimento recíproco de suas manifestações artísticas, científicas, literárias, políticas. Para tornar eficaz este desejo, *Inter-Americana* publicará alternadamente uma edição em inglês, outra em espanhol. O presente número I, de maio de 1917, contém extratos de artigos e publicações aparecidos em jornais e revistas norte-americanas e especialmente traduzidos em espanhol para *Inter-americana*: a próxima edição inglesa, que aparecerá em outubro do ano corrente, publicará traduções de artigos de jornais e revistas brasileiras e de outros países americanos de língua espanhola, traduzidos em inglês, destinados a circularem nos Estados Unidos. *Inter-americana* foi fundada sob o patrocínio Carnegie Endowment for International Peace, a Dotação Carnegie, um de cujos fins é cultivar a cordialidade entre os diferentes países americanos e facilitar o conhecimento recíproco dos seus homens e das manifestações sérias de sua cultura e da sua inteligência. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 138)

Também se mencionava o recebimento dos números da *Revista do Brasil*, em cujo sumário estavam contemplados nomes que também publicavam na *Revista Americana* ou textos semelhantes:

*Revista do Brasil*. [...] No seu sumário figuram os nomes de Pedro Lessa com um estudo intitulado *O preconceito das reformas constitucionais*; a conferência de Olavo Bilac, *Lendas do Brasil*; um magnífico estudo de Ricardo Severo com finas ilustrações, sobre a *Arte Tradicional no Brasil*; uma crônica literária de Medeiros e Albuquerque; um dos mais notáveis contos de Monteiro Lobato, *A gargalhada do Coletor*; a conferência sobre a revolução de 1817 realizada por Oliveira Lima na cidade da Paraíba; o precioso *Vocabulário Analógico*, coligido por Firmino Costa; algumas cartas inéditas de Machado de Assis e as sessões habituais. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 141)

A leitura do periódico permitiu a constatação de que as conexões pessoais entre intelectuais de diferentes países tinham muita importância, visto que integravam um projeto cultural comum ao fazer parte de uma *Revista*, jornal ou associação. Seria a partir dessas conexões que um senso de comunidade entre os intelectuais poderia ser elaborado. Em outras palavras, a *Revista Americana* pode ser pensada a partir dessa perspectiva, visto que se tratavam de intelectuais que defendiam um projeto continental associado à paz e ao desenvolvimento. Os artigos escritos pelos diplomatas e intelectuais, conforme texto inaugural do periódico, também tinham o objetivo de diluir aspectos conflituosos que poderiam existir entre as nações

A partir da análise das seções mais recorrentes da *Revista Americana*, podemos considerar que esse era um espaço de circulação de representações (CHARTIER, 1990), em que intelectuais latino-americanos divulgavam suas perspectivas e também se apropriavam das mesmas com o intuito de fazer conhecer o continente americano, de narrar aspectos culturais e fatos históricos, além de elaborar prognósticos para o futuro (KOSELLECK, 2006). Afirmamos isso, pois, claramente, foi por meio desse espaço que esses representantes proeminentes da intelectualidade do continente fizeram circular suas perspectivas para o projeto de pan-americanismo e o de tornar a América Latina um espaço de paz e de cordialidade.

## Capítulo 2: Revista Americana – Veículo de Sonhos

Os articulistas da *Revista Americana* acreditavam na palavra escrita e em sua capacidade transformadora. Por isso, entendemos o periódico como veículo de sonhos e instrumento de paz. Esses sonhos, acreditamos, estabeleceram-se em torno da ideia de América enquanto espaço de originalidade, portadora da paz e imbuída da missão de estabelecer um novo direito internacional, que seria responsável por organizar o mundo. Pensavam dessa maneira, pois viam o continente como livre das paixões irracionais.

Entendemos que o pan-americanismo, conforme veiculado na revista, aglutinava em sua ótica as ideias de moral americana como sinônimo de controle dos sentimentos (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 270), conceito disseminado por vários autores em todos os números da *Revista*; de civilização latino-americana como portadora de um caráter liberal e cristão; e de modernidade representada pelo desenvolvimento das indústrias no continente, da eletricidade, do vapor, dos trens rápidos e os muitos investimentos que eram feitos em favor do progresso. Tais representações poderiam ser alcançadas, principalmente, pela educação, que era visualizada como “*um remédio com virtudes curativas; a instrução como remédio salvador*” (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 250), e por meio das trocas intelectuais proporcionadas pela prática da diplomacia cultural (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 300).

José A. Boiteux, ao mencionar a vida de D. Fernando Trejo (fundador da Universidade de Córdoba), apontou sobre a importância que atribuía ao “*poder educacional; deste apostolado esperava as transformações regeneradoras da América, seu enobrecimento e todo o seu futuro*” (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 249).

Nessa perspectiva, o sacerdote que catequizou a raça indígena é descrito como um herói consagrado pela História, pois fundou a universidade e conquistou espaço no horizonte da intelectualidade colonial:

Assim, a raça indígena, di-lo ainda o ilustrado redator oficial dos *Annales de la Universidad de Córdoba*, a essa raça que caminhava em volta no denso véu da ignorância ou servilmente subjugada ao trabalho que lhe impunha o encomendero, ou habitando as selvas, as planícies e montanhas, como grandes rebanhos, escravizados a vícios repugnantes e a cultos idolátricos selvagens e execráveis, levou o bispo Trejo o benefício da instrução, em que encontrava virtude curativa de tão geral de gradação, tão profundamente

arraigada, tão fortemente fomentada e sustentada pelas suas vítimas e tão ineficazmente combatida por motivo de exíguo número de obreiros evangélicos. (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 250)

Carlos Magalhães de Azeredo, em discurso proferido em Roma que foi publicado integralmente nas páginas da *Revista*, afirmou:

Várias vezes vos tenho falado de liberalismo neste meu discurso, e creio que o liberalismo é a feição mais essencial de nosso povo; o liberalismo, quero dizer, aquele amor equilibrado do progresso e da ordem, que tende a resolver os contrastes entre a liberdade e a autoridade quanto possível a favor daquela, mas gradualmente, moderadamente, empenhando-se em evitar conflitos e rupturas, preferindo estintivamente a conciliação à revolução. De fato, como nação americana, parece-me que oferecemos um mínimo de movimentos revolucionários, e desde que temos existência própria, procurávamos sempre resolver por meios pacíficos problemas graves que em outros países custariam longos anos de discórdia civil, e deixariam após si vestígios de ódio inextinguível. (REVISTA AMERICANA, fev. 1911, p. 353)

Tratava-se de uma civilização que era marcada pelo cristianismo, em virtude das pistas que nos foram atribuídas nas páginas da *Revista Americana*, em sentenças como “*Jesus foi e tem sido o mobilizador de nossa civilização*” (REVISTA AMERICANA, jan. 1911, p. 31) e:

O homem é egoísta porque deseja e necessita ser forte para viver, porque viver é a vontade imperiosa, instintiva de ser, de afirmar-se; e as renúncias são a negação da vontade de ser; são um sacrifício moral [...]. Não nego o altruísmo (amor aos outros) com sacrifícios, mas o altruísmo não é um princípio de moralidade: é a consequência da vida forte. (REVISTA AMERICANA, jun. 1910, p. 329, tradução da autora)

Ainda sobre o tema, Carlos Sentroul escreveu:

A fé, mesmo para a inteligência, é um princípio de progresso, um instrumento de ciência, um capital fixo para a exploração do desconhecido e valorização do que já se conhece; [...] depois de ter servido da razão para se firmar na alma, serve ainda à razão mesma, aproximando-a do seu fim, que é compreender. [...] feliz aliança de razão crente e fé racional, que não encerra nem domina um setor de tempo e de espaço, senão para conquista-la em benefício do que se chama, numa só palavra, de civilização, e em duas palavras, ordem e progresso. (REVISTA AMERICANA, jul-ago. 1910, p. 87 e 95)

E Carlos de Laet, membro da ABL, afirmou que “*nós, os católicos, temos um livro, a Bíblia, onde está quase tudo: e, como vêdes, aí também se acha a questão dos desarmamentos e a paz universal.*” (REVISTA AMERICANA, mar. 1911, p. 563).

Em 1919, as páginas da *Revista* passam a ficar recheadas de afirmações como:

O que virá da sangueira, há de ser por força ou a revolução que há de rebaixar o nível da cultura humana até onde não se pode dizer ao certo, ou o reflorescimento da civilização propriamente cristã, em que a justiça e a caridade melhorem infinitamente a sorte de 90% dos seres que sofrem sobre a terra. Agora vejamos os horizontes que a Igreja ilumina, e Deus permita que venhamos a compreender que eles são os verdadeiros, e neles fixemos o olhar cansado de miragens. (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1919, p. 185)

E:

A crença moral apregoada pelo cristianismo conduzia à salvação e à cessação da guerra individual, pelo ensinamento de uma conduta, ligada em todos os instantes à elevação da alma. A exemplificação da vida de Cristo devia deslumbrar e converter os instintos ainda indomados. Aos maus sentimentos deviam suceder a prática da cordura, da humildade, da resignação, nas relações recíprocas, e, sob a força de emoções superiores, as agitações sociais seriam aplacadas, e purificadas de impulsões animalizadas e lesivas. (REVISTA AMERICANA, abr. 1919, p. 122)

No entanto, o cristianismo deixa de ser suficiente, pois:

Entretanto, com as modificações modernas dos costumes, das artes e da ciência, a moral tão perfeita do cristianismo afigura-se insuficiente aos anseios da vida. Para o cristianismo eternamente existirá o inferno e, com esta visão de suplícios, a duração inextinguível da raça dos ímpios previamente condenados pela divindade criadora. (REVISTA AMERICANA, abr. 1919, p. 122)

Walter de Azevedo, no artigo *A Ideia de Deus e a ciência moderna*, afirmou: “*sem Deus, teremos o democratismo-social com suas aberrações, o materialismo sem arte e ciência [...], e, em última instância, o ativismo e rubro anarquismo; claro está!*” (REVISTA AMERICANA, set. 1910, p. 366).

Gilberto Amado escreveu:

Que é um homem moderno? Um arremesso, uma disparada, uma flecha, em direção do dinheiro, da fama ou do luxo. [...] O que caracteriza o mundo moderno é a máxima preponderância da vida exterior. o homem vive fora de si mesmo. O homem é o salão, é o jornal, é a usina, o teatro, é a rua. Só não é ele próprio, só não é a sua própria alma. [...] Cristo foi, de todos os pensadores, o que formulou em termos claros a moral do individualismo contemporâneo. [...] Ele detestava os gestos violentos e a ênfase. Tinha um grande temperamento artístico. (REVISTA AMERICANA, jul-ago. 1913, p. 320-323)

A modernização, por sua vez, atrelada à noção de civilização e evolucionismo, foi representada, majoritariamente, pelo incremento da construção de estradas de ferro nos países do continente americano. Foi com esse intuito, por exemplo, que foi publicado artigo do engenheiro chileno Santiago Marin Vicuña, que afirmou que “*uma*

*das conquistas mais preciosas que o gênio humano logrou alcançar no presente e no século passado é, sem dúvida alguma, a aplicação do vapor e da eletricidade às necessidades da indústria”* (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 169, tradução da autora). As estradas de ferro são descritas como um “*elemento poderoso que aproxima os povos e favorece ao incremento da riqueza, formam hoje a grande artéria que derrama a vida e a prosperidade*” (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 170, tradução da autora).

Neste capítulo apresentaremos as mudanças e permanências relacionadas aos temas mais recorrentes na *Revista Americana* ao longo de sua existência, pensando na seguinte periodicidade: o pré-guerra, com os números de 1909-1913; o período de neutralidade, que corresponde aos anos de 1915 e 1916; e, finalmente, o momento do despertar para o papel que a América Latina deveria tomar para si, contendo a análise dos anos de 1917-1919.

Para a análise, selecionamos as representações de pan-americanismo como o sonho da paz por meio da cordialidade e diluição dos conflitos a partir da prática da diplomacia cultural, da aproximação entre intelectuais e da reescritura de fatos históricos.

## **2.1 América Latina como espaço de originalidade e que é conhecido aos fragmentos – o sonho da paz por meio da cordialidade e da retórica pan-americanista**

Durante a segunda metade do século XIX, elaborou-se a noção de uma América que incorporava símbolos de rejuvenescimento e purificações; que o continente era conjunto de promessas e potenciais que lhe conferiam um papel decisivo nas próximas etapas da história da humanidade. Tratava-se de uma perspectiva edênica que evidenciava que a América era vista como terra prometida da liberdade para os oprimidos pela tirania da Europa (MURUCI, 2005, p. 23-24).

Ao mesmo tempo, construiu-se uma ideia de Europa que servia de baliza a partir do repúdio aos males históricos acumulados como ponto de partida para dar sentido à missão americana no mundo. Dentro dessa maneira de pensar o continente, a vocação da América Latina seria para o governo da intelectualidade, do espírito

idealista que seria adverso aos princípios da vida econômica utilitária própria dos norte-americanos<sup>25</sup>. O principal expoente dessa interpretação foi José Enrique Rodó, escritor uruguaio que defendia a ideia de duas américas inconciliáveis: a América do espírito, que seria a América Latina, adversa aos princípios da vida econômica utilitária da outra, a América do Norte. Nas páginas da revista, encontramos artigo que faz menção à obra de Rodó, em que se exortam os americanos a:

Romper com o mercantilismo exclusivista com o qual alguns são complacentes, companheiro inveterado da ignorância, a quem devemos, conjuntamente os nossos outros males políticos e administrativos, revoluções periódicas, tiranias de césores cobertas por uma liberdade profanada, culto da incompetência, etc; é necessário subtrair as fascinações espúrias da irracionalidade, passageiras e versáteis, para buscar em nosso ser espiritual os fundamentos de uma disciplina de conduta mais nobre, apropriada à nossa dignidade humana, que seja também norma estável e inflexível de ação física, moralidade, de vida. [...] Temos nossa mania do norte. É necessário se opor aos limites que a razão e os sentimentos destacam do consumo. [...] Da veneração devota do passado, do culto da tradição se compõe a nobre força que levantando o espírito coletivo sob as limitações do presente, comunica às agitações e aos sentimentos sociais um sentido ideal. (REVISTA AMERICANA, dez. 1917, p. 16-18)

A América Latina se diferenciava do restante do mundo em virtude do

nosso cosmopolitismo, nossa amplitude espiritual que abarca toda ideia nova que não pergunta da onde vens? À que raça pertences? Mas sim, quem és? O que queres ser? Somos muito hospitaleiros. O mundo futuro é dos altruístas e da cooperação. Existe muita tolerância moral e intelectual e há bondade para os defeitos pessoais. Como ajustar nossas possibilidades ao ambiente para fazê-lo render todo o possível sem incorrer nos males do regime altamente industrial ou aos defeitos do egoísmo? Não é outra nossa tarefa. (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 228-229, tradução da autora)

O artigo do historiador venezuelano Angel Cesar Rivas reforça a afirmação sobre a natureza belicista da Europa, em virtude da prática do imperialismo no continente africano e asiático:

Era o momento em que, fatigada de viver em paz, a Europa promoveu a ocupação do continente negro, entrava no Egito e em Tunez, ameaçava a independência das repúblicas boeres e se lançava sobre o longínquo Oriente em busca de fábricas e de esferas de influência. Eram os dias em que se formulavam em Berlim novos princípios relativos à aquisição de territórios e em que sociólogos e estadistas ingleses aplicavam à política internacional os postulados do darwinismo. Na América Ibérica, o Brasil se distinguia por sua tendência ao idealismo, por seu apego às formas jurídicas, por sua

---

<sup>25</sup> Muruci (2005, p. 25) fala da existência do mito do Adão Americano, que exprimia uma crença no poder do individualismo como estimulador das energias criativas do homem, alguém emancipado da História cuja principal qualidade seria a autoconfiança; o homem não poderia contar com nada além de seu talento.

consagração à paz e ao progresso interior, por seu amor ao aspecto poético da vida. (REVISTA AMERICANA, jul-ago. 1913, p. 132, tradução da autora)

Nessa perspectiva de diferenciação, o Brasil era colocado como diferente não apenas do restante do continente, como também do mundo, principalmente a partir da atuação do ministro Rio Branco, nas palavras de Antonio de Araújo Mello de Carvalho um “*apóstolo da paz na América do Sul*”, pois consolidou a concórdia continental e foi “*um estadista da raça*” (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 194):

O Barão do Rio Branco firmava acordos não menos importantes nos que procurava dar-se um testemunho eloquente da cultura dos povos sul-americanos, destruindo, por outro lado, a fama de democracias revoltas, sangrentas e ingovernáveis e demonstrando, com esses feitos, que quase todas haviam saído ao fim do regime funesto dos pronunciamentos e das lutas intestinas para começar uma longa e fecunda era de tranquilidade e de trabalho. [...]

A ação diplomática de Rio Branco, sempre vigilante, jamais se limitou ao ponto de vista egoísta [...], pois estendia-se para além de nossas fronteiras que ele vitoriosamente nos mostrava, irradiava com o influxo benéfico e constante de paz, justiça e de ordem em defesa da autonomia e das instituições políticas de todos os povos sul-americanos. [...] Patenteou que existe, sobre tão vasto e riquíssimo território, um povo que somente se sentirá aventurado e forte nas lutas pela paz e pelo progresso, sem que se torne jamais uma ameaça aos débeis ou um rival perigoso dos mais fortes – tudo isso não se pode comparar a esse extraordinário poder moral exercido por ele entre as repúblicas circunvizinhas. (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 193-196)

A justificativa para o ponto de vista de que o Brasil era diferente pautava-se nas diversas lições de patriotismo em sua história. Nas palavras de Oliveira Viana,

Quando um destacamento naval francês desembarcou no Amapá e vitimou compatriotas nossos ali estabelecidos, não declaramos guerra à França, antes, cômnicos do nosso bom direito, reprimimos nosso justo ímpeto e apelamos para o arbitramento de que proveio a mais formosa e a mais importante das vitórias diplomáticas de Rio Branco. Quando a afronta assumira outras proporções, quando o território nacional, invadido pelos paraguaios, deixara de comportar sua integridade, não medimos os sacrifícios e teríamos marchados sós para a luta – que rematamos afinal sós – quando mesmo não tivéssemos aliados. [...] que prazer não foi o meu quando, ao descrever a guerra do Paraguai (em uma aula na Universidade de Harvard), conclui mostrando que fomos talvez o único país do mundo a sair de uma guerra de cinco anos, com os louros da vitória, sem ter anexado uma parcela de território inimigo, nem estendido sobre este um humilhante protetorado. Provamos num dos casos como sabemos encaminhar para um desfecho ordeiro uma transformação social, e no outro como sabemos zelar o respeito pelos direitos alheios. Idêntico respeito melhor o poderemos exigir dos outros, em críticas circunstâncias, temperando a dignidade com a imparcialidade. A consequência é a justiça. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 153-154)



O objetivo anunciado do periódico era de aproximação entre os países do continente, mas esses se desconheciam mutuamente. As páginas da *Revista* serviam de espaço para que todos os aspectos culturais da América fossem divulgados: “*A América conhecemo-la aos fragmentos*”. Assim se inicia o texto da redação para o primeiro número da *Revista Americana*, em outubro de 1909. O periódico poderia dar unidade às características dispersas e demonstrar a originalidade do continente. Nessa direção, com o objetivo de destacar esse caráter frente aos outros países e tornar conhecidos os mais diversos aspectos relacionados, encontramos na *Revista* menções à fauna e à flora do continente. No entanto, essas não estavam revestidas do caráter edênico dos viajantes, mas, sim, como traço de originalidade e distinção dos outros continentes. Conforme Gama Rosa afirmou,

Primordialmente há de se assinalar tratar-se aqui de assuntos inteiramente inéditos, totalmente estranhos a conhecimentos vulgares, estafados, sediços, que estamos habituados a aprender nas revistas europeias. [...] Na *Revista Americana* tudo é novo e desconhecido, como o Novo Mundo, cuja imagem reflete. (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 300)

O Brasil também era descrito como lugar diferenciado em alguns dos artigos, e aos poucos tentava-se derrubar a ideia de que as tradições e até mesmo as raízes das línguas americanas eram derivadas exclusivamente do Velho Mundo (Europa), numa tentativa de relativizar a influência europeia. Em resumo elaborado por Alfredo de Carvalho do livro do Dr. Paul Eurenreich (*Mitos e lendas dos povos primitivos da América Meridional*, publicado em Berlim em 1905<sup>26</sup>), afirmou que “*mythos naturaes estão forçosamente restrictos a um limitado domínio imaginativo [...] com variado e coproso conteúdo [...] refere-se a cataclysmas, ao dilúvio [...] são os mesmos germens de mythos encontrados por toda parte*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 65). O intuito foi de demonstrar que os primeiros habitantes do Brasil e da América do Sul seriam descendentes de asiáticos, mas essa não foi a representação predominante.

---

<sup>26</sup> Trata-se de uma obra que pretendeu apontar uma teoria de povoamento da América a partir do Estreito de Bering, que permitira o contato entre os diferentes continentes. Ao que parece, o trabalho desse autor foi o de catalogar os mitos sul-americanos com o intuito de demonstrar que todos eles eram mitos de criação espontânea, mas que poderiam ter sofrido influências asiáticas, “especialmente japoneses, também existentes entre os povos do Nordeste da Ásia, foram amplamente propagados em solo americano. Outros ainda parecem provir até da Índia, a grande fonte de fábulas.” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 67)

A ideia de território fragmentado e desconhecido era um problema próprio do continente e do Brasil, e conhecer a história do país, bem como seus traços de peculiaridade, poderia ser um caminho para aglutinar o território. Esse era um dos objetivos da *Revista*: divulgar aspectos históricos e culturais do continente a fim de integrar as suas partes naquilo que se chama de pan-americanismo, objetivo expresso no texto de abertura do periódico. Esse conhecimento poderia, por exemplo, ser divulgado a partir da leitura de obras como a de Euclides da Cunha, que trazia a ideia de chão, terra e território em seus textos. O espaço e o presente são os garantidores da originalidade do Brasil. Autores como Clemente criticaram o fato de que a originalidade da América Latina estava sendo ignorada:

Na Europa nos conhecem como povos quase do outro lado do mundo, que produzem lã ou café, excelentes elementos de exploração. [...] Se não nos interessarmos pelos demais, como pretender que os demais se interessem por nós? Saíamos de nosso isolamento, entremos com passo firme no campo da história universal e da cultura europeia, se queremos nos colocar em unísono com os maiores povos da terra. (REVISTA AMERICANA, abr. 1910, p. 17, tradução da autora)

A ideia disseminada era de um continente americano que era espaço de originalidade, porque ainda estava por ser explorado, e, portanto, era sinônimo da novidade e da modernidade. Nessa interpretação, a originalidade era oriunda, majoritariamente, da vinda de imigrantes europeus. Esse movimento era representado com a metáfora do fruto que ficou diferente por causa do solo novo; tratavam-se de frutos europeus transformados em contato com o solo americano.

Referida metáfora foi muito utilizada por Joaquim Nabuco nos discursos que proferiu nos banquetes promovidos enquanto embaixador em Washington, entre 1905 e 1909, quando sustentava que os países americanos conceberam uma nova ideia de América, um continente distinto e superior à Europa, justamente em virtude da diferença de suas instituições públicas.

O continente americano era, então, descrito como produto único decorrente das imigrações europeias em “solo” diferenciado, e por ter raízes semelhantes em todo o território, Nabuco defendia a necessidade de promover uma aproximação entre a maior parte das nações americanas – ao longo das páginas do periódico, não encontramos referências à aproximação com os países da América Central,

possivelmente, porque eram vistos como uma área lógica da influência norte-americana – no sentido de desenvolver o continente (FABRIZ, 2014, p. 87 e 135).

Tal aspecto era nitidamente observado nos textos da *Revista Americana* e, naturalmente, como a maior parte dos intelectuais que publicavam era brasileira, a originalidade parecia estar mais latente no Brasil. Contudo, isso também se estendia aos intelectuais latino-americanos, que elaboravam análises e produções à frente de seu tempo. Essa produção inovadora foi apresentada na revista com o objetivo de demonstrar originalidade, produto dessa “terra nova” que rendia bons frutos.

Com esse objetivo, escrevia-se sobre a escrita peculiar de Euclides da Cunha, na obra *Sertões*:

A individualidade e a obra de Euclides da Cunha ficaram incompreendidas á crítica do seu tempo, á crítica das cidades, de cânones estratificados e de regrinhas dogmáticas. O seu grande livro, índice abreviado de uma alma intrepida a divagar perdida entre os esplendores do Brasil, que ele tanto amou, foi saudado menos como a expressão de uma nova maneira de estudar os problemas que afetam os nossos destinos do que como o símbolo de uma nova forma literária exquisita, traçada ao arpejo das fórmulas communs, de rythmos impacientes, sacudidos e irrequietos. [...] o seu estylo, desataviado no convívio quotidiano, assumia aspectos singulares ao materializar-se no artigo de jornal ou na página de livro, a phrase saltava-lhe rutilante, sonora, nervosa e quente; o período se distendia preguiçosamente em ondulações doces e suaves, ou arremettia em ímpetos ensofregados, estacando de improviso ante uma duvida rebelde [...] (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 114-115)

A partir dessa crítica, ressaltou-se que a história do Brasil e suas características eram desconhecidas, reforçando o objetivo da *Revista* que seria o de aproximar as partes misteriosas do continente a partir da divulgação de suas peculiaridades, que seria feita por meio da divulgação de produções, inclusive literárias, entre os intelectuais do continente.

Euclides da Cunha defendia que conhecer a história seria a melhor maneira de construir o sentimento de pertencimento ao país, e essa estratégia também era sugerida em relação ao restante do continente:

Ouvi-o mais de uma vez lastimar com amargura o doloroso descaso pela grandeza desconhecida e obscura dos nossos antepassados, o nosso desamor pelas idades transcorridas e pelas gentes que passaram, a indiferença pela nossa história, pelos seus vultos veneráveis, pelas figuras esculpturaes dos seus heroes [...]. em todos os seus livros vibra esta nota dolorosa e estúa este pensamento forte de um fecundo retorno ao passado,

para retemperar as energias gastas e rejuvenescer as forças consumidas no drama tumultuário e tão sempre o mesmo da existência. E elle tinha razão. Não conheço país que viva mais divorciado das suas tradições e da memória dos seus maiores. Perdemos, pouco a pouco, ao influxo das culturas exóticas, uns restos de originalidade nativa e de vivificante idealismo. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 116)

Daí se extrai a problemática de um território fragmentado e desconhecido, que é própria do continente e do Brasil. Conhecer a história do país e seus traços de peculiaridade poderia ser um dos caminhos para aglutinar o território, um dos objetivos da *Revista* para o continente.

Esse conhecimento poderia, por exemplo, ser divulgado a partir da leitura de obras como a de Euclides da Cunha, que foi mencionado na *Revista* pela sua forma original de instrumentalizar a língua portuguesa, tendo uma de suas obras comentada em artigo do periódico, inclusive, postumamente.

Com intuito semelhante, encontramos um artigo escrito por Euclides da Cunha<sup>27</sup> em que ele faz uma crítica ao livro *Inferno Verde*, de Alberto Rangel<sup>28</sup>. Ambos compartilham uma visão menos paradisíaca do complexo amazônico<sup>29</sup>, visto que evidenciaram a atroz realidade enfrentada pelos homens da terra ou por aqueles que a atravessam de passagem, como seringueiros, cearenses e extrativistas. Entretanto, esse aspecto mais negativo da realidade não é enfatizado nas páginas da *Revista*, pois não era do interesse dos editores que ângulos conflituosos fossem mencionados e relacionados ao Brasil, para que determinados assuntos não fossem trazidos à discussão.

---

<sup>27</sup> Euclides da Cunha é muito lembrado em virtude da obra *Os Sertões*, uma reunião de escritos a respeito da vida dos sertanejos em Canudos e sobre o desenrolar da guerra. Também ocupou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e foi adido de Rio Branco entre 1907 e 1908, quando prestou concurso para a cátedra de Lógica no Ginásio Nacional (antigo Colégio Pedro II). Sylvio Romero, também articulista da *Revista Americana*, foi quem o recebeu na Academia Brasileira de Letras (JUNQUEIRA, 2015, p. 1-6).

<sup>28</sup> Alberto Rangel foi um engenheiro que nasceu no Recife. Começou sua formação no Rio de Janeiro e concluiu no Rio Grande do Sul. Em virtude de desapontamentos em relação à República como forma de governo adotada no Brasil, mudou-se para o Amazonas a fim de assumir cargo de diretor de Terras e Colonização e de Secretário Geral do Governo do Amazonas e, mais tarde, resolveu ingressar na carreira diplomática. Ao que parece, passou alguns anos mesclando a carreira de escritor com a de funções públicas (PAIVA, 2011, p. 24).

<sup>29</sup> Euclides e Alberto eram próximos em virtude da formação semelhante e por causa do período em que o primeiro chefiou a Comissão de Reconhecimento do Alto Purus (LEANDRO, 2011, p. 1).

Ao que parece, o objetivo desse artigo foi de desmistificar a Amazônia e unir conhecimentos a respeito dessa região, que, segundo o autor, encontram-se fragmentados, mas de uma maneira intensa e artística. A crítica que se apresenta no artigo diz respeito não apenas ao livro em si, mas à falta de valorização daquilo que é próprio do continente, conforme se vê no trecho abaixo:

Alberto Rangel é um assombrado deante daquellas scenas e scenarios; e, num ímpeto ensofregado de sinceridade, não quis reprimir os seus espantos, ou rectificar, com a mecânica frieza dos escreventes profissionaes, a sua vertigem e as rebeldias da sua tristeza exasperada. [...] Vão respingar-lhe defeitos. Devem-se distinguir, porém, os do escritor dos do assumpto. [...] Antes de o exercitar em trabalhos desta espécie, cuja apparencia anômala lhes advem de uma profunda originalidade, cumpre-nos não esquecer o falso e o incaracterístico da nossa estrutura mental, onde, sobretudo, preponderam reagentes alheios ao gênio da nossa raça. Pensamos demasiado em francês, em alemão ou mesmo em português. Vivemos em pleno colonato espiritual, quasi um século após a autonomia politica. Desde a construção das phrases ao seriar das ideas, respeitamos em excesso os preceitos das culturas exóticas, que nos deslumbram – e formamos singulares estados de consciencia, à priori, cegos aos quadros reaes da nossa vida, por maneira que o próprio character desaparece-nos, folheado de outros attributos, que lhe truncam, ou amortecem as arestas originarias.[...] de modo que versando as nossas cousas, nos saltêa o preconceito de sermos os mesmos brasileiros que nos for possível. [...] De qualquer modo é tempo de nos emanciparmos. (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 187)

Apesar da crítica feita ao conteúdo do livro, percebemos comentários elogiosos a Alberto Rangel, em virtude do papel que o mesmo atribuiu à natureza como determinante em relação ao comportamento das personagens, mesmo que esse escritor tenha sido qualificado por um contemporâneo como um mero imitador de Euclides. Além disso, ao fazer essa crítica ao livro, o que Euclides evidenciou foi a presença de uma idiosincrasia da cultura brasileira que não deveria ser ignorada frente às culturas europeias. Pelo contrário, teria de ser valorizada, visto que, dessa forma, o Brasil talvez pudesse se destacar como o local onde há originalidade e que, portanto, poderia ser um dos líderes ou que assumisse um lugar de destaque.

Além disso, Carlos Vasconcelos, escritor do livro *Notas da Europa*, destacou a importância de governos competentes para conhecer e administrar as riquezas locais, para que essa tarefa não fosse feita por um estrangeiro:

É devido à existência de tamanha incúria e incapacidade governamentais que aqui no exterior se vai arraigando o conceito de irmanarem-se aos cogumelos as republiquetas sul-americanas. Instáveis, efêmeras, conturbadas, abatem-se por si mesmas [...] Ainda agora conhecemos criterioso compatriótico que, estando senhor do complexo facies de carências vantagens da Amazônia, prestava a firmas bancárias informações exatas sobre seringais acreanos,

esforçado por obter, a título de associação cooperativa, capitais necessários ao seu desenvolvimento metódico e pleno. Reduzira a 60% tudo aquilo que por experiência própria sabia atingir a 100%. No entanto, aparece extemporaneamente no South American Journal certo comunicado oficial de um Sr. Fletcher, cônsul inglês em Manaus, deprimindo as riquezas extraordinárias da Amazônia. [...] Veja o quanto nos é nociva a ganância criminosa de governos pálpavos e diplomatas fátuos, apertados em jaquetas e colarinhos smart. As legações do Brasil jamais se dignaram prestar informações respeito às dívidas da pátria [...]. (REVISTA AMERICANA, jan. 1912, p. 574-575)

Brasil era espaço de originalidade e essa constatação poderia ser ampliada para o continente, que também é visto como um espaço em que imigrantes foram transformados em novos frutos. O Brasil seria visto, então, como um paraíso dos naturalistas, em virtude de sua originalidade de fauna, flora e etnia.

Oliveira Lima destacou a originalidade do Brasil ao afirmar:

O espírito europeu transplantara-se para a América com os que a vieram colonizar e que consigo trouxeram suas ideias e seus prejuízos. No Novo Mundo foi a mentalidade emigrada passando por uma transformação contínua, gerando novos pensamentos, adaptando-se a novas formas, adquirindo porventura novos preconceitos no lugar dos antigos, de maneira a abrir-se uma distância marcada entre a primitiva intelectualidade e a intelectualidade que se cristalizou sob o céu americano. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 58)

Pensamos que todos esses argumentos foram postos a circular atrelados à noção de protagonismo do Brasil como líder do continente, ideia já inaugurada a partir da participação de Rui Barbosa na 2ª Conferência de Haia (1907).

É também nesse sentido de reforçar as peculiaridades do território do Brasil que Alfredo de Carvalho publicou o artigo *Um naturalista do século XVIII – Georg Markgraf (1610-1644)*, em que trata dessa personagem que o mesmo qualifica como aquele que “*data o início da moderna ciência botânica e zoológica*” (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 192). Esse naturalista, físico, astrônomo, geógrafo, botânico e cartógrafo veio juntamente com o conde Maurício de Nassau para o Recife:

Aproveitou-se Markgraf admiravelmente de tão propícias oportunidades para satisfazer a sua avidez insaciável de saber: percorreu em varias direcções o territorio pernambucano e o das capitánias limitrophes para determinar a longitude e a latitude das diferentes localidades e traçar as respectivas cartas; colleccionou, descreveu e desenhou todos os animaes que pôde encontrar; estudou com afindo os habitos, os costumes e a lingua dos indigenas, e, quando Nassau estabeleceu no seu palacio um observatorio, o primeiro do hemispherio austral, passou as claras noites tropicaes contemplando as maravilhas do firmamento meridional, a refulgente constellação do Cruzeiro

e outras havia pouco descobertas pelos holandeses. (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 193)

O naturalista em questão conseguiu recolher uma grande quantidade de materiais botânicos e anotações, que, ao que parece, foram criptografadas, para que ninguém lhe roubasse as ideias, e organizadas e decifradas por outros estudiosos para dar origem à obra sobre história natural do Brasil, a *Theatrum Rerum naturalium Brasiliae*. A partir dessa biografia, Alfredo de Carvalho descreve a nossa botânica da seguinte maneira, evidenciando aquilo que seria exuberante e único:

A origem de semelhante riqueza é de fácil explicação: contam-se por dezenas as existências laboriosamente consumidas em investigar os tesouros inexauríveis da nossa flora sem rival; em coligir, estudar e classificar a pasmosa variedade dos representantes da nossa fauna característica; vergam as estantes das bibliotecas especiais ao peso da volumosa literatura de história natural do Brasil que o século passado viu surgir. [...] Foi quando as grandes navegações e os assombrosos descobrimentos da Renascença, revelando as regiões extraordinárias do Oriente e da América e trocando a velha concepção geocêntrica pela nova heliocêntrica, vieram alterar profundamente o próprio alicerce de quase todas as noções adquiridas e modificar a posição do homem no universo. [...] Naquelles dias remotos, toda a Europa ansiava por saber as maravilhas dos novos mundos, e ainda mais veemente era a curiosidade de conhecer as estranhas criaturas que os ousados exploradores logravam colher e trazer consigo. (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 189-191)

A solução para o continente que era conhecido aos fragmentos somente poderia ser a de se fazer conhecer. Esse era considerado o caminho para o alcance de um pacifismo, que pensamos aqui como sinônimo de cordialidade, pois além de contar a história do país, ou descrever o território, os articulistas sugerem uma maior troca de informações entre os intelectuais das diferentes nações.

A própria *Revista* anunciou a publicação do Guia Pan-Americano de Turismo, de E. M. Grau, diretor de viagens internacionais:

Em língua portuguesa é o primeiro guia publicado no intuito de facilitar a circulação dos viajantes pela América do Sul. No volume que temos presente encontram-se todas as informações desejáveis para excursões pela Argentina, Uruguai, Chile, Peru, etc..., notícia dos meios de transporte, itinerários, intérpretes, visitas de estabelecimentos públicos ou particulares, organização de excursões internacionais. [...] É como se vê, um grande trabalhador da aproximação americana e como tal mandamos daqui os nossos melhores parabéns. (REVISTA AMERICANA, dez. 1916, p. 158)

Nesse movimento de estimular/discutir/propor medidas que viabilizassem a aproximação entre os diferentes países do continente, destacamos os artigos do argentino Francisco Felix Bayón, que escreveu a respeito da importância que a

imprensa tinha na missão de ilustrar e divulgar experimentos e informações, visto que *“o erro de um país, pode ser o erro de todos, se estes não mantiverem relações de ordem superior que os ponham em situação de defender-se dos males em perspectiva.”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 343). Além desse papel atribuído à imprensa, era importante que

A escola, templo do saber e da ordem, é a divisa perene que não admite discussão: espalha-las por todos os cantos da República é formar homens patriotas e prevenidos com o fim de desenhar/definir o caráter da nação, difundir as noções mais elementares para se impor à natureza com método e prudência [...]. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 343, tradução da autora)

Segundo o autor, desde a escola que os povos deveriam ser ensinados em *“suas novas correntes de unidade, de igualdade ante a lei e de amor pelos semelhantes como fazia a ciência e a arte, porque os sentimentos se moldam desde a primeira idade e nunca quando se é mais velho”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 343, tradução da autora).

Dessa forma, o autor reforçou a importância de que os tratados e convênios fossem além de *“farinhas e couros, mas também sobre questões intelectuais e sociais, com a finalidade de fazer pulsar as opiniões dos diferentes países e ver quais são os bons e os maus princípios”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 346, tradução da autora). Esse objetivo deveria se tornar parte do programa permanente dos institutos docentes americanos.

Em outras palavras, havia necessidade premente de que se informassem não apenas sobre as múltiplas características dos países, como também que os intelectuais se conhecessem e se tornassem íntimos, além de afirmar o quanto era lastimável que se explorasse apenas as revoluções armadas, *“que é o que menos se deve conhecer”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 345, tradução da autora).

Sabemos que em momento posterior, no período entreguerras, foram assinados convênios de revisão de livros didáticos de História e Geografia com o objetivo de *“[...] proceder a uma revisão dos textos adotados para o ensino da história nacional em seus respectivos países, expurgando-os daqueles tópicos que sirvam para excitar no ânimo desprevenido da juventude a adversão a qualquer povo americano”* (LEITE, 2010, p. 678).



Não estamos afirmando que se trata da mesma proposta, mas sim que o intelectual Bayón propunha um movimento de se fazer conhecer para evitar conflitos, e o ensino da história do continente como resultado de uma sucessão de guerras não colaboraria para a construção da cordialidade no continente, parte do que era o pan-americanismo para a revista:

Os livros têm sempre um pouco de didáticos. Não vejo nisso, aliás, uma razão para condená-los. Ao contrário. Um belo romance sobre o Brasil nos faz melhor amar e compreender esse país do que uma série monótona de apontamentos de um viajante. Toda região, como todo ser humano, possui uma alma. Essa alma nacional será mais finamente surpreendida e mais solidamente fixada por um poeta ou romancista. (REVISTA AMERICANA, fev. 1911, p. 518)

O argumento residia no fato de que os países novos, aqueles da América Latina, viviam de ideias, e, por isso, ações que cultivassem as relações internacionais entre os homens estudiosos da América Hispânica deveriam ser pensadas com o intuito de se alcançar, inclusive, uma unidade do direito, ou seja, a elaboração de um conjunto de leis que configurassem o Direito Internacional para o continente americano. E espantava a Francisco Bayón o quanto havia entre os hispano-americanos

Uma frieza que não se explica; as relações epistolares não se cultivam [...] alguns por ignorância, outros por indiferença, o fato é que se passam os anos e a unidade é impossível: que nem sequer conhecemos as principais cidades das repúblicas irmãs, nem tão pouco seus homens eminentes. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 346, tradução da autora)

Seguindo esse raciocínio, o intelectual defendeu a importância imperativa da troca de informações. *“Estas relações intelectuais podem ser levadas a cabo por meio da imprensa, dos livros e das cartas”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 344, tradução da autora). A imprensa deveria, portanto, ressignificar seu papel, e o que se esperava dos diretores dos jornais mais importantes ou de maior circulação era o seguinte:

Abram mão dessa couraça de egoísmo que os transforma em vampiros que apenas buscam sua celebração pessoal e de seus mais próximos, quando não são simples acumuladores de fortunas mal ou bem adquiridas. Alguns amigos têm razão de se amargar ao pensar que a imprensa americana gasta suas energias em campanhas antipatrióticas que respondem a essa política e moral do ódio que ainda subsiste no mundo. As grandes ideias, que são patrimônio das grandes almas, devem ser postas a circular pela imprensa, e os que dirigem a esta não exigiriam outra recompensa que não a ilustração. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 344, tradução da autora)

Os livros foram definidos pelo autor como veículos seguros e exatos para que fossem propagadas opiniões individuais e sociais, além de que estreitariam as relações entre

os indivíduos, bem como entre as nações, apesar dos altos custos da impressão. As cartas, a seu turno, *“sendo mais íntimas, portam o caráter de seus autores e nos falam com mais liberdade que as publicações que devem ser algumas vezes cautas. Acredito que por meio delas os homens estudiosos devem fazer-se conhecer, sem escrúpulos.”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 345, tradução da autora). Por meio dessas cartas, segundo Bayón, seriam discutidos assuntos de suma importância, como o Direito Público e Privado, a escola, a justiça, a defesa nacional e a imigração.

Pensando dessa mesma maneira, o chileno Agustín Cannobbio publicou o artigo *“Ojeada sumaria sobre la literatura chilena”*, em que fez uma detalhada descrição da produção literária chilena desde os períodos da colonização, passando pelo período da independência e pela era independente: lista poemas e autores que poderiam ser considerados chilenos, visto que eram marcados pela *“marca da espontaneidade fresca que seria própria dos chilenos.”* (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 202, tradução da autora).

A partir do contexto em que o Chile se encontrava independente, Cannobbio destacou o papel da imprensa, que começou a influenciar no desenvolvimento da cultura e do progresso do país, e a intensidade com que a política interferiu na produção literária do momento em questão. Ao descrever sobre antes da chegada dos espanhóis no Chile, o mesmo afirmou que *“os araucanos viviam na menor das culturas: não tinham nenhuma produção literária, ou se a tiveram deve ter sido oral, já que é sabido que não conheciam a literatura.”* (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 199, tradução da autora).

Relacionou o fim da debilidade da vida literária no Chile com a chegada de um grupo de imigrantes argentinos que foram retirados da região do Prata pela revolução de Rosas, a partir da década de 1840, bem como, e principalmente, à abertura da Universidade, cujo primeiro reitor foi o venezuelano Andres Bello.

Agustín quis destacar a intensa produção literária, que se deu com publicações no campo da História Pátria; de livros didáticos com métodos europeus; e novelas históricas, psicológicas e pautadas na observação de costumes; enfim, escritos que marcam o Chile como um local de criação, notadamente porque o autor cita e descreve mais de 200 autores e suas respectivas obras. Utilizando-se também da

metáfora da árvore e dos frutos, já mencionada neste trabalho, afirmou que “*o cultivo de uma novela que reflete ao mesmo tempo as belezas naturais, nosso modo de sentir e viver – com raiz espanhola e com ramos e frutos chilenos*” (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 216, tradução da autora).

Percebemos, então, que alguns autores tinham a preocupação de, por meio dos seus textos, tornar conhecidas as nuances de sua região para aproximá-las das demais, e insistiram em denunciar a falta de conhecimento histórico não somente entre os brasileiros, mas também em relação ao restante do continente. Fazer-se conhecer seria parte do projeto de pan-americanismo, pois o único descobridor possível da grandeza intelectual do território seria o próprio latino-americano como colonizador de si mesmo.

Por isso, nas páginas da *Revista* encontramos artigos em que intelectuais brasileiros, principalmente, narravam a história do Brasil para fazer conhecer e para utilizá-la como fundamento da inquestionável originalidade do país e como exemplo. A própria originalidade era usada como argumento na defesa da América Latina como espaço que constitui um empório de riquezas tão grande que não lhe interessaria nenhuma área do globo e,

assim como nossa riqueza florestal e mineral permanece inexplorada, virgem do contato com a civilização, quase de maneira semelhante, o rico tesouro de nossa consciência individual e da consciência coletiva latino-americana existem, ainda que desconhecido pelos seus próprios possuidores; dentro deste espaço infinito, desconhecemos a amplitude de nossas asas. [...] é necessário trazer à luz da alma essa ignorada riqueza: esta é a obra de cada um. (REVISTA AMERICANA, dez. 1917, p. 49)

É nessa direção que interpretamos o artigo de Euclides da Cunha, *Da Independência à República (Uma página de História do Brasil)*, publicado no *Estado de São Paulo* e também na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, apesar de ter tido maior impacto na *Revista Americana*, “*êste meio conhecido em todos os círculos intelectuais americanos, onde aquelle publicista brasileiro contava ferventes admiradores*” (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 311). Os articulistas do periódico acreditavam que conhecer a História dos outros países era a ferramenta mais efetiva no sentido de permitir uma troca intelectual.

No artigo em questão, Euclides da Cunha citou e descreveu todos os acordos relacionados a limites e territórios brasileiros estabelecidos a partir da Independência:

Chegamos ao secculo XIX na plenitude da expansão territorial, expressa nos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). Apagara-se a linha ideal da concordata de Tordesilhas, e a penetração colonizadora, já seguindo a rota acelerada das bandeiras, já o passo tardo dos missionários, irradiara por três quadrantes [...] os limites com o Uruguay só se firmaram em 1857, depois dos successivos acordos de 12 de Outubro de 1851 e 15 de Maio de 1852 em que intervieram o marquês de Paraná e o visconde de Uruguay. Com a Republica Argentina, originaram a questão quasi secular das Missões, em que uma troca de nomes dos rios extremenhos tendo annullado todo o esforço do Visconde Rio Branco, em 1857, se destinava, depois das longas negociações, á solução pela arbitragem em nossos dias (1895), e a reviver no de um digno herdeiro o nome daquele grande estadista. Depois de uma campanha victoriosa, fixamos definitivamente as fronteiras, com o Paraguay, desde a foz do Iguassú á do Apa, passando pelas magistraes das serras de Maracaju e Amambahy [...]. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 312-313)

Afirmou que desde a Independência, configurou-se no Brasil, este país “vastíssimo”, laços frágeis de solidariedade, que estavam distanciados pelo meio e separados pela discordância étnica. Os movimentos que ocorriam eram locais e tendiam à composição de repúblicas turbulentas, sem a afinidade fortalecedora de uma tradição secular profunda. Essa característica seria resultado de um padrão mental, moral e social que foi herança do período colonial:

As duas primeiras tinham o lastro uniforme das crenças catholicas triplamente inquinadas pelas superstições medievas, pelo fetichismo indigena e pelo animismo africano; e a ultima, caracterizando um estado semi-barbaro em que todo mérito estava na coragem pessoal e todo prestigio na glória militar, repousava sobre a escravidão. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 315)

D. João VI foi descrito pelo autor como aquele que

começou a reagir, então, eficazmente, sobre nossos destinos, por uma série de medidas que, reflectidas mais tarde na ordem politica, com a resolução de 16 de Dezembro de 1815, elevando o Brasil á categoria de Reino, tiveram, segundo outra ordem de idéas, uma significação mais alta no propeliem o nosso desenvolvimento intellectual. [...] Revelam-no alguns nomes expressivos. Conceição Velloso, o nosso primeiro botânico [...] Vincente Seabra, Nogueira da Gama e José Bonifácio de Andrada e Silva [...] Hippolito Jose da Costa. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 312-319)

E cita cerca de outros vinte intelectuais, bem como os feitos aprovados pelo príncipe como uma maneira de reforçar a imagem do português como aquele que renovou uma sociedade “*desfibrada, em que a burocracia se tornara o ideal da vadiagem paga*” (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 321). Um exemplo disso foi a fundação de

instituições como o Museu Nacional, Imprensa Regia e Academia Brasileira de Belas Artes.

De maneira semelhante, descreveu a atuação de D. Pedro de Bragança como alguém com *“ausência de uma linha firme, no caracter [que] lhe dava plasticidade para se amoldar ao incoherente da sociedade em que surgia.”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 324). Afirmou que após a Independência, éramos

o único caso historico de uma nacionalidade feita por uma teoria politica. Vimos, de um salto, da homogeneidade da colonia para o regimem constitucional. Dos alvarás para as leis. E, ao entrarmos de improviso na orbita dos nossos destinos, fizemo-lo com um unico equilibrio possivel naquela quadra: o equilibrio dinamico entre as aspirações populares e as tradições dynasticas. [...] Dest'arte, a lucta da independecia teve, no englobar elementos destruidores e reconstructores, o caracter positivo de uma revolução. E desenrolou-se com uma finalidade irresistivel. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 324)

A história do Brasil foi narrada com detalhes de leis aprovadas, fatos históricos e personagens que se destacaram na tentativa de governar o país, principalmente durante o conturbado período regencial, em que as distâncias territoriais impediam a coesão entre os membros da sociedade:

Observe-se, contudo, de passagem, que não escapou de todo ao descortino excepcional de Feijó o meio excellent para remover-se em parte esta fatalidade physica. Na lei de 31 de Outubro de 1835, a primeira que promulgou ao assumir a Regencia Uma, traçam-se as primeiras linhas do nosso desenvolvimento econômico, autorizava-se a construcção de uma estrada de ferro para ligar-se a Capital do Império ás províncias de Minas e São Paulo. Mas o bello pensamento governamental avantajava demais a própria sociedade. Foi inviável. Ao grande homem ficou, porém, a glória de haver adivinhado esse antagonismo formidável do deserto e das distâncias, que ainda hoje tanto impede o pleno desdobramento da vida nacional. O maciço de um continente compacto e vasto talhava uma physionomia dupla à nacionalidade nascente. Ainda quando se fundissem os grupos abeirados do mar, restariam, ameaçadores, affeitos ás mais remotas tradições, distanciando-se do nosso meio e do nosso tempo, aquelles rudes patricios perdidos no insulamento das chapadas. Ao <<cabano>>, substituiriam no correr do tempo o <<balaio>> no Maranhão, o <<chimango>>, no Ceará, o <<cangaceiro>> em Pernambuco, nomes diversos de uma diathese social única, que chegaria até hoje, projectando nos deslumbramentos da República a sillhouette trágica do <<jagunço>>. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 339)

A. G. de Araújo Jorge, por sua vez, ao publicar o artigo *O Reconhecimento da Independência*, estruturou o texto narrando a história do Brasil com muitos detalhes e exprimindo alguns pontos de vistas que parecem ter o objetivo de reforçar a ideia de Brasil como país diferenciado dentro do continente e como pacífico:

As Republicas americanas, especialmente o Chile, a Argentina, o Uruguay e o Paraguay, receberam com ruidosas manifestações de jubilo e entusiasmo, facilmente explicáveis, a noticia do advento das novas instituições. Os Governos europeus, ao contrario, não acceitaram, sem desconfiança e surpresa, a deposição do regimen imperial, que elles supunham fundamente implantado no Brasil e cuja estabilidade, assegurada por um longo periodo de mais de 40 annos de paz interna ininterrupta, lhe conferia uma posição excepcional, no meio da variabilidade politica das republicas sul-americanas. O Governo Provisório procurou, até certo ponto, attenuar essas desconfianças dos países que tinham interesses consideráveis ligados a essa parte da America [...] todas essas circunstancias, accrescidas da maneira pacífica por que os acontecimentos se desenrolaram, pareciam ter predisposto os países estrangeiros em nosso favor, tanto mais quanto o Governo Provisorio continuava a manter relações officiosas com todos os agentes diplomáticos acreditados no Rio de Janeiro. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 358)

Além disso, as palavras do artigo demonstraram que o posicionamento dos países latino-americanos foi rápido e efetivo; que o dos Estados Unidos tardou um pouco, mas possuía uma boa justificativa; e os países Europeus dificultaram o reconhecimento, o que poderia ser tomado como fator significativo para incentivar a aproximação entre os países do continente americano:

Com a Republica a situação mudava. O seu reconhecimento era simplesmente uma questão de tempo. Na America elle não se fez esperar. As relações officiaes se restabeleceram quasi sem solução de continuidade, com excepção dos Estados Unidos, cuja demora (29 de Janeiro de 1890), foi devida ao acto de ter sido o reconhecimento proposto no Senado Americano pelos democratas e rejeitado pelos republicanos, que tinham então forte maioria naquella Camara Alta. Na Europa, os factos não se passaram do mesmo modo. Sem embargo das benévolas disposições manifestadas por alguns países, de reconhecer a nova forma de governo, não foi sem dificuldades, e depois de uma serie de longas e penosas negociações que as nossas relações officiaes foram restabelecidas. Alguns países mesmo pareceram querer aproveitar o periodo passageiro de desorganização politica [...] para arrancar favores e concessões descabidas. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 358-359)

Essa ideia de Brasil como país pacífico, visto que havia passado pela mudança de forma de governo sem exaltações, se repetiu na explanação de A. G. de Araújo Jorge a respeito da atuação do diplomata Itajubá na França, no momento em que tentava obter o reconhecimento da proclamação da República do Brasil nesse país:

Além disso, como muito bem fez notar o nosso Ministro, o estado de cousas existentes no Brasil não tinha analogia alguma com as mudanças de forma de governo, como geralmente se têm dado. O Governo Provisório era, então, o único poder que representava o Brasil, de modo incontestável e incontestado. Elle fora reconhecido unanimemente, sem opposição séria, em todos os Estados. No Brasil reinava a mais perfeita calma e tranquillidade, e o resultado da emissão, feita no Rio de Janeiro, a 25 de Janeiro de 1890,

coberta em quatro horas, de ações bancárias no valor de 550 milhões de francos, era o testemunho eloquente da confiança absoluta nos círculos financeiros. A estabilidade da nova situação política não podia sofrer a menor dúvida, sendo ainda de notar que a revolução no Brasil oferecera o exemplo, único na história, de não encontrar oposição de maneira alguma. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 361)

Foi possível notar também uma preocupação com a narração que descreve a saga que foi o reconhecimento da mudança de regime político no Brasil, no sentido de não poupar detalhes que incluem falas de nossos agentes diplomáticos do momento em questão, respostas que receberam e procedimentos que tiveram resultado ou não:

Spuller, que se manifestou contrariado por não ter sido informado da existência de semelhante documento, desejou tomar conhecimento dele, antes de continuar as negociações, e pediu a Itajubá que não telegrafasse ao Governo do Brasil antes de reexaminar o assumpto, afim de ver se era possível descobrir um meio de ser admitida a entrega da credencial, mesmo sob a reserva das decisões futuras da nossa Constituinte. [...] O Sr. Lardy [...] julgava dever atribuir essa demora a varias informações alarmantes, vindas dos Estados Unidos [...] que foram manifestadas em relação à estabilidade do nosso novo regimen. [...] Lardy, depois de ouvir de Itajubá uma exposição succinta da maneira pela qual os acontecimentos se tinham passado no Rio de Janeiro, em contraposição com os boatos correntes e desconhecidos, de que tivera noticia o Governo Suíço, promettera esclarecê-lo devidamente, afim de o persuadir a não demorar por mais tempo o restabelecimento das relações officiaes com o Brasil. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 362-363)

Chama atenção, nessa narração elaborada por Araújo Jorge, um dos editores da Revista, a menção de que, ainda que com o reconhecimento oficial do chanceler brasileiro pelos norte-americanos, o ministro francês Spuller criou alguns empecilhos, como o incômodo em relação ao decreto número 38, que dizia respeito à naturalização de estrangeiros no Brasil e à questão dos limites da Guiana.

Ficou implícito (ou explícito mesmo), no artigo do editor, que havia uma intenção desonesta de se aproveitar desse momento de governo provisório no Brasil para a que a França garantisse territórios. Ao que parece, Itajubá foi muito habilidoso em sua resposta, inclusive se aproveitando da resistência ao reconhecimento como argumento para o não tratamento de questões de limites com a França, em comparação com a resolução da questão de litígio do território das missões com a Argentina:

Quanto á questão de limites, não tinha sido examinada ultimamente pelo Governo Francês, o qual, por consequencia, não estava preparado para resolve-la rapidamente. Êste assumpto fôra lembrado a Spuller pelo próprio Nisard. A assinatura do Tratado de limites entre o Brasil e a Republica

Argentina, a 25 de janeiro de 1890, provocara a atenção do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, sem que se lembrasse que aquelle acto internacional fôra precedido, não só de um reconhecimento official immediato, mas tambem de longas e laboriosas negociações. Isto fê-lo suppor, talvez, que era propicio o momento para o Governo francês terminar tambem a questão do territorio contestado, por meio de uma rapida transacção. Nisard, que suggerira essa idea a Spuller, na intenção de provocar, nesse sentido, pelo intermédio do representante do Brasil, uma proposta do Governo Provisorio, repetiu mais uma vez a Itajubá que as intenções do Governo da França para com o Brasil não podiam ser mais amigaveis e que era desejo pessoal de Spuller proceder, quanto antes, ao reconhecimento official. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 365)

Apesar de interessante, nosso objetivo aqui não é o de narrar como se procedeu esse acontecimento, mas salta à vista a escolha de determinados eventos para serem citados com riqueza de detalhes com o intuito de construir determinadas imagens em relação a países do continente europeu. No caso em questão, fica evidente a roupagem interesseira da França em relação a questões lindeiras e isso é apontado como algo negativo.

A Inglaterra e Alemanha, por sua vez, apesar da imposição de algumas condições, promoveram o reconhecimento de forma menos penosa, e *“promulgada a Constituição republicana a 24 de Fevereiro de 1891 e legitimados os poderes do Governo Provisorio pela escolha do Marechal Deodoro da Fonseca para Presidente, Souza Correia foi acreditado e recebido a 4 de Maio do mesmo anno”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 375). O autor também mencionou a Bélgica, como aquele país que foi *“precedido de um conjunto de circunstancias que não devem passar em silencio”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 375).

Esse país procedeu ao reconhecimento da mudança da forma de governo brasileira apenas a partir do momento em que a Alemanha enviou comunicação de que havia estabelecido as suas relações oficiais com a República Brasileira, em virtude de um conflito com *“os membros da Directoria da Companhia do Gás”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 376), pois aparentemente um numeroso grupo de acionistas se dizia prejudicado com determinadas resoluções do Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro e trabalhava junto do governo belga no sentido de que só fossem reestabelecidas as relações oficiais com o Brasil depois que o Governo Provisorio promettesse atender às reclamações pendentes da Companhia. *“Em duas palavras, que o Governo Belga fizesse da solução desejada pelos accionistas a*



*condição fundamental do reconhecimento.*” (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 376).

De uma maneira geral, parece que Araújo Jorge quis evidenciar que o reconhecimento da República Brasileira foi subordinado à promulgação de uma constituição e à livre escolha do Presidente sem o caráter provisório. Posicionamento diferente, no entanto, marcou o reconhecimento por parte das nações latino-americanas:

As Republicas americanas foram sollicitas em reconhecer a nova forma de governo inaugurada no Brasil e, em alguns países, como a República Argentina, o Uruguay, o Paraguay, a sua notícia foi recebida com grandes e ruidosas manifestações de entusiasmo. As negociações, se é que se pôde rigorosamente empregar este termo, tratando-se dos actos que precederam o reconhecimento official por parte dos países americanos, não offerecem particularidades interessantes, mas a sua menção serve para demonstrar a boa vontade e as benevolas disposições, de que se achavam animados esses Governos para com a nossa transformação politica. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 381)

Quando comparado com a narração do comportamento dos países europeus, os países americanos apareciam como sinônimo de solidariedade. Os Estados Unidos, por sua vez, são mostrados como o país que se prolongou no reconhecimento oficial da República do Brasil e na continuidade das relações amistosas em virtude de um largo debate parlamentar, cuja exigência era a de reconhecê-la *“logo que a maioria do povo brasileiro adherisse de maneira ostensiva ao seu estabelecimento e conservação”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 382). Além disso, o autor destacou a fala do Senador Morgan, nas discussões parlamentares, cuja argumentação foi:

A falta de um apoio franco e firme dos Estados Unidos podia ser prejudicial á consolidação da idéa republicana no Brasil e animar qualquer pretensão dos monarchas do velho mundo em favor do soberano deposto, o que seria contrário á orientação politica da America iniciada por Monroe, e, seguida, successivamente, em todas as presidências anteriores [...] e, terminou declarando que as tradições politicas da America do Norte tornavam necessário o reconhecimento prompto da forma republicana no Brasil, antes de surgirem quaesquer velleidades de restauração da dynastia imperial. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 385)

Por meio desse artigo, foi possível encontrar os países que reconheceram a mudança da forma de regime político no Brasil, com as respectivas datas de retomada das relações oficiais com o novo governo.

Assim, é possível afirmar que as representações que foram postas a circular pelos intelectuais que publicaram na *Revista Americana* eram desdobramentos da representação maior de pan-americanismo. Destarte, o projeto pan-americano veiculado no periódico era portador de uma representação do continente que era sinônimo de paz, solidariedade, originalidade e modernidade. O alcance dessa paz, de acordo com a narração dos autores dos artigos, estaria atrelado à ideia de cordialidade que permitiria a diluição dos conflitos, reforçaria a impossibilidade de ocorrência de guerras no continente da paz e teria o Brasil como principal sugestão de líder, no sentido de representar o continente internacionalmente e permitir o desenvolvimento de relações amistosas entre esse território e o restante do mundo.

A exemplo disso, percebemos que nos números de 1918 se passa a discutir a importância de trabalhos geográficos, como a expedição Roosevelt-Rondon e a elaboração de um dicionário Histórico e Geográfico do Brasil pelo IHGB. Tratava-se de um movimento que os autores da *Revista Americana* chamavam de “introspecção patriótica”:

O Brasil precisa conhecer-se a si próprio, sob todos os aspectos e em todas as direções, por meios e processos fidedignos e insuspeitos, sendo, como é ele, um colosso adormecido à beira do oceano [...]. O sertão, o verdadeiro coração do Brasil, o núcleo, a medula deste grande tronco, na frase de Alberto Rangel, é o desconhecido inatingível, é quase um outro mar tenebroso das lendas medievais [...]. Entretanto, no dizer do grande estilista dos Sertões, (os seus habitantes) foram o verdadeiro exército moderno, como o preconizam, como o desejam, como o proclamam altamente, dentro dos círculos militares da Europa, os luminares da guerra precipitados, não já para o caso especial das guerrilhas, mas para todas as formas das campanhas, quer estas se desenrolem nos campos clássicos da Bélgica, quer na topografia revessa do Transvaal. Na fase crítica em que acabamos de entrar, com a ameaça de uma irrupção possível, senão provável de centenas de milhares de bárbaros da Kultur, nos campos do sul, vencidos os gaúchos, a nossa garantia de última hora estará garantida no jagunço de Canudos, no caboclo do Amazonas, em uma palavra, no desprezado sertanejo do centro e norte do Brasil. (REVISTA AMERICANA, jul. 1918, p. 86)

A expedição Rondon poderia preparar o terreno para a reabilitação do sertão, “aproximando de nós as fronteiras de oeste, delimitadas, mas inacessíveis quase, abrindo estradas e rasgando o deserto, com o fio elétrico em comunicação com o litoral” (REVISTA AMERICANA, jul. 1918, p. 87).

A *Revista* trouxe como um destaque a abertura da sala Euclides da Cunha, por Roquete Pinto, autor homenageado que, assim como Sylvio Romero, fizera estudo para classificar os habitantes rurais do Brasil:

Ali, naquele repositório, dorme a alma do Brasil que extrai borracha, planta fumo, cacau e algodão, colhe café, para rodeios de gado; do Brasil que inventou processos novos de cultura, do Brasil atrasado ainda, mas fundamentalmente nacionalizado. [...] Na Sala Euclides da Cunha o futuro encontrará os retalhos da mentalidade atual dos nossos sertanejos, expressos nas orações dos fanáticos do Contestado, e nos Cilindros fonográficos onde gravei em 1912, as cantigas nostálgicas dos boiadeiros cuiabanos. (REVISTA AMERICANA, jul. 1918, p. 152-153)

Em resumo, o olhar do estrangeiro sobre o Brasil é qualificado como uma falácia, acompanhado do reforço da necessidade de se enxergar sem que seja sob o reflexo do espelho estrangeiro (REVISTA AMERICANA, jan. 1910, p. 10). E, por isso, Araújo Jorge, o diretor da *Revista Americana*, escreveu:

As nações deste continente, encantonadas nas suas fronteiras constituem ainda hoje um corpo social vinculado por frágeis laços. Desunidas por discordâncias étnicas, isoladas por destinos sociais divergentes, segregadas pela distância, que ainda não suplantam rápidos meios de comunicação, falta-lhes, ao mesmo tempo, uma certa concordância de ideias e sentimentos, capazes de se sintetizarem numa compreensão exata dos destinos da sociedade internacional americana. É tempo de reagir contra essa indiferença desmoralizadora. [...] Acordando vozes conciliadoras, provocando movimentos simpáticos de solidariedade e orientando a opinião no sentido da concórdia e da justiça. (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 267)

Sobre um possível equilíbrio no continente, José Oiticica afirmou:

A concorrência das nações impõe forçosamente a uma delas o posto supremo e, se são equivalentes, o equilíbrio de todas. [...] a atual situação é de desequilíbrio e, portanto, de preponderâncias e submissões. Essa hegemonia não será, entretanto, a dominação da força bruta sobre as nações vizinhas mais fracas. Será, ao revés, um meio de guiá-las do caos em que definham ao progresso compatível com a civilização moderna. [...] A vantagem e o escopo dessa hegemonia serão garantir a paz sul-americana como a hegemonia do Estados Unidos garante a liberdade para toda a América. Este papel está indubitavelmente reservado ao Brasil. É ele o mais vasto, o mais rico e o mais poderoso no nosso continente. A ele cumpre tomar a dianteira, assumindo o honroso encargo de guia das nações co-irmãs. (REVISTA AMERICANA, jun. 1910, p. 424)

Acreditamos que artigos como os mencionados acima apresentam uma face historicizante da *Revista*, no sentido de que alguns intelectuais se dedicaram a recontar os fatos que marcaram a América (ou o Brasil) sob uma ótica oficial. Podemos pensar a *Revista* como portadora da correção do passado sob uma visão pacificadora dos eventos e atribuidora de modernidade ao país, além de divulgar direitos nacionais.

Defendemos nesta tese que narrar o passado a partir de fontes históricas oficiais tinha a função de explicar o presente, justificando fronteiras e direitos de navegabilidade dos rios e elaborando prognósticos para o futuro.

São essas proposições que chamamos aqui de sonhos portados pela *Revista Americana*, que fomentariam a qualificação de continente americano como sinônimo de paz e de solidariedade.

Esses artigos publicados carregavam a missão de relatar fatos históricos com o objetivo de instruí-los e de torná-los conhecidos. Nessa perspectiva, o periódico seria um espaço em que se deixariam marcas, para as gerações futuras, de sonhos e projetos que estavam relacionados com uma dada representação de continente americano pacífico decorrente da cordialidade entre os povos, que não era uma novidade.

Um dos autores que se destacou no uso dessa retórica pan-americana foi o argentino Norberto Piñero, visto que se apropriou de acontecimentos históricos para explicar a atuação diplomática argentina<sup>30</sup>. Piñero, assim como outros intelectuais contemporâneos seus, utilizou-se da narrativa histórica – ou o campo de experiência – para delinear os aspectos que a diplomacia argentina deveria tomar a partir daquele momento, como medidas que facilitassem o comércio com a Europa e Estados Unidos e o estabelecimento de relações permanentes com o restante do continente, atribuindo papel de destaque ao Chile e ao Brasil. Não foi possível perceber propostas de integração continental que fossem além de questões econômicas, mas foi possível compreender que as constatações feitas pelo autor faziam parte de um projeto que colocava a Argentina em posição de destaque em relação aos outros países do continente.

Tal aspecto historicizante não é exclusivo desse autor. Parte considerável dos artigos publicados na *Revista Americana* segue uma estrutura de argumentação semelhante, em que se narra a história a partir de fontes históricas oficiais com a finalidade de

---

<sup>30</sup> O autor reconheceu três momentos na prática diplomática argentina: i) a conquista da independência; ii) a defesa e a garantia da soberania externa e; iii) a resolução de questões limítrofes com os países vizinhos. Narra dessa forma com a intenção de asseverar que a diplomacia argentina de maneira alguma seria belicosa. (REVISTA AMERICANA, abr. 1912, p. 350-354)

justificar atuações do presente e definir ações para problemas do continente. Igualmente encontramos explicações históricas que justificavam o direito às fronteiras específicas, ou seja, atribuindo legitimidade a determinadas decisões e acordos diplomáticos.

Além de questões de fronteiras, ao que parece, a Guerra do Paraguai (1864-1870) saiu das páginas da *Revista Americana* como responsabilidade única do presidente paraguaio Francisco Solano Lopez (1862-1870), que havia sido derrotado pela “união fraterna americana” – Argentina, Brasil e Uruguai.

O único artigo que parece ter escapado desse controle das versões da Guerra do Paraguai foi o de Ramón J. Cárcano, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados da Argentina – *La Diplomacia dela Triple Alianza*. Nesse, apesar de ter feito uma série de elogios à atuação do Barão do Rio Branco, listando todos os seus feitos que incluíam “*todos os serviços da administração sentiram o impulso acertado do eminente estadista. O crédito e fazenda pública, a legislação civil e criminal, a guardiã nacional e seu recrutamento [...]*” (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 162), veiculou a ótica argentina da Guerra como aquela que teria salvo a ruína do Império, qualificada por esse autor como arcaica. A reação dos articulistas surgiu na seção *Notas*, para reforçar que o Brasil não teria sucumbido à luta contra Lopez e para elogiar o período imperial brasileiro. A intervenção da redação aconteceu, pois não se veiculavam imagens negativas relacionadas ao período imperial brasileiro.

Essa prática de reescritura de fatos históricos parece ter se intensificado nos volumes da *Revista* que foram publicados a partir de 1916, com textos de Hélio Lobo, Oliveira Lima e publicação póstuma do Barão do Rio Branco sobre a atuação diplomática do pai, o Visconde do Rio Branco. Ao mesmo tempo em que esses textos eram disponibilizados no periódico, esses autores atuavam como professores de História do Brasil em universidades dos Estados Unidos, assim como Joaquim Nabuco fizera enquanto embaixador em Washington. Essa era parte da prática de uma diplomacia cultural, conforme discutiremos adiante.

Hélio Lobo<sup>31</sup> escreveu sobre os eventos preliminares da Guerra do Paraguai, buscando nas origens do conflito indícios que redimissem ou amenizassem a atuação do Brasil. É nesse viés interpretativo que o país é descrito como o vizinho “*amigo e protetor, que fora hostilizado*”, em um movimento de ingratidão que partira do Paraguai. Escreve dessa maneira, pois defendeu que a autonomia daquele país foi a regra invariável da política colonial portuguesa, que procurou, por meio de hábitos ordeiros e pacíficos, “*fazer a melhor vizinhança e conservar perene a concórdia*” (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 82-83). Prova disso, segundo o autor, teria sido o despacho de vários emissários diplomáticos, reconhecendo a independência paraguaia e se interessando para que essa independência fosse aceita pelas cortes europeias.

Foi nesse ambiente de amizade que os dois países, Paraguai e Brasil, assinaram o Tratado de 7 de outubro de 1844, que, no entanto, não foi ratificado pelo governo imperial brasileiro em virtude da intervenção anglo-francesa na região do Rio da Prata. O objetivo de tal documento era consolidar uma aliança mútua em que o Império fortificava a declaração e o reconhecimento da independência do Paraguai, a livre navegação do Paraná e do Paraguai e a solução da pendência de limites pela linha do Igurey. O Brasil não assinou, pois previa que podia lhe ser prejudicial, e ao Paraguai cabia queixar-se, mas não o fez, “*procurando mais tarde, a solução nas armas.*” (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 88).

Euclides da Cunha também escreveu sobre a temática, corroborando para a interpretação de que a região esteve entregue à tirania:

---

<sup>31</sup> Ingressou na carreira diplomática e, de 1907 a 1908, atuou como auxiliar do árbitro brasileiro nos tribunais arbitrais Brasileiro-Peruano e Brasileiro-Boliviano. Promovido a terceiro-oficial em outubro de 1910, participou, em 1912, como secretário, da junta de juriconsultos americanos, encarregada de codificar no Rio de Janeiro o Direito Internacional Americano. Foi promovido a segundo-oficial em maio de 1913, quando passou a servir no gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller (1912-1917). Primeiro secretário em outubro do ano seguinte, exerceu o cargo de secretário da Presidência da República de novembro de 1914 a novembro de 1918, durante o governo de Venceslau Brás (1914-1918). Também historiador e ensaísta, foi eleito em julho de 1918 para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira nº 13, na vaga de João Carneiro de Sousa Bandeira. Transferido em dezembro desse ano para Versalhes, na França, participou como secretário-geral da delegação do Brasil ao Congresso de Paz e ali permaneceu até setembro de 1919. Em seguida, foi cônsul-geral em Londres, de outubro de 1919 a maio de 1920, e em Nova Iorque, de junho de 1920 a outubro de 1925. Nesse último período, participou em 1923 da V Conferência Internacional Americana e cursou a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Colúmbia. (ABREU, 2015, p. 1-2)

Realmente as tropelias de D. Manoel Rosas, que, desde 1835, submetia a confederação Argentina à tirania deplorável – desencadeavam-se próximas demais das nossas fronteiras. Constituíam ameaça de complicações inevitáveis. O velho sonho imperialista do vice-reinado entontecia intermitentemente nos negócios do Estado Oriental do Uruguai, há longo tempo cindido pela rivalidade dos caudilhos Manoel Oribe e Fructuoso Rivera. (REVISTA AMERICANA, jan. 1910, p. 102)

Enquanto o sul do continente americano esteve entregue a governos tirânicos, naquele mesmo contexto, no Brasil, entre os anos de 1853 e 1858, os ministérios de Paraná, Caxias e Olinda tiveram como traço predominante de sua política “*o arrefecimento das paixões*” (REVISTA AMERICANA, jan. 1910, p.105):

A guerra do Paraguai é um desvio na nossa história. A sua causa mais próxima está, talvez, na interferência de duas vontades, injustificáveis ambas. De um lado o delírio de grandezas de um déspota minúsculo demais para a sua própria ambição, de outro a diversão temerária de um imperador constitucional, por ventura impressionado com o cenário da política interna de seu país. (REVISTA AMERICANA, jan. 1910, p. 115)

Hélio Lobo descreveu D. Juan Manoel Rosas como um político e oficial militar argentino que governou a província de Buenos Aires e brevemente a Confederação Argentina, responsabilizando-o por vários atos de violência contra residentes franceses e, para amenizar tal situação, tomou a deliberação de considerar cidadãos argentinos a todos os nascidos no país, “*fosse qual fosse a nacionalidade dos pais; de aplicar o serviço militar aos estrangeiros; e de não receber nem admitir agentes diplomáticos, gente, no dizer dele, das maiores maquinações.*” (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 89).

Também escreveu que as intenções do “*déspota Argentino*” com relação ao Brasil eram a “*reconstituição do antigo Vice-Reinado do Prata pela anexação do Uruguai e Paraguai, desmembramento da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e posse das Missões.*” (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 89). Abatido o poderio de Manoel Rosas, o governo do Paraguai foi imediatamente beneficiado com suas consequências, pois assegurou-se a navegação dos rios e reconheceu-lhe a independência da Argentina. Ficou, portanto, de mãos livres Carlos Antonio Lopes, o pai de Solano Lopes, que desejava o livre trânsito da navegação para o Mato Grosso. Entretanto, o Império não poderia abrir mão de tal navegação, pois esse trânsito era “*um interesse de grande alcance futuro, de comércio, de civilização, de política e, até, de segurança pública*” (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 94).

As negociações diplomáticas entre Brasil e Paraguai, no entanto, não foram bem-sucedidas, culminando na expulsão do encarregado de negócios do Brasil em Assunção, Felipe José Pereira Leal. Em 10 de dezembro de 1854, uma expedição naval deixou o porto do Rio de Janeiro com objetivo de obter satisfação pela referida despedida do agente, além de levar as instruções de um projeto de tratado de navegação, comércio e limites. No entanto, *“na arte de protelar, mostrou-se, então, o Governo Paraguaio de consumada habilidade”* (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 112):

Propôs logo o plenipotenciário paraguaio dividir as duas questões, discutindo-se com precedência a de limites. Era Francisco Solano Lopez o antagonista. Filho de Carlos Antonio Lopez, com ele educado no desamor pelo Brasil, obedecia à norma paterna, segunda à qual, evitando o acordo sobre a navegação, procurava obter a melhor linha lindeira. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 117)

Dessa forma, apesar dos esforços insistentes em manter os tratados de navegação em eixos diplomáticos, Solano Lopez insistia em burlá-los, provocando o malogro de uma sucessão de sérias negociações entre os plenipotenciários:

Com a nomeação do plenipotenciário Berges, para o Rio de Janeiro, pode Silva Paranhos, mais tarde, assinar com ele o Tratado de Navegação e Comércio de 6 de Abril de 1856; mas o governo de Assunção, depois de ratificado, conseguiu ainda burlá-lo, porque subordinou o transito a exigências tais que equivaliam ao fechamento completo da navegação. Onde, em 1858 (e por força da missão Paranhos, em Assunção), a nova assinatura do acordo chamado de 12 de Fevereiro de 1858. Nem mesmo assim, a paz sem ameaças reinou definitivamente. As disposições imperiais eram tão graves em face ao procedimento paraguaio, que levou Paranhos em suas malas para o Sul estas palavras alarmantes (16 de Setembro de 1847): “sem desejar esse conflito, sem tê-lo provocado, o Governo Imperial excederia aos limites da prudência e da moderação se não se preparasse para ele...” O conflito era fatal, estava na linha do destino, irromperia mais tarde, ao surgir da questão oriental, e despejando sobre as províncias brasileiras desarmadas as forças aguerridas de Francisco Solano Lopez. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 122)

Com intuito semelhante ao dos artigos de Hélio Lobo, a publicação póstuma de Rio Branco sobre os antecedentes das Guerras Cisplatinas reforçou que o Brasil, que naquela ocasião tinha um príncipe regente, conservou a mais estrita neutralidade na guerra entre a metrópole e os povos do Rio da Prata, permitindo a abertura de relações de amizade e comércio entre Brasil e Argentina. De acordo com Rio Branco, *“o capitão general do Rio Grande do Sul, Marques de Alegrete recebera ordens terminantes para manter-se alheio à contenda, limitando-se a fazer respeitar o nosso*



*território e as propriedades brasileiras colocadas nas proximidades da linha divisória.”*  
(REVISTA AMERICANA, nov. 1916, p. 6).

Dessa forma, a intervenção de 1816 e a guerra que se seguiu à mesma ocorreram, pois

O governo de Buenos Aires, em campanha desastrosa, acabava de mostrar-se impotente para destruir o poder do caudilho oriental, e via-se seriamente ameaçado pelas simpatias que em outras províncias e na própria capital ia encontrando esse apóstolo da dissolução política e social. Em tal situação, e só depois de desatendidas todas as suas reclamações, foi que o governo do Rio de Janeiro resolveu ocupar a Banda Oriental cedendo ao mesmo tempo às queixas repetidas dos habitantes da fronteira, às representações do governador e capitão general do Rio Grande do Sul e às vivas instâncias dos emigrados argentinos e orientais, apoiados, até certo ponto pelo próprio Garcia, representante do governo de Buenos Aires. (REVISTA AMERICANA, nov. 1916, p. 13)

Ainda sobre a Guerra do Paraguai, além de ter defendido que o conflito fora provocado pela agressão paraguaia, Rio Branco afirmou que o pai

Procurou desde logo obter a aliança da República Argentina contra o Paraguai, mas o presidente Mitre declarou terminantemente que só consideraria *casus belli* a violação do território da República pelas tropas do ditador. Os argentinos, ou melhor, o governo do general Mitre, a imprensa, os homens políticos e o povo de Buenos Aires viam com imenso prazer a perspectiva de uma luta prolongada e destruidora entre o Império do Paraguai, mas desejavam que, sem sacrifício algum para a república Argentina, pudesse esta, conservando-se neutra, recolher todos os proveitos da nossa vitória. A guerra esgotaria os recursos militares, o erário do Brasil e traria o aniquilamento do Paraguai, levando ao mesmo tempo vida, riqueza e prosperidade às margens do Paraná. O poder militar de Solano Lopez que era uma ameaça e um perigo para os argentinos, ia ser destruído pelo Brasil, sem que os nossos vizinhos tivessem que despende um real ou sacrificar um soldado. Tais eram os desejos do governo de Buenos Aires, e essa política egoísta mais hábil só foi abandonada quando em 14 de abril do ano seguinte Solano Lopez a tornou impossível, ocupando militarmente a província de Corrientese apoderando-se de dois vapores de guerra argentinos. (REVISTA AMERICANA, mar. 1917, p. 11-12)

Clóvis Beviláqua, membro da ABL, escreveu sobre o Tratado entre o Brasil e o Uruguai, em outubro de 1909, que foi responsável pela modificação das fronteiras na Lagoa Mirim e rio Jaguarão e estabeleceu princípios gerais para comércio e navegação naquelas paragens. O objetivo da passagem é de destacar o Brasil como país que tem seus princípios conduzidos pelo respeito ao direito internacional e cujo sentimento em relação aos outros países do continente seria sempre o de confraternidade:

O tratado de 30 de outubro de 1909, modificando as fronteiras entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, é um ato da política internacional exprimindo o sentimento de confraternização dos povos americanos e, ao mesmo tempo, a solidariedade das nações que compõem a sociedade dos Estados, constituída pelas necessidades de forma superior da vida humana e organizada pelos preceitos do Direito Internacional. Olhado por este aspecto, o tratado vale por uma declaração de princípios: - o Brasil não tem mais que uma medida para tratar os povos irmãos. [...] Se, espontaneamente, o Brasil reconhecia a conveniência de aplicar, nas suas raias do lado do Uruguai, os mesmos princípios que presidiram a fixação de suas fronteiras do lado de outras nações, dividindo os cursos d'água, [...] o conjunto das ideias dominantes no Direito Internacional conduzia-o também por este mesmo sentimento. (REVISTA AMERICANA, jun. 1910, p. 311-321)

Pinto da Rocha destacou a existência de um padrão moral, que procurava se apoiar no Direito Internacional:

A vitória da diplomacia sem canhões, da moral inerme, da justiça isolada, contra a diplomacia armada [...] é uma das mais eloquentes afirmações de que o direito internacional não é uma utopia [...] A sanção do direito internacional não é e não pode ser a força das armas, é a moral, a opinião pública, todos os dias alimentada pelas mil vozes da imprensa e da tribuna, encarregando-se igualmente de vingar ou evitar as tentativas criminosas e preparando as soluções justas e imparciais. (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 29)

Sobre a importância atribuída aos textos de cunho histórico que eram publicados na *Revista*, encontramos a opinião de que *“todas as interpretações de fatos históricos devem, sem dúvida, ter em vista, antes de tudo, o fim prático de facilitar-nos a orientação através do vasto domínio da história universal, para ficarmos habilitados com isso, a compreender bem a história dos diferentes povos [...]”* (REVISTA AMERICANA, jul.-ago. 1913, p. 136, tradução da autora).

O último número de 1916 é marcado também pela publicação da biografia do Visconde do Rio Branco, o pai do Barão do Rio Branco, e sua atuação em relação ao conflito com a Argentina na disputa do território do Rio Grande do Sul (campanhas militares de 1827 e 1851). O objetivo era ressaltar o traço forte de moderação que marcava a atuação política de seu pai:

Na Confederação Argentina dominava o sanguinário Ditador Rosas: no estado oriental o seu lugar-tenente Oribe, à frente de tropas argentinas e orientais, sitiava a Cidade de Montevideo, onde resistia o governo legal da República, em torno do qual se reuniram todos os liberais das duas margens do Prata. Os esforços feitos por esses dois generais para separar do Império a Província do Rio Grande do Sul, os auxílios que prestaram à intitulada República do Piratinim, os continuados assassinatos, roubos, extorsões, violências praticadas sobre súditos brasileiros na banda oriental e na fronteira, a linguagem arrogante e muitas vezes injuriosa, com que se dirigiam aos representantes do Império, as provocações e insultos da imprensa de

Buenos Aires, tudo parecia dever tornar inevitável um rompimento que o Governo Imperial, por dificuldades internas, foi adiando com sacrifício não pequeno da dignidade nacional. Rosas não ocultou o firme propósito de romper com o Brasil para arrebatá-los o território das Missões d'aquém Uruguai e para reestabelecer limites do Tratado nulo de 1777. Antes, porém, de declarar-nos a guerra, entendia conveniente reunir à Confederação o Paraguai e o Estado Oriental. Era nada menos que a reconstrução do antigo Vice-reinado espanhol do Rio da Prata, com que ainda hoje sonham estadistas argentinos. (REVISTA AMERICANA, nov. 1916, p. 12)

Em trechos como esse, o Brasil toma o papel daquele que interveio para estabelecer a civilização na Argentina por meio da atuação de Paranhos, apontado injustamente, nas palavras do Barão, como um homem sanguinário, que, “*por incumbência do governo Imperial, foi a Montevideu promover revoluções.*” (REVISTA AMERICANA, nov. 1916, p. 21).

A reescritura de fatos da história do Brasil não se limitava aos conflitos. Evaristo de Moraes, por exemplo, descreveu a abolição como ato humanitário e como um juízo de oportunidade, que deveria esperar pelo fim da Guerra do Paraguai (o autor mencionou que em todo o país estava trabalhada a opinião pública pela ideia emancipadora):

Já expusemos nas hospitaleiras colunas do Jornal do Comércio a porfiriosa e acidentada campanha em que colaboraram a nossa dignidade nacional e os reclamos da nossa civilização contra o tráfico de escravos. Vimos como, neste humanitário empenho, tivemos de contemporizar, sofrendo as maiores afrontas da Inglaterra, até que os próprios fazendeiros, consumidores da mercadoria humana, se convenceram de que o negócio não lhes era tão vantajoso quanto parecia. [...] Pedro II conhecia o mau juízo que na Europa se formava a nosso respeito, no tocante à manutenção da escravidão, e percebia as possíveis consequências desse juízo naquela ocasião, estando nós em guerra com o Paraguai, que pretendíamos civilizar. [...] Para a honra do Brasil, força é reconhecer que desta vez, como durante a tremenda polêmica acerca da extinção do tráfico, como depois por ocasião de se debater o projeto Rio Branco, ninguém sustentou a excelência e a perpetuidade da escravidão à semelhança de alguns lordes ingleses. [...] Precisando suas ideias quanto à oportunidade das medidas emancipadoras, Abaeté declarou que não lhe parecia azada a ocasião, enquanto durasse a guerra e enquanto não fossem reparados os estragos financeiros dela oriundos. (REVISTA AMERICANA, nov. 1916, p. 21-22, 29, 33-34)

De maneira semelhante, Carlos Magalhães de Azeredo escreveu:

De fato, entre nós, conquanto horrível na sua essência, como é e será sempre em toda a parte, não ofereceu aquele quadro torvo de lento assassinio de uma raça por outra, que desgraçadamente se viu em outras regiões da própria América... E teve, ao menos, a vantagem moral de revelar naquela mísera gente oprimida dotes de honradez e de profunda bondade que talvez ninguém lhe adivinhara antes. Por isso, também a tragédia da sua história no Brasil não engendrou a incompatibilidade das raças e o perigo negro, como

aconteceu nos Estados Unidos, mas teve como epílogo o benefício de uma real e sincera confraternização.... E nós, ainda hoje, podemos reevocar, sem remorso, e até com certa vaga saudade dos aspectos pitorescos daquele Brasil desaparecido, com a família patriarcal em primeiro plano e, em fundo, entre o verde escuro dos cafezais e o tenro verde das plantações de cana, os submissos e dedicados africanos na sua labuta ou nas características festas rituais das suas tribos. (REVISTA AMERICANA, fev. 1911, p. 359-360)

Joaquim Nabuco, ao discursar durante as celebrações do centenário de Lincoln, transmitiu a ideia de que Brasil era sinônimo de paz, com alterações que foram conquistadas sem o derramamento de sangue: *“consequimo-lo (a abolição) num grande abraço de confraternidade nacional, e foram os proprietários de escravos, com a prodigalidade de suas cartas de manumissão, os que impulsionaram a ação das leis libertárias sucessivamente decretadas”* (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 166).

A publicação do discurso de Rui Barbosa, realizado em 15 de julho de 1916, na Faculdade de Direito de Buenos Aires, também expressava a diferença entre a libertação dos escravos no Brasil e nos Estados Unidos:

Se a libertação ali foi feita pela luta, com derramamento de sangue, com guerra formal; terminada esta, o país procurou reorganizar-se sem mais consequências. Um fato, porém, ali se nota diferente do que aqui se passa, e é o desprezo e as prevenções pela raça negra, que lá existe na proporção de dez milhões... [...] Tomávamos um trem elétrico para uma excursão a Mount Vernon, e entre os delegados do Congresso Pan-Americano se notava um preto general, e representante do Haiti, onde fora presidente da República. Ao entrar este no carro foi impedido pelo empregado, por ser colored man. O condutor não contava com aquele matiz entre os delegados, necessitando a intervenção do secretário geral do Congresso para resolver a questão, mostrando que o homem de cor tinha as mesmas prerrogativas que todos os outros delegados. [...] Um mulato, empregado como criado, com quem tive ligeira conversa sobre essa divergência de raças, admirava-se do que eu lhe dizia acerca do modo por que aqui vivíamos todos em boa harmonia, sem preconceitos, considerando-se o homem de cor pelas suas qualidades morais e intelectuais. (REVISTA AMERICANA, fev. 1917, p. 131-132)

Também expressando essa mesma mentalidade, Oliveira Lima, ao escrever sobre o centenário da Revolução Pernambucana, afirmou:

No Brasil havia, porém, o que não havia nos Estados Unidos – mulatos gosando de consideração social, como era Cruz Cabugá, mandado de plenipotenciário, como era o poeta Natividade Saldanha, que foi o secretário da junta rebelde de 1824. Estes pardos eram o exemplo vivo de que a gente de cor podia aspirar no nosso meio a posições de destaque [...]. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 50)

A retórica pan-americanista também portava a ideia de mutualismo como sinônimo de cooperação, solidariedade e fraternidade, que poderia ser posto a serviço do

progresso individual e social e seria, em essência, a educação dos costumes, *“representando ao mesmo tempo, o respeito ao próximo, o gosto da economia, o sentimento de família, o senso da previdência e o espírito da solidariedade. [...]”*, e que o Brasil, nas palavras de Ataulpho Paiva, *“é um vivo exemplo da palpitante prosperidade desse movimento de cooperação, que importamos recentemente, e que em pouco tempo vai assumindo proporções surpreendentes.”* (REVISTA AMERICANA, 1 agosto 1915, p. 19-20).

Ao que parece, o intuito de reescrever uma versão oficial da história era incluir o Brasil desde sempre nos movimentos de aproximação entre países americanos. Tal é o caso de Alfredo de Carvalho, que não era diplomata, mas escreveu:

No período de lutas pela independência da América, também foi época de estreito conagraçamento dos povos hispano-americanos, pois reuniu sob as mesmas bandeiras homens de todos os ângulos do continente, animados pelo mesmo ideal. [...] O Brasil forneceu às hostes dos independentes não poucos voluntários, o mais ilustre dos quais, foi sem dúvida, o pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima, indivíduo que atingira o máximo da plenitude da existência humana, combinando o espírito de análise e o exercício da inteligência com o hábito da ação e a experiência das paixões. Alistou-se como oficial estrangeiro em 18 de fevereiro de 1819 no exército de Bolívar e [...] foi um dos raros que jamais desmentiram a fidelidade jurada ao herói e que acompanharam sem trepidar a sua estrela até o completo ocaso. É um campeão benemérito da liberdade sul-americana. (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 213-221)

Rocha Pombo, por sua vez, fez uma leitura da história do Brasil, que poderia ser dividida em alguns momentos marcantes, de acordo com a sua concepção<sup>32</sup>. Em sua interpretação, o terceiro século foi o do ouro, que atraiu a população para se fixar na região das minas. Desde então, confluíram populações de toda parte e a imaginação europeia foi amplamente alimentada. Foi nessa jornada que o colono, enriquecido, tornou-se altivo, pois defendeu a terra de invasões estrangeiras, tornou-a mais vasta e aspirou fazê-la independente e livre:

É assim que, ao entrar no século XIX, estamos em presença de um povo que se fizera no sacrifício, à custa do seu valor, e do seu esforço no trabalho; unido pelo mesmo sentimento religioso, pela mesma língua, pelo mesmo

---

<sup>32</sup> Dessa forma, descreveu que, em um primeiro momento, com a descoberta da terra, os colonizadores foram amparados pelos jesuítas, no sentido de conciliá-los com os silvícolas. Já o século XVII seria o século da conquista, em que o colono, fortalecido, dispensou os missionários e *“sentindo renascer o vigor e o entusiasmo que trazia dos mares, lançou um olhar vulturino para o serão. Lá estava, na imensidade desconhecida, um cenário tão amplo quanto o Oceano, aberto à coragem dos heróis.”* (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 45)

espírito e tendo relegado as velhas tradições da metrópole, constituído de patrimônio moral próprio. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 45-46)

No entanto, o movimento de imigração, que, segundo Pombo, limitara-se mais às regiões temperadas do Sul, tornou o norte do país privado desse fator. *“Deve-se a esta circunstância o Norte ter permanecido mais imune, tanto no sangue como nos costumes, nas ideias, nas tendências – em todas as suas características. Por isso mesmo o norte é mais conservador, menos móvel [...]”,* enquanto no sul, a larga influência dos imigrantes nas províncias meridionais *“vem fazendo uma diferenciação cada vez maior. [...] É tão grave com efeito este risco que se começou logo a cogitar de medidas tendentes a evitar a descaracterização da sociedade brasileira nas províncias em que há mais perigo disso.”* (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 47-48).

De forma semelhante, Jorge Jobim também mencionava que o norte do país era muito diferente da capital ao descrever:

Contrastando com a civilização lustrosa de algumas cidades do litoral, os impérvios sertões do Brasil jazem na desmemória dos governos e entregues a si mesmos, oferecendo e propiciando ambiente para pulularem os germes da desordem e da instabilidade. Quando o fermento dessas agrestes mas rebalsadas paixões leveda em revoltas e motins, mandamos, com aquela incrível falta de lógica que assinalava Euclides da Cunha, varrer com as tropas do nosso exército os amotinados e revoltosos, que nós mesmos, criminosamente, deixamos ao abandono. Assim passou em Canudos, assim foi no Contestado e assim teria sido no Ceará, se o então presidente da República não tivesse satisfeito às intimações do padre-soldado, substituindo naquele Estado o governador que lhe era intenso. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 56)

A retórica pan-americana, portanto, consistia em reiterar o Brasil como país benevolente, quando mencionava a assinatura de tratados e engordar a fama do Brasil na resolução amigável de questões de fronteiriças, além de forjar um passado que colaborava para essa imagem. A reescrita do passado incluía uma versão mais fraternal de eventos, como a abolição da escravidão, compreendida majoritariamente como um ato que foi resultado da benevolência dos estadistas que governavam o Brasil. Predominava a ideia de que *“tudo que o passado produziu e transportou para o presente, é, no instante que transcorre, uma simples possibilidade que carece de ser compreendida e retificada”* (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 158).

Já observamos que o contexto de criação da *Revista Americana* estava inserido no projeto de aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Por isso, não surpreende que o primeiro artigo da *Revista* tenha sido o escrito por Joaquim Nabuco, embaixador engajado nessa concepção, em que discutiu qual seria a importância dos Estados Unidos para o mundo. Assim como outros autores, defendeu o solo americano que “*transforma os mesquinhos*”, porque na América ocorria um grande movimento pela paz, mas que era diferente na Europa. O Velho Mundo era um território que estaria ameaçado pela guerra e necessitava de uma atividade maior para a paz.

Essa representação de paz está relacionada a uma ausência de guerra no continente. Nossa premissa é que esses intelectuais discutiam a respeito de uma paz que ainda não conheciam de forma a evitar uma ideia de guerra que também não era sua realidade. Acreditamos que os intelectuais da *Revista Americana* pensassem o pacifismo enquanto sinônimo de cordialidade, no sentido de que os conflitos poderiam ser diluídos se os países do continente se fizessem conhecer. Nessa perspectiva, o continente americano era representado como pacífico em oposição à Europa belicista.

Nabuco associou esse pacifismo próprio do continente à Doutrina Monroe, mas sabemos que os artigos desse diplomata que se encontram na *Revista* são discursos que foram proferidos em universidades norte-americanas, para um público de norte-americanos. Dessa forma, podemos pensar que essa associação poderia fazer parte de uma estratégia de retórica<sup>33</sup> para convencer o público e, não necessariamente, para uma adesão ao monroísmo:

A América, graças à Doutrina Monroe, é o continente da paz, e esta colossal unidade de paz, interessando profundamente outras regiões da terra – o Pacífico inteiro, pode-se dizer, - forma um Hemispherio Neutro e equilibra o outro Hemispherio, que poderíamos chamar de Hemispherio Beligerante. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 25)

Ademais, predomina nas páginas da *Revista* a versão de que a Doutrina Monroe cuidava especialmente de impedir a recolonização da América: “*o senhor Araripe Junior, com a erudição que distingue os seus trabalhos literários, trata a doutrina*

---

<sup>33</sup> Aqui, pensamos que Nabuco se utilizou da retórica como estratégia para levar o seu público a concluir de maneira semelhante, a partir de uma trama de argumentações. Pensamos que a ênfase na importância do monroísmo fizesse parte de um discurso persuasivo que tem o objetivo de levar a crer através de uma escolha cuidadosa de palavras, argumentos e maneiras de se expressar.

*Monroe, que tem tido tantas e tão variadas interpretações, que se o ilustre estadista americano volvesse à terra não mais compreenderia sua frase”* (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 310).

Na visão de Heitor Lyra sobre a Doutrina Monroe, a mesma é descrita como algo positivo, um ponto de virada para a imagem do continente:

Não ficava bem aos Estados Unidos, por mais fortes que eles fossem, a posição de nação independente n'um continente colonial. Cercados de colônias empobrecidas, de feudos da Europa; tendo por vizinhos governadores subalternos, os Estados Unidos sentiam-se mal. A América seria sempre considerada um continente colonial, de segunda ordem. E, certamente, não lhes sorria, como nação independente, soberana e orgulhosa, essa posição num continente inferior.

Assim, uma vez que as colônias sul-americanas, por suas próprias forças se desembaraçavam do jugo europeu, a conveniência política mandava que se aproveitasse a ocasião para acabar com esta inferioridade que tanto os incomodava. [...] Como uma sentinela, os Estados Unidos portaram-se firmes, na porta da América, montando guarda afim de que nenhuma nação da Europa aí tentasse penetrar. Demais, eles tinham uma dose de razão. Uma vez que não se imiscuíam nos negócios do Velho Mundo, era razoável que este fizesse o mesmo quanto à América. (REVISTA AMERICANA, maio 1919, p. 27)

Araripe Junior complementou a ideia de pacifismo no continente americano em oposição à representação de Europa como continente beligerante em consequência da atuação desse espaço ao longo da história, e não como algo próprio daquele momento, como se fosse uma característica permanente entre os países europeus:

No Oriente e na Europa: uma sucessão de Imperios, destruídos por guerras, vítimas de conquistas e de lamentáveis retrocessos; ruínas de nações; extermínios de raças. As construções mais poderosamente architadas ruíram sob a mão dos conquistadores intemeratos ou sob o machado dos bárbaros famintos. [...] As condições geográficas da Europa abriam caminhos imprevistos aos elementos perturbadores. As populações, exaustas pela desordem e pela má disposição das terras, às vezes morriam de fome. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 292-294)

Ainda acrescentou que a Europa não conseguia resolver os seus conflitos, apesar do profundo saber jurídico adquirido com o tempo, pois *“lhes faltam precisamente os elementos fartos, que existem na America, - os elementos da acção não militares”* (REVISTA AMERICANA, nov. 1909, p. 295). A falta de habilidade do velho continente em resolver seus conflitos era comparada com a novidade do continente americano, que, justamente por ser novo, era portador dessa capacidade, e nesse traço residia a sua importância.



Joaquim Nabuco pensava a representação de América como sinônimo de solidariedade, como o *“hemisfério neutro que equilibra o outro hemisfério”* (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 14) caracterizado por ele como o hemisfério beligerante, representação compartilhada por Araripe Junior.

Apenas o Brasil era mencionado como país que realmente portava traço pacífico. Por isso, seria importante uma aproximação entre Estados Unidos e Brasil, visto que apenas a aderência ao pan-americanismo poderia neles, nos norte-americanos, fixar o propósito da paz, pois o ligaria ao restante do continente: *“paz e pan-americanismo são termos equivalentes para nós e para vós”* (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 17).

A argumentação de que a América era continente pacífico centrava-se, mais uma vez, na justificativa de que foi formado pela imigração livre a partir da qual as *“raças se entremeam, se aliam, perdem a lembrança das velhas vassalagens [...] a vossa consciência satisfaz-se com a synthese inalterável que é a americana”* (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 18).

O autor se utilizou da metáfora da árvore, da seiva e do solo, no sentido de mostrar que os imigrantes ganharam uma nova vida em solo americano, e para o mesmo, essas categorias qualificam o que ele chama de espírito americano. O solo americano é caracterizado como o elemento que trouxe a vitalidade que o tornaria responsável pela regeneração do mundo. Para Nabuco, fora a Doutrina Monroe a responsável por tal vitalidade que recompôs o velho continente:

Grandes nacionalidades, trens cosmopolitas, vapores rápidos, aeroplanos, telegrapho sem fio, Conferencias da Haia, tudo parece anunciar que a nova tendência da humanidade, em todas as direções é o *merger*. Em theoria, a centralização parece assegurar melhor serviço a tantos milhões de pessoas [...] porém, há muitos pontos a considerar na centralização [...] e somente a experiência derramará alguma luz sobre eles. Neste momento, ninguém pode dizer se a nova Economia Política americana é ou não uma das grandes contribuições desse país para a civilização. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 19)

A menção à Conferência de Haia é feita em virtude da participação de Rui Barbosa nesse evento, como uma maneira de reforçar que o Brasil não apenas fazia parte dessa tendência, como a liderava.

Essa representação de América como continente pacífico como resultado da imigração, e que, por isso é portadora de originalidade, também foi explorada pelo intelectual chileno Benjamin Subcarsseaux, que defendeu que apesar de os Estados Unidos terem sido constituídos de indivíduos provenientes da Europa, esses eram locais com grandes diferenças. O autor também utilizara a metáfora da árvore e seus frutos e raízes para mostrar a transformação pela qual os indivíduos eram submetidos ao tentarem recomeçar a vida neste continente: *“a semente germinada europeia, quando transplantada à terra virgem, originou uma flor desconhecida [...] formando um corpo completamente original”* (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 54, tradução da autora).

Pensava nos norte-americanos de maneira semelhante a Rodó, no sentido de que existia uma diferença em comparação aos sul-americanos. Tal diferença fora atribuída à ausência de um regime monárquico que tenha influenciado a formação de um cidadão, explicada pelo *modus operandi* da colonização inglesa, que havia consistido em:

As concessões que Inglaterra fez eram como títulos de renda para indivíduos que viviam em Londres. Esses títulos não tinham caráter obrigatório ou político, nada que pudesse cimentar nem transmitir a tradição. [...] Os homens que nasceram na América do Norte, [...] na mais absoluta liberdade. O Estado não teve fontes de prestígio; não foi defensor dos bens nem das liberdades comuns; não representou uma obra permanente de salvação. Não ocorreram laços entre o povo e o Estado. [...] Nessa colônias, não se viram esforços ou lutas coletivas. [...] Nos Estados Unidos, os altos recursos da vida pública não estão no centro, no Governo. O que há de enérgico e memorável pertence à vida individual, ao espírito de aventura cujos efeitos produzem o contrário da unidade. A personalidade desse povo foi baseada no egoísmo, no individualismo. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 56)

Demonstrou a diferença entre a liberdade para os europeus e sul-americanos em relação aos norte-americanos, que seria de uma natureza que contribuiu para a coesão; liberdade essa que fora conquistada tardiamente, e que sempre se mostrou ameaçada. Tal fator seria o aglutinador dos indivíduos ao sul do continente. Já entre os norte-americanos, a liberdade seria algo que antecedeu à formação do Estado, e que, portanto, nada a ameaçava. A partir desse ponto de vista, faltava aos Estados Unidos conhecer o sentimento do passado e adquirir tradição.

Em contrapartida, os latino-americanos eram portadores dessa característica, visto que *“nós (latino-americanos) conquistamos essa característica porque a pátria e o*

*Estado são, em nós, quase que imemoriais; são algo que se amplia em um horizonte místico*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 57, tradução da autora). Algo como dizer que pátria e Estado entre os norte-americanos estariam à luz do presente, visto que os acontecimentos não foram absorvidos de forma a constituir uma tradição comum e sagrada. Ou também afirmar que esse país não era detentor de uma História; em suas próprias palavras: “*até a guerra de Independência não tiveram história [...] e vivem do presente e do futuro*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 57, tradução da autora). A América do Sul, por sua vez, é descrita como um lugar em que as tradições, a originalidade e a paz eram atemporais, próprias daquela parte do continente.

Ou seja, essa liberdade diferenciada, constituída a partir de uma ausência de História e de passado, seriam os fatores que explicam para o autor a originalidade dos Estados Unidos, que não parecem ser apontados como algo positivo e nem negativo. A América do Sul, por sua vez, havia se desenvolvido como uma continuação da Europa, e, portanto, era portadora de uma história e tradição. Faltava aos norte-americanos a História, o campo de experiência que justificasse a sua preponderância no mundo, e a América Latina poderia beneficiar os norte-americanos a partir de sua aproximação.

Dito de outra maneira, fica evidente que o autor compreendia a parte sul do continente como sinônimo de história e tradição e Estados Unidos enquanto sinônimo de originalidade, mas que não era detentor de uma tradição e solidariedade que fossem capazes de assegurar a paz continental. Essas categorias podem ser pensadas como parte da retórica pan-americana que tem o objetivo de valorizar o continente latino-americano, a partir do caráter historicizante dos artigos dessa *Revista*.

Delgado de Carvalho também compartilhou a caracterização da Europa como sinônimo de hemisfério beligerante no artigo *O fracasso de uma aliança em 1869*. Nesse texto, o intelectual teve o intuito de descrever a tentativa frustrada de aliança entre França e Itália, no que diz respeito ao território de Roma. Chamou nossa atenção não a sequência de eventos que marcou essa tentativa entre os dois países, mas a maneira irônica com a qual o autor descreveu-os, reforçando a representação de que acordos pacíficos não eram fáceis de ser alcançados entre os europeus, conforme pode ser percebida nos trechos abaixo:

Julgando que só podia obter alguma coisa de Bismarck, entrou Mazzini em negociação secreta com o Conde Usedom. <<detesto o Imperio e a Supremacia que usurpa a França á Europa [...]. Acredito que uma alliança da Italia com a França contra a Prussia seria um crime... penso, por conseguinte, que é occasião de concluir um accordo estrategico contra o inimigo comum... A Prussia que forneça um milhão de francos e dois mil fusis de agulha e eu me comprometo, sob palavra, a tornar impossível toda e qualquer alliança entre a Italia e a França e a derribar, se persistir nas suas intenções o governo Real.>> Enquanto discutia às escondidas com o enviado de Bismarck, o theorico da revolução, o agitador, o homem de acção agitava-se abertamente: Garibaldi acabava de presidir em Genebra um Congresso da Paz, em que tinha emittido idéas especialmente belicosas. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 387-388)

Nessa mesma linha, apresenta críticas em relação à falta de eficiência com a qual a questão romana foi tratada naquele momento (dezembro de 1866), quando as tropas francesas mais uma vez ocuparam Roma:

O acto de Mr. De Moustier tinha assustado a Italia, cujo Rei se via diariamente ameaçado por Mazzini e por Garibaldi. Por outro lado, a França estava em direito de ver prevalecer seus desejos em Roma. Nada foi, porém, tentado: Napoleão propôs um Congresso, acreditando cegamente que tudo pode ser resolvido por meio de congressos. A Austria aceitou, a Inglaterra adheria com má vontade, a Italia hesitou e Bismarck enganou o Imperador com respostas dilatórias. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 401)

Mas não apenas o Brasil portava tais exemplos históricos. De acordo com Augustin Edwards,

Entre os países da América Latina que deram maiores provas de amar a paz, encontra-se o Chile, que solucionou pacificamente quase todas suas dificuldades internacionais, por meio de acordos diretos ou submetendo-os à arbitragem. [...] Chile, juntamente com a República Argentina, foram os únicos países do mundo que celebraram um pacto internacional de limitação de armamentos, pacto que provocou um voto de aplausos na última Conferencia de Haya, para ambas nações e para os negociadores que o escreveram. Chile sempre acreditou que a arbitragem não é uma questão essencialmente americana, mas sim uma questão mundial, que interessa a todas as nações civilizadas. [...] (REVISTA AMERICANA, jan. 1913, p. 212-213)

No ponto de vista desse autor, a arbitragem seria um excelente método de resolução de conflitos desde que a decisão não afetasse interesses vitais das partes envolvidas, visto que se tratava de uma forma natural e lógica. A arbitragem, naturalmente, não seria usada com efeitos retroativos, pois, de outra maneira, “*deixa de ser geral e passa a ser um meio de encobrir com roupagem do simpático árbitro um propósito determinado*” (REVISTA AMERICANA, jan. 1913, p. 215, tradução da autora). A insistência da defesa da arbitragem, no caso de Edwards, foi feita, pois acreditava que se submetesse a questão do Tacna e Arica (disputa de territórios com o Peru), o Chile

seria beneficiado, visto que era fruto de vitórias do Chile contra Bolívia e Peru em 1879:

Existe pois, para o Chile, um dever moral de honra para com os industriais que investiram seus capitais naquela região, na confiança de que o Chile evitaria as fatais consequências de um conflito bíblico, como para com os capitalistas europeus em sua maioria ingleses, que os emprestaram seu dinheiro confiando que saberiam conservar esta fonte de recursos [...] nas mãos do Peru significariam uma ameaça constante destes interesses.” (REVISTA AMERICANA, jan. 1913, p. 216).

Dessa maneira, defendia a necessidade de uma enunciação precisa de princípios que deveriam prevalecer na formação de um verdadeiro código internacional de arbitragem, visto que *“as declamações sentimentais com que em muitos dos casos se quer encobrir um propósito de valor mais material e terreno do que as doutrinas puras e elevadas de um altruísmo que hoje por hoje é utópico na vida das nações”* (REVISTA AMERICANA, jan. 1913, p. 220).

Rocha Pombo conta um pouco da modernização do Brasil a partir da instalação de energia elétrica na capital, estabelecimento dos bondes, incremento do comércio, assim como o asseio das ruas através do sistema de esgoto e policiamento; todos acompanhados de uma organização da ordem interna<sup>34</sup>. Acrescentou que a função histórica do Brasil seria a de levar e garantir a paz e a concórdia do mundo, pois o espírito brasileiro incluía a

Liberdade como um princípio que está mais em nossos sentimentos que nas leis; e a expansão da nossa alma no mundo é um fenômeno social único talvez na história contemporânea. O direito é para nós como uma complementação da nossa psicologia de povo; e as provas estão aí, cabais e flagrantes, na atitude que sempre assumimos no convívio continental. Podemos dizer com legítima ufania que estamos munidos de todas as virtudes em que se há de fundar uma perfeita aliança moral com todas as nações, particularmente com as americanas. A nossa solidariedade com todas elas nas grandes causas humanas; o nosso culto da justiça internacional; as nossas efusões de fraternidade com os povos do continente, aí estão revelados na forma de solução que instituímos para todos os conflitos; na própria natureza das questões que levamos perante tribunais de arbitragem; no vigor com que sustentamos para todos os dissídios

---

<sup>34</sup> Num país tão vasto e de população tão rarefeita e dispersa, o que é singular é que se tenha conservado a unidade política através de tantas vicissitudes, passadas sob três regimes tão diferentes: - na colônia, pelo ânimo e pelo esforço quase exclusivo das próprias populações; - no império, pelo valor dos grandes homens; - na república, pela força coesiva dessas tradições que nos deixaram quatro séculos de história, durante os quais se fixaram em nossa alma de povo os poderosos meios morais da língua, religião e pátria. (REVISTA AMERICANA, mar. 1917, p. 56)

internacionais a solução judiciária. Tudo isso estava em nossa alma de povo desde que nos fizemos nação. É assim – muito cōncios da nossa função histórica – que vamos entrar no século XX. (REVISTA AMERICANA, mar. 1917, p. 57).

J. C. Gomes Ribeiro escreveu sobre eventuais conflitos fronteiriços que poderiam ocorrer entre Brasil e Paraguai, afirmando:

As razões de conflito ou mesmo de desconfiança desvaneceram-se com o tempo decorrido e, com a prova da constância, na amizade, por nós votada ao Paraguai, desde 1824, apenas com a interrupção de poucos anos de guerra provocada pelo ditador; hoje, sobretudo, que seu povo respira, a plenos haustos, uma atmosfera de liberdade e de progresso, indene dos tiranos que o oprimiam: hoje, finalmente que, pela convenção de 24 de fevereiro de 1911, estabeleceu-se o arbitramento para soluções de conflitos, entre as duas nações confraternizadas. Longe, portanto, os pregoeiros de más novas, que só fazem jus ao ridículo da história! Em que lhes pese, o Brasil seguirá, calmo e sereno, aos seus destinos gloriosos, sem um olhar para trás... (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 132-133)

Em 1918, pan-americanismo passa a ser *“um conjunto de forças destinadas a desenvolver e propagar, em proveito da humanidade, princípios novos que tiveram sua origem na América.”* (REVISTA AMERICANA, ago-set. 1918, p. 88).

A Guerra do Paraguai foi vista como o momento que assinalou uma nova orientação nas relações dos povos da América do Sul. Por isso, houve preocupação com a reescritura desse conflito. Foi nesse sentido que a *Revista* publicou as anotações do Barão do Rio Branco, escritas por Schneider. Dessa forma, onde se lê *“contando que as investidas dos inimigos fossem renovadas todos os dias, perguntou ao velho Lopes se não havia para Nioac algum outro caminho menos adequado às manobras da cavalaria”*, Rio Branco anotou:

Não foi para evitar os paraguaios que se pensou em tomar outra estrada. O inimigo que nos ameaçava era a fome: convinha pois, procurar caminho mais curto que o percorrido anteriormente pelo qual só em 15 dias poderíamos chegar a Nioac. O sertanejo Lopes falara, tempos antes, em um atalho que conhecia, e pelo qual, atravessando-se a sua fazenda do Jardim, se poderia ir de Nioac a Bela Vista em 9 dias. (REVISTA AMERICANA, jan. 1919, p. 6)

Ou em substituição ao trecho:

Nesta planície encontraram os brasileiros grandes pântanos, dos quais brotam pequenos confluente do Apa. Assim, pois, de cada vez perdiam tempo com a passagem dos carros e peças, prontos para o combate por terem sempre à vista o inimigo. Quando perto alteava-se uma colina, era certo colocarem-se por tras dela os paraguaios a fim de encobertos pelas árvores, romper fogo de fuzilaria, que matava ou feria de vez em quando um soldado da coluna. (REVISTA AMERICANA, jan. 1919, p. 12)

Escreveu também: *“houve durante a marcha muitos tiroteios, mas só nos dias 10 e 18 de maio tivemos perdas segundo a parte oficial, consistiram estas em 2 oficiais e 3 soldados fora de combate”* (REVISTA AMERICANA, jan.1919, p. 12).

Por outro lado, Heitor Lyra destacou as ambições impatrióticas de alguns caudilhos que perturbavam o continente, ao mesmo tempo que Brasil representava a estabilidade em virtude do regime monárquico, que não esteve à mercê de caudilhos que eram amparados por falsos princípios democráticos:

Como o Paraguai, a Banda Oriental, como a Argentina, os outros países sul-americanos viviam em constantes revoluções, guerras civis. Os governos sucediam-se com uma frequência desusada. Subiam hoje ao poder, pela força das armas, e desciam amanhã, compelidos por esta mesma força, do lugar que ilegalmente ocupavam. Os golpes d’Estado, os pronunciamentos, seguidos de assassinatos e perseguições inquisitoriais; os complots, não espantavam mais a ninguém, por tão comuns que se haviam tornado na política americana. Era um regime fora da lei. Todo o mundo mandava. Daí ninguém obedecer. Era a demagogia com todas as suas consequências. Apenas dois países se afastavam desse irrequieto e cheio de sobressaltos: os Estados Unidos e o Brasil. (REVISTA AMERICANA, maio 1919, p. 28)

E dadas essas condições em que os próprios membros do movimento revolucionário começavam a pensar a estabilidade como um sonho inatingível:

era natural que as potências europeias alimentassem ideias de reconquistas nesta parte do mundo” e também entenderem que as repúblicas latinas “viviam entregues aos caprichos da sorte, sob um regime de pura demagogia e a mercê do mais audacioso que se apresentasse. (REVISTA AMERICANA, maio 1919, p. 32)

Lyra defende que desde sempre, anteriormente à Doutrina de Monroe, o Brasil já tinha a tendência de dar por terminada a era do domínio europeu no continente, mas também para a formação de uma liga, de uma aliança entre os países americanos, especialmente os do Sul, como um meio de impedir qualquer interferência da Europa. Tratava-se, portanto, de algo que ia além do monroísmo: era o pan-americanismo.

Se Monroe, em 1823, estabeleceu pública e oficialmente as bases do pan-americanismo, a América do Sul alguns anos antes já pensara em adotar esta política liberal. Observa Sá Vianna que, logo depois de independentes, os estados sul-americanos procuraram concluir tratados entre si com um caráter permanente e obrigatório, não como um simples compromisso, mas sim como um princípio orgânico de uma concepção política abrangente e complexa que os Estados Americanos tinham imaginado para se garantir contra os ataques das ex metrópoles espanholas. (REVISTA AMERICANA, maio 1919, p. 39)

Pensava desta maneira, pois segundo, Lyra, o monroísmo, tal como o encaravam na América do Norte em 1823, era um programa mais propriamente norte-americano do que continental:

Todos sabem hoje, de resto, que o presidente americano, ao fazer a sua famosa declaração tinha em vista sobretudo as pretensões russas nas circunvizinhanças dos Estados Unidos. Visava apenas a defesa de sua pátria. Era uma doutrina puramente defensiva. [...] O pan-americanismo nasceu, portanto, na América do Sul. Nasceu com Bolívar, que antes de Monroe já havia convidado as nações do continente para o primeiro congresso pan-americano. (REVISTA AMERICANA, maio 1919, p. 42)

Prova disso foi a atuação de Araújo Carneiro e Pinto Guedes em 1818, momento em que defendiam a formação de uma Liga Americana composta pelo Brasil, Estados Unidos, México, *“Reino Americano Meridional e de outros Estados Soberanos, porém menores, conforme convier à vista da carta geográfica”* (REVISTA AMERICANA, maio 1919, p. 42).

Escrever a história do Brasil em seus múltiplos aspectos também se configurava como uma maneira de buscar soluções para os problemas da nação e para garantir estar na vanguarda das demais nações do continente, sob todos os pontos de vista. Nesse sentido, seria fundamental

O aperfeiçoamento da raça pela ginástica e pela higiene, intensamente praticadas; a supremacia militar, pela organização do exército e da marinha [...]. A hegemonia moral corresponde ao que se chama caráter nacional, resultado do apuramento das qualidades de energia, sangue-frio, probidade, resistência... acentuados na educação individual. (REVISTA AMERICANA, jul-ago. 1910, p. 197).

O sul-americanismo, na visão de Rodó, era qualificado da seguinte maneira:

O amor à América, o pressentimento de sua importância no mundo, fazia-o esperar que um dia ela alçaria a colaborar e ainda presidir na obra imensa e de concórdia de civilização. Para ele, seria necessário conformar nosso espírito ao dos velhos povos latinos, os condutores da humanidade, em vez de nos isolarmos como alguns querem, em uma independência brava, guardiã do puramente autóctone, com a aspiração, mesquinha e orgulhosa, de preservar uma ilusória autonomia intelectual. Para isso pedia que também a literatura, em vez de dedicar-se exclusivamente a cultivar uma singularidade local, cada dia mais precária e exígua, em vez de exaltar unicamente a sensação de terreno, cada dia mais pobre de alma e mais desnudo de prestígios originais. [...] Queria que mantivéssemos a inteligência franqueada aos quatro ventos do espírito e o coração plantado com força no mais fundo canto natal. Queria que este se sentisse malcomunado na alma e por todo o laço, ao resto da América para formar a pátria continental, vasta e uma, que ele amava não somente porque era bela em sua variedade, mas também porque a aguardava um futuro repleto de dons, mas também porque



a sentia sua, toda, em sua unidade moral e sua diversidade. (REVISTA AMERICANA, abr. 1918, p. 68)

O papel da *Revista Americana* seria o de difundir a cultura e permitir o florescimento da vida literária:

Sejamos nós, pela cultura, também europeus [...]. O conselho é bom de seguir, somente é como o do médico recomendado ao doente pobre uma viagem à Europa. Não é a inteligência que nos falta, do que é mais um exemplo este mesmo livro; têmo-la até, ao que parece, de sobra; tanto que nos dispensamos de cultivá-la, e tomamos nossas improvisações, as nossas leituras correntes, os nossos plágios mais ou menos conscientes, as nossas imitações, mais ou menos canhestras, a nossa informação literária, precipitada, superficial e falha por cultura. E toda a nossa obra, não só brasileira, mas latino-americana, em erudição, filosofia, em crítica e até na literatura de invenção, é de segunda mão. [...] Tem razão o senhor Elysio de Carvalho, bárbaros, bárbaros que arremedamos os europeus ainda desajeitadamente, e que só cessaremos de arremedá-los, e poderemos começar a fazer obra equivalente a deles, quando substituirmos as nossas improvisações pelo estudo. (REVISTA AMERICANA, abr. 1911, p. 18-20)

Ou seja, as páginas da *Revista* foram usadas para reescrever o plano de experiência e redesenhar novos horizontes. E nessa perspectiva, os intelectuais não se viam ignorando o passado ou passando uma borracha nos largos traços de sangue que também pintavam o continente americano. Defendemos que se tratava de um exercício de recontar as histórias que vinham atreladas à permissão de transformar o passado em presente e o distante em próximo. Afinal, a utopia servia para caminhar. Finalmente, o século XX, que anunciava paz, acabou banhado em sangue, o que reforçou a crença na ideia de Europa beligerante e na necessidade de se colocar o conhecimento a serviço de aproximar e não de submeter os outros. Ou... para ser um bom torturador é necessário conhecer o outro, porque conhecer o outro nem sempre é sinônimo de acolhida. Ainda assim, acreditamos no primeiro ponto de vista. Vejamos agora quais foram os principais eixos de aproximação defendidos nas páginas da publicação. “*Depois da Grécia, Europa; depois da Europa, América*” (REVISTA AMERICANA, jan. 1913, p. 40).

## 2.2 Os eixos de aproximação encontrados na *Revista Americana*

Nos artigos que foram publicados na *Revista Americana*, a política pan-americanista seria promovida em dois eixos: um que reforçava a necessidade do Brasil de se aproximar dos Estados Unidos e, em seguida, fazer o papel de uni-los ao restante do continente; e um segundo que defendia o pan-americanismo como sinônimo de

aproximação entre Brasil e outros países do continente sul-americano, apenas. Em ambas as perspectivas, esse país aparece como aquele que lideraria o continente para uma efetivação do pan-americanismo e seus desdobramentos. Inicialmente, vamos nos deter na defesa de uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos, visto que esse eixo aparece de forma mais recorrente nos dois primeiros anos de circulação da *Revista*. Essa predominância pode ser justificada como um reflexo da tendência iniciada por Rio Branco e trabalhada por Joaquim Nabuco, quando esse último ocupou o cargo de embaixador brasileiro em Washington (FABRIZ, 2014).

A partir da leitura do artigo *A Doutrina de Monroe*, de Araripe Junior, é possível delinear uma ideia dos múltiplos projetos de aproximação que figuraram na *Revista*, entre eles aquele que reforçava a necessidade de uma amizade com menos desconfianças entre Brasil e Estados Unidos. Ao escrever de forma irônica a respeito do posicionamento que ele considera errado, de Eduardo Prado, autor do livro *A Ilusão Americana*<sup>35</sup>, Araripe teve o objetivo de assegurar que as intenções norte-americanas não eram tão obscuras quanto alguns defendiam, por dois motivos principais. Ele se referia ao alcance de uma situação madura do continente americano, bem como a prudência dos Estados Unidos em relação ao trato com os países vizinhos:

Ora, os povos dêste lado do Atlantico, despreocupados, por isso que chegaram á idade adulta immunes de certos vicios, sentem-se, no conjunto dos seus próprios interesses, melhor aparelhados para representar os interesses geraes do mundo. E esse facto, por si, constitue mais do que uma doutrina. [...] Outros pensarão, entretanto, que os tempos estão mudados e que a uma federação, complicada como é a Norte Americana, não será prudente, nem vantajoso, destacar a bandeira nacional do seu baluarte constitucional para planta-la em territórios longínquos, desprezando os aparelhos de influencia internacional que desde o século XX começa a indicar como mais eficazes. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 281-283)

Tal posicionamento em relação à Doutrina Monroe veio em um movimento que não agregava nem bondade, nem fraternidade, visto que o país norte-americano se tratava

---

<sup>35</sup> “No entanto, Eduardo Prado achou consentâneo com a frase elegante de um livro de crítica política repetir as palavras do espirituoso Evarts: “A Doutrina de Monroe é, por certo, uma boa cousa, mas, como todas as cousas boas antiquadas, precisa de ser reformada. Essa doutrina resume-se nesta phrase: A America para os Americanos. Ora, eu proporia, com prazer, um aditamento: Para os Americanos do Norte. Comecemos pelo nosso caro vizinho, o Mexico, de que já comemos um bocado em 1848. Tomemo-lo. A America Central virá depois, abrindo nosso appetite para quando chegar a vez da America do Sul. Olhando para o mappa, vemos que aquele continente tem a forma de um presunto. Uncle Sam é bom de garfo; há de devorar o presunto. Isto é fatal, isto é apenas questão de tempo. A bandeira estrellada é bastante grande para estender a sua sombra gloriosa de um oceano a outro.”. (ver Revista Americana, dez. 1909, p. 282)

de uma pessoa jurídica e “*sem entranhas*” (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 283), e que, portanto, não era necessário ter essas virtudes. Além disso, afirmou que “*Os Estados Unidos estão muito longe de representar um instrumento de progresso verdadeiramente sólido. O seu passado e o seu presente encerram incoerências graves*” (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 284). E acrescentou que ele considerava a Doutrina Monroe como inevitável e benéfica, e tão somente constituía um capítulo da história do progresso extra-europeu:

Que seria da independência da América se, a pretexto dos princípios flutuantes de soberania, se permitisse às nações poderosas da Europa corromper as Repúblicas ainda mal seguras no exercício dos seus direitos? [...] O que na mensagem se sente é a existência de uma força permanente de organização das três secções do Novo Mundo, e se é verdade que, nos conflitos, nas dificuldades, as soluções nem sempre têm sido satisfatórias, o motivo está nas resistências oferecidas ao aparecimento de um órgão de sanção, que até agora não conseguiu se diferenciar, apesar do vigor que a função já vai exercendo em todo o mundo. Como conseguir a conciliação daquele princípio com os fatos consumados da compra da Lousiana, da anexação do Texas e outros ocorridos já no domínio da Constituição Federal [dos EUA]? Apesar do que se possa dizer da natureza incoativa da formação do território da grande República, é evidente que esses atos, irrepreensíveis durante o regime da Confederação, constituíam uma infração no domínio da constituição e foi preciso um largo trabalho de construção hermenêutica para legaliza-los. (REVISTA AMERICANA, jan. 1910, p. 61-63)

E, em um exercício de retórica americana, afirmava que “*os parágrafos 48 e 49 da mensagem de Monroe visavam à criação de um direito público americano, se não a ascensão de todo o continente ao direito internacional*” (REVISTA AMERICANA, jan. 1910, p. 64). Aparentemente, corriam na Europa, à época da Doutrina Monroe (1823), as opiniões de que os chefes políticos americanos estariam pouco acima de canibais, e foram justamente esses conceitos injustos que colocaram os defensores natos das jovens nacionalidades mais de uma vez na contingência de assumirem atitudes desesperadas, e, dentre os aspectos positivos da Doutrina que os Estados Unidos obtiveram,

por pressão a restituição do governo americano a um território americano, não exigindo outra compensação. A violência feita à integridade do Novo Mundo era tão manifesta, tão escandalosa, tão imprudente, que a Grande República se impôs à função de órgão executor da doutrina, sem a mínima quebra de princípios adotados e aceitos pelas outras nações do continente. Viu-se, então, toda a força do monroísmo, - força virtual [...] diante da qual sucumbiram os mais refinados sofismas do direito de conquista. [...] É nesse sentido que se deve considerar a doutrina como um instrumento de paz; porque a guerra continuará engatilhada entre os dois continentes enquanto a Europa não se convencer da necessidade de retirar-se da América, libertando as atuais colônias da sua tutela e dos seus desígnios anti-americanos. (REVISTA AMERICANA, jan. 1910, p. 71-79)

A aproximação com os Estados Unidos estava, portanto, revestida de um caráter mais utilitário, enquanto ao continente sul-americano estariam reservados os sentimentos de solidariedade.

Outros autores, como o argentino Norberto Piñero, emitiram opiniões a respeito da importância da Doutrina Monroe para os latino-americanos, desde que contextualizada em seu período de criação, e como deveriam ser as relações diplomáticas entre os países naquele contexto específico.

Relativamente à *Doutrina Monroe* (1823), Piñero, assim como Araripe Júnior, destacou a necessidade de colocar a importância dela em seu devido tempo e espaço, ou seja, relativizar esse enunciado e também o papel atribuído aos norte-americanos em relação ao restante do continente: *“dessa sorte, pelo jogo das palavras, foi possível interpretar de distintos modos a Doutrina de Monroe, cujo papel no passado, quando foi exposta, foi bem claro e eficaz”* (PIÑERO, 2001, p. 314, tradução da autora).

Destacou que naquele contexto – o início do século XX –, as nações americanas já estavam qualificadas para se fazerem representar no cenário internacional não somente a partir do amparo da Doutrina Monroe, mas principalmente em virtude de seu próprio estado de civilização alcançado. Ou seja, a Doutrina havia possibilitado a conquista desse *status* no passado, mas o presente e o futuro estariam assegurados em virtude de outros fatores, especialmente se fosse pensado que à época, o *“antagonismo anglo-alemão não era o único. Na concorrência universal outras potências europeias e asiáticas e os Estados Unidos ocupam um lugar de relevância. Todas intervêm nas lutas de interesses e de influências”* (REVISTA AMERICANA, abr. 1912, p. 354).

Tal possibilidade seria reflexo da elaboração e aceitação da Doutrina Drago<sup>36</sup>, bem como da participação das nações americanas na Segunda Conferência de Haia:

A Conferência de Haia, estabelecida para cumprir uma tarefa regular e celebrar reuniões periódicas, é o acontecimento mais saliente e de maior transcendência encaminhado ao propósito da paz. A conferência empreendeu a tarefa de fundamentar o equilíbrio do mundo, a harmonia de todos os Estados cultos, ou a caminho de civilizar-se na Terra. (REVISTA AMERICANA, abr. 1912, p. 356)

Piñero reconheceu que, por iniciativa dos Estados Unidos, as nações americanas foram convidadas em igualdade de condições e direitos com os demais estados, o que significou um reconhecimento efetivo das nações hispano-americanas como parte da comunidade internacional *“e que tem personalidade para intervir no debate e decisão das questões que atenham esta comunidade”* (PIÑERO, 2001, p. 324, tradução da autora).

Araripe Junior, ainda sobre o pan-americanismo, defendeu que a propiciação de uma simbiose comercial poderia ser ideal, pois não permitiria a criação de mercados pela força militar, diferente do que se pretendia: *“nem esquadras se emparelharão, como se pretende ainda em nossos dias, com o firme proposito de obrigar as nações fracas a consumir o que não querem, revivendo-se o grito sacrilego do Islam: Consome, ou morre!”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 295). As trocas de produtos materiais, invenções e circulação de ideias como aquilo que *“elevará o orgulho humano a planos superiores; poderá exercer as suas energias e insobriedades sem aviltamento”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 296).

De forma semelhante, Dunshee de Abranches<sup>37</sup> defendeu:

O perigo americano já é assim denunciado por todos esses panfletistas e

---

<sup>36</sup> A Doutrina Drago, valorizada pelo autor, adveio do contexto em que Venezuela atravessava uma situação anormal em 1902. Fazia tempo que não pagava sua dívida externa e as revoluções ocorridas em seu território haviam causado prejuízos aos estrangeiros residentes. Nesse ínterim, os governos europeus da Alemanha e da Grã-Bretanha se alarmaram e reclamaram indenização para os danos causados, bem como o pagamento dos serviços atrasados da dívida pública. Como a Venezuela recusou o pagamento, as duas nações bombardearam um dos portos venezuelanos e bloquearam as costas desse país. Frente a esse feitos, o Ministro das Relações Externas da Argentina, Luis Drago, enviou uma nota diplomática anunciando que considerava: *“el principio que quisiera ver reconocido es el de que la deuda publica no puede dar lugar á la intervencion armada, ni menos la ocupacion material del suelo de las naciones americanas.”* (REVISTA AMERICANA, abr. 1912, p. 356).

<sup>37</sup> Presidiu a comissão de Diplomacia e Tratados entre 1905 e 1917 (LOPES, 2015, p.1).

pensadores do velho mundo sob duas formas temerosas – o imperialismo político e moral e o imperialismo econômico. [...] Se os Estados Unidos acabaram por intervir nas questões desses dois arquipélagos (das Filipinas), assediados de todas as partes pelo apetite colonizador de certas nações europeias, não o fizeram impelidos pelo espírito imperialista do povo americano sempre adverso desde a fundação de suas instituições políticas às aventuras de conquista e de absorção. Foi o próprio instinto de conservação que os levou a esses extremos depois de larga relutância [...]. O imperialismo Yankee proclamado do dia para a noite, deveria ter assim irritado profundamente os governos autocráticos de além mar. Era uma arma de defesa contra o imperialismo europeu, já aparelhado então para os golpes audazes no extremo oriente e, mais tarde, sem dúvida, nos países mais fracos e ainda mal organizados da América do Sul. [...] A compra das Filipinas trouxe-lhes assim vantagens extraordinárias. Habitadas por quatro raças adversas, que viviam em constantes e sangrentas discórdias intestinas, mal-exploradas, sempre durante o domínio da Espanha, cujos processos colonizadores sempre foram os mais rotineiros e tirânicos, essas ilhas, uma vez nas mãos dos americanos, transformaram-se, dentro de poucos meses, em excelente empório comercial, além de magnífico ponto estratégico, entrando ao mesmo tempo as suas populações em um regime administrativo e político, capaz de lhes garantir uma tranquilidade duradoura e fecunda. (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 183-192)

Hélio Lobo evidenciou uma ideia diferente de Estados Unidos, quando escreveu a respeito do momento de constituição da Doutrina Monroe e citou parte do documento com o duplo objetivo de mostrar aquilo que seria uma das características que ele chama de *“pedra angular do pan-americanismo”* e de demonstrar um pouco da necessidade de um olhar mais cauteloso em relação aos americanos do norte, visto que nessa mensagem fica clara a pretensão dos norte-americanos se assumirem como líderes do continente no meio internacional:

Temos sido sempre atentos e interessados espectadores dos acontecimentos nessa parte do globo, com que temos tantas relações commerciaes, e a que devemos nossa origem. Os cidadãos dos Estados Unidos alimentam os sentimentos da mais viva sympathia pela liberdade e bem estar dos seus irmãos da America. Nas guerras entre as potencias europeas, tratando-se de interesses que lhes são próprios, nunca tomamos a menor parte, e nem cabe a nossa política faze-lo. É sómente quando os nossos direitos são desrespeitados, ou seriamente ameaçados, que nos sentimos offendidos e preparamos a nossa defesa. Somos, por força das circunstancias mais imediatamente interessados nos movimentos deste hemispherio, e isso por motivos ao alcance de qualquer observador esclarecido e imparcial. O systema politico das potencias alliadas é essencialmente diverso, a tal respeito, do americano. [...] É impossível que as potencias alliadas prolonguem seu systema politico a qualquer parte delles, sem ameaçar nossa paz e felicidade, nem ninguém póde crer que, entregues aos seus próprios recursos, nossos irmãos do sul o adoptem livremente. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 111)

Como se observa nesse trecho da Doutrina Monroe, destacada por Hélio Lobo, é possível perceber que ocorre uma associação entre continente americano enquanto

sinônimo de paz e felicidade, diferentemente em relação à Europa, e que, por isso, não pode ter essas características ameaçadas por ingerências europeias.

A necessidade de um olhar mais atento também foi mencionada por Norberto Piñero quando resgata um pouco da história da época da independência das ex-colônias espanholas:

Nas instruções se dizia que os Estados Unidos se interessavam na independência das colônias espanholas; mas não podiam nem deviam reconhecê-la enquanto não se evidenciasse que os próprios povos a desejavam; estavam determinados à adquiri-la e aptos a conservá-la. Se insistia no tópico das relações mercantis e se insinuava ao enviado que procedesse como se a independência houvesse sido reconhecida. (REVISTA AMERICANA, fev. 1913, p. 172, tradução da autora)

Nesse caso, a neutralidade era explicada pelas exigências que as relações com a Espanha impuseram: o governo norte-americano aspirava à aquisição pacífica das Flóridas e colocaram nisso um grande empenho. *“Não podiam, portanto, desatender este tópico de singular importância, ao contemplar a contenda entre aquela nação e suas antigas colônias.”* (REVISTA AMERICANA, fev. 1913, p. 172, tradução da autora).

Além disso, o papel da política norte-americana na parte sul-americana nas décadas posteriores à independência não foi desempenhado por *“atos positivos; mas consistiu principalmente em uma ação de presença da Doutrina Monroe; e, em poucos casos, na mediação ou bons serviços para atenuar conflitos diplomáticos ou armados entre duas nações vizinhas”* (REVISTA AMERICANA, mar. 1913, p. 358, tradução da autora).

Além disso, esse viés pragmático e interesseiro como parte da política internacional norte-americana também foi discutido por Norberto Piñero. São pistas daquilo que ele acreditava serem características do programa pan-americano ao fazer um levantamento das medidas e resultados que foram consequência das Conferências Pan-americanas. Ao descrever a importância da Primeira Conferência Pan-Americana em Washington (1889), organizada pelo secretário de estado norte-americano, Mr. Blaine, Piñero destacou que o programa tratava de discutir medidas para conservar a paz, a adoção forçosa de uma moeda única, leis protetoras de patentes, entre outras.

No entanto, apesar da iniciativa, a união aduaneira ficou na teoria, pois sofrera muitas críticas: as nações sul-americanas não poderiam aceitar entregar o manejo de seu comércio aos Estados Unidos e causar transtornos em suas relações com a Europa, além de perturbar profundamente sua economia. Dessa forma, Piñero asseverou que a conclusão da conferência se resumia à recomendação de que governos representados celebrassem tratados parciais de reciprocidade, bem como a criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, com sede em Washington.

Afirmou também que já em 1899, depois de 10 anos sem mencionar os pontos discutidos na primeira conferência, o governo dos Estados Unidos, com o intuito de acalmar os ânimos em relação à disputa com a Espanha e seus resultados, promoveu a reunião da Segunda Conferência Pan-Americana, no México, em 1901, com duração de 3 meses. Dentre as conclusões, firmou-se a adesão às convenções de Haia de 1899 e adotou-se uma arbitragem obrigatória para resolver os conflitos provenientes de reclamações pecuniárias e acordos que favoreceriam os meios de transporte e o estudo de questões aduaneiras (REVISTA AMERICANA, mar. 1913, p. 359):

A tendência a compreender no programa dos congressos pan-americanos tudo o que se atém aos interesses econômicos e financeiros, aos meios de comunicação e às relações mercantis e jurídicas, científicas e de política sanitária é visível e ganhou terreno sucessivamente. Isto é um efeito - e não uma mera coincidência - da assombrosa expansão industrial dos Estados Unidos e de sua necessidade de novos mercados no exterior, para colocar parte de sua superprodução que não podiam absorver no mercado interno e nem os externos adquiri-los. É assim mesmo uma influência dos rumos atuais da política internacional. A política da união é, em síntese, de aproximação aos povos da América espanhola e de intensificação do comércio com eles. É neste ponto que se unem todos os homens de Estado. (REVISTA AMERICANA, maio 1913, p. 361, tradução da autora)

Sobre a Terceira Conferência Pan-Americana, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1906, o autor destacou a precisão do evento em relação aos dois anteriores e elogiou os assuntos políticos discutidos a respeito da arbitragem geral e a Doutrina Drago - assuntos que foram deferidos na Segunda Conferência de Haia. Foi ratificada a adesão à doutrina e recomendou-se às nações participantes que dessem instruções aos delegados presentes em Haia para que procurassem transformá-la em uma doutrina internacional, colocada em vigor por todas as nações. Além disso, sugeriu-se que fosse reexaminada a cobrança excessiva e compulsiva de dívidas públicas, além de buscar diminuir os conflitos que fossem exclusivamente pecuniários.



Segundo Piñero, esse congresso havia renovado, com emendas, as resoluções adotadas no anterior a respeito de marcas e patentes; ocupou-se especialmente dos meios de comunicação e transporte, da conclusão de tratados de comércio, da difusão de dados estatísticos e mercantis, da simplificação e unificação das leis aduaneiras e consulares e da política sanitária. Foi acordado que, para a conferência seguinte, fosse preparado um estudo detalhado sobre o sistema monetário vigente em cada uma das repúblicas americanas, sua história e flutuações. Além disso, criou-se uma comissão para estudar os princípios do direito internacional, público e privado, comuns na prática dos Estados americanos, além de preparar um projeto de código referente a essa matéria. Finalmente, reorganizou, de forma ampla e duradoura, a oficina das repúblicas americanas.

O que Piñero pretendeu demonstrar foi a tendência do programa das conferências americanas de se ater aos interesses econômicos e financeiros. Da mesma maneira, em relação aos outros países sul-americanos, a tendência seria de uma aproximação favorecida pela construção de vias de transporte e de comunicação.

A partir desse resgate dos pontos de discussão das conferências pan-americanas, o autor reiterou importância de promover uma aproximação entre os países latino-americanos, sem o descarte das relações com a Europa e os Estados Unidos, principalmente entre Brasil, Chile e Argentina:

As ferrovias internacionais no Chile, Bolívia, Paraguai, Brasil e ainda no Uruguai: aí está o melhor ponto de aplicação da diplomacia nestas regiões. As vias de comunicação eliminarão total ou parcialmente as dificuldades que se oponham às inteligências de índole comercial ou aos acordos tarifários, em razão do menor custo das mercadorias. Pelos caminhos que venham e vão até a fronteira viajarão os homens e os produtos, o intercâmbio crescerá e será contínuo, as nações vizinhas chegarão a se conhecer melhor, se inspirarão confiança e poderão ajudar-se na obra comum de seu avanço e de sua cultura. (PIÑERO, 2001, p. 331, tradução da autora)

Da mesma forma, afirmou que a política internacional em relação à Europa não deveria ser receosa, defensiva ou negativa, mas sim de

uma franca e constante aproximação, que imponha a melhoria da qualidade das relações, que assegure os mercados de que necessitam; que libere a entrada no território nacional; cada dia em maior escala e em melhores condições de homens úteis, invenções, de livros, de obras artísticas [...] de tudo, enfim, que a Europa sobra falta nessas regiões. (PIÑERO, 2001, p. 324, tradução da autora)

Hélio Lobo, por sua vez, escreveu o artigo *George Canning e James Monroe* com a pretensão de demonstrar, através do uso de fontes históricas epistolares, como cartas e tratados diplomáticos, como foi o comportamento dos representantes inglês e norte-americano a respeito da independência da América Espanhola. Segundo o autor, à época da configuração da Santa Aliança, “*A Inglaterra, acoherente na sua norma de obrar só, retirou-se da liga continental. (Toujours mauvaise européenne) como diziam, volvia a política do self-confinement. Podia fazê-lo*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 89). Canning, no entanto, mantinha os olhos postos na América e foi nessa ocasião que o plenipotenciário norte-americano Ricardo Rush negociou com a Inglaterra nos termos daquilo que viria a constituir a chamada Doutrina Monroe. Nas palavras do autor, Rush se manifestou a Chateaubriand da seguinte maneira:

o seu governo (o norte-americano) condenava qualquer ingerência da Europa neste continente, e teria por altamente prejudicial á tranquilidade do mundo a convocação de um congresso a tratar do assunto. Estados independentes já eram de facto as jovens repúblicas da América, assim tidas pelo governo dos Estados Unidos desde o anno anterior. E o reconhecimento dessa independência por parte da Europa lhes cabia de direito, inelutavelmente. Nem a simples promessa de realiza-lo em um futuro próximo, era bastante. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 96)

Ao fazer uma arqueologia do processo que culminou no proferimento da Doutrina Monroe, Lobo destacou um aspecto interessante da política externa norte-americana:

É que já se entremostrava um dos esteios da diplomacia *yankee*, base de seu triumpho incontestado: essa unidade de pensamento e direção através das vicissitudes de governos transitórios, prova farta de que um bom meneio da política internacional não é incompatível com a precariedade dos ministérios populares. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 99)

Também demonstrou que desde o início do século XIX “*tomou corpo o thema do systema americano como oposto ao systema europeu: será em breve um credo da política yankee*” (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 100). Apesar dessa afirmação, o mesmo também se utilizou de parte do discurso de Henry Clay, que alude a essas intenções de reconhecer a independência da América Espanhola por parte dos norte-americanos, proferido no ano de 1818 para questionar porque esse reconhecimento veio apenas alguns anos depois:

Tem os Estados Unidos o mais profundo interesse no reconhecimento da independência da América Espanhola [...] Não soffre duvida de que a America espanhola, uma vez independente e sejam quaes forem as fórmulas de governo nelle implantadas, será animada de um sentimento americano e guiada por uma politica americana... A América está bem distante para olhar

como espectador calmo, senão impassível e indiferente as novas guerras que afligem aquella porção do globo... e em relação a taes guerras os países da America, em sua generalidade, deverão conservar-se neutros..." [...] Mas por que, pronunciadas em 24 de Março de 1818, essas palavras proféticas só deparariam sancção prática dahi a quatro anos, em 1822? (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 102)

Evidenciou que a publicação da Doutrina Monroe marcou a pedra angular do pan-americanismo, mas que seu sucesso foi um esforço conjugado dos norte-americanos juntamente aos embaixadores ingleses, apesar de que a qualificou como um documento que produziu "*funda impressão internacional*" e que fez com que se "*desassombrasse o futuro às repúblicas americanas*" (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 113):

Foi ao príncipe Polignac, embaixador em Londres, que Canning deu a saber seu pensamento. A conferencia realizou-se a 9 de Outubro de 1823, e nella ficou expressamente consignado que a Inglaterra não tinha pressa nenhuma no reconhecimento das repúblicas, mas faria imediatamente tal reconhecimento se a França empregasse tropas para auxilio da Espanha, ou a Espanha tentasse restringir o commercio inglês no Novo Mundo. Em uma palavra: a Inglaterra "*considerava casus belli a intervenção européa nos negócios americanos*". [...] A sentença passou á categoria de inapelável. Desassombrou-se o futuro ás republicas americanas. E outro recurso não restava mais aos países do velho mundo, do que esse de reconhecerem o faccto consumado. Pouco a pouco elles o foram adoptando livremente, e no seu numero se incluiu, por derradeiro a própria Espanha. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 109-113)

De forma semelhante, Araripe Junior afirmou que "*o illustre presidente James Monroe, se não formulou princípios abstratos, inconscientemente obedeceu a uma necessidade de ordem superior, advertido pela Santa Alliança*" (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 285). Tratava-se de ressignificar a Doutrina Monroe enquanto um instrumento de defesa regional, como sinônimo de uma força para contrabalancear a Santa Alliança e não contrariar a liberdade, mas que teve a sua relevância naquele contexto.

Percebemos que os intelectuais brasileiros se aproveitaram da construção da representação de continente americano pacífico, que vinha sendo construída desde os primeiros números da *Revista Americana* de 1909, para, a partir dos números de 1915, estabelecer comparações entre Brasil e Estados Unidos de forma bem menos desinibida, pois, até então, a sugestão de aproximação com os Estados Unidos aparecia de forma tímida, centrando-se em temas como a originalidade do continente, sua vocação para paz e a cordialidade entre os vizinhos.

Assim, a subseção *Política Internacional* se posicionou da seguinte maneira a respeito dos mexicanos:

Ainda não puderam organizar um governo estável. [...] A conferência de Niagara Falls mostrou a boa vontade dos estadistas norte-americanos que acederam a mediação das três principais potências sul-americanas. O Sr. Woodrow Wilson, que é um idealista, quis intervir no México mais para o bem maior da América do que para fins imperialistas.[...] O México continuou, entretanto, devastado pelas guerrilhas dos caudilhos que se hostilizam. [...] Wilson aludiu à questão do México. Começou por dizer que a situação do país vizinho era inquietante e que por isso tinha apresentado ao povo americano um doloroso caso de consciência. Intervir ou não intervir? E terminou afirmando que, depois da guerra europeia, a consciência americana se sentia mais aliviada. O que lhe parecia absurdo era em pleno século XX homens brigarem com armas nas mãos para decidirem a política que deve predominar em seu país. Mas já que as grandes nações europeias, que se apregoam modelos de civilização, matavam, destruíam, cometiam atrocidades sem nome para regularizar os seus negócios, não se podia articular contra os mexicanos que usavam do mesmo método violento para regularizar seus negócios internos. (REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 73)

Posições como essa se tornaram mais comuns, pois à medida que se afirmava essa visão, era amenizada a atuação e a reponsabilidade do Brasil pela Guerra do Paraguai. Por isso, assim como o Brasil agira em relação à região e a esse conflito, Woodrow Wilson, Presidente dos Estados Unidos, era colocado como um “*adversário do imperialismo norte-americano*”, mas que, infelizmente, encontrou na política internacional americana “*problemas tão empolgantes*” que não poderia ordenar uma absoluta abstenção diplomática sem quebra do prestígio e da missão histórica daquele país, assim como o Brasil.

Também sob essa perspectiva, as intervenções em São Domingos são colocadas como tendo ocorrido em virtude das atrapalhações financeiras que “*obrigaram*” o governo de Washington a intervir e, como decorrência da atuação de funcionários americanos para fiscalizar as rendas nas alfândegas, a confiança retornou. A redação da *Revista* apropriou-se da representação de que os EUA se atribuíam o controle das “*paixões políticas da pequenina república insular*” ao terem enviado comissão de fiscalização para presidir eleições e impedir a conflagração de uma revolução.

Com essa construção, aos poucos, nas páginas do periódico fica mais definida a apropriação que esses intelectuais atribuíram à Doutrina Monroe como a doutrina que afirma o dever dos Estados Unidos de trazer os “*povos transviados à razão e à liberdade*” e de auxiliar as nações do continente a se emanciparem dos interesses

materiais dos outros países, a fim de que essas nações pudessem gozar plenamente de sua liberdade constitucional. Tal responsabilidade se estendia ao Brasil, que construía esse papel para si desde o Império.

Diante do exposto, não é possível perceber algum tipo de projeto de distanciamento dos Estados Unidos, pois ainda que a redação tenha afirmado que os projetos de paz e amizade apenas serviram de fachada para garantir o estabelecimento de relações comerciais lucrativas, não mencionou essa postura como problemática. Igualmente, não é possível afirmar que Piñero propusesse um projeto de aproximação com esse país que fosse além das relações comerciais. Essa postura difere daquela de Eduardo Prado, conforme demonstraremos.

Apesar da defesa de aproximação com os Estados Unidos surgir na *Revista*, primeiro esporadicamente entre 1909 e 1913 e depois de forma mais agressiva em 1915 a 1917, sugestões de uma aproximação mais intimista com a Europa também foram publicadas. No entanto, em meados da Primeira Guerra Mundial, as páginas da revista procuraram demonstrar a importância da realização do pacto do ABC, entre Argentina, Brasil e Chile. Não que a possibilidade dessa aproximação não houvesse sido mencionada anteriormente. Manuel Bernardez mencionou que Rio Branco lançou,

Creio que pela primeira vez, a circulação universal, a fórmula da paz e da defesa da América do Sul, sintetizada na combinação de forças do Brasil, Argentina e Chile, a que forçosamente deve ser incorporado o Uruguai, do qual já não seria possível prescindir; ali está, aformada em horas de inquietude e de receio, a fé profunda e forte de Rio Branco na harmonia indestrutível dos destinos destas nacionalidades. (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 44-45)

Para entendermos um pouco sobre o chamado “triângulo ABC”, a atuação conjunta das três potências teve como primeira ação concreta o reconhecimento do novo estado do Panamá. Para Rio Branco, agir dessa maneira carregava um cunho pragmático, pois além do equilíbrio, impediria intervenções de uma delas em repúblicas de menor expressão – a amizade do Brasil com o Chile continha a intervenção dos argentinos no litígio chileno-peruano, ou brasileiro-boliviano e peruano-brasileiro. Ao que parece, em outubro de 1907, em Santiago, o ministro das relações exteriores do Chile e da Argentina redigiram um projeto de tratado para regular as ações entre os países do ABC, concernentes à regulamentação da imigração e a adesão de outros países. No entanto, Rio Branco não via possibilidade

de cordialidade entre Brasil e Argentina enquanto Estanisláo Zeballos fosse Ministro das Relações Exteriores, em virtude do temor que tinha da intervenção de assuntos alheios, bem como para não prejudicar a “intimidade” com o governo americano (BUENO, JÚNIOR & VIGEVANI, 2014, p. 554).

Lins (1945, p. 757-761) afirmou que o ABC (em 1909) compunha um grupo de nações destinadas a manter a paz no continente sul-americano, sem se destinar a contrabalançar a influência norte-americana. O objetivo seria aumentar o prestígio das três nações e afastar tentativas imperialistas da Europa. Apesar de, ao tempo de Rio Branco, o ABC não ter passado da fase preliminar de negociações, durante a IV Conferência Internacional Americana, que se realizou em 1910, em Buenos Aires, o Brasil tentou estabelecer um entendimento prévio de apoio à Doutrina Monroe, sob a liderança do embaixador Joaquim Nabuco, mas os representantes desistiram de submeter a proposta frente à reação das demais nações (BUENO, JÚNIOR & VIGEVANI, 2014, p. 555).

A ideia do ABC reapareceu na gestão de Lauro Müller, mas em outra conjuntura das relações hemisféricas, em que os tratados pacifistas configuravam uma reação aos conflitos europeus. Nesse período, foi corrente a assinatura de tratados ou a composição de ligas com objetivos ofensivos e defensivos ou de pactos destinados a evitar rupturas da paz por meio da criação de mecanismos que resolvessem as controvérsias. Nesse bojo, segundo Bueno, Júnior e Vigevani (2014, p.556), o embaixador do Brasil em Washington Domício de Gama e o secretário de Estado norte-americano Willian Jennings Bryan assinaram tratado pacifista, que previa a solução amigável de conflitos. Era parte de uma série de acordos bilaterais do gênero assinados pelo governo norte-americano.

A visita de Lauro Müller à Argentina, mencionada diversas vezes na *Revista Americana*, fez parte dessa dinâmica, semelhante ao tratado pacifista que o Brasil assinara com os Estados Unidos com o intuito de complementar os de arbitramento já assinados anteriormente. Müller tinha a ideia de firmar um tratado de amizade perpétua com a Argentina, mas essa nação não abandonou sua política de armamentos e havia algumas interpretações de que o Tratado do ABC poderia limitar a direção de sua política exterior. Além disso, a decisão do ministro foi duramente

criticada por alguns intelectuais como ato inútil e perigoso, principalmente por Dunshee de Abranches (colaborador de Rio Branco) e Calógeras. Por ser tratado de amizade permanente, ambos temiam que Peru e Bolívia tentassem aderir e as questões de Tacna e Arica fossem revividas (BUENO, JÚNIOR & VIGEVANI, 2014, p. 558-559).

Pelo exposto, percebemos que o eixo de aproximação Brasil e Estados Unidos foi apropriado de maneiras diferentes pelos intelectuais, e ainda que esses vislumbrassem os norte-americanos com olhos de cautela, alguns deles destacaram a importância de se pensar aquele país, pelo menos, como aquele que, se não apoiasse alguma questão, também não representaria uma barreira. Além disso, destacou-se o esforço e a insistência dos intelectuais em interpretar a Doutrina Monroe em seu devido contexto histórico, como uma forma de não lhe atribuir tanta importância, ao mesmo tempo em que mencionavam os atributos que qualificavam o restante do continente a ocupar um lugar próprio no cenário internacional.

Além dos autores brasileiros citados anteriormente, é importante ressaltar as considerações de Francisco Garcia Calderón, diplomata e escritor peruano que publicou na *Revista* o artigo “*El pan-americanismo: su pasado y su porvenir*”, dividido em quatro partes distintas no periódico. O texto foi escrito originalmente para a revista *Cuba Contemporânea*, editada em Havana.

Nesse estudo, o pan-americanismo é entendido como uma comunidade que teria como princípios a arbitragem, o amor e a paz, e não simplesmente uma agregação arbitrária de raças afins sob o ideal de dominação, como acontecia com o pan-eslavismo e pangermanismo “*que degenera em loucura, não somente reúne em fusão necessária partes separadas da velha hereditariedade germânica, mas, abandonando a simples construção política, aspira a redimir com ferro e sangue.*” (REVISTA AMERICANA, dez. 1916, p. 108-109).

Já na América, a unidade era caracterizada geográfica e moralmente, e não se resumia a um plano de norte-americanização do continente, disfarçado de infiltrações pacíficas. Ao contrário do predomínio da violência, tratava-se de uma aproximação harmoniosa, sem líderes, conquistas e ambições. Pensava-se o pan-americanismo como uma associação econômica e moral com aspirações de liberdade e paz.

Nesse sentido, Calderón afirmou que mesmo os Estados Unidos deveriam anunciar o fim de sua política de atuação injusta, e teriam como virtude apenas o consentimento. Ao fazer um resgate das posturas tomadas pelo poder político norte-americano enquanto as nações do mesmo continente se declaravam independentes, o autor destacou o domínio de uma indecisa neutralidade que *“em vez de fundar as direções de sua possível intervenção em um americanismo cardinal, invoca uma ampla filantropia, sentimento ilimitado de humanidade sem restrições geográficas”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1916, p. 109), ao mesmo tempo em que Bolívar forjava o que seria uma união americana em uma proposta que não excluía a Europa das relações internacionais do continente.

Segundo Calderón, teria sido nesse momento que os Estados Unidos perceberam em alguns estados segura ameaça a seus interesses, especialmente porque o que se oferecia com a união americana era a ampla liberdade às raças submissas de Cuba, Porto Rico e Haiti. *“Os Estados Unidos, neutros por vocação nacional, não permaneceram indiferentes aos negócios do Sul, na discórdia de terras próximas, porque pertencem à mesma porção do globo”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1916, p. 111).

Prosseguiu afirmando que o contrário da Doutrina Monroe significaria o isolamento dos Estados Unidos, e que não houve um empenho para se aproximar do projeto de Bolívar. O fracasso do congresso que fora realizado no Panamá era explicado, principalmente em razão de conflitos internos dos países que haviam se associado, *“predominam agora, não a alma comum ou a antiga fraternidade, mas sim a necessidade e o interesse, inspirações utilitárias”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1916, p. 117). As conferências seguintes apresentaram o aspecto utilitário da vinculação internacional, em que se discutiam projetos de trocas de produtos, convenções postais e acordos sobre o uso legal da moeda.

Os Estados Unidos, antes de fundarem uma política de união americana, dedicaram-se a conquistar territórios: *“avançam a dominar o deserto, a criar cidades em útil aventura e incorporam províncias vizinhas à nação em crescimento. Em 1813, adquiriram a Louisiana; em 1819, a Flórida. México sofre a dura pressão setentrional.”* (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 100, tradução da autora). Naquele contexto, “a



grande democracia” fomentava revoluções para conquistar as províncias em um lento botim: a posseção do Texas satisfez as ambições dos estados do Sul. O México fora oprimido pelos Estados Unidos e, ainda que o governo mexicano tivesse tentado impedir a ambição *yankee*, a usurpação já estava decretada. O Panamá foi o fim da expansão: ali os EUA também dominaram a partir do controle do canal que une os dois oceanos.

A partir desse histórico, Calderón afirmou que o pan-americanismo é *“até o fim do último século, sinônimo enganoso de prepotência, união de nações regida pela força, sonoro agrupamento em que os povos dos Trópicos obedecem às ordens de Washington e trabalham em proveito do distante ditador”* (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 101, tradução da autora). Os congressos organizados pelos Estados Unidos tinham o objetivo de criar motivos para uma íntima aproximação: *“comércio e fraternidade, utilidade e lirismo, em uma curiosa associação, razões geográficas e considerações políticas revestem o pan-americanismo titubeantes de novos e oportunos aspectos”* (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 102, tradução da autora). Buscavam por meio desses congressos uma paz que garantisse seus direitos: a vontade de despojo se transformou a partir do emprego enganoso de antigos termos – referência ao pan-americanismo norte-americano.

Entretanto, apesar dessas ações, *“o continente não pertence, em nome de antigos direitos, aos americanos, e menos ainda aos norte-americanos; é da humanidade, domínio aberto ao tumulto de todas as raças. A América será para a Humanidade”* (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 106, tradução da autora).

Apesar de que os congressos conduzissem as discussões de graves assembleias em estritas direções de utilidade, o autor reconheceu que esses permitiram uma continuidade de discussões *“sem renunciar a sua ambição principal, lentamente, em meio à discreta oposição e perigosa negligência, os Estados Unidos realizaram a magna obra de formar nos diversos povos a consciência de um interesse comum.”* (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 109, tradução da autora).

Enquanto dissertavam oradores dos trópicos, os estadistas norte-americanos meditavam em franquias para a importação, empréstimos bancários que fossem oportunos e campos de penetração econômica. Em outras palavras, enquanto os

delegados de cada país se esforçavam em discursos de aproximação cultural, os norte-americanos preocupavam-se em expandir seu campo de atuação econômica.

Calderón afirmou que o pacto americano que formasse um corpo político com todas as Repúblicas nos moldes de Bolívar seria apenas uma terceira etapa. A primeira tratava-se da destruição dos regimes antigos, seguida do estabelecimento ou da fundação de uma nova ordem. O intelectual pensava que o imperioso ideal seria o da formação do Congresso das Repúblicas, um organismo superior às divisões nacionais que seria chefiado por dois plenipotenciários de cada país e destinado a afirmar a unidade entre povos que tivessem os mesmos costumes e os mesmos hábitos. A responsabilidade desse órgão seria de pacificar um mundo inclinado à discórdia, visto que, segundo o autor, Bolívar enxergava na desagregação dos povos americanos a razão de sua fraqueza.

O ensaio de pan-americanismo proposto por Bolívar fracassou nas primeiras disputas instáveis das democracias, ainda que seu principal objetivo fosse o de servir de mediadores dos conflitos, conciliar interesses e evitar lutas armadas, bem como propagar a paz.

A questão do fracasso do projeto de Bolívar também foi discutida por outros intelectuais, cada qual tentando dar explicações para esse acontecimento. O diplomata mexicano Carlos Pereira, que representou o México em diversas missões diplomáticas e se dedicava ao estudo da vida social e política do continente americano (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 69), descreveu Bolívar como parte do grupo dos heróis desconhecidos, visto que era mencionado poucas vezes e por poucas pessoas porque até aquele momento não se havia feito a comparação das forças de que dispunha e a mesquinhez dos resultados possíveis:

Os catorze anos de luta, são, pelo menos, doze anos de luta estéril – enérgica, contínua, genial, mas estéril -; porque o território que ontem foi conquistado, amanhã se perde, e porque todo avanço sob o inimigo era compensado pela anarquia que vinha na retaguarda. Em tais condições, Bolívar não é um general: é Sísifo. (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 70)

Isso acontecia porque Bolívar lutava contra o mais poderoso auxiliar de um regime político: a tradição (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 71).

Na América espanhola a sociedade era de caráter estático [...] não eram elementos nativos; uma sociedade na qual os grandes senhores eram latifundiários pouco numerosos, muito privilegiados, e que, por isso mesmo, não formavam uma classe ativa; uma sociedade na qual não há, senão, uma estratificação da classe média, ignorante, servil e famigerada, e na qual, por fim, o povo, assim como a classe média, não sente a pressão das suspenções econômicas, que resultam em sua ação regular e mercenária de exploradas e as mantém automaticamente submetidas; uma sociedade assim, quando nela desaparece a tradição do respeito, não resta ao poder diretor senão a força bruta, uma ação social com os mesmos fatores de decomposição: a caudilhagem, a rebeldia rural e o advogado ideológico. Em resumo, uma vez iniciado o movimento de dissolução, a sociedade hispano-americana tinha como única perspectiva a confusão anárquica, [pois...] na falta de grandes exércitos regulares, como aqueles com os quais contava a metrópole, tinha que amparar-se na própria caudilhagem, que era seu principal inimigo. (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 73-74, tradução da autora)

Calderón explicou o rompimento como consequência do distanciamento dos Estados Unidos, que não tinham a pretensão de se envolver em lutas, além de outras nações. Apesar de aos poucos terem desaparecido os últimos vestígios de solidariedade política, ainda em 1889 ocorriam assembleias de especialistas em Montevideo que se propunham a unificar o direito internacional, congressos científicos e conferências sanitárias:

Em meio a revoluções e tiranias, se realiza a invasão financeira, lenta penetração do ouro inglês, domínio econômico, acompanhado ou seguido [...] de barcos guerreiros. [...] Por uma contradição inesperada, o novo continente é europeu em suas relações comerciais, pelas vinculações de dependências que criam os empréstimos, pela imediata submissão industrial, e conserva, no ponto de vista das instituições, sua personalidade agressiva. Dos dois monopólios, o econômico que praticara a Espanha, até os últimos anos do século XVIII, e o político, a que aspiraram os neo-saxões, robustecendo com sua influência, e com seu exemplo, um regime nascente, ninguém chegava a perpetuar-se. [...] A república norte-americana não abandona, no entanto, sua antiga vontade de expansão. Ao americanismo indeciso e eloquente [...] opõe um ativo silêncio.” (PIÑERO, 2001, p. 250, tradução da autora)

Depois da Guerra de Secessão, quando então os norte-americanos se encontravam livres de debates não eficientes, sua terra estava próxima de ser potência mundial, povoada por milhões de homens, em pleno florescimento agrícola e crescente progresso industrial, certamente viria a intervir em negócios sul-americanos. Até onde iria essa vontade voraz de conquista?

Bayón destacou que as intervenções dos Estados Unidos com o disfarce para uma conquista preocupavam, pois havia possibilidade de retorno a um estado de expansão territorial. Apesar de afirmarem que ambicionavam o progresso das democracias menores, as nações protegidas acabavam percebendo uma intenção de tutela a partir

da rudez do ministério. Tratava-se de uma “*experiência psicológica*” que preparava lentamente para a futura liberdade aquelas nações que eram incapazes de se governarem, a partir da concessão de franquias parciais, da dominação sem excesso de rudez e da dissolução do instinto revolucionário a partir de longos períodos de paz imposta:

Se a anarquia é uma doença do organismo político, médicos eminentes, apoiados em cânones, praticam, em imensos asilos, uma cura social. E assim se sujeita o povo a uma minuciosa vigilância, a governar-se livre e sabiamente em um distante porvir. Os espanhóis latinizados desconhecem o mérito desta autoritária pressão. Preferem a revolução permanente à ordem externa; a sangrenta aprendizagem da autonomia em batalhas civis, na grandeza e decadência das tiranias, a uma enganosa arquitetura política sem bases profundas. Apenas ensaiando até a miséria, ao crime, as próprias forças, se chega, segundo estes individualistas apaixonados, à paz digna e à organização durável. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 62)

Todavia, essas eram críticas de testemunhos hostis, que injustamente atribuíam à intervenção norte-americana um caráter de vícios políticos e de dominação. A transição de uma idade guerreira para um período de ativo industrialismo era facilitada pelos norte-americanos, que abundavam de capitais e conservavam a paz em meio a trágicas ambições dos caudilhos. Nas palavras de Bayón, os Estados Unidos ofereciam prosperidade material, aquietam e organizam, pois representavam a “*via de saúde*” (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 63). Além disso,

Apenas o progresso das nações americanas, ou a repentina eminência de uma república, pode modificar a condenada tutela para uma livre amizade de democracias iguais. Se se perpetuarem a indisciplina e a boemia revolucionárias, imperará, em um continente anônimo, o unido poder organizado. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 64)

As nações fortes que prosperaram ao longo do século XIX fizeram-no sob a influência da imigração estrangeira.

Agindo dessa forma, Calderón afirmou que assim como as metrópoles agiram, os norte-americanos centralizariam o disperso movimento dos estados ingovernáveis, além de exigir o monopólio da exploração da fauna e da flora e a concessão de terras e prerrogativas bancárias. Contudo, a união americana deveria tratar-se de questões concretas, como a adoção de um sistema uniforme de pesos e medidas; e a proteção dos privilégios de invenção, da propriedade literária e de disposições referentes aos sistemas de importação e exportação. Algo que permitisse a realização de um comércio recíproco e proveitoso entre as nações americanas, de forma que o capital

gerado formasse bases semelhantes, ou seja, uma aproximação pan-americana que privilegiasse a paz e a solidariedade continentais.

O autor asseverou que a intenção dos Estados Unidos no Congresso de Washington era de unir os Estados Americanos a partir da construção de estradas de ferro que ligassem os territórios do continente. No entanto, era claro que a invasão fabril dos estados saxões, em condições privilegiadas, diminuiria a riqueza dos outros estados que possuíam condições financeiras dessemelhantes. Os latino-americanos presentes afirmaram que a vinculação de aduaneiras supunha a interdependência de nações associadas, com facilidade de comunicação e interesses, em um continente de alma uniforme e sem distanciamentos. E não era essa a situação, pois as nações se conheciam pouco. Por isso, o que se propunha era apenas pactos de reciprocidade.

Calderón ainda afirmou que em outubro de 1901, os ministros americanos chegaram ao México, onde se voltou a estudar questões de importância continental, como a estrada de ferro pan-americana, que ligaria as principais cidades sul-americanas e norte-americanas, e o congresso aduaneiro como uma medida destinada a facilitar o intercâmbio comercial e a revelar as riquezas de cada Estado. Nas conferências do Rio de Janeiro (1906) e Buenos Aires (1910) igualmente se manteve o espírito de união.

Ademais, o mesmo autor destacou que foi no encontro acontecido no Brasil, do qual participou o secretário de Estado de Roosevelt, o Mr. Root, que esse último propôs de fato um plano de aproximação entre as Américas a partir da fundação de bancos que estenderiam os negócios de *Wall Street*, subvenções a companhias de navegação, estudo das necessidades comerciais dos povos neo-espanhóis, bem como o ensino da língua portuguesa e espanhola nas escolas norte-americanas.

Duas tendências se destacavam quando se tratava dos Estados Unidos: educavam restringindo a liberdade e preparavam lentamente para a futura liberdade as nações que eles consideram incapazes de se autogovernar. Seria essa a mais “audaz experiência psicológica” dos tempos modernos, pois se “*a anarquia é uma enfermidade do organismo político, médicos eminentes, apoiados em cânones,*

*praticam, em imensos asilos, uma cura social.*” (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 62) <sup>38</sup>.

Ao falar do progresso higiênico e escolar de Cuba, atribuído à intervenção dos Estados Unidos, o autor denuncia a corrupção das eleições e da administração, o abandono da independência em troca de interesses individuais e os vícios políticos que deixaram o governo estrangeiro. Os Estados Unidos, portanto, de acordo com Calderón, não passariam de uma potência interventora que corrompe com previsão, divide para imperar, persegue os representantes mestiços nacionalistas.

Pensava, portanto, que somente a partir do progresso das nações americanas ou a repentina eminência de alguma república que se poderia transformar a tutela dos norte-americanos em livre amizade entre democracias iguais. Nesse sentido, afirmou que para ocorrer a aproximação, seria necessário equalizar o poder econômico das potências a partir do crescimento das nações mais débeis.

Paralelamente a essa proposta, Calderón pensava que em fins de século XIX Argentina e Brasil já se destacavam como nações fortes – a primeira era rica, poderosa e em paz; e a segunda, antigo império de firmes tradições – ambas aspirando união com os norte-americanos. Apesar dessa intenção primeira, enfatizou a atuação das nações Argentina, Brasil e Chile (o conhecido ABC), juntamente com ministros da Guatemala, Bolívia e Uruguai, no sentido de atenuar um conflito que ocorria entre o México e os Estados Unidos.

Calderón destacou que em 1910, acontecia no México a Revolução Mexicana, um dos mais importantes movimentos populares latino-americanos do século XX. Tratava-se de uma sublevação encabeçada por Francisco Madera contra o governo de Porfírio Díaz, que teve que renunciar e ceder para Madera, eleito em novembro de 1911. No entanto, esse último fora assassinado e ocorreu à ascensão de Victoriano Huerta, um político de tendências conservadoras. A revolução preocupou ao governo e aos

---

<sup>38</sup> “*a anarquia é uma enfermidade do organismo político, médicos eminentes, apoiados em canhões, praticam, em imensos asilos, uma cura social.*” (Tradução da autora).

grupos econômicos estadunidenses, cujos cidadãos, proprietários de grandes investimentos no México, viam seus interesses e sua segurança pessoal ameaçados.

Nesse contexto, Woodrow Wilson assumiu a presidência dos Estados Unidos, que optou por continuar com a política intervencionista na América Central e no Caribe. Ele se utilizou do pretexto de que marinheiros norte-americanos haviam sido detidos no porto de Tampico e exigiu uma série de atos por parte do governo mexicano, mas apenas alguns foram acatados. Como resposta, Wilson ocupou Veracruz em 21 de abril de 1914, mas essa invasão foi contida pelo exército mexicano. Na opinião de Calderón, o presidente norte-americano cometera um erro político e uma grande falha no direito internacional. A situação se tornou insustentável, pois o presidente norte-americano proferiu que era contra um governo que ele não reconhecia, e dessa forma, Argentina, Brasil e Chile ofereceram-se para mediar o conflito sugerindo que Huerta se oferecesse para sair do poder.

À luz de tais fatos, Calderón defendeu que, a partir desse ensaio de solidariedade na América, fosse criado um Ministério de Paz desinteressado e oportuno, para o qual se juntariam os países mais prósperos durante períodos de crises de determinada república. Nesse ponto de vista, à Doutrina Monroe seria atribuído um sentido americano. Assim como Oliveira Lima, Calderón condenava o aspecto egoísta dessa doutrina no sentido de conservar o continente como uma possessão futura. A Doutrina Monroe representava, portanto, o passado do pan-americanismo.

Nessa nova perspectiva proposta por Calderón, portanto, caberia ao pan-americanismo representar alguns princípios definidos, tais como: arbitragem, democracia, liberalismo sem dominações, paz no progresso industrial, convivência pacífica entre repúblicas menores e povos fortes, comunidade de interesses religiosos e morais. Entretanto, cabe salientar que o autor não estabelecia os Estados Unidos como única referência a ser seguida. Destacou também a importância histórica da América Latina estabelecendo comparações entre as nações do referido continente.

Desse “novo mundo” idealizado, possível graças a esse Ministério de Paz, chegariam até a Europa os mais generosos ideais e as teorias mais nobres, visto que na Segunda Conferência de Haia, os ministros da América defenderam princípios de paz:

A Colômbia, a submissão da guerra a leis de civilização; o Peru, a eficácia das soluções arbitrais; o Brasil, a igualdade jurídica das nações; a Argentina, a independência de povos devedores ante poderes fortes que pretendiam empregar meios de força da cobrança de créditos pendentes (se referindo à Doutrina Drago). (PIÑERO, 2001, p. 282)

Em outras palavras, as nações americanas “converteram sentimentos e razões” em “ciência organizada” no sentido de conquistar o mundo pela moral. Podemos perceber aqui, mais uma vez, a presença do conceito de paz.

Bayón considerava a Doutrina Drago como uma evolução da Doutrina Monroe, visto que observou um evidente desenvolvimento lógico entre as mesmas do *“reconhecimento da autonomia do novo mundo e do avanço da rejeição da colonização europeia, sem solução de continuidade, do protesto contra coerção em nome do comércio e dos bancos, disfarces permanentes para conquistas insidiosas”* (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 66). Isso porque as intervenções financeiras também eram uma maneira que os governos europeus encontravam de substituir as autoridades locais.

A partir de então, a atitude dos povos da América seria pautada pela Doutrina Drago, que segundo os delegados norte-americanos, consideraria a guerra como um último recurso:

Os conflitos armados de origem puramente pecuniária, proveniente das dívidas contratuais reclamadas ao governo de um país pelo governo de outro país em defesa a seus cidadãos e súditos; e com o fim de garantir que todas as dívidas desta natureza, que não tenham sido resolvidas amigavelmente pela via diplomática, sejam submetidas à arbitragem, se convém que nenhum recurso a medidas coercitivas, que implique o emprego de forças militares ou navais para a cobrança de tais dívidas contratuais, poderá ter lugar até que se tenha feito uma oferta de arbitragem pelo reclamante que tenha sido descartada ou deixada sem resposta pelo estado devedor. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 68)

Sobre a intervenção dos EUA no México, Bayón afirmou que acusavam os norte-americanos de manter a discórdia para proclamar a necessidade da intervenção, mas o governo do ditador Huerta unificava violentamente:

Em vez de um único poder apresentaram seus generosos trabalhos quatro nações: a Argentina, o Brasil, Chile, o A B C das combinações políticas meridionais, unidas nesta cura de povos da república do norte. Em Washington se aceita a mediação do Sul, o resolutivo avanço de democracias que desconhecem a antiga hierarquia de nações em um continente rico em vida ascendente e orgulhoso de suas tradições exclusivas. [...] O México ameaçado e o vizinho imponente aceitam a arbitragem de três governos que



erigem a consciência americana, ainda que confusa, e propõem, para os problemas que afetam a vida nacional, o benefício de soluções coletivas. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 73)

Os ministros eram escolhidos por sorteio, entre Guatemala, Bolívia e Uruguai, para que a pacificação representasse a vontade do continente, os países do ABC representaram um exemplo de

Ativa solidariedade criam na América, sem prévios tratados, um solene poder moral, como o que levantara Bolívar sobre a anarquia de Estados incipientes. Ministério da paz, desinteressado e oportuno, para o qual se juntam, durante as crises de alguma república, os Estados prósperos, em nome do interesse continental. Aspiram a conservar as forças do Novo Mundo, a fortifica-las, a deter toda a obra revolucionária, a evitar conflitos internos e externos, em que desperdiçam a energia adquirida as nações que improvisam sua vida política e financeira. Reconhecem a excelência desta cooperação sem desígnio imperialista e atribuem ao monroísmo um sentido americano. Associadas à nação saxã, repúblicas que crescem demográfica e economicamente, defendem a liberdade da América, sua ordem interna e seus princípios democráticos. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 74)

Ou seja, o futuro do pan-americanismo seria uma associação entre o ABC e os EUA, por meio do recurso à arbitragem para a resolução de conflitos através de uma via diplomática, não bélica. Para além disso, Bayón defendia que uma importante manifestação de pan-americanismo seria a realização de conferências econômicas em Washington, com o objetivo de discutir questões utilitárias, consideradas prioritárias para os norte-americanos:

Ficam assim determinadas as características da nova união positiva, sem românticas promessas, entre todos os povos americanos: corrigindo diferenças, entrecruzando interesses, acrescentando dependências, unindo comerciantes, fabricantes e banqueiros na mesma empresa de domínio pacífico, se transforma a incerta condição dos Estados neoespanhois. Em vez da ação de diversos poderes financeiros ingleses, alemães, belgas, franceses, um só formidável agente, que concentre riquezas e dívidas, e associe definitivamente repúblicas em dívidas contra as ambições territoriais da Europa, contra sua própria miséria fiscal e a presente limitação de suas produções. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 76)

Bayón entendia o pan-americanismo como *“sistema defensivo contra prováveis conquistadores, um ensaio de organização e proteção dentro do continente”* (REVISTA AMERICANA, out. 1917, p. 26, tradução da autora). A partir da guerra, em 1914, a função histórica do pan-americanismo passou a se configurar como o credo político de nações livres, que representa os seguintes princípios definidos:

Arbitragem, democracia, liberalismo sem certas dominações, paz no progresso industrial, convivência pacífica entre repúblicas menores e povos fortes, comunidade de interesses religiosos e morais. Adiantando-se ao

esforço dos pacifistas e ao seu programa mínimo, defendem a conciliação condenando os pactos secretos, reduzidos a tratados internacionais, os armamentos. Em solenes congressos, denunciou o espírito de povos conquistadores. [...] Na Segunda Conferência de Paz de Haya, movidos por antigas e exemplares inspirações, os ministros da América profundamente cristã, defenderam princípios de paz: Colômbia, a submissão da guerra a leis da civilização; o Peru, a eficácia das soluções de arbitragem; o Brasil, a igualdade jurídica entre as nações; a Argentina, a independência de povos devedores ante poderes fortes que pretendiam empregar meios de força na cobrança de créditos pendentes. (REVISTA AMERICANA, out. 1917, p. 25-26, tradução da autora)

A ideia central é que a partir dessas práticas de paz e de comércio, que tornavam o continente autossuficiente em relação à Europa, a América promovia a *“conquista moral do mundo”*, convertendo sentimentos e razões em ciência organizada. *“À presente incoerência, aos instáveis equilíbrios em que dominam a força, se substitui pela convivência de estados que são respeitosos do direito, tanto em suas mútuas relações, como em sua ordem interna”* (REVISTA AMERICANA, out. 1917, p. 27, tradução da autora), em oposição ao fato de que *“o equilíbrio sempre inseguro, com a imoralidade de compensações territoriais, com a inquieta balança de poderes e a extenuante rivalidade de armamentos, conduzem diretamente à guerra”* (REVISTA AMERICANA, out. 1917, p. 28, tradução da autora).

Práticas materialistas e utilitárias, principalmente ligadas à indústria e ao comércio, a partir da criação instituições de higiene, correio, educação, agrupariam interesses e seriam capazes de praticar aquilo que estivesse apenas no plano da utopia. O pan-americanismo seria, portanto, a organização dos direitos e deveres de um mundo autônomo, que sucederia a atuação dos EUA, depois de terem promovido uma obra de saneamento americano a partir de suas ingerências:

A América defenderá a civilização cristã, sua tradição de paz e tolerância, o respeito aos pactos e a independência dos estados menores. O futuro do pan-americanismo se confunde assim com os interesses do Ocidente e do legado moral dos povos que formaram a alma moderna. (REVISTA AMERICANA, out. 1917, p. 35, tradução da autora)

Em maio de 1917, a redação publicou artigo sobre a intervenção armada dos Estados Unidos na República Dominicana:

Por trás do controle das aduanas e administração da dívida externa da República Dominicana, os Estados Unidos pretendem o controle da renda interior e das vias de comunicação da República. O Departamento ou Ministério de Obras Públicas está em mãos americanas, e o ministro americano, [...] intervem na política, na legislação, no governo, em todos os assuntos públicos. Ele é o árbitro da paz e da guerra, as eleições são legais

ou ilegais de acordo com o seu testemunho, e os homens do governo cortejam servilmente a seu favor. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 144).

O texto assume um tom de denúncia, responsabilizando os norte-americanos por terem obtido tudo. Controlavam as aduanas, se adornavam do departamento de obras públicas, consumiam os fundos dedicados a obras públicas e comprometeram o porvir econômico da nação, que provavelmente pegaria mais empréstimos:

A luz lançada sobre esses fatos mostra um povo em agonia. A nação dominicana morre, está morrendo desde 1907, ano em que a enfermidade nacional esteve em crise e o país buscou sua salvação em uma grande abdicação de soberania. A anarquia, o despotismo, as guerras civis, os vícios atrozes, produziram crises que culminaram na convenção de 1907 com os Estados Unidos. [...] No domingo, 14 de maio de 1916, na hora do por do sol, forças estrangeiras desembarcaram em território dominicano, e Santo Domingo de Guzman, a capital da República, a cidade mais antiga do continente, a primeira da América, foi militarmente ocupada em nome do governo dos Estados Unidos da América. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 151)

A intervenção ocorrera porque o presidente Juan Isidro Jiménez, eleito em 1914, pediu a proteção do governo dos EUA, pois estava isolado politicamente, em virtude das inimizades com os ministros, de quem não poderia abrir mão, pela falta de apoio. O objetivo era minar o poder do ministro de guerra, o general Arias. No entanto, com essa atitude, passou a ser considerado um *“instrumento de estrangeiros, um traidor da pátria”* (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 149).

Subcarseaux defendeu, por sua vez, que a ideia de se afastar da Europa fora uma arbitrariedade, uma ilusão nascida do ódio político, pois a *“raça americana tem na Europa a sua origem, suas tradições. Não tem nada novo, nada próprio, nada original: a América é a Europa que continua”* (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 251, tradução da autora).

A representação predominante de pan-americanismo portava uma ideia de superação da Doutrina Monroe, que se uma vez tivera a sua importância, naquele contexto deveria ser ressignificada. Principalmente porque o continente sul-americano dera demonstrações de sua capacidade de atuar no cenário internacional. Sob essa perspectiva, as ingerências norte-americanas na América Central passavam a ser qualificadas como conquista e posições arbitrárias sob um disfarce higienista e de organização das condições políticas e econômicas daqueles países. Apesar da crítica

e de reconhecerem, todos eles, que as conferências pan-americanas tiveram um caráter essencialmente utilitarista, a aproximação com os Estados Unidos não era descartada, e algumas vezes reforçada, como ação estratégica de não ter esse país como inimigo. A partir de agora, destacaremos o papel do corpo diplomático sob essa ótica.

### **2.3 A diplomacia cultural, a arbitragem e o papel da América no mundo**

Para possibilitar a realização do pan-americanismo, os autores que publicaram na *Revista* apresentaram uma série de medidas que deveriam ser tomadas como objetivo do corpo diplomático americano. Dentre essas medidas, aquelas que endossavam aproximação foram as mais recorrentes.

O argentino Francisco Felix Bayón, afinado com o americanismo e negando a existência de conflitos entre os países desse continente, defendeu principalmente a intensificação das relações entre os intelectuais. Em seus artigos, criticou as legações dos países americanos daquele momento, pois não estavam cumprindo bem o seu papel: estavam mais preocupadas em solucionar questões de limites e esquecendo de estreitar as relações intelectuais entre os cidadãos. Defendia que as legações deveriam representar

Não ao governo, mas sim à nação, e que esta é maior que aquele, e que os povos fortes e magníficos são os que interpretam as ordens da natureza com toda veemência sem deixar-se afetar ou arrastar por misérias ou triunfos sin dejarse condoler ó arrastar por misérias abultadas ou triunfos ilusórios. As energias individuais somadas, são invencíveis, de modo que os povos unidos, esses que não têm ódios por questões comerciais e que amam a paz na dignidade, são os povos viris, que vencem na luta pela vida. Os que se unem na paz como na guerra são mais humanos que os que vivem atacando a sociedade por acreditar que ela seja mal constituída, e jamais poderão os patriotas ter as abnegações daquele que luta pela sua patria, luta por um ideal, por um principio como é a fraternidade. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 346, tradução da autora)

Além disso, Bayón defendeu a necessidade de um contato e troca de informações entre intelectuais americanos e europeus:

Convém que os governos hispano-americanos dêem toda a importância que deve ter às legações na Europa. É necessário que uma revista mensal faça conhecer as manifestações intelectuais e sociais dos países respectivos; E que se custeie pelo Estado a permanência de correspondentes americanos nas nações europeias, agregados às legações, que façam conhecer a sociabilidade ante a qual estão acreditados com finalidade de dar a conhecer o país oficialmente. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 349, tradução da

autora)

Dessa forma, a prática de uma diplomacia cultural seria efetivada por meio de trocas de informações que favoreceriam o estreitamento de laços entre os diferentes países. A própria *Revista* seria reflexo desse objetivo.

Arthur Orlando, nessa direção, mencionou a importância da reorganização da Secretaria das Repúblicas Americanas e da 4ª Conferência Pan-Americana, que aconteceria em julho de 1910 em Buenos Aires. Destacou a importância de um plano bem delineado que materializasse a possibilidade do ideal americano, que não se tratava de uma utopia:

O ideal americano não significa despotismo militar ou plutocrático, nem quer dizer imperialismo particularista ou comunário. Traduz a aspiração tão nobre quanto elevada de articular as três Américas em um grande todo especial, com o fim de garantir à civilização do Novo Mundo seu pleno desenvolvimento e fazer girar toda a terra sobre o eixo econômico da riqueza de mãos dadas à justiça. [...] harmonizar o nacionalismo e o humanismo, as duas grandes forças, a que, no mundo físico, [...] os Estados que forem envolvidos em sua órbita nada sofrerão em sua autonomia, independência e integridade, embora tenham de ceder um pouco de sua ilusória soberania. (REVISTA AMERICANA, mar. 1910, p. 351)

Segundo o mesmo autor, o objetivo do ideal americano não seria, necessariamente, acabar com as guerras, mas sim subordinar os fenômenos econômicos à ideia e ao sentimento do justo, que conduziriam a uma pacificação gradual e contínua. O objetivo de uma organização da união das repúblicas americanas sob o ponto de vista jurídico, econômico, militar e moral seria o de fazer com que o

Panamá, a despeito do Tratado de Washington, não deixará de ser o traço de união entre o Atlântico e o Pacífico; a Colômbia, apesar de ter perdido o Panamá, continuará com suas duas portas de frente para os dois oceanos; o Equador, conservará para a sua capital a distinção de ser considerado a *mãezinha do papá*; o Peru, não obstante à tomada de Tacna e Arica, não cessará de se dar o bom exemplo de uma circulação metálica; a Bolívia, [...] atrairá sempre o braço e o capital estrangeiros para a exploração de suas minas de cobre e estanho; a Argentina manterá indissolúvel o consórcio de Ceres com Neptuno, pela sua extraordinária exportação de produtos agrícolas; [...] o Paraguai não procurará ressuscitar figuras de Francia e Lopez; [...] a Venezuela, o menino rebelde, de que fala Francis Clark, saberá honrar a doutrina de Drago; os Estados Unidos não cederão o passo na marcha para o futuro, como o povo de vida intensa [...]; o Brasil não arriará o pavilhão nacional, se submeter à crise do café. (REVISTA AMERICANA, mar. 1910, p. 354)

O resultado seria o sonho de constituir uma sociedade americana em que *“as fronteiras devem ser reputadas não tanto linhas de separação e isolamento, de*

*segurança e defesa dos estados entre si, quanto linhas de comunicação e penetração, de entrelaçamento e solidariedade entre as diversas nações.”* (REVISTA AMERICANA, mar. 1910, p. 367).

Para possibilitar a concretização desse sonho, seria importante a composição de associações internacionais privadas, compostas por indivíduos que se reuniriam para determinar ações que fundiriam os diversos interesses e aumentariam a *“solidariedade dos povos, espalhar ideias e sentimentos úteis, proteger e ajudar os fracos, enfim, consolidar a paz universal e desenvolver ao mesmo tempo o trabalho e o progresso na humanidade inteira.”* (REVISTA AMERICANA, mar. 1910, p. 370).

É possível por em dúvida a existência de uma alma americana, é possível mesmo que na América, a consciência coletiva não passe de uma bigarrure continental, [...] mas não se pode negar que os povos americanos, qualquer que seja a sua origem, vasados em um mesmo molde político, [...] e colocados em idênticas condições econômicas, [...] sentem a necessidade de se darem as mãos para a realização de um ideal, que não é a conquista, pela força, mas a supremacia pela organização [...] que trará como consequência necessária [...] o estabelecimento no Novo Mundo da paz e da justiça, sem a necessidade de recorrer-se a medidas artificiais, e sem que seja preciso os Estados sacrificarem a sua independência. (REVISTA AMERICANA, março de 1910, p. 370)

A partir da conflagração da guerra, além das propostas de aproximação entre intelectuais, um outro ponto seria a organização da educação no sentido de diluir os conflitos e favorecer um congraçamento entre as diferentes nações. Rui Barbosa, em discurso, defendeu a necessidade de uma educação americana que fosse voltada para paz e balizada pela desconstrução de argumentos, que, segundo ele, eram correntes na época:

Os professores, os jornalistas, os tribunos são, hoje, os que semeiam a paz ou a guerra. [...] É das cadeiras, donde se proporcionava a instrução à mocidade, donde os sábios falavam aos sábios, donde a história ditava os seus oráculos às escolas, donde se dava aos cidadãos a lição do dever, aos governos a da soberania, aos soldados a da obediência, aos generais a do mando.

Daí é que um dos mais graduados mestres da ciência nova professava estes ensinamentos: A guerra é a ciência política por excelência. Provado está, muitas e muitas vezes, que só pela guerra vem um povo deveras a ser um povo. [...] os povos mais civilizados são os que melhor pelejam, e esta é a causa principal da história. [...] é nos campos de batalha que se forma o caráter. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 169-170)

Havia a necessidade de refazer o discurso, pois

As consequências do terrível argumento são irrecusáveis. O essencial agora

ao homem não consiste em aprender a pensar, a sentir, a querer de acordo com esses mandamentos, que as crenças de nossos pais nos habituaram a considerar sagrados, que os nossos próprios instintos por si só nos ditariam, que o primeiro a balbuciar da razão nascente nos ensina pela voz do coração, que nos leva a respeitar a infância, a velhice, a debilidade, o infortúnio, a virtude, o talento. Não; o essencial, agora, não é amarmo-nos uns aos outros, como nos prescrevia o antigo Deus dos cristãos, varejado hoje em dia nos seus templos, bombardeando nas suas catedrais, profanado nas suas imagens, espingardeado nos seus sacerdotes. Não. O essencial é que emulemos entre nós a quem mais se distinguirá nas sublimes artes de nos espionarmos, nos altearmos, nos espoliarmos, nos fuzilarmos, de nos traírmos, nos invadirmos, nos mentirmos, nos extinguirmos. Daí a mais absoluta inversão do que se chama direito internacional. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 171-172)

O objetivo de encorajar tal desconstrução seria o de garantir a manutenção e a existência da moral americana, que até aquele momento prevalecera, de forma que não ocorresse no continente o mesmo que ocorrera na Europa. Essa moral era o que diferenciava a América do restante do mundo:

A moral é uma só: a da consciência humana, que não vacila em discernir entre o direito e a força. Os interesses podem obscurecer transitoriamente esse órgão da visão interior: podem obscurece-lo nas relações entre os povos, [...] mas tais crises não provam que não exista em nós, individual ou coletivamente, o senso da moralidade humana, ou que suas fórmulas sejam meras teorias. Não é a nossa, pois, que cabe a qualificação de moral teórica. A baixa liga do egoísmo entra em quase todos os negócios humanos, e o risco de ser anulada a lei pela força é comum a todos os domínios de nossa vontade, individual ou coletiva. Isso, porém, não demonstra que o mundo real se reduza todo ele à violência e arbitrariedade. (REVISTA AMERICANA, outubro de 1916, p. 173-174)

Assim como os outros autores, Rui Barbosa destacava a América como uma zona de neutralidade. Ser neutro significava adotar as determinações da Conferência de Haia, de forma diferente dos países europeus, que acabaram sucumbidos pela guerra:

Se as nações cristãs, as nações humanas que a guerra não enlaçou no seu redemoinho, não despertarem do abstencionismo, a que os seus escrúpulos as condenaram, estou por saber quem, afinal de contas, mais terá pecado contra Deus e maior mal terá causado. [...] a imparcialidade na justiça, a solidariedade no direito, a manutenção da escrita da comunhão: eis a nova neutralidade, que, se deriva positivamente das conferências de Haya, não decorre menos imperativamente das condições sociais do mundo moderno. A neutralidade recebeu nova missão, e tem agora uma definição nova. Não é a expressão glacial do egoísmo. É a reivindicação moral da lei escrita. Será, pois, a neutralidade armada? Não; deve ser a neutralidade organizada. Organizada, não com a espada, para usar a força, mas com a lei, para impor o direito. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 195)

O papel da América, na visão de Rui Barbosa, seria o de criar um mundo internacional bem mais organizado, em uma participação ativa e abrigando-se e não se contaminando com as paixões e agonias da guerra:

Dessa direção não permita Deus que regressemos. A guerra atual vai acabar por uma reorganização, que assentará o direito internacional mais amplamente do que nunca em princípios da solidariedade entre as nações, senão todas, pelo menos as de um grupo, onde avultarão as mais cultas, as mais poderosas e as mais interessadas na liberdade. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 203)

O objeto dessa revolução pacífica, liderada pelo continente americano, seria dificultar a guerra e organizar a paz, solidarizando as nações num regime em que elas se associassem para se opor à violação dos direitos das gentes. Nesse viés, Rui Barbosa propunha que o direito fosse reconciliado com a moral cristã:

Mas é justamente o excesso do mal que me parece vir surgindo a esperança de cura. Assim como há as vistas da saúde, que precedem à última agonia, agonias há que se resolverem na volta da saúde. A mais terrível das enfermidades morais de que tem sofrido nos últimos séculos, a nossa espécie, é a militarização do mundo civilizado, a hipertrofia dos armamentos. Dessa doença mortal não se podia sair senão por uma crise quase mortal. Mas felizmente a consciência cristã não entrou em coma. Pelo contrário, as energias do bem vão se reanimando, os sintomas de uma grande reação crescem a olhos vistos, e do coração da humanidade transpassado pelas sete espadas da dor, brota a vontade, a confiança, o alvoroço do triunfo, com o sentimento, o consolo, a certeza da regeneração. Os horizontes estão ainda singularmente carregados. (REVISTA AMERICANA, out. de 1916, p. 204-205)

*“Ai da humanidade hoje se não fosse a América. Ela é o raio de luz neste mar de trevas”* que colaboraria para ter fé no destino e confiança nos que a governassem (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1918, p. 218).

Além de Rui Barbosa, a importância de uma educação internacional americana foi longamente discutida por Arthur Orlando, jurista e ensaísta que fazia parte da Academia Brasileira de Letras:

É indispensável preparar antes o terreno por meio da propaganda e, paulatinamente, cada uma das partes do edifício, que, justamente por muito majestoso, não pode ser levantado de improviso ou transplantado da mente criadora dos juristas filósofos, que aliás o têm delineado esplêndido e brilhante, para o terreno movediço do egoísmo dos povos. [...] Antes de tentar qualquer reforma, é preciso que o ensino faça do cidadão o sujeito vivo da lei, para que esta não tenha a sorte de hóspede importuno. (REVISTA AMERICANA, mar. 1910, p. 357)

Com tal propósito, Arthur Orlando listou os conteúdos que deveriam ser compreendidos pela educação internacional americana, com o ensino da geografia que se *“ocupa da terra, considerada como um organismo estão todas numa dependência”*; a história das ciências, letras, artes, indústrias, religiões, que seriam as *“criações fundamentais da humanidade”*; o ensino da etnologia ou sociopsicologia dos



povos, cujo conhecimento seria indispensável para a solução do problema da colonização, ou melhor “*da importante questão da adaptabilidade ou inadaptabilidade de certas raças a condições especiais do continente americano*”, para que as migrações para a América ocorressem de forma a não prejudicar o desenvolvimento da nacionalidade; da ciência econômica; e, principalmente, o ensino daquilo que ele chama de higiene internacional (REVISTA AMERICANA, mar. 1910, p. 358-360), pois

No estado atual de civilização, a facilidade e rapidez das comunicações, a tendência cada vez mais cosmopolita das relações humanas, sejam usos, costumes ou instituições, deram às moléstias um caráter internacional até hoje desconhecido; chegaram mesmo a modificar o conceito do morbus e os processos da política sanitária [...]. Hoje, os povos mais civilizados fazem como os Estados Unidos em relação à Cuba e às Filipinas, vão combater nos países estrangeiros os focos patogênicos com rigorosas medidas higiênicas e profiláticas. (REVISTA AMERICANA, março de 1910, p. 360)

Francisco Félix Bayón defendeu a importância de se estabelecer uma comunicação entre os latino-americanos e de se fundar escolas no continente (conforme discutiremos adiante):

É indiscutível que a falta de conhecimento do que somos é o que impede a unidade da família americana que, nascida de um tronco comum, seguiu nas diferentes formas evolutivas, influenciada e influenciando, por sua vez, com elementos que vêm das demais regiões do mundo a tentar fortuna ou a ocultar vícios. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 348, tradução da autora)

Euclides da Cunha fez uma analogia semelhante ao falar do aspecto social do Brasil:

Formações mestiças, surgindo de uma dosagem variável de três raças divergentes em todos os caracteres, em que as combinações dispare e múltiplas se engraveciam com o influxo diferenciador do meio físico, de par com as mais opostas condições geográficas, num desdobramento de 35 graus de latitude, - chegavam ao alvorecer da nossa idade com os traços denunciadores de nacionalidades distintas. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 314)

Todas essas medidas contribuiriam para a concepção de uma sociedade internacional que favoreceria o reinado da paz e da justiça nas relações que se estabeleceriam para além do círculo de cada soberania.

Sylvio Romero também pensou na instrução como remédio que

não modifica a índole, o caráter, a natureza intrínseca dos indivíduos... não é de todo exato. O saber é, as mais das vezes, um auxiliar da vontade; mas seu fim principal não é criar heróis, é fornecer armas na luta pela existência. Para o indivíduo é sempre um companheiro fiel, alargando-lhe os horizontes do espírito, fornecendo a compreensão das coisas, dos fatos e dos homens.

Para a espécie é inestimável. (REVISTA AMERICANA, out-dez. 1913, p. 36)

A educação enérgica seria fundamental para salvar o caráter do Brasil por meio de exercícios físicos e instrução intelectual para a educação moral e formação do caráter.

O resultado seria a disciplina interior e o domínio de si mesmo:

Toda a civilização, pois, se encerra na liberdade, toda a liberdade na segurança dos direitos individuais. Liberdade e segurança legal são termos equivalentes e substituíveis um pelo outro. O estado social que não estriba nesta verdade, é um estado social de opressão: a opressão das maiorias pelas minorias, ou da opressão das minorias pelas maiorias, duas expressões, em substância, irmãs da tirania, uma e outra ilegítimas, uma e outra absurdas, uma e outra barbarizadoras. As repúblicas latinas deste continente, que se desnaturam das suas constituições mais ou menos livres, e se afundam na selvageria, não devem essa infausta sorte senão à desgraça de menosprezarem e não praticarem este singelíssimo rudimento de filosofia constitucional. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 151)

A guerra, nesse discurso, era descrita como algo inesperado, mas que não abalou a convicção de que o continente americano seria o espaço de paz:

Não eram transcorridos muitos anos que as expressões de equilíbrio tão repetidos na Conferência de Paz de Haya traduziam a felicidade e esperanças de todo o gênero humano, quando acontecimentos descobriram com estrondo a miserável falácia das previsões de paz. Uma das metades do globo. O nosso hemisfério, continua a sustentar-se tranquila na divina estrutura do planeta. Mas a outra, sacudida por catástrofes de grandeza desmarcada, estala e vacila sobre si mesma sacudida por um ciclone de calamidades. [...] Mãos poderosas desencadeando a procela, quebraram as amarras eternas do futuro das nações, ameaçadas agora pelas incertezas de uma situação, que aboliu todas as garantias da confiança dos homens nos homens, dos povos nos povos. [...] O cataclismo atual, antes de acabar a sua preparação nas forjas de canhões, começara a ser preparado no ar que as consciências respiram. Os grandes extermínios de homens pelas epidemias nos vêm da atmosfera envenenada pelos miasmas. [...] (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 166-168)

A educação também foi mencionada por Hildebrando Accioly como uma necessidade, especialmente para tornar o Congresso Nacional uma expressão da soberania popular e nacional, pois

No Brasil – e com o regime inaugurado em 15 de novembro de 89 mais do que dantes – duas grandes necessidades se impõem: a difusão da instrução primária e a realidade do voto. Este, aliás, até certo ponto, depende daquela. [...] No nosso humilde modo de ver, todo o erro provém de que os legisladores brasileiros, ao se ocuparem desse magno assunto, nunca tiveram em vista que legislavam para um país de costumes políticos atrasadíssimos. Ou, então, acreditavam que as leis eleitorais, por si sós, poderiam corrigir todos os vícios e ou defeitos de tais costumes. Ora, as leis, desde que contradigam os sentimentos, os hábitos, as tradições de um povo são letra morta, de nada servem. Assim, para que uma boa lei eleitoral possa entre nós produzir todos os seus benéficos efeitos, o que primeiro se deve fazer é procurar transformar

os costumes políticos. Porque, na verdade, o que nos falta, antes de tudo, é a necessária educação política. (REVISTA AMERICANA, nov. 1916, p. 143-144)

Pandiá Calógeras ressaltou a importância do ensino leigo da moral, para possibilitar a capacidade de se autogovernar e garantir o controle das paixões.

Sem preconceitos, sem pretensões de invadir os párramos da fé revelada, antes colaborador natural e eficaz do ensino religioso, como substrato comum a todos os credos, e, ainda no sentido filosófico do termo, por estabelecer a vontade entre a regra, o dogma, os sentimentos e os atos. [...] de modo a criar estados mentais permanentes, militantes por vezes, certas noções basilares sobre justiça, o dever social, a dignidade essencial e suprema do homem e seu destino moral. [...] O aluno é chamado a construir livremente a sua própria sorte, para isso normalizando e dando regras ao caos interior das tendências desencontradas, dos impulsos cegos, dos institutos obscuros. (REVISTA AMERICANA, maio 1911, p. 295-296)

Com o propósito de dissipar as dúvidas e incertezas sobre os problemas do homem, da vida e do mundo, os principais agentes seriam os professores primários, que fariam o

[...] preparo do campo espiritual, onde devem germinar as searas de amanhã. [...] Elevam o nível moral e intelectual das massas, colimando a estrita solidariedade de todas as regiões do país, instituindo um ideal sublimado de liberdade e de responsabilidade, de fraternidade humana, e de destino social de todos os esforços. (REVISTA AMERICANA, maio 1911, p. 309)

Hidelbrando Accioly também ressaltou os pontos positivos provocados pela reforma política de Saenz Peña, na Argentina: a instituição do voto obrigatório e secreto, que naturalmente encontrou opositores.

Lindolpho Collor defendeu que não existia uma educação social no Brasil. Urge, entre nós, trabalhar pela aquisição de uma base educacional, por meio de uma educação individual, pois faltava ao Brasil o fator homem como elemento racional, com uma ação orientadora: *“O Brasil é um país que ainda não aprendeu a ler”*. (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 161)

Destacava-se o ensino industrial, pois

saber ler e escrever é indubitavelmente uma vantagem. Mas subtrair braço ao trabalho quando esses braços nos fazem tanta falta que os vamos pedir aos gritos, ao estrangeiro, não é racional. O complemento da educação da juventude está no ensino industrial. Enquanto este ensino não exercer a sua influência sobre as gerações que se iniciam, seguiremos formando o tipo inócuo do burocrata, cuja ação se reduz a consumir o é incapaz de produzir. (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 155-163)

A importância de se organizar um sistema de arbitragem foi outro ponto discutido nas páginas da *Revista*. Sá Vianna, por exemplo, discursou longamente na conferência na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sobre a arbitragem, procedimento relevante para a manutenção da paz, cuja ação é civilizatória e humanitária, que na América começava a adquirir um caráter prático que lhe faltava em tempos de San Martín e Bolívar (REVISTA AMERICANA, fev. 1917, p. 20, tradução da autora).

Com esse objetivo, listou e explicou todas as 28 ocasiões em que o Brasil assinou tratados de arbitragem com outros países. Sá Vianna explica que, em sua maioria, foram elaborados, mas não utilizados. Dão a impressão de um aparelho do qual se espera uma ação forte e enérgica, mas que se conserva imóvel, pois o mecanismo reuniu e introduziu *“uma pequena peça que interrompe qualquer movimento”* (REVISTA AMERICANA, mar. 1917, p. 46). Assim como outros intelectuais, afirmou que não acreditava na possibilidade de um conflito no continente e que a nação brasileira encorajava uma defesa da pátria que fosse assegurada pelo direito, ainda que faltasse uma fortaleza mais sólida por meio dos tratados de arbitragem elaborados da maneira mais adequada. *“O dia da grande paz se aproxima e que será feita no direito, o Brasil não pode se apresentar da maneira como se encontra atualmente. É necessário que se prepare com urgência para se mostrar o que ele já é e, propriamente, o que não pode deixar de ser.”* (REVISTA AMERICANA, mar. 1917, p. 47).

Para além das medidas que seriam tomadas no sentido de aproximar os intelectuais, percebemos que se tornou recorrente a ida de diplomatas brasileiros para lecionarem em universidades norte-americanas disciplinas sobre a História do Brasil. Hélio Lobo foi convidado pelo embaixador americano do Brasil, em 1916, a lecionar o curso de História Diplomática de Direito Internacional do Brasil, na Universidade de Harvard (Massachusetts). A série de 8 conferências foi publicada na *Revista*. Oliveira Lima também lecionou em Harvard uma disciplina de História do Brasil. O próprio Hélio Lobo destaca a importância dessa prática, inaugurada a partir da atuação de Nabuco:

Para a formação da boa opinião pan-americana é fator preponderante o das universidades. Nesta de Harvard, cujo renome deixou de ser americano para tornar-se mundial, já falaram as maiores eminências da terra. Uma delas, de meu país, o Ministro Oliveira Lima, é vossa conhecida. Antes de partir, disse-me do vosso agasalho, do vosso meio, do excepcional brilho de vossa vida universitária. Vejo que seus gabos, com seres extraordinários, ficaram aquém

da realidade. (REVISTA AMERICANA, nov. 1917, p. 94)

Falar em universidades tratava-se de relembrar uma *“tradicional amizade entre as duas nações”*, que remontaria desde o início do século XIX, ou seja, essencialmente, tratava-se de tornar mais amistosa e possível a aproximação entre Brasil e Estados Unidos.

Transformar o discurso de conflitos, diplomacia cultural e composição de um tribunal de arbitragem: todas essas ações seriam promovidas em momento em que o mundo precisaria ser curado, e quem lideraria essa regeneração seria a América como um todo.

Gabriel P. Troconis, de Cartagena, nessa perspectiva, escreveu um texto em que afirmou que nem a sociedade norte-americana, nem a europeia tinham as condições para produzir um herói. *“Tudo o que tende a vulgarizar a vida, a retirar a personalidade dos atos humanos, reduzir a anônimos os melhores indivíduos, é fator poderoso para destruir até os gérmenes do herói transcendental.”* (REVISTA AMERICANA, jul. 1917, p. 58). A América, pelo contrário, teria essa possibilidade.

Rodrigo Dória descreveu a ausência do português em eventos internacionais:

O português poderia ser mais propagado e conhecido, também como língua falada no nosso país, o que até se ignora, tendo eu várias vezes de responder, admirado, à pergunta – se no Brasil se falava espanhol. Atendendo à extensão do nosso país e sua população, poderíamos ter melhor cotação, se as somas gastas com a propaganda tivessem tido melhor aplicação, e fosse o pessoal melhor escolhido, sem as injunções e afilhadagens da política. [...] Esse desconhecimento da língua portuguesa fora daqui forçou-me a ler em inglês um dos trabalhos que apresentei. [...] O cuidado com que as diversas repúblicas se fizeram ali representar e propagar, ainda se notou na distribuição de folhetos, cuidadosamente confeccionados, contendo notícia condensada, mas completa [...] Sobre o Brasil nada houve de semelhante. (REVISTA AMERICANA, fev. 1917, p. 140-141)

Hélio Lobo enviou carta à Associação Brasileira de Imprensa com o objetivo de anunciar que foi honrado com *“a alta incumbência no National Arts Club, o Joint Committee of the Literary Arts [...] associação de todas as associações literárias e artísticas dos Estados Unidos da América do Norte”* (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1918, p. 190). Ações como essa, segundo o secretário da Presidência da República, demonstravam a preocupação dos norte-americanos em estreitar cada vez mais os laços literários e artísticos existentes entre EUA e as repúblicas latinas:

E, para isso, procura desenvolver o conhecimento entre os países da América por todos os meios possíveis, como, por exemplo, a troca de produções literárias e artísticas, a tradução de livros e outros impressos, a criação de centros de cultura pan-americana, e a ampliação das comunicações postais e telegráficas. (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1918, p. 190)

Claro que os países americanos estavam longe do conhecimento recíproco desejável:

Documento de democracia e anti-colonização, a mensagem de Monroe deu a este continente a independência em que vive. Não que representasse um princípio de proteção, incompatível com a autonomia de países livres, mas porque imprimiu à corrente dos acontecimentos internacionais o curso que deveriam ter e realmente tiveram. (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1918, p. 190)

Sobre a experiência de Lobo:

Em janeiro deste ano tive a honra de discorrer, perante as Universidades de Harvard, em Boston, e Columbia, em Nova York, dos velhos e sempre cordiais laços de simpatia que uniram o Brasil aos Estados Unidos da América do Norte. *Amizade tradicional* – pude então chamar a essa corrente invariável da história que, desde 1822 até hoje, através de fatos de toda ordem e documentos diplomáticos de porte, nos vem unindo a ambos. Antecedentes políticos, comerciais, literários e artísticos, a todos alinhei perante professores e alunos. (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1918, p. 192)

Com a menção honrosa, a referida associação esperava estreitar os laços de amizade e simpatia entre os artistas e pensadores do Novo Mundo e que se formassem associações destinadas a funcionar como centros de influência no sentido de tornar cada vez mais íntima a solidariedade americana na literatura e nas artes.

De forma semelhante, Oliveira Lima falou a respeito dos clubes cosmopolitas que frequentou em universidades norte-americanas:

Eram essencialmente pacifistas, ou pelo menos, eram tão pacíficos que chegaram naturalmente ao pacifismo. Em Harvard falei num deles com assistência de americanos do norte, hindus, negros da Libéria, mulatos de Porto Rico e europeus de várias nacionalidades. A convivência podia não se prolongar fora do club, mas nos seus confins era perfeita e todos se sentavam à mesma mesa para beber as bebidas da temperança, porque os clubs cosmopolitas descobriram, antes dos governantes europeus, que a eficiência não se harmoniza com o álcool. (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1918, p. 209)

Práticas como essa representavam um estímulo à troca de ideias de forma cordial e instrutiva. Além da atuação dos referidos diplomatas em universidades norte-americanas, a *Revista Americana* publicou as aulas que foram preparadas por Hélio Lobo. As aulas se centraram em destacar a história das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, com o objetivo de ressaltar a longevidade das mesmas.

Essas relações datariam desde 1822, quando foi assinado um decreto nomeando Luiz Moutinho Lima e Silva como encarregado de negócios do Brasil nos Estados Unidos. Lobo afirmou que, apesar das constatações de Prado,

Foi a União Americana a primeira potência que reconheceu a independência do Brasil. Enquanto a Grã-Bretanha, impelida de um lado a favor de nossa emancipação pelas exigências comerciais, pelo sistema liberal de governo e pelas tenazes aspirações a abolir o tráfico de escravos, oscilava, de outro lado, nesse empenho pelas deferências que era obrigada a guardar com a sua antiga e sempre fiel aliada, a nação portuguesa [...]. (REVISTA AMERICANA, abr. 1918, p. 15)

Como pudemos constatar, a amizade tradicional entre Brasil e Estados Unidos foi o tema das aulas de Hélio Lobo em Harvard, mas a prática de discursar em conferências não ocorreu apenas em território norte-americano. Hélio Lobo também fez conferências em universidades de Montevideo, em que conta a Guerra do Paraguai sob a ótica brasileira:

E da campanha contra o ditador do Paraguai? Essa tão mal se julgou no conceito de alguns, que 48 anos, quase meio século, não bastaram para reestabelecer na sua justa significação. Vai nela a paixão do tempo o esmagamento de uma nacionalidade infeliz pela ambição de uma cabeça coroada. Argentinos e uruguaios andaram, nesse dizer, ao serviço da diplomacia brasileira, que assim abusou de amizades vizinhas para firmar um tratado de extermínio. Foram, porém, uruguaios e argentinos os que viram a extensão da injustiça que se nos irrigava, e, entre obstáculos de toda a ordem, mantiveram até o fim a solidariedade empenhada conosco. Estivéssemos em culpa e não teria permitido o mundo americano, o mundo europeu, o mundo todo, que levássemos a guerra a termo, em cinco anos de continuada e sangrenta peleja. (REVISTA AMERICANA, out. 1918, p. 118)

A Guerra do Paraguai é comparada pelo autor à Primeira Guerra Mundial, pois é *“Guilherme II uma ampliação gigantesca de Solano Lopez: os mesmos processos, a mesma índole mandona e sinistra, sem variação os sonhos de hegemonia sanguinária. Nada deixa o bárbaro a perder ao civilizado”* (REVISTA AMERICANA, out. 1918, p. 119).

Entretanto, também nesse discurso, o Brasil é descrito como grande em território, recursos e tradições, e como país que tem a perspectiva do Direito como um freio regulador e precaucional de paixões, apetites e ambições humanas em oposição à violência como critério regulador. A conclusão é de que para ser digno de vida, é necessário ser portador da concórdia.

Em nota de falecimento de Don Clemente Barahona Veja, escritor chileno e professor de instituições de ensino de Santiago e funcionário da Câmara de Deputados daquele país, originalmente publicada no Jornal do Comércio e escrita por Antonio Carlos Simões da Silva, destacou-se a prática da diplomacia cultural que muito poderia colaborar para a aproximação entre os intelectuais:

Dispondo de inúmeras relações de amizade em todo o Chile e em grande parte dos países do continente americano e europeu, recebia com o maior carinho e todo entusiasmo os forasteiros cientistas ou literatos, com quem privava, promovendo todas as facilidades para que os mesmos conhecessem bem as coisas do seu país e trocassem ideias com os homens de cultura intelectual da forte nação andina. Porém, uma nota de toda importância para nós, consiste no apreço e na espontânea e rigorosa dedicação que sempre manteve por tudo que se referia ao Brasil. [...] várias vezes manifestou-se me o desejo de residir por algum tempo entre nós, pois queria sonhar com os poetas brasileiros às margens da Guanabara [...]. (REVISTA AMERICANA, maio 1919, p. 157)

Práticas como troca de livros foram descritas como uma ação positiva:

Um diplomata brasileiro, don Felipe Lopez Neto, concedeu à Biblioteca Nacional de Chile quatro mil volumes de História e literatura de sua pátria, fazendo conhecer aos escritores de seu país e promovendo vínculos intelectuais com Chile. Esta diplomacia cultural tem sido a mais eficaz na América para as relações de suas nacionalidades entre si. Foi ela que fortaleceu os afectos entre as raças e ideais comuns entre Chile e a república argentina, quando as emigrações políticas de ambos países abriram as portas de prescrição a seus mais eminentes pensadores. Estas mesmas relações intelectuais fizeram com que Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela e Cuba fortalecessem seus laços de amizade e de união americana, pois os radicados políticos pelas revoluções buscavam refúgio e encontravam lugares hospitaleiros, reciprocamente, em cada um deles. [...] Foram esses tempos bonitos aqueles em que o pensamento americano soava uníssono ao impulso de um mesmo ideal de solidariedade continental. Não devemos esquecer-los nunca e torna-los presentes como uma eloquente lição do passado e uma constante aspiração do futuro. (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 299-300)

Propôs-se, portanto, a formação de uma convenção literária americana por meio de tratados internacionais para difundir as obras de autores de cada país em nações que estivessem associadas a esse convênio de diplomacia intelectual. Seria uma oportunidade de *“propagar a palavra escrita através da alma dos povos”* (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 300), prática essa que poderia assegurar o conhecimento e constituir uma estima entre os povos americanos, além da *“expansão da cultura americana em todos os países da mesma raça e o robustecimento da literatura continental”* (REVISTA AMERICANA, fev. 1910, p. 300).



Para além da criação de associações e convênios, o diplomata Joaquim Nabuco defendia a formação de uma opinião americana que

Polirá à maior perfeição as instituições públicas dos Estados Americanos por meio da publicidade continental [...]; não só desimpedida, mas desapaixonada, clara e verdadeira, começando com a inviolável liberdade da imprensa. [...] Na influência dessa opinião comum a todas as Américas, grande parte está reservada às Universidades do continente, aos educadores [...] Não há dúvida que os principais agentes dessa opinião serão o livro e a imprensa. [...] A simpatia é sempre necessária para se fazer bem. Antes de mais nada há que cada um educar-se a tolerar a diversidade na raça humana para que se fizesse crescer o interesse e ampliar o horizonte intelectual. (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 180-181)

A partir da conflagração da Primeira Guerra Mundial, a questão do arbitramento passou a ser mais discutida e defendida como a solução possível para um mundo pós-guerra, no sentido de se evitar novos conflitos.

Ramón Cárcano escreveu que na Argentina

[...] jamais penetraram violências de luta. Atearam-se as ideias e não estalaram paixões; se conservou sempre a tranquila associação dos nobres anseios, que representam a solidariedade pátria. [...] Brasileiros e Argentinos descendemos de uma mesma raça; prósperos e fortes, prudentes e cultos, somos chamados a conquistar em paz e concórdia o nosso destino manifesto. Combatemos na colônia e liquidamos nosso legado antagônico na independência; associamos nossas armas contra os tiranos, engendrados pela anarquia e a barbárie e a espinhosa herança de nosso conflito territorial, a solucionamos pelo acordo civilizador de arbitragem. Apenas escrevemos a primeira página da história conjunta de povos constituídos e orgânicos, escrevemo-la com a mão estendida da amizade e coração solidário da aliança. [...] A ideia de hegemonia não se decreta pela vaidade nacional nem se ganha com as armas da guerra. (REVISTA AMERICANA, jul-ago. 1910, p. 242- 245)

O Brasil surgiu como um destaque no continente, principalmente em virtude da elaboração de um código civil. O argentino Luis de Gásperi mencionou que *“é um coeficiente do alto grau de civilização e cultura brasileiras; e segundo como materialização do estado de consciência jurídica e de capacidade para o direito do povo, que à lei prestará um tranquilo, leal e inalterável acato”* (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 47, tradução da autora).

Esse código se apresentava como uma evolução do direito consuetudinário, regras que resultam das necessidades e das crenças; a jurisprudência é obra da reflexão e da concentração que um povo faz de sua capacidade para a liberdade, ou de sua

disposição para o direito, pois já seriam donos de seu destino. Luis de Gásperi comparou o código civil brasileiro com o suíço.

A defesa de todas as ações mencionadas veio acompanhada de uma descrição do que seriam as relações internacionais sul-americanas. Em sua maioria, defendiam que as relações entre os países dessa parte do continente deveriam ser cada vez mais estreitas, especialmente com nações confrontantes. A finalidade seria dissipar todas as desconfianças e auxiliar o desenvolvimento de todos, além de repelir toda e qualquer ideia de tutela ou de hegemonia para instituir uma política de verdadeira confraternização. Pandiá Calógeras foi preciso ao apontar que características seriam essas:

Em toda parte, em suma, levar a palavra de paz, em condições de se fazer ouvida e acatada; mostrar que o perigo, caso viesse a existir, não podia ser senão externo a todas, comum, portanto, e não de um país americano a outro. Quanto aos Estados Unidos, manter a nossa velha regra, a mais íntima colaboração entre os dois governos, a doutrina Monroe, parte integrante da política externa brasileira. Quanto às nações europeias, a filiação histórica impunha uma rota de cordialidade agradecida; de desejada colaboração no progresso comum; de respeito aos tratados e a tendências. [...] Nunca interviemos em negócios estranhos, senão por solicitação dos interessados, confessada por seus próprios analistas, ou por provocação direta. (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 163-164)

Além disso, tentou disseminar a noção de que existia um dever americano a cumprir nas relações americanas e que o Brasil estaria em situação excepcional para desempenhar ou auxiliar os Estados Unidos em sua nobre tarefa de convergir os povos em torno dos destinos comuns da América. O dever de todos os estadistas seria o de combater as propagandas de ódio e rivalidades internacionais, com o objetivo de favorecer a cordialidade continental e estaria nas universidades

[...] a responsabilidade de determinar as grandes soluções de guerra e de paz pela responsabilidade de ensinar ao povo de nossos países o amor pela paz mais do que as vitórias em guerra, considerando mais importante um ato de justiça e de generosidade do que um ato de valor. (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 192)

Em nome de fomentar a cordialidade e de diluir aspectos conflituosos, seria importante a organização de uma justiça internacional e da arbitragem sem limitações.

Fica claro então que os intelectuais destacaram a necessidade de uma cooperação na busca de um ideal de solidariedade continental que seria centrado na educação dos sentimentos internos a partir de uma base de ensino que valorizasse as criações

do continente, inclusive literárias e artísticas, além do ensino de história que valorizasse mais os tempos de paz, a arbitragem e a diplomacia do que os conflitos.

### Capítulo 3: *Revista Americana* como veículo de ilusões

As páginas da *Revista Americana* foram denominadas pelos seus próprios articulistas como veículo de sonhos, mas a análise nos permitiu concluir que, para além dos sonhos e expectativas para o continente americano, havia aspectos que chamaremos de ilusões. Já mencionamos a amenização dos fatos históricos relacionados a conflitos no continente, especialmente à Guerra do Paraguai. Mencionaremos agora a evolução das representações da Grande Guerra (1914-1918), os preconceitos relacionados à entrada de imigrantes no Brasil e os protocolos que excluía alguns intelectuais de publicarem nas páginas do periódico.

#### 3.1 Representações da Grande Guerra postas a circular

Nos anos anteriores à deflagração do conflito mundial, que se estendeu entre julho de 1914 e novembro de 1918, os articulistas não demonstravam acreditar na possibilidade de uma guerra em terras europeias, ainda que qualificassem o continente como um lugar beligerante. Por exemplo, ao descrever sobre a situação internacional da Turquia, Grécia e Creta, Delgado de Carvalho assim se manifestou:

Pode-se considerar como provisoriamente terminada a crise aguda que soffreu a questão cretense, apesar de que se acha longe de estar resolvida esta questão. O mês de Agosto inteiro foi agitado e, por diversas vezes, a opinião publica europea acreditou na imminencia da guerra. Esta hypothese não parece hoje realizável, a menos que sejam commetidas imprudencias pela Turquia ou pela Grecia, ou que, no correr da discussão [...] A boa vontade manifestada até hoje pela Grecia não permite previsões pessimistas. (REVISTA AMERICANA, out. 1909, p. 120)

No entanto, em contexto de Imperialismo e de acordos para acertar as linhas fronteiriças de cada país, a discussão a respeito de investimento bélico em países da América foi bastante presente nas páginas da *Revista Americana*. Ao que parece, duas posições foram as que prevaleceram: uma que pensava na compra de armamentos como uma maneira de se prevenir; e uma outra em que os intelectuais versavam o continente americano como sinônimo de paz, e, portanto, sem a necessidade de fazer tal investimento.

Essa segunda perspectiva vinha atrelada à argumentação de que a compra de armamentos não fazia sentido nesse território e que existiam ferramentas mais interessantes e proveitosas para lidar com os conflitos, caso surgissem. Araripe Junior,

por exemplo, fez uma clara crítica à preocupação que países sul-americanos apresentavam, naquele momento, de promover o armamento de seus territórios visto que essa não seria a melhor maneira de promover um relacionamento diplomático proveitoso para todas as nações:

E' certo, e seria inadvertência acreditar no sentimento de responsabilidade moral absoluta dos povos, que, tal qual os indivíduos, as nações simulam para triunfar na concorrência vital. E não parece descabido lembrar aqui a observação do Dr. José Ingenieros, relativamente às Repúblicas da Argentina e do Chile, que pretendem mostrar-se cada qual mais poderosa na America do Sul, provendo-se de exércitos e de armadas muito superiores á sua potencialidade econômica. E se ha dissimulação para fingir-se forte, tambem existem processos para incutir nos vizinhos a confiança, apoucando os aspectos militares ou buscando apagar das muralhas os ideaes da diplomacia os dragões terrificos que os chineses pintavam em telas pendentes das ameias dos seus castelos. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 283)

O argentino Norberto Piñero<sup>39</sup> foi um dos intelectuais que publicou artigos<sup>40</sup> na *Revista Americana* com o intuito de esclarecer e justificar a política internacional argentina daquele momento a partir de narrações históricas e projetos de futuro, nos quais era reservado à Argentina o papel de país diferenciado dentro do continente: “*se não me engano, o papel histórico da Argentina é o de criar uma raça e uma civilização, que irá se difundir na paz e por territórios pacíficos*” (PIÑERO, 2001, p. 209, tradução da autora).

O autor defendeu que a política internacional da Argentina era fundamentalmente industrial e não militar, visto que não era necessário investir em armas. Também afirmou que aquele momento estava marcado por um movimento da política internacional que pretendia buscar a solução tranquila dos conflitos, devendo a diplomacia dos direitos prevalecer sob a diplomacia do equilíbrio de forças. Assim como outros intelectuais, Piñero se apropriou da representação de pan-americanismo enquanto projeto de paz e solidariedade continental quando acrescentou que seria um

---

<sup>39</sup> Segundo Rodriguez (2006), Norberto Piñero era professor universitário de direito penal na Universidade de Buenos Aires, que se associou aos colegas Rodolfo Rivarola e José Nicolás Matienzo, em um rascunho de proposta para reelaboração do código penal argentino em 1890. O código fora apresentado em 1891 e, após aprovação no Senado, passou a ser adotado em 1903 e conhecido pela rigorosidade. Além disso, Piñero foi interventor da Província de São Luiz em 1896, período durante o qual participou de litígios por questões limdeiras entre Argentina e Chile e foi anfitrião no Congresso Internacional dos Americanistas em 1910.

<sup>40</sup> Ver PIÑERO, Norberto. La política Internacional Argentina. In: *Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação:1909 – 1919*. Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. Página 291-334.

erro as nações da Argentina, Brasil e Chile iniciarem a aquisição excessiva de armamentos. Entre elas não havia questão conflituosa o suficiente que fosse capaz de conduzi-las a uma guerra e, também, porque se fosse possível um conflito armado pelos governantes, responsáveis por manter a paz, isso não se realizaria, porque os Estados Unidos e as nações europeias mediarão até evitá-la, para o bem desses países e do interesse de seus súditos. Portanto, a única ingerência aceitável seria aquela de cooperação para manter a paz e facilitar aos integrantes a resolução de seus litígios. Sendo assim, os Estados sul-americanos deveriam limitar seus armamentos às necessidades internas, visto que os conflitos com as nações vizinhas não era plausível.

Piñero iniciou sua série de artigos qualificando a guerra como um modo de expansão territorial de primitivos que, se antes tinha o propósito de conquistar bons pastos, a partir daquele momento teria o propósito de estender a soberania e sua influência

[...] por ideais religiosos, por antagonismo de sangue e raça, pela disputa de meios de subsistência [...] pela preponderância comercial ou marítima ou para levar para além de suas fronteiras o excedente de vida e força. A luta por melhores pastos foi substituída pela conquista pacífica ou armada dos melhores mercados. (PIÑERO, 2001, p. 292, tradução da autora)

Ao relacionar guerra à falta de civilidade, é possível compreender que o autor descartava qualquer uso de violência na resolução dos conflitos, visando ao projeto de se igualar às grandes nações:

Se em um dia remoto, há de se representar a força do mundo que, em diferentes momentos e em períodos de duração variável, foram representados pela história de Roma, Veneza, Holanda, Espanha, o Império Britânico, etc, e que hoje compartilham várias grandes nações, somente então terá chegado o instante de que se preocupe dos elementos bélicos com que há de desempenhar sua função fora de seus limites territoriais. (PIÑERO, 2001, p. 334, tradução da autora)

Segundo Piñero, em virtude dessas disputas, muitas rivalidades que subsistiam tinham a intenção de manter a posição conquistada e garantir sua esfera de ação, adquirindo novos mercados e matéria prima ou terras para o excedente populacional. Com essa justificativa, segundo o autor, as nações europeias sustentavam e preparavam suas esquadras e seus exércitos sob um discurso paradoxal de paz. Nas palavras do autor:

Apesar de parecer paradoxal, os armamentos não respondem à ideia de

guerra, mas sim à da conservação da paz. As declarações dos gobiernos e dos homens de estado o dizem explicitamente. Cada vez que solicitam fundos para o aumento das frotas militares e o alistamento de um maior número de soldados – e os solicitam constantemente – asseguram que armamentos são indispensáveis para preservar a paz. (PIÑERO, 2001, p. 294)

Sobre essa suposta atmosfera de paz, que envolvia a comunidade internacional, é interpretada pelo autor não como consequência dos armamentos, mas como um efeito do avanço da civilização e da atuação diplomática, características que poderiam ser percebidas no continente americano. Apesar de referir-se ao discurso de paz europeu como algo paradoxal, o autor não via com maus olhos que os países europeus praticassem o Imperialismo, visto que, supostamente, eles já teriam dado conta de todas as suas peculiaridades internas. Isso não significava que Piñero visse a possibilidade da recolonização do continente americano, também justificando seu posicionamento em relação ao não investimento bélico, de forma a não criar animosidades com os países vizinhos, pois ainda havia o que ser feito dentro de seus próprios territórios. Nas palavras do autor,

Sua expansão, durante muito tempo, deverá operar-se dentro de seu próprio território em todas as direções e especialmente [...] até as regiões frias, porque a irradiação da cultura é maior. [...] sua obra é vasta e complexa. Necessita antes de tudo conquistar a si mesma; povoar seus desertos com milhões de homens. (PIÑERO, 2001, p. 334, tradução da autora)

Finalmente, o autor se dedicou a analisar o mencionado papel histórico da Argentina, qual seja a criação de uma raça e de uma civilização que se difundiria na paz e por meios pacíficos. Tal expansão levaria um longo tempo, pois deveria operar-se em cada parte do território argentino. Portanto, essa nação, apesar do desenvolvimento já alcançado, ainda estaria apenas no começo de sua tarefa interior, razão pela qual não deveria preocupar-se com territórios estrangeiros.

Acreditamos que essas afirmações foram feitas no sentido de insinuar que as outras nações sul-americanas também deveriam adotar postura semelhante, já que a ausência de conflitos era o que distinguia a América do restante do mundo. O reforço dessa representação corrobora a tendência dos outros intelectuais, no sentido de promover a ideia de continente americano como sinônimo de paz e que, justamente por deter a característica de território inexplorado, dificilmente estimularia a guerra entre os seus vizinhos.

Tal representação de continente americano pacífico vem associada a de continente europeu bélico que explorava um discurso paradoxal de uma paz que não seria possível em virtude das disputas imperialistas e do massivo investimento em arsenais e na estruturação de exércitos.

Posicionamentos diferentes a respeito da compra de armamentos começam a surgir em maior quantidade a partir da deflagração da guerra, reverberando nas páginas da *Revista*, como o de Carlos de Laet, ao afirmar:

Quando, nos próprios congressos de paz, a importância dos grupos humanos ainda se calcula pelas suas forças de terra e mar, pela floresta das baionetas e pela possança dos monstros marinhos, não há quem, com verdadeiro patriotismo, não hipoteque suas simpatias àquela fração nacional que, armada e disposta ao sacrifício da vida, é o maior penhor da segurança interna contra os botes da anarquia e, no exterior, contra as injustiças e trêfegas cobiças do estrangeiro. O mesmo se dá com os insanáveis ideólogos que [...] quando ainda mal desponta o primeiro e indeciso clarão da paz universal, já intimam que nos desarmemos em frente do mundo armado. O melhor de tudo – quem o contesta? – seria que nunca brigássemos; mas na hipótese desagradável de uma luta, ou pela vida ou pela honra, eu bem prefiro que os derrubados não sejamos nós. (REVISTA AMERICANA, mar. 1911, p. 563-564)

Ainda segundo Laet, o próprio Rio Branco, qualificado como bem-informado e apaixonado por nossa pátria, “*sonhara um Brasil forte e capaz, de pela sua união e tranquila robustez, dominar os destinos dessa parte sul do continente.*” (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 20).

A defesa do armamento não é majoritária na *Revista Americana* nos anos anteriores à deflagração do conflito mundial, mas encontramos um estudo elaborado pelo major Alípio Gama, a convite da redação, em que se fala da necessidade de um levantamento topográfico que permitisse o conhecimento de todas as prováveis zonas de operação militar e da necessidade de um exército organizado para uma possível guerra (REVISTA AMERICANA, jun. 1910, p. 432).

A presença do artigo não impressiona, visto que a organização militar do Brasil fez parte do projeto de agregar valor simbólico à nação de Rio Branco, que estimulou projetos de rearmamento naval e construção militar, pois o caráter pacífico da nacionalidade não deveria ser sinônimo de fraqueza militar (CASTRO, 2012, p. 38).



Além disso, destacamos um trecho escrito pelo general Caetano de Faria, em que expressou o seguinte:

Todas as artes puras e nobres da paz são fundadas sobre a guerra: nós falamos muito de paz e de ciência; de paz e civilização, mas não são essas as palavras que eu encontrei agrupadas na História. E, ao contrário, eram: paz e sensualidade; paz e egoísmo; e paz e morte. Mas vos direi que é durante os períodos de paz que os nossos inimigos procuram pouco a pouco insinuar seus argumentos explorando o egoísmo e a covardia. (REVISTA AMERICANA, mar. 1912, p. 299)

A partir de 1915, apesar de muitas referências aos países que estavam envolvidos no confronto mundial, os editores parecem ter atribuído um tratamento estritamente anedótico ou de reflexão da guerra, frente a outras questões internacionais, que não parecia despertar mais do que um interesse momentâneo. Por isso, encontramos anedotas que fazem referência aos países envolvidos na guerra, como as que seguem:

Ecos de umas manobras.

- Coronel, não temos mais cartuchos.

- Então é melhor cessar o fogo. Que diz, major? (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 8)

Um dia o príncipe de Bismarck passeando com o Czar da Rússia pelos jardins do palácio de S. Petersburgo, chegou certo ponto, um tanto retirado, em que estava postado uma sentinela.

A presença do soldado naquele lugar intrigou sobretudo a Bismarck que indagou do Czar o motivo pelo qual estava ele ali destacado.

O Czar, surpreendido por sua vez, respondeu que desconhecia a razão; os seus ajudantes de ordens, inqueridos, também a ignoravam. Interrogado o oficial de dia, respondeu que havia ordem para se postar sempre uma sentinela naquele local, mas não sabia o motivo disso.

Todos ficaram então curiosos de conhecer a origem daquela estranha ordem. Os arquivos militares foram revolidos, indagados os oficiais mais antigos, mas tudo em vão. Por fim, depois de longas pesquisas, apresentou-se um velho soldado que disse conhecer a historia da referida ordem por te-la ouvido, quando menino, de seu pai:

- Cem anos antes a Imperatriz Catharina II, passeando por aquele sitio, encontrara uma singela campanula branca, oculta entre a relva, e encantada com a delicadeza da mimosa flor, deu ordem para que no lugar fosse colocada uma sentinela a fim de impedir que um transeunte menos respeitoso arrancasse a planta.

E assim o capricho de uma imperatriz foi obedecido como lei durante dezenas de anos. (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 16)

Também encontramos grande quantidade de fotografias de momentos referentes ao evento (Figuras 15, 16, 17, 18 e 19).

Figura 16. Fotografia de soldados alemães. Fonte: REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 20.



Figura 17: A torpedeira italiana protegendo um desembarque. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 162.

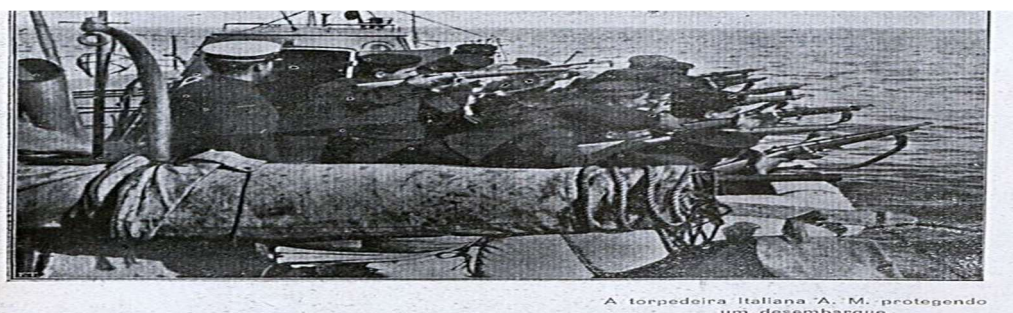


Figura 18. Imagem relacionada à guerra. Fonte: REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 111.



O Csar de todas as Russias e o Presidente da Republica Francesa  
a bordo do hiate imperial « STANDARD »

Figura 19: Na Turquia Asiática, uma multidão muçulmana esperando a vinda do “Chaick” para implorar o sucesso das armas turcas. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 160.



Figura 20. Soldados alemães na Polônia. Fonte: Revista Americana. 1 jun. 1915, p. 20.



Os capotes usados pelos alemães na Polônia para, confundidos com a neve, tornarem-se invisíveis ao inimigo

Figura 21: Página com fotografia e anedotas. Fonte: REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 163.

N'uma sala, está uma senhora nova e formosa, cujo marido morreu ha menos de dois mezes. Contrasta com o luto a sua notavel vivacidade. Quando se retira, uma amiga diz para outra :

- Reparaste como a viuvinha está satisfeita?  
— E' natural. Está no luto de mel.

Na Avenida.  
Uma senhora irritada para um manco que vem atraz d'ella:  
— Que direito tem o senhor para me seguir?  
— E a senhora que direito tem para me preceder?

— O que queres, Joãozinho, que te dê no dia dos teus annos, um relógio ou uma bicycleta?  
— Uma bicycleta porque tem as rodas maiores.

*Confessor.*  
— Quantos são os inimigos da alma?  
*Penitente.*  
— Tres, meu padre: minha mulher, minha sogra e mais a minha comadre.

Depois d'um banquete a dona da casa pergunta a um convidado se jantára a seu contento.  
— Sim, minha senhora, agora com o que não concordo é que a torta de creme... estivesse tão direita...

- Que tal esteve hontem o baile?  
— Não havia senão gente feia.  
— Por isso é que o annunciaram : baile monstro.

Entre noivos.  
— Estás hoje tão indiferente...  
— Qual !  
— Dize-me, ao menos, uma palavra doce.  
— Assucar...

Um solteirão de 45 annos busca casar e com esse fim dirige-se a uma agencia.

- Tenho uma senhora de 30 annos, e com tantos contos quanto as primaveras.  
— Acho-a nova para a minha idade... Não terá uma com 80 annos e 80 contos ?



Outra photographia antiga que volta á actualidade : Uma entrevista do Imperador Guilherme II e do General Pau, veterano da guerra de 70, onde perdeu o braço direito, e hoje um dos commandantes mais em destaque do Exercito Francez. Ao fundo vê-se o Marechal Condé de Moltke antigo chefe do Estado Maior Allemão.

— Porque sahiu da casa onde estava empregada?  
— Porque o patrão me deu um beijo.  
— E você zangou-se ?  
— Não, senhor, foi a patroa que se zangou e me poz na rua.

N'uma loja de modas entra uma rapariga e pede lenços com a letra E.  
O caixeiro muito amavel:  
— Já sei que é para uma linda Eugeniinha.  
— Está enganado, é para mim que me chamo Olina.

— Se um barril vasio pesa cinco kilos de que deveremos enche-lo, para ficar pesando menos?  
— Não posso adivinhar.  
— Enche-lo de buracos.

— Tua mulher é supersticiosa ?  
— Desconfio que sim. Como o meu collete tem tres botões, não ha meio d'obriga-la a pregar o que lhe falta.

- Imaginem vocês que a semana passada, sem mais nem menos, recebi uma bofetada...  
— E qual foi o resultado ?  
— Ficar com a cara inchada durante oito dias...

— E' cegô ?  
— Sim, senhor.  
— De nascimento ?  
— Não, senhor, do Maranhão.

Também encontramos a seguinte anedota:

Um russo conta a sua campanha contra os japoneses.  
 - Eu era uma sentinela perdida. De repente vejo três inimigos armados até os dentes, que se aproximavam.. Calei baioneta e enfiei...  
 - Os três inimigos?  
 - Não, pelo caminho da esquerda. (REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 160)

Pudemos perceber que era uma constante as fotografias referentes ao conflito mundial aparecerem entre anedotas, conforme exemplo da figura 20. A descrição abaixo da foto diz:

Outra fotografia que volta à atualidade: uma entrevista do Imperador Guilherme II e do General Pau, veterano da guerra de 70, onde perdeu o braço direito, é hoje um dos comandantes mais em destaque do Exército Francês. Ao fundo vê-se o Marechal Conde de Moltke, antigo chefe do Estado Maior Alemão. (REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 163)

Um outro exemplo de como a guerra era mencionada seriam trechos como aquele que descrevia as características de um morteiro alemão: *“composição de 172 partes, necessitando de 12 vagões para o seu transporte. Exige uma base de cimento de 3 m de profundidade. Bombardeou Liège a 22.800 m de distância. O seu primeiro disparo matou 1700 homens e o segundo 2300 soldados [...]”* (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 3). Também havia fotografias que detalhavam os estragos produzidos na igreja de Notre-Dame.

Sobre as manobras da guerra, encontramos alguns trechos em que se descreve o confronto de forma poética, como o texto que narra o bombardeio de um avião austríaco para destruir um submarino italiano:

O hidroplano vigiava sem cessar o extenal movediço. Durava já uma hora esse vôo, quando, súbito, a uns seis metros de profundidade, o piloto descobriu o vulto alongado de um submarino inimigo. O olhar, fito no vulto do submarino, fulgurava. Mas lá embaixo, no seio das águas, o espadarte avançava tranquilo; certo de sua invisibilidade, rumo do porto em que deveria torpedear um cruzador, fazer voar pelos ares um destroyer ou arrombar um dreadnought. A terra estava mais próxima, já não aparecia alagada, confundindo a sua orla com o mar. Mas a impaciência fez com que o inimigo, antes de dar começo à aventureosa arrancada, viesse à flor das águas...  
 Numa oblíqua arrojada, o hidroaeroplano caiu a fundo.  
 O submarino não chegou a erguer à tona das vagas toda a parte superior do seu bojo. Duas bombas, lançadas com mão certa, explodiram-lhe em cima, junto à torreta. O pequeno canhão que se achava armado o aparelho aéreo, quando este se voltou sobre a presa, deu o golpe de misericórdia. O orquestral das ondas rolando umas sobre as outras abafou os estampidos. O “Medusa”, ferido em cheio, mergulhou, pesadamente, descendo ao fundo do Adriático, para sempre, como um cofre de ferro, dentro do qual batiam

sobressaltados corações dos heroicos marinheiros italianos, que acharam, no roteiro da glória, a morte dos que ressurgirão mais tarde, modelados em bronze [...]. (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 7-8)

O que se destaca, no entanto, são textos que trazem uma reflexão sobre a falta de importância que se atribuía à vida humana naquele momento ou do quanto a guerra não fazia sentido, se analisada sob a perspectiva da moral americana, que pensava a América como o local em que as ações eram controladas e os dirigentes não se deixavam levar pelos sentimentos. O texto *O heroísmo do Doutor Hallidonhill* parece ser uma referência à batalha de Halidon Hill entre Inglaterra e Escócia, no ano de 1333. De acordo com Wagner (2006, p. 144), o conflito foi parte da Guerra dos 100 anos e foi a maior luta do protetorado escocês a favor da independência em relação à Inglaterra, que naquele momento era comandada pelo rei Edward.

Conta uma edição de 1825<sup>41</sup>, sobre a história das batalhas escocesas, que o rei Edward colocou suas forças em um vantajoso ponto sobre Halidon Hill, local alto, próximo a um precipício. Os escoceses estavam motivados o suficiente pela raiva que sentiam pelo ato de crueldade do rei de ter assassinado um dos filhos de um nobre escocês, e, tendo descido de seus cavalos para lutar a pé, logo foram expostos aos arqueiros ingleses. Estavam quase sem fôlego quando puderam alcançar o inimigo, que os maltrataram terrivelmente com dardos e lançamento de pedras enormes, impedindo que eles se aproximassem. Após a morte do comandante e com a perda de pelo menos 10.000 homens, os sobreviventes do lado escocês deram a falta de sorte de terem tido seus cavalos roubados por servos aproveitadores, que fugiram e abandonaram seus mestres assim que se deram conta de que a batalha estava perdida.

Desventurosamente, a pé, logo foram cercados por Edward, que liderava uma cavalaria e arqueiros, não sendo possível estimar e descrever a carnificina durante essa perseguição que persistiu por 5 milhas – mas não seria menos de 5.000 homens, enquanto a perda sofrida pelo lado inglês consistiu em 1 arqueiro, 1 escudeiro e 15 soldados. Dessa forma, pareceu algo ridículo aos escoceses, que nunca foram vistos

---

<sup>41</sup> The history of the Scottish wars: from the battle of the Grampian Hills, in the year 85, to that of Culloden, in the year 1746; in which are included the conflicts of the clans, and the feuds of the great families. Edinburgh: Printed for David Webster.

como inferiores a qualquer um na Europa: até que o general caísse, eles permaneceram no campo com muita coragem. No entanto, *“tão grandes esforços, e ainda assim, tão ineficientes, pareceram um tanto inconsistentes”* (WEBSTER, 1825, p. 104-106).

Ao que parece, após a batalha, os escoceses se renderam e Edward considerou os negócios do território como puramente de interesses internos (WAGNER, 2006, p. 144).

O que nos interessa, no entanto, é a citação, que guarda grande semelhança com a conclusão do conto que narraremos a seguir, que foi publicado na *Revista*.

O pseudônimo Conde de Villiers de L'Isle Adam narra a história de um médico inglês que atendia muitos pacientes, todos os dias, das 9 às 12, receitando remédios para todos os tipos de males do pulmão, até que, no dia 20 de maio,

[...] uma espécie de esqueleto muito alto, com as pupilas dilatadas, as faces tão encovadas que tocavam uma na outra debaixo do céu da boca, o tronco nú semelhante a um esqueleto envolvido em pergaminho, flácido e agitado por uma tosse medonha [...] (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 23)

apareceu no consultório do tal médico e recebeu o veredito de que não havia solução naquele caso.

No entanto, antes que o convalescente se retirasse do consultório, ocorreu ao doutor perguntar se o mesmo era rico, e esse respondeu que era milionário. Sugeriu então que, naquele mesmo dia, pegasse uma carruagem, um expresso, um vapor e um carro para chegar a Nice. Ali deveria permanecer por seis meses, *“de agriões, de dia e de noite, sem pão, nem vinho, nem carne, nem fruta. Uma colher de água da chuva iodada de dois em dois dias. E agrião pisado, agrião moído, suco de agrião enfim, agrião, agrião, agrião.”* (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 23). O médico pensava aquela ser uma pretensa solução curativa com a qual lhe atormentavam os ouvidos, sem acreditar na sua eficiência. Acontece que, seis meses depois, o paciente retornara de Nice, curado e com um aspecto inteiramente diferente e saudável, com o intuito de homenageá-lo com um busto de bronze e dinheiro, para a estupefação de Dr. Hallidonhill:



A um sinal do doutor, acompanhado de duas rápidas palavras, proferidas em voz baixa, o secretário, e o criado retiram-se. Logo que ficou a sós com o seu ressuscitado, Hallidonhill, pálido, glacial e compassado com o olhar nervoso contemplando o gigante, em silêncio, durante alguns momentos e depois de repente murmurou em tom singular:

- Permita-me que lhe enxote esta mosca da testa e, precipitando-se para a agradecida visita, tirou da algibeira um pequeno revólver *bull-dog* e disparou-lhe duas vezes, rapidamente, na artéria temporal esquerda. O gigante tombou, com o crânio despedaçado, salpicando o tapete da sala com os seus miolos reconhecidos. (REVISTA AMERICANA, 15 de junho de 1915, número I, p. 23)

O médico cortou as roupas para exhibir o peito do morto e fez uma incisão nessa parte com um bisturi para analisar os pulmões milagrosamente curados pelo agrião. Quando o oficial de justiça chegou no consultório para que o doutor o acompanhasse, o médico se encontrava *“sereno, sentado na sua poltrona, com uma grande lupa na mão, examinava um par de pulmões [...] colocados em cima da secretaria ensanguentada.”* (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 24). Segundo o médico, ele havia achado conveniente imolar aquele homem, porque a necropsia imediata poderia revelar o segredo para a cura do aparelho respiratório. A narrativa se finaliza contando que Hallidonhill fora solto após pagar fiança, visto que sua liberdade era mais útil a todos do que a sua detenção, e o tema seria debatido em tribunais britânicos.

Tudo faz crer que este atentado sublime não leve o seu herói a força de Newgate, pois os ingleses compreendem, como nós, que o amor exclusivo da humanidade futura, desprezando completamente o indivíduo presente, é, nos nossos dias, o único motivo que deve absolver, apesar de tudo [...]. (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 24)

Pensamos que a história faz uma alusão direta ao sacrifício que se fez em prol da guerra, algo que, na visão dos europeus, era maior, mas que, para os intelectuais que publicaram no periódico, era questionável, como uma maneira de se criticar os resultados do conflito que teria como justificativa motivos levianos. Além das ideias que acreditavam com todo o seu coração e a sua alma, havia um forte interesse de anexação territorial: no mês de maio de 1915, os seis grupos industriais e econômicos poderosos da Alemanha enviaram uma petição ao chanceler exigindo uma série de anexações territoriais e alterações assim que a guerra estivesse ganha. Gilbert (2015, p. 218) relata que tais exigências incluíam a dependência militar e econômica belga em relação à Alemanha, a retirada da França de sua linha de costa no canal da Mancha e o controle das regiões produtoras de carvão na França, além de um estabelecimento colonial adequado a satisfações dos interesses dos alemães.

Os interesses abrangiam outros territórios e outras nações, que moviam exércitos a derramarem seu sangue, mas as páginas da *Revista Americana* reforçavam a ideia de que se tratava de uma guerra inútil e de um confronto que seria breve, conforme os exemplos históricos até aquele momento.

A leitura de Gilbert (2015, p. 206-216) foi esclarecedora para relacionar a publicação do conto supracitado com alguns eventos da Primeira Guerra Mundial. O autor narra que o 25 de abril de 1915 foi um dia de ataques “*com gás e de desmoralização tanto para britânicos como para franceses na frente ocidental*”, onde ocorreram desembarques militares anglo-franceses na península de Galípoli. Não tiveram qualquer vitória como consequência. Nem rápida nem lenta, pois as oportunidades de sucesso teriam sido anuladas “*por erros e pela falta de sorte*” (GILBERT, 2015, p. 206). Na noite do dia seguinte, mais de 30 mil soldados haviam desembarcado, e o número de mortos e feridos tinha ultrapassado mais de 20 mil. As esperanças navais e militares de “*março e abril desvaneceram. Falta de sorte e erros, seguidos pelo inesperado vigor dos defensores turcos, esfrangalharam o sonho aliado de mudar completamente sua situação na guerra e obter, além de uma vitória no campo, novos territórios*” (GILBERT, 2015, p. 215).

Da mesma forma, em 1º de maio de 1915, austríacos e alemães iniciaram uma ofensiva para expulsar os russos que ocupavam os Cárpatos, e o ataque principal foi antecedido por um bombardeio de quatro horas, com 610 peças de artilharia, incluindo granadas de gás, além de 700 mil projéteis:

Milhares de soldados russos jaziam mortos no campo de batalha ao fim de nove meses de avanços vitoriosos. Um por um, os desfiladeiros dos Cárpatos foram recuperados pelos exércitos austro-alemães. Uma semana depois, 30 mil soldados russos tinham sido feitos prisioneiros. (GILBERT, 2015, p. 216)

Finalmente, em 9 de maio, as tropas francesas atacaram as posições alemãs nas colinas de Vimy como parte de uma tentativa anglo-francesa de penetrar as linhas de trincheiras. Após o lançamento de granadas e de terem percorrido mil metros, chegaram à primeira trincheira, onde usaram cortadores de arame, e avançaram até a expulsão dos alemães. Alguns homens avançaram cinco quilômetros até as aldeias de Vimy e Givenchy, onde foram atingidos por sua própria artilharia (GILBERT, 2015, p. 222-223).

Ainda que, em 1915, intelectuais como Graça Aranha, José Veríssimo, Sá Vianna, Olavo Bilac, Manuel Bonfim, Pedro Lessa e Alexandre José Barbosa Lima tenham criado a Liga Brasileira pelos Aliados, que fazia intervenções na imprensa, os números da *Revista Americana* de 1915 parecem direcionar sua atenção mais intensamente aos atos que ocorriam no próprio continente. Percebemos, inclusive, uma intensificação nas manifestações que dizem respeito a uma aproximação com os Estados Unidos, muito próxima das daquelas de Joaquim Nabuco, e também uma valorização dos encontros do ABC, conforme analisamos anteriormente.

Ao conflito europeu foi reservado um espaço secundário, pois, possivelmente, pensavam que seria breve. Tratava-se de um modelo de guerra que desconheciam, pois ainda que envolvesse um número maior de Estados do que as guerras que a precederam, *“a guerra é encarada do ângulo dos afrontamentos anteriores e apresentada como episódio suplementar do folhetim belicoso, sem nenhum vínculo com a política americana”* (COMPAGNON, 2014, p. 39). Podemos perceber esse sentimento em enunciados como o de Rui Barbosa:

Antes desta guerra, o mundo contemporâneo ainda não conhecia a guerra. Comparadas com esta, até as campanhas napoleônicas se despem dessa grandeza épica em que a imaginação no-las contemplava assombrada. Seria mister recuar até as invasões bárbaras, para ver a fúria das armas chamejar em áreas tão vastas, e o gênio da ferocidade rugir com a violência tão horrenda. Agora, porém, depois que se viu o alude ensanguentado rolar por sobre o velho continente em massas imensuráveis, sumiram-se no vórtice das batalhas, em menos de dois anos mais de 12 milhões de almas, e atirar-se-á à face dos céus a proclamação ostentosa do culto da força absoluta; depois que se experimentou assim, até onde pode chegar o inferno das paixões militares vazado e espelhado entre os homens, a família humana, entrada indizivelmente de espanto e terror, sentiu que era a sua própria existência a que estava em questão, viu que a eliminação desta maldade organizada já não podia ser unicamente um sonho do pacifismo, convenceu-se de que o mundo não suportaria outro acesso dessa loucura desapoderada e vertiginosa. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 205)

Dessa forma, nessa perspectiva de que a guerra seria breve, encontramos a seguinte menção nas páginas da *Revista*:

Poucos dias depois da publicação deste número da *Revista Americana*, a grande guerra contará um ano de duração. Muitos técnicos e economistas calculavam, antes da conflagração que as guerras modernas fossem rápidas e fulminantes. É o contrário o que está acontecendo. As batalhas generalizam-se, as linhas se distendem para garantir os flancos, e as frentes que se hostilizam não cessam de lutar. Não há propriamente a interrupção do fogo, como nas antigas guerras. Os exércitos raramente perdem o contato: articulados, funcionam, correspondendo uns aos outros; a derrota de um setor obriga às vezes a um retraimento geral, mas, por isso

mesmo, os vencidos se emancipam e a eficiência dos próprios derrotados se mantém.

A guerra trouxe desilusões de parte a parte. [...]

Um ano depois, quais são, entretanto, os objetivos, as esperanças, os ideais dos povos que lutam desesperadamente pelo domínio europeu ou pela conservação de seus patrimônios nacionais? [...]

A guerra, como se vê, se um acontecimento imprevisto não mudar de repente a situação geral, vai ser longa; todos os beligerantes preferem os maiores sacrifícios a uma paz precária e instável.

De fato, uma guerra que envolve todas as questões europeias não pode ser resolvida rapidamente, porque a declaração de vencido acarretará tão desagradáveis consequências à aliança subjugada que é melhor ir até o fim, esgotando todos os recursos, pois que todos percebem que o inimigo triunfante será formidavelmente exigente. (REVISTA AMERICANA, ago. 1915, p. 6).

A violência e perdas materiais e humanas chamavam a atenção, assim como a influência planetária do conflito que sancionava “*a dinâmica acelerada da globalização*”, de uma guerra que não se contenta com exterminar vidas, mas que “*suprime um senso moral, desmentindo a fé positivista no progresso contínuo da humanidade*”, aniquilando a razão (COMPAGNON, 2014, p. 171 e 181).

A *Revista Americana*, apesar das poucas menções, prestigiou mais as correntes que não questionavam a decisão do governo de se manter fora do conflito, e se limitava a analisar o combate em termos maniqueístas, além de lançar comitês de apoio e tomar iniciativas beneficentes em favor das vítimas (COMPAGNON, 2014, p. 35).

O humor com o qual o tema da guerra é tratado testemunha a superficialidade dessa como resultado lógico da rivalidade franco-alemã e de questões territoriais. Nessa perspectiva, a América toma o papel de espectadora do conflito, ao mesmo tempo em que a atualidade americana fica destacada como centro de interesse. O conflito foi visto como uma oportunidade para se fazer ouvir no cenário internacional, e, por isso, iniciou-se uma intensa atividade diplomática com o objetivo de buscar uma liderança em escala regional (COMPAGNON, 2014, p. 60). Por isso, foi dado destaque desproporcional às políticas de aproximação entre os países do ABC em relação aos outros assuntos discutidos.

Dentre os poucos que demonstravam um posicionamento mais favorável em relação a algumas das alianças, Dunshee de Abranches defendia uma aliança com a Alemanha, em virtude do ressentimento com a França no Amapá em setembro de 1914. Naquela ocasião, fora forçado a se demitir da comissão diplomática que

presidia, sob pressão dos deputados Pandiá Calógeras e de José Thomaz Nabuco de Gouvêa (COMPAGNON, 2014, p. 48). E, de fato, o intelectual não publicou desde então na *Revista Americana*. De forma semelhante, Graça Aranha teve sua aposentadoria agilizada ao expressar sua preferência pela entente.

Havia motivações econômicas para tal neutralidade: as exportações dependiam do mercado interno norte-americano e europeu tendo na parca “*concentração de parceiros comerciais uma opção de peso resoluto pela neutralidade: uma declaração de guerra levaria à perda de parceiros, fragilizaria o crescimento econômico e comprometeria os processos de modernização.*” (COMPAGNON, 2014, p. 53). O apoio aos aliados surgiu da necessidade de manter boas relações econômicas com a Inglaterra e da forte presença cultural francesa, local pensado até aquele momento como o lugar em que se tramava o futuro da humanidade (COMPAGNON, 2014, p. 76).

Aos poucos, no entanto, a neutralidade se transformou em preocupação com a nacionalidade no Brasil e na Argentina e a missão dos intelectuais residiu na redefinição do que é nação (COMPAGNON, 2014, p. 258), além de um vasto movimento a favor do serviço militar obrigatório e o incentivo a uma educação cívica, no sentido de desfragilizar a nação para que a mesma se tornasse capaz de sobreviver. De fato, podemos perceber tal tendência nas páginas da *Revista Americana*, ainda que antes da ocorrência da guerra, tais movimentos aparecessem no periódico como condição para a real afirmação do Brasil no cenário latino-americano e internacional. Tratava-se de um movimento do próprio Barão do Rio Branco, conforme mencionado anteriormente.

Dessa forma, ao fazer a crítica do livro do escritor Reis Carvalho, em que o autor propôs medidas de retaliação à Alemanha em virtude das ações que havia tomado, incentivando o que ele chama de bloqueio moral, Pedro Couto afirmou:

O bloqueio moral que a gente civilizada faria a um povo que retrocedeu a um período de barbaria [...] não mudaria absolutamente a questão – à Alemanha não importaria de modo algum que os povos neutros rompessem com elas relações, gesto que ela desdenharia, continuando a mover as suas grandes massas de bárbaros, atirando-os contra os aliados [...]. A nossa situação econômica ou financeira não aconselha em absoluto a intromissão em contendas alheias e cujo resultado talvez nos fosse prejudicial. Não devemos nos imiscuir como nação nestas contendas, por maiores simpatias que o

nosso povo tenha, e de fato tem, pelos aliados. Devemos conservar na atitude calma de quem assiste a uma guerra iníqua, de quem condena as guerras em absoluto, de quem não dispõe de elementos para fazê-la cessar, de quem sente imenso a catástrofe que desabou na Europa; mas não devemos senão cuidar de nos prevenirmos contra possíveis consequências desagradáveis para a nossa pátria. [...]

É necessário não nos perdermos em devaneios filosóficos, tomando o mundo não como o imaginamos, mas como de fato ele se nos apresenta. [...] Esse período de amor e de concórdia que todos desejamos ainda se acha muito longe. [...] é preciso tomar o homem como infelizmente ele é. (REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 47-48)

Tal posicionamento a respeito de um livro que acabara de ser publicado demonstra, de forma contundente, a postura de neutralidade que se esperava do Brasil e de seus intelectuais, ainda que houvesse preferências declaradas por parte de alguns.

Outros intelectuais também demonstraram posicionamentos em seus artigos, mas essa não foi uma constante. Dentre eles está Jackson de Figueiredo que escreveu:

[...] a Alemanha que se deixou acorrentar, que se deixou arrastar ao abismo sem fundo desta grande guerra, tem mostrado o quanto influíram no ânimo das suas últimas gerações, o absolutismo da força, a histeria patológica da crueldade, o ideal perigoso do domínio sem justificativa. (REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 125)

Além dele, há Escragnolle Dória que afirmou o seguinte:

[...] senescal e marechal dizem a Alemanha, transpirando guerra, enfebrejada de força, criando-a no campo de batalha, como [...] o nosso índio, de flechas silvantes, supersticioso, cruel e manso, bonito e feio, ágil e preguiçoso como as águas que ele ama." (REVISTA AMERICANA, 15 de junho de 1915, p. 36)

Um outro aspecto interessante a destacar é que entre 1913 a 1917, Lauro Müller, de descendência alemã, ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores, sucedendo o Barão do Rio Branco, na presidência de Hermes da Fonseca e depois de Venceslau Brás. Durante sua atuação, defendeu a integração das nações sul-americanas e, mais tarde, a neutralidade brasileira durante a Primeira Guerra Mundial. Nessa época fora pressionado pela imprensa alertando contra o "perigo alemão" e os discursos inflamados de Rui Barbosa. Por isso, não nos estranha que as maiores críticas tenham consistido em reflexão sobre tais temas:

A luta tremenda que há mais de dois anos irrompeu na Europa transformando-a em um vasto e sombrio campo de batalha, mudou-lhe as condições de tal forma que ela se tornou um terreno inapto para a propositura e discussão de problemas de Direito Internacional. A violência dos acontecimentos, desencadeada de maneira inaudita, como nunca seria dado

ao mais pessimista prever e calcular, havia posto na mais triste contingência os princípios e as regras pregados, discutidos e aprovados em conferências e tratados. E, cada vez mais, se manifestou a precariedade destes princípios e as regras pregados, discutidos e aprovados em conferências e tratados. E, cada vez mais, se manifestou a precariedade destes princípios ante a doutrina da força, criando por si só o direito, sem um freio moral, sem outra sanção que não fosse a da sua própria onipotência. (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 190)

A partir de 1916, o continente europeu aos poucos foi desqualificado por ter se envolvido naquele conflito, e o contraponto era de manter continente americano neutro:

A Europa ficou, portanto, inutilizada para as provas e aplicações dos princípios e medidas do Direito das Gentes. O campo principal dessas aplicações e provas passou a ser a América, que, com o exemplo horrível dado pelo espetáculo da Europa em guerra, se tornou mais inclinada às solicitações do direito na solução de suas questões internacionais. (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 191)

Os exemplos vinham do próprio continente, que conseguia resolver seus conflitos pacificamente, como:

O incidente entre México e Estados Unidos, em que tropas irregulares de Pancho y Villa invadiram a cidade de Columbus e fez com que o governo norte-americano mobilizasse tropas para ocuparem parte do território mexicano afim de evitar que bandos de revolucionários se armassem para fazer incursões no território americano. Questão começou a ser resolvida na Conferência realizada em New London. (REVISTA AMERICANA, janeiro de 1917, p. 191-192)

Esses exemplos também apareciam através da reinterpretação da atuação dos norte-americanos:

O caso da intervenção americana em Costa Rica parece não ter a importância que alguns órgãos, enxergando propósitos imperialistas, quiseram emprestar à ação dos Estados Unidos. Parece que naquela pequena República a situação era irregularíssima e de parte a parte, entre os partidos que se digladiavam, não havia força para manter uma organização regular do Estado. Assim, sem querermos dar uma opinião facultativa sobre o ato do governo americano, nomeando um interventor militar para a República da Costa Rica, preferimos considera-lo, não como um ato de anexação violenta, mas como um regime transitório, à maneira do que já tem praticado o governo americano em relação a outras pequenas repúblicas da América Central. (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 192-193)

A maioria dos fatos recontados refletia a concórdia e a solidariedade no continente, como, por exemplo, a menção à assinatura do tratado de comércio entre Argentina e Paraguai em 8 de julho de 1916:

a simples leitura de seus artigos e com particularidade do artigo I mostra, de golpe, toda a importância política e econômica decorrente desse ato internacional que transforma a República Argentina e o Paraguai num só Estado sem fronteiras comerciais. (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 203)

Esse tratado foi referido na *Revista Americana* como um que deveria interessar não apenas às partes que o assinaram, mas a toda América. O artigo também foi publicado nas páginas do Jornal do Comércio.

Em 1917, o conflito deixara de ser exclusivamente europeu em virtude de dois fatores: a guerra submarina alemã em fevereiro desse mesmo ano e a entrada dos EUA no conflito. Percebemos, então, nas páginas de revista o recurso à história de guerras passadas para mostrar o caráter único daquela que era qualificada como devoradora de homens. Destacavam-se o poder e a flexibilidade das economias industrializadas que têm como espectro a destruição maciça conservada pelo caráter tecnológico da guerra.

O horror banalizado, provocado pela desnaturalização da guerra e pelo sepultamento das ideias tradicionais, aos poucos substituiu a glória militar e o heroísmo. Um dos elementos de fascinação mais nítidos reside na dimensão tecnológica do conflito, que assusta pelos enormes prejuízos materiais e humanos que podia causar. A guerra foi comparada a um laboratório da modernidade, sendo descrita como imoral por ter traído as promessas da paz de Haia, quebrando a perspectiva da fé sem limites no progresso da humanidade. As armas de guerra conquistaram os espíritos ávidos de modernidade, ao mesmo tempo que chocaram pela injustiça com que são capazes de golpear, evidenciando a desumanidade do conflito.

Sendo assim, percebemos uma inflação terminológica que passou a ser usada para qualificar a guerra – as palavras não eram mais suficientes para descrevê-la à medida que os países participantes se multiplicavam e o número de vítimas crescia.

Compagnon (2014, p. 14) destaca que uma vez dissipada a ilusão de uma guerra curta, as escolhas diplomáticas dos governos tomaram partido em favor de um ou de outro. Os próprios Estados Unidos haviam aberto mão dos preceitos de não ingerência da Doutrina Monroe ao participar da Primeira Guerra Mundial. Nas páginas do periódico, a incapacidade da Alemanha de respeitar as regras do direito internacional colocou o próprio país à margem das nações civilizadas, pois um comportamento



oposto era visto como uma ação comum dos Estados neutros: Estados Unidos, Argentina, Chile e Brasil.

Dessa forma, já em 1917, encontramos textos que escancararam esse posicionamento preferencial pela aliança entre França, Inglaterra e Rússia. Sobre a veneração que era direcionada à França, encontramos o seguinte excerto:

Esta excelência da língua francesa, que lhe deu foros de universal, despertou em França, principalmente a nosso tempo, uma imensa produção literária, sorte de indústria intelectual que viria prover a uma clientela numerosa no mundo. Produção literária muitas vezes feita para nós, para a exportação. As qualidades de graça e imaginação assim conduzidas ao livro, que a língua facilitava, deram milhares e milhares de volumes, de todos os feitios, de todos os preços, que abarrotam o comércio da livraria. [...] Toda gente na França é capaz de fazer versos, escrever nos jornais, urdir um drama ou compor um romance. (REVISTA AMERICANA, abr. 1917, p. 20-21)

Esse texto foi escrito por Afrânio Peixoto, que fez uma comparação entre as contribuições da França para o mundo no campo das artes e das ciências, na mesma proporção em que os gregos contribuíram para o mundo, pois:

A isto se opunha um entranhado amor da liberdade individual, civil e política, que os fez sempre preferir o aniquilamento ou a morte a uma restrição de independência. Foi por isso que criaram a democracia, a justiça, o sufrágio e a representação popular, a espontaneidade de ação humana no esforço e no pensamento, as melhores e mais dignas e mais altas razões de viver. (REVISTA AMERICANA, abr. 1917, p. 25)

De maneira semelhante, a Inglaterra era comparada ao Império Romano:

É a mesma integridade de caráter, firme, dominador, porém justo e oportuno. Os romanos, da sua cidade irradiaram-se pela Europa, Ásia e África na mais vasta expansão colonial e civil que conheceu a idade antiga; a Inglaterra, da sua ilha ganhou estes e mais a América e a Oceania, os mundos que faltavam. Uns e outros primavam pelo zelo da administração, que permite governar os grandes povos e os torna ricos e felizes; no culto do direito que, ainda até agora só existe no mundo sob dois aspectos – o direito romano e as variantes dele no direito britânico. (REVISTA AMERICANA, abril de 1917, p. 29).

Assim, a Grã-Bretanha continuará a ser a glória da moderna civilização, bem-feitora dos povos, como foi, politicamente, e por favores repetidos, do nosso. Devemos estar lembrados que a abertura dos nossos portos, começo da nossa emancipação, foi na origem uma concessão de Portugal a Inglaterra. (REVISTA AMERICANA, abr. 1917, p. 31)

A Alemanha, por sua vez, foi equiparada aos assírios, um *“ninho de abutres do qual durante cerca de 10 séculos partiram expedições mais terríveis que jamais*

*ensanguentaram o mundo*”, e, apesar de uma civilização exterior, eram bárbaros, tamanha a sua desumanidade:

A pilhagem era a sua moral, o gozo material o seu ideal, a crueldade e o terror os seus meios. Jamais o povo foi mais abjeto... jamais soberanos foram mais déspotas, mais cupidos, mais vingativos, mais inexoráveis, mais arrogantes dos seus crimes. Resume todos os vícios; afora a bravura, nenhuma virtude. [...] A guerra, que é a indústria nacional de certos povos, já o era da Assíria. Todos os anos, na boa estação, eles se abalavam, perfeitamente apercebidos. [...] Para a guerra não precisavam motivos, ou inventavam pretextos fáceis. [...] O fato é que eles tinham apetite, embora não possuíssem jornalistas, como esse Maximiliano Harden, para declarar sem rebuços que a guerra era para eles um negócio, assim como uma empresa comercial. [...] Mais de um milênio decorrido, quando após uma premeditação de meio século, que lançou a Europa na maior carnificina da História, os descendentes deles desafiam e atacam o mundo inteiro, dizem-se provocados e agredidos [...]. (REVISTA AMERICANA, abr. 1917, p. 31-35)

Conforme apresentado anteriormente, ser neutro e controlar as paixões foi a moral americana posta a circular na *Revista*. Por isso, justificava uma mudança de orientação ainda que momentaneamente as elites latino-americanas tenham voltado seus olhos para Alemanha como encarnação de uma modernidade cujos cânones deveriam ser difundidos como a melhor garantia de um progresso pensado. Nesse sentido, para autores como Ataulpho Paiva, problemas como a instabilidade econômica mundial, o socialismo e as grandes rivalidades e concorrências estimulavam o uso da violência, “*o espírito do principado, desejo de poder [...], vontade de mando [...], imperialismo, isto é, o reinado da força brutal [...]*”, mas seria a ideia e o sentimento da fraternidade que poderiam abrir brechas para as nações formarem uma sólida união. No entanto, seria apenas através da criação de uma justiça internacional que os estados pacíficos seriam capazes de restringir a “*esfera de guerra*” (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 15-17). Afirmou isso, pois

O verdadeiro pacifismo é racional, científico, que trata de acelerar e melhorar a ação de um modo inteligente. A esta classe pertencem as alianças defensivas, a extinção dos armamentos, garantia à execução das sentenças nos tribunais internacionais, a constante análise dos erros, das faltas, da má orientação da gloriosa corrente pacifista, o combate à inação, o estímulo constante à atividade sem desfalecimentos. (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 18-19)

Apesar dessa retórica de paz e de uma tentativa de humanizar momentos de guerra, da defesa da Doutrina Monroe, um outro aspecto discutido foi a importância de uma educação cívica com o objetivo de assegurar a paz, pois não se poderia ser pacífico

sem se ser forte. Era necessário o aparelhamento para a pronta defesa das costas e dos rios internacionais:

Nunca se sabe, portanto, dentro de uma dilatada previsão, em que rumo vai a guerra se desencadear. Nós chegamos mesmo ao ponto de poder ouvir a paradoxal afirmativa de que se declarava a guerra para garantir a paz. Por essa mentalidade, mentalidade humana de todo o sempre, há necessidade de uma preparação permanente para a guerra, e como essa preparação é obra lenta de um longo tempo, não poderemos jamais deixar essa questão capital relegada para as ocasiões de ameaças escuras. [...]

Nada pode haver de mais humilhante para o orgulho das nações da América do Sul que viver da proteção armada dos Estados Unidos em nome de uma doutrina política – a Doutrina Monroe – à qual, dignamente, só poderemos bater palmas quando formos capazes de secunda-la tanto moral quanto materialmente. Um povo de 25.000.000 de almas não tem direito de confiar nas armas de outra nação para a defesa da sua integridade da sua honra, nem tão pouco tornar-se seu passivo, tutelado.

É por isso que Rio Branco – sacerdote da paz – é o mesmo Rio Branco – partidário da nação armada. (REVISTA AMERICANA, 30 jun. 1915, p. 149)

Entendemos que durante sua gestão, o Barão do Rio Branco não deixava transparecer que o Brasil tinha pretensões de liderança. No entanto, a retórica elevada e favorável às boas relações com todas as nações do hemisfério foi substituída, de forma nada tímida, por aspectos de diferenciação em relação aos vizinhos e semelhanças com os norte-americanos.

Sobre a questão da imigração europeia, Oliveira Lima afirmou:

É verdade que um dos nossos intelectuais mais requintados e mais cosmopolitas, Joaquim Nabuco, disse que os americanos, isto é, todos os nascidos na América, tem a alma europeia. A asserção está se tornando mais exata do que ele próprio queria significar e podia prever, porque o seu espírito gentil não se referia senão às coisas da inteligência e não às da bestialidade. Enquanto “alma europeia” significava alma de luz, de altruísmo, de simpatia humana, como ela própria aspirava a definir-se, bom era que a tivéssemos, animando a nossa gente para formar a qual concorreram tantos elementos, que a expressão de minha pátria passou a ter um valor todo relativo. Hoje porém que a alma europeia quer dizer alma de trevas, do egoísmo mais feroz, voltada a destruição desapiedada, melhor é que se forme uma alma americana composta de isenção e de bondade, que seja compassiva para com todas as dores, equânime para com todos os erros, generosa para com todas as faltas. Nela residirá o espírito cristão, que é o espírito estóico sobre que gotejou o orvalho divino da misericórdia. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 153)

Outro aspecto abordado pelos intelectuais foi a questão da instituição de um sistema de arbitragem obrigatório, conforme defendido pelo paraguaio Dr. Cecílio Baez

Não é fácil prever as consequências políticas da presente conflagração europeia ; mas é necessário se persuadir de uma coisa : a paz jamais será

assegurada, não será constituída e nem sustentada pela força de um tribunal permanente de arbitragem obrigatória para as nações.

É a inteligência que governa o mundo moral e é o direito que regula as relações sociais dos indivíduos e povos. [...]

Em minha qualidade de Delegado do Paraguai nos congressos Pan-Americanos, eu insisti para que admitíssemos o princípio da arbitragem obrigatória, como o fez meu ilustre amigo e compatriota José J. Decoud à Washington; ainda que em teoria todos os governos reconheçam a excelência deste princípio, ninguém o adotou na prática, em virtude da máxima bem conhecida: a razão do mais forte é sempre a melhor. (REVISTA AMERICANA, nov. 1916, p. 156-157)

J. C. Gomes Ribeiro, do IHGB, escreveu sobre o estudo da formação histórica e a situação das fronteiras naquele momento, para que servisse de subsídio para a Defesa Nacional e manter boas relações com a vizinhança, a partir do conhecimento vulgarizado das linhas de limites. O princípio constitutivo dessas fronteiras foi, majoritariamente, o já mencionado *uti-possidetis*:

As questões incandescentes de limites, que, desde o século XVI, ensanguentaram, feroz e incessantemente, os rios e florestas do nosso continente, estão quase todas liquidadas, a esta hora, pela vitória incruenta e nobre do acordo das vontades; e uma era de solidariedade, entre as nações sul-americanas, surge, agora, com o ideal da criação de um Direito Internacional privativo da América, tendo, por um de seus princípios fundamentais, a fórmula decisória das questões de limites. Como pois, rezear-se a revivescência de atritos e ódios extintos, pela simples recordação discreta do passado. (REVISTA AMERICANA, mar. 1917, p. 107)

E sobre o papel da América durante o contexto da guerra, escreveu:

Na América o espírito europeu adquiriu ao par de mais flexibilidade, que o tornou mais ágil, uma dose maior de simpatia humana, que se revela entre outros traços por uma aversão mais pronunciada às soluções violentas entre nações, contrastando aliás, singularmente com uma inclinação revolucionária na esfera doméstica dos Estados, que o tempo e a educação vão felizmente adormecendo.

A conflagração atual fornece uma prova indireta dessa divergência. Os que desejariam ver o nosso país envolver-se numa luta que não lhe diz respeito, mesmo porque as ambições e as cobiças que a determinavam são estranhas à sua evolução e aos seus interesses, representam talvez inconscientemente o espírito europeu de guerra e de conquista, numa modalidade atávica: os que, protestando muito embora contra toda e qualquer solução do direito das gentes, venha ela donde vier, preferem ver nosso continente reservar seu esforço para o reestabelecimento da harmonia no mundo e para nossa maior autonomia das paixões europeias e de toda ingerência alheia na nossa economia, representam o espírito americano de paz e benevolência, própria de um hemisfério que serviu de refúgio a sectários de todas as crenças, a rebelados contra opressões políticas, a dissidentes de muitas convenções sociais, e até a malfeitores e criminosos em conflito aberto com a lei e que neste outro meio mais se conformavam com a bondade e entravam a praticá-la. (REVISTA AMERICANA, maio 1917, p. 58)

Heitor Lyra escreveu sobre a Primeira Guerra Mundial que a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente – seis nações divididas em dois campos opostos – estabeleciam o que a diplomacia chamava de equilíbrio europeu. Tratava-se de *“uma enorme balança, tendo, n’um prato a aliança e as baionetas ameaçadoras de Guilherme e no outro prato a Entente as couraças impenetráveis dos dreadnoughts de George V”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 80).

Partindo desse raciocínio, Lyra analisou o papel de cada uma das principais nações envolvidas nas alianças. Afirmou que a Inglaterra era a mais poderosa em extensão territorial, em população e em comércio, e que enquanto o império Alemão estava entregue à sua reorganização interna, com a construção de portos e caminhos de ferro, não tinha nada a temer. Entretanto, a Alemanha, *“sentindo-se forte interiormente, aliada, na Europa, à Áustria e à Itália, divisava novos e mais vastos horizontes. Não lhe satisfazia mais a estreita política continental. Ela queria tornar-se também , como a Inglaterra e a França, uma potência mundial”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 84). O primeiro passo que a Alemanha deu no caminho da política mundial foi o aumento de sua esquadra de guerra, que foi imprescindível para apoiar a marinha mercante, *“que deveria levar às quatro partes do mundo as mercadorias das fábricas alemãs, como também para garantir as costas e as colônias de um possível ataque estrangeiro”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 84).

Apontou também que o grande e único perigo da Inglaterra estava, portanto, na Alemanha, país novo na política, organizado sobre bases fortíssimas, com uma população crescente, comércio avassalador, *“tudo isso apoiado num poder militar recém-criado, mas que tinha a fortaleza, a disciplina, o vigor e a energia das legiões que outrora haviam conquistado a Velha Europa”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 85).

A posição da França era vista da seguinte forma, nas palavras de Lyra: *“de um lado a Inglaterra, sua inimiga secular, talvez mesmo a maior inimiga que ela havia tido até então; de outro lado a Rússia, outra inimiga, certo menos persistente, mas seguramente mais selvagem e mais tirânica”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 85). A França entrava na guerra por uma questão de patriotismo. Enquanto a Inglaterra *“armava-se por prevenção, só atacaria a Alemanha se seus interesses ditassem*

*semelhante proceder*”, a França estava *“obcecada na ideia da revanche, já teria investido contra a sua inimiga se ela se sentisse bastante forte para tanto”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 86).

A Alemanha, por sua vez, estava à frente da Tríplice Aliança, e era, *“em 1914, o mais formidável exemplo de expansão e progresso de uma nação”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 88). Tal expansão e progresso foram atribuídos a Bismarck e Guilherme II:

Em 1866 a Prússia, vencedora da Austria em Sadowa, anexa aos seus territórios as cidades livres [...] Essas anexações foram feitas em virtude do princípio das nacionalidades, como querem alguns historiadores alemães? Não. Foram feitas em virtude do direito de conquista, como confessou o próprio Bismarck, num rasgo de rude franqueza [...]. em 1870 explode uma guerra entre a França e Alemanha. Porque razão esta guerra? Ódio de raças? Não. Necessidade de uma revanche? Também não. [...] A razão foi esta: necessidade da formação do Império alemão, ou melhor, a unificação da Alemanha. [...] E quem provocou a guerra? Bismarck. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 89-90)

Segundo Lyra, naquele momento, a política externa alemã seguia dois princípios essenciais:

[...] primeiro – para a expansão territorial de um Estado, o direito de conquista sobrepõe-se ao princípio das nacionalidades; segundo – para a realização de um determinado problema político interno, este, sem incorrer em crime, pode provocar uma guerra externa. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 90)

O objetivo de fazer tais constatações era levar o leitor à conclusão de que a política internacional alemã era a política da força, pois essa nação ameaçava para conseguir o necessário e, se preciso fosse, faria a guerra. Além disso, a Alemanha temia o perigo russo em virtude do pan-eslavismo e a reorganização militar de seu território, mas não temia a França, *“que estava em plena decadência. Era uma democracia em dissolução e que vivia das glórias do passado”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 93).

A Áustria-Hungria, por sua vez, estava entre a Alemanha, seu senhor, e a Itália, sua inimiga.

Podia-se dizer que a Austria-Hungria era um queijo em redor do qual estavam a Itália, a Rússia, a Sérvia e a România, cada uma delas com uma faca, a espera do primeiro momento para tirar para si a parte que melhor lhe interessasse. Havia ainda a Alemanha e a Suíça. Esta era sinceramente pacífica. Mas a Alemanha tinha também a sua faca, não para entrar na

partilha do queijo, mas para arrebatá-lo, todo ele, para si... (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 96)

Lyra concluiu, portanto, que a atmosfera de guerra não era simplesmente proveniente da questão dos armamentos, mas tinha como *“única causa a Alemanha. Sim, ela viria, cedo ou tarde, a guerra tremenda, mas por causa da Alemanha”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 100). O que não significava que esse país apenas procurasse a guerra na Europa, pois ele queria, de fato, *“essa guerra de morte, de extermínio, e da qual reluziria ou a sua ruína, ou o seu domínio absoluto nos destinos da Europa e, quiçá, do mundo, [...] também queriam a Inglaterra e a França”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 100). A Inglaterra, pois, queria o freio no desenvolvimento da Alemanha, no seu poder naval e na sua política mundial, *“para afastar do cenário do mundo a sua terrível rival”* (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 100):

A Inglaterra, desde que não soubera ou não pudera deter a Alemanha no começo do seu despertar, necessitava, já agora que se sentia forte com as alianças, afastar pelas armas a sua poderosa rival, uma vez, que pelos meios pacíficos, lhe era isso impossível. [...] Para a Inglaterra era uma questão de interesses econômicos, para a França era uma questão de patriotismo. [...] Para que haja a guerra são necessárias apenas duas coisas: homens e dinheiro. Tudo o mais é dispensável, mesmo a causa justificadora da guerra. [...] Por seu lado, a Alemanha também queria a guerra afim de poder fixar definitivamente o seu poder e a sua posição de potência mundial. A Alemanha acima de tudo. Isto quer dizer: a Alemanha governando o mundo. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 101-103)

Apesar dos textos demonstrarem de forma mais contundente uma responsabilização da Alemanha pela guerra, nenhum dos países europeus parecia estar isento da culpa pela conflagração. Em 1917, abandonou-se a neutralidade e começou-se a perceber um posicionamento a favor da Tríplice Entente.

Percebemos que de uma suposta neutralidade, que visualizava e representava a guerra com termos cômicos, os articulistas passaram a buscar explicações para a ocorrência da guerra, a partir da análise da atuação de cada um dos países envolvidos. Ao fazer isso, destacavam que enquanto a Europa estava envolvida na esfera bélica, a *Revista Americana* publicava as ações que representavam a concórdia que, supostamente, reinava no continente americano, conforme o exemplo a seguir:

O Uruguai, nação modelar, dispendo de organização política e social admiráveis, como tão eruditamente acaba de demonstrar o professor Sá Vianna, tem com o Brasil tantas afinidades de sentimentos e ideais, de tal modo que se entrelaçam e prendem nossas tradições e as nossas histórias, que não é exagero o dizer-se, muitas vezes, os dois países se confundem na

força e na irradiação da mesma grandeza. E essa comunhão espiritual que se fortalece e intensifica à medida que os anos decorrem, constitui, dados os intuitos pacifistas dos dois países, a garantia mais eficaz, a segurança inquebrantável da concórdia sul-americana. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 146)

Oliveira Lima também destacou que um dos fatores que explicavam o confronto era a corrida por armamentos que o precedeu. A Europa, por sua vez, apesar dos congressos realizados em Haia, mantinha a paz por uma formidável ostentação armada, uma concorrência macabra nos meios de extermínio e morte:

O resultado dessa política não se fez esperar. Foi-se carregando a atmosfera internacional de dúvidas e suspeitas e eis, senão, quando, como consequência lógica e fatal, irrompe a guerra com proporções medonhas. Uma guerra que, consoante um pensador da nossa terra, é um parêntese diabólico na vida dos povos [...] extinguindo toda a flor de uma raça e toda a força de muitas pátrias. A Europa, depois desta experiência dolorosa, há de abandonar esta odiosa política de hipertonia de armamentos, que implanta o terror e o sobressalto no espírito calmo e ponderado de um povo, que transforma o organismo complexo de um Estado numa oficina de morte, que semeia e enxerta a guerra preparando a destruição e a miséria. A Europa, depois desta guerra destruidora, [...] cansada, no colapso de suas melhores energias, há de lançar o olhar entristecido em derredor das ruínas [...] materiais e morais. Mas à América, que é uma ideia nova em face do universo velho, cabe intervir a tempo para erguê-la do seu desânimo e firmar como norma de conduta internacional a verdadeira, a salutar doutrina, doutrina da paz pela consciência no Direito, a doutrina da liberdade enastrada e amparada na força da justiça. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 147-150)

Como os Estados Unidos passaram a fazer parte da Primeira Guerra Mundial, aos poucos surgiram falas como as de Oliveira Lima a respeito da participação desse país:

O ideal do inglês cifra-se no caráter; o do alemão na execução. [...] Não entro na apreciação desses conceitos que se prestam a um debate interminável: quis apenas por em destaque o desassombro mental de quem os proferiu num momento em que se pretende fazer do povo germânico o inimigo irreconciliável de todo o gênero humano. [...] O lema do momento é: quem não é por nós, está contra nós. [...] Não nos sacrifiquemos, nem mesmo nesta hora pavorosa, nos altares da intolerância. Os Estados Unidos estão em guerra com a Alemanha; durante dois anos se previu e se discutiu esta participação americana na conflagração universal por motivo da ação dos submarinos. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 150-151)

A demora no desfecho da guerra fez com que surgissem as mais diversas constatações a respeito do sofrimento causado aos civis dos países envolvidos. Por isso, sobre as perdas humanas e o papel da Europa, destacou-se que aquele momento começava a ganhar outros contornos:

Hoje perseguem-se criaturas humanas, são elas condenadas à tortura lenta da morte pela falta de agasalho, pela alimentação insuficiente, pelo desespero, apenas porque nasceram do outro lado da fronteira histórica



traçada muitas vezes em resultado de usurpações territoriais, sem o menor respeito à famosa teoria das nacionalidades, e que, portanto, só consagra ódios. Estes rancores e estes ódios são os que as potências europeias querem agora transplantar, como se não lhes bastassem os seus continentes pejados de misérias, para este mundo novo, cujas nações se constituíram e organizaram por efeito de um belo movimento geral de emancipação, quando lhes chegou a hora da maioridade política, e cujas fronteiras se regularam pela prioridade da ocupação pelo princípio do *uti possidetis*. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 152)

E se alguns questionassem a respeito da entrada do Brasil na guerra, apesar de todo o discurso de paz, a própria *Revista* encarregava-se de justificar através do artigo de Oliveira Lima, quando esse autor afirmou:

O Brasil honrava-se da sua brandura, orgulhava-se da sua aversão a soluções violentas. Para que tão brusca mudança como aquela para que alguns o querem impelir? Na nossa constituição acha-se mesmo estampada em mais de um artigo essa preferência pelas soluções pacíficas. Excetuam-se, é evidente, os casos de agressão contra a nossa soberania, de violação do nosso território, de ameaça à nossa independência ou à integridade nacional. Não se trata, felizmente, de nada disso na crise que nos confronta. Trata-se de uma questão de liberdade de comércio, de direitos neutros, a que o estado europeu de guerra veio emprestar uma nota trágica. Os que advogam nossa participação na guerra são os primeiros a dizer que afortunadamente estamos a coberto de qualquer ataque do inimigo em perspectiva, e que só podemos auferir lucros e não derivar perdas da nossa atitude belicosa. A sugestão, como a concebem, abona mais a prudência do que a coragem. A prudência está, porém, ao meu ver, em evitar uma contenda inútil não em medir-lhe os ganhos possíveis realizados à sombra de outros, sob cuja proteção nos haveríamos de colocar. [...]. Sejamos, pois, neste momento, ainda brasileiros como o temos sido em todo o decorrer da nossa história, sabendo associar a equidade com a longanimidade e a combatividade com a moderação. (REVISTA AMERICANA, jun. 1917, p. 153-154)

Aos poucos, a neutralidade é abandonada em detrimento de um posicionamento mais agressivo, especialmente em relação ao armamento do país. Como exemplo, temos a publicação da carta de Matheus de Albuquerque para Araújo Jorge, o editor da *Revista Americana*, em que lemos sobre a participação do Brasil na Grande Guerra e a necessidade de armamentos, pois a ideia de defesa militar invadia o “espírito dos moços brasileiros”. No entanto, esse não deveria ser um movimento improvisado e descontinuado (REVISTA AMERICANA, jul. 1917, p. 12). Armar-se, na opinião de Lima, poderia ser um ideal de que todos poderiam se congregarem na luta da civilização contra a barbárie:

Cultura intelectual; cultura moral; as excelências do gosto; as delicadezas do pudor; o respeito à consciência alheia; a confiança no esforço próprio; o sentimento da unidade política e da disciplina social; a fé no futuro da nacionalidade e no aperfeiçoamento da espécie humana – de tudo isso, através da nossa venturosa barafunda, parece que só nos ficara, como ideal

de civilização, o desejo dos bens materiais, a alucinação dos sentidos mais grosseiros, o delírio das formas primitivas e vãs. (REVISTA AMERICANA, jul. 1917, p. 18)

A guerra, na visão de Matheus de Albuquerque, poderia ser propulsora da fraternidade americana e era o momento de Brasil afirmar-se como “*entidade internacional de primeira grandeza*”:

Como fator externo, é indiscutível que a guerra europeia influiu poderosamente na corporificação desta ideia reparadora. Estupefatos, a princípio, ao rebotar o grande estúpido conflito, exaltamo-nos, em seguida, com um sentimentalismo bem intenso, é verdade, mas tumultuário e inócuo, o qual se traduziu na criação de várias ligas ou partidos que passaram a distribuir, rasgadamente, o apoio da sua simpatia generosa pelos dois grupos de beligerantes – sem se aperceberem, na explosão de seu entusiasmo, de que nesta guerra, se há nações cujo papel reveste a maior beleza moral e encerra a mais comovedora lição de patriotismo, o que desgraçadamente a explica, até agora, é o choque de duas poderosas correntes econômicas cujos resultados talvez não compensem tamanho sacrifício. Depois, mais avisados, vimos que uma das consequências imediatas [...] foi despertar ou fortalecer entre os povos mais fracos o sentimento nacional, que andava a dispersar-se em banquetes fraternais, em elasticidades diplomáticas, em mentiras socialistas. Sobretudo, ficamos conhecendo melhor o valor de certos tratados pacifistas, e que na hora do perigo – que permitam os deuses ou os demiurgos nunca nos soe – é de nós mesmos que temos que extrair todos os elementos de defesa. Se desta guerra vai surgir um direito novo, reconstruindo a sociedade internacional sobre bases mais estáveis, como anunciam os mais adiantados sociólogos [...], nem por isso imaginem os pacifistas que o concurso da força organizada não se torne necessário ao reconhecimento do direito. (REVISTA AMERICANA, jul. 1917, p. 20)

Tratava-se, portanto, de uma visão de que uma nação desarmada é sempre uma presa, e o Brasil deveria se distanciar da ideia de que seria uma vasta e inexplorada expressão geográfica ou simples zona de influência comercial. Para tal, seria importante o compromisso de reorganizar os exércitos e dotar a esquadra de unidades mais poderosas, ainda que fosse portador de uma autoridade moral em virtude de sua conduta, que ao longo da história deu exemplos de que prosperou:

Na paz, sem invejas ou ciúmes, temos desejado que os outros cresçam e prosperem. Na história das nossas relações internacionais, que se caracterizam pelo mais franco respeito ao direito alheio e uma tradicional firmeza à fé jurada, se não há, perenemente triunfos retumbantes, tão pouco se descobre um deslize que nos faça corar. Leais e generosos, mesmo quando sombras pressagas ameaçaram ou conspurcaram momentaneamente a nossa integridade nacional, nunca essa conduta desmereceu o conceito que nos coloca, sem favor, num plano de exceção do continente. (REVISTA AMERICANA, jul. 1917, p. 22)

No entanto, em virtude das lições do presente, a autoridade moral resultante dessa conduta, “*sinal de superioridade, ainda que nem sempre compreendida*”, era

insuficiente para assegurar ao Brasil todos os direitos de um povo livre. Por isso, havia a necessidade de uma defesa tangível, que estaria longe dos objetivos imperialistas.

A ideia da defesa nacional merecia o apoio dos brasileiros constante e eficaz, e o primeiro resultado dessa campanha foi a *“adesão espontânea da mocidade, que se alistou no serviço das armas”* (REVISTA AMERICANA, jul. 1917, p. 22). Nesse sentido, Matheus de Albuquerque afirmou:

Não se podem calcular as consequências do drama infernal que ora convulsiona o Velho Mundo e ameaça alastrar-se pelo Novo Continente, se se considera que, hoje mais do que nunca, mais do que quando os mesmos eternos princípios levaram as legiões de Roma ao extermínio de Cartago, são as leis econômicas que regem as sociedades. O que, porém, ninguém deve esquecer, pela experiência de leis históricas infalíveis, é que, nesse desgraçado transe do mundo civilizado, todos os sacrifícios nos são indispensáveis no sentido da afirmação definitiva da nossa individualidade, como povo soberano de graves responsabilidades no futuro. (REVISTA AMERICANA, jul. 1917, p. 22)

O mesmo ponto de vista foi apresentado por Raul Tavares, ao afirmar que defender a pátria e prepará-la para o conflito eram sinônimos de amor ao país, pois a guerra é

[...] instrumento eficaz e potente de civilização e progresso. [...] É produto inevitável do pensamento humano que nas suas resoluções dirige os atritos das forças opostas, e, em aproveitando sabiamente todas as paixões da natureza humana, excita, exalta as ambições de uns, os ciúmes, os rancores, a inveja e os ódios de outros, para desta luta pavorosa e enorme, fazer emergir o interesse geral da sociedade, encaminhando-o no progressivo triunfo da razão. (REVISTA AMERICANA, julho de 1917, p. 26)

Nessa perspectiva, projetos de paz eterna e universal eram vistos como uma grande quimera, pois, para isso, seria necessário que fosse *“a humanidade sem ambições, sem ódios, sem inveja [...] harmônica no modo de pensar, na forma de se conduzir, livre de toda a contradição, indiferente, sem aspirações”* (REVISTA AMERICANA, jul. 1917, p. 29). Dessa forma, *“querer a paz é prevenir a guerra”* por meio de respeitabilidade e força.

A discussão sobre a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial também surgiu nas páginas da *Revista* no número de janeiro de 1918, a partir da publicação da conferência realizada pelo Sr. Georgino Avelino, no Teatro Municipal, em 29 de novembro de 1917. O objetivo do discurso foi o de justificar a participação do Brasil em uma conflagração que parecia não ter relação alguma com o continente americano:

Como todos os atos humanos sobre os quais possam depois cegamente agir leis mais fortes que o homem, a guerra partindo de origens restritas conduz, em certos casos, a consequências ilimitadas. E foi, pelo automatismo irreversível dessas consequências, que o conflito, se espalhando além dos contrafortes europeus, que pareciam sozinhos destinados a contê-lo, veio até a América, e na América pôde envolver as duas maiores potências: os Estados Unidos e o Brasil. (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 30)

Hélio Lobo explicou o porquê da entrada do Brasil na guerra:

Quando se desencadeia sobre a terra, como há mais de três anos vai sucedendo, o ciclone de sangue sob cujas rajadas infernais vergam e ruem as obras mais caras da civilização, consciência não há que se possa calar, nem evangelho existe que não saia a campo pregando a guerra contra a guerra. Que o homem não agrida a seu igual, é do bom código. Mas que deixe de defender-se quando lhe entra portas a dentro a violência, a injúria, o sangue, não se justifica. [...] Todos vimos [...] no Brasil inteiro, o que foi a resistência a um passo grave como a ele afinal nos arrastou o delírio de uma nação criminosa. [...] Vamos a guerra porque não podemos deixar de ir a guerra e foi a guerra que veio nos buscar. Acaso devíamos formar um séquito dos Estados vassallos da Alemanha? (REVISTA AMERICANA, jun. 1918, p. 11)

A entrada do Brasil no conflito se justificava, pois aquela seria uma guerra defensiva:

Precisamente quando o Brasil, em documento oficial, de uma sobriedade expressiva e digna, se reconhece em estado de guerra, iniciada pela Alemanha, o meu espírito se volta para a paz, que, se fugiu do mundo, na hora presente, brilha radiosa no futuro, acenando-nos com os seus benefícios. Não é que desaprove o ato do governo. A força irresistível dos acontecimentos lho impôs. Nele encontrou justa expressão a consciência nacional. Não ficaria satisfeita a honra do povo, se não elevássemos a essa altura a energia do nosso protesto contra a violência que desconhece o direito alheio e escarnece da soberania das nações neutras. Mas o estado de paz é um dos ideais da civilização. As brutalidades da guerra são persistências, talvez inextirpáveis, da animalidade; e um dos mais fortes empenhos da civilização é reduzi-las ao mínimo, se as não puder eliminar. A paz é o equilíbrio das energias sociais pelo direito; a guerra é a luta dessas energias, produzindo a desordem e a injustiça. (REVISTA AMERICANA, out. 1918, p. 49).

A tomada de posição de combate por parte do Brasil é justificada em virtude dos interesses materiais que “todos os países têm”, apesar de que o Brasil tenha feito inúmeras sugestões de “atos elevados”, pois aquela tratava-se de uma guerra “*do direito, guerra da democracia, contra as tribos cuja ferocidade a civilização não amenizou, contra as castas que não reconhecem a igualdade, contra os senhores que não admitem leis*” (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 32).

Por isso, o torpedeamento alemão apenas teria tornado mais evidente as circunstâncias que justificavam a participação direta no conflito como um ato de moral acertado do Governo. As razões eram: a Alemanha procurava impedir o comércio e a

navegação de nações inimigas; destruíam a potência econômica do Brasil, entravando a sua navegação e transações de câmbio comercial. Finalmente havia o medo de que o Sul do Brasil, onde a colonização alemã plantara suas “*raízes terríveis*”, pois a descendência do imigrante alemão, guiado pela ação dos agentes de seu governo, apenas entesourassem os benefícios que o solo e as leis brasileiras asseguravam, sem que se rendessem por adaptação aos interesses da vida nacional brasileira.

Ameaçados fora de toda e qualquer convenção nacional nos princípios jurídicos que asseguravam a nossa soberania; ameaçados na liberdade do nosso comércio e na possibilidade de garantir o trabalho nacional; ameaçados a fio de espada, de uma mutilação mortal no nosso próprio corpo, vêde, portanto, que nenhuma saída honrosa havia para o Governo do Brasil, fora da digna e gravíssima responsabilidade de aceitar a guerra levando para o grupo das nações que lutam contra a Alemanha, todo o valor sincero do nosso concurso, sabendo desde já os sacrifícios que poderemos ser chamados a fazer, segundo a fase desse documento memorável de nitidez, de serenidade, de convicção [...]. (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 33)

A entrada do Brasil no confronto, segundo o autor Hélio Lobo, tinha o objetivo de assegurar o ingresso do país no seio das potências mundiais, atrair movimentos para a sua balança comercial, a partir do desenvolvimento de sua atividade econômica e industrial, e a solução de conflitos e mal entendidos sobre a emigração, para que “*mesmo de pois da guerra, um mundo aberto ao trabalho e à inteligência daqueles cujos patrimônios arrasados pela fúria do conflito não encontrem na Europa condições a uma possível constituição*” (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 34). Sendo assim, a América levaria a regeneração para o mundo pós-guerra, e o Brasil seria espaço para os europeus se regenerarem, por meio da imigração:

Nós não ignoramos, senhores, que até hoje não tem sido nem a ordem, nem a cultura, nem a operosidade, nem o amor ao progresso, que têm dado aos povos o direito ao tratamento de distinção nas sociedades internacionais. [...]. Quanto mais engenhos de destruição possuísse um país, quanto mais serviços apresentasse na conquista dos meios de matar, de aniquilar a vida de outros povos com que tivesse conflitos, mais esse país era digno de uma glorificação em plena paz, para os efeitos da sua importância e para o respeito das suas opiniões no cenáculo dos povos civilizados (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 35)

Tratava-se de uma argumentação que valorizava o respeito que se adquire a partir da expressão da força, visto que não adiantava que o Brasil triunfasse na doutrina do pacifismo sem que a sua voz fosse ouvida tanto para a defesa dos ideais humanos, como para a preservação de seus interesses particulares:

Como não só durante a guerra, mas também depois da sua suspensão, a

Europa terá que recorrer aos celeiros americanos, para se abastecer de víveres, a nossa atividade produtora deverá assumir proporções de crescente estabilidade. [...]. É mister convencer aos aliados de que eles nos devem os meios técnicos e financeiros para tornar mais rápida e mais segura essa nossa capacidade potencial de abastecimento. Há estradas a construir, servindo zonas de grande riqueza, há instalações a fazer para beneficiar produtos de exportação, há processos científicos a pôr em prática para o aproveitamento mais completo do solo e produção e, afim de que a nossa aliança lhes seja igualmente mais útil. (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 38)

Em essência, a guerra era pensada como o grande experimentador das instituições:

Reconhecendo a ameaça do perigo alemão nos flancos da nossa própria carne, acorremos às armas, reconhecendo também que deveremos acorrer à outra atividade, a outros sistemas de administração, a novas formas de seleção e de condução dos esforços, para construir esse poder monolítico de disciplina e de organização, sem o qual toda luta é desastre e todo o desastre é vergonha. (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 41)

Além disso, a guerra passou a ser visualizada como uma oportunidade para resolver alguns aspectos deficientes no Brasil, pois o exército representaria um veículo da própria formação nacional, visto que seria um aparelho de transformação pela uniformidade disciplinar:

As muitas condições desfavoráveis que a extensão e a ausência de centralidade da nossa federação têm criado, impedindo a rápida constituição de um tipo étnico ou o que se assemelha a tal, pela cultura, pela adaptação pelo sentimento. É preciso não esquecer, num país onde há o problema da própria constituição nacional, que todos os outros lhe devem vir subordinados. E se há um problema de constituição nacional, numa democracia nova, descentralizada e importadora de sangue estrangeiro, que cada vez mais dificulta essa nacionalização, só o Exército poderá ser o agente infalível de tão nobre incumbência. (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 42)

Naquele contexto conturbado, Oliveira Lima, em discurso na Associação Cristã de Moços, em março de 1917, mencionou que ao mundo faltava juízo, pois *“não se podem compreender que estejam sendo destruídas tantas vidas, que já sobem a milhões, nem mesmo pela mais santa das causas”* (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1918, p. 208); e um clube de informações mundiais com ramificações em todos os países e que fosse

[...] servido pela verdade, não pela falsidade. Porque as informações de que estamos sendo supridos, aparecem geralmente marcadas com carimbo da mentira. Os povos dotados de cultura pretendem conhecer-se, mas se assim é, não dão mostra de tal conhecimento. Cada um trata sobretudo de denegrir o adversário, de fazer crer que a bestialidade nele sobrepujou a racionalidade. Cada um quer pintar as coisas como melhor lhe convém e neste intuito não trepida em disseminar notícias inexatas. (REVISTA

AMERICANA, fev-mar. 1918, p. 208)

Um telegrama desses dias trouxe de Santiago a notícia de constar nos círculos navais que o governo chileno já traçara o programa de reforçamento da sua marinha de guerra, a executar-se logo que raia no mundo a tão ansiosamente esperada manhã de paz. [...] Há pouco, ainda era da Argentina que anunciavam o engrandecimento do seu poder naval, assim que finde a guerra. Francamente não compreendemos porque, no cabo desta horrorosa colisão mundial precipitada exatamente pela incontinência e fúria da corrida armamentista, os povos ainda pensam em lançar-se na mesma aventura, tão provadamente perigosa, da paz armada. Não nutrimos veleidades de pacifismo, nem somos ou fomos alguma vez partidários do belicismo cego, escudado aquele na quimera do desarmamento, escudado este na organização agressiva da força. Mas sempre nos pareceu que, terminada a monstruosa sangueira de agora, o mundo entraria numa fase de confiança internacional pacífica e sincera, cuidando cada povo de curar-se das lacerações que direta ou indiretamente houvesse recebido da guerra, cujos grandes males não serão evidentemente – como não estão sendo – partilha exclusiva dos beligerantes. (REVISTA AMERICANA, maio 1918, p. 122)

Apesar da necessidade de buscar um aparelhamento bélico para os países latino americanos ter sido considerada de suma importância, parte dos intelectuais estavam divididos a respeito disso, visto que a corrida bélica representava também um regresso que provocaria perturbação no aparelho econômico dos países, quando a consequência da guerra deveria ser a moderação dos armamentos. Os desvios econômicos de tal empreitada não consumariam em garantia da perfeita tranquilidade e mútua confiança:

É justo que o mundo enverede por um caminho oposto ao delírio de força que levou a Alemanha a desencadear na terra a medonha tempestade de ferro, fogo e sangue que há de, por fim, atingi-la e esmaga-la. Intuitivo é, pois, que, pelo menos, a América latina se mantenha em expectativa, a ver em que dão as modas na Europa, quando se fizer a paz, e somente recorrer ao incalculável sacrifício do acréscimo de suas armas se essa expectativa for frustrada. (REVISTA AMERICANA, maio de 1918, p. 123)

Dentro do próprio Brasil, o autor esperava que essa providência de caráter internacional deveria se conter nos limites da *“sensatez e da prudência deste princípio de exacerbação megalomaniaca, de que se tomam povos em plena juventude étnica e política e em começo apenas de evolução econômica”* (REVISTA AMERICANA, maio 1918, p. 124).

Finalmente, havia uma preocupação por parte dos intelectuais de tentar prever como o mundo se organizaria após o confronto. A síntese da reorganização política do mundo após a guerra seria composta de doze proposições: a legitimidade das indenizações causadas pelos beligerantes; a restauração da Bélgica; a neutralização

política da Alsácia e da Lorena, da Finlândia, do Egito e da China; o abandono das colônias não nacionalizadas e a autonomia das nacionalizadas; a revisão do sistema balcânico; a redução dos exércitos, como encaminhamento para o regime pacífico-industrial; e o arbitramento obrigatório para a solução dos litígios internacionais.

A América, por sua vez, deveria aproveitar a sua posição privilegiada para influir no Congresso da Paz, no sentido de *“deliberações mais justas e mais conformes ao destino superior da humanidade; no sentido de que a reconstrução do mundo social se opere por uma sábia combinação da justiça e da liberdade”* (REVISTA AMERICANA, out. 1918, p. 56).

Dentre as proposições, destacam-se como mais relevantes a redução do aparelho militar a uma função meramente defensiva dos interesses nacionais; *“porque é preciso diminuir, o mais possível, a probabilidade de guerra no futuro, e os grandes exércitos, como as grandes marinhas de combate, criam condições favoráveis à guerra, arrastam fatalmente os povos às explosões bélicas”* (REVISTA AMERICANA, out. 1918, p. 56).

O arbitramento era outra medida fundamental. Para que funcionasse de forma eficaz, deveria tornar-se obrigatório, aplicar-se a todas as questões que surgissem entre os Estados e ter a sentença arbitral assegurada. Caso algum Estado resistisse à opinião pública internacional, a Sociedade dos Estados deveria usar um meio coercitivo: a ruptura das relações diplomáticas. *“Se ainda assim, nada conseguir, decretará o isolamento comercial”* (REVISTA AMERICANA, out. 1918, p. 57).

Das questões de arbitramento, estariam excetuadas aquelas de ordem constitucional interna, pois *“a organização interna de cada povo deve ser respeitada por todos os outros, e uma das condições desse respeito é não submetê-las a autoridades estranhas”* (REVISTA AMERICANA, out. 1918, p. 49). O espírito que deveria permanecer na reconstrução do direito internacional seria aquele das Conferências de Haia.

O resultado da guerra foi descrito da seguinte maneira:

Todos os ideais, todos os sentimentos individuais, todos os individualismos doutrinários, todos os egolatrismos ameaçadores, ficaram fundidos num só



terror coletivo, lutando sem saber bem se contra ou a favor das próprias aspirações. [...] A vida é assim um mistério alucinante. Não há previsões possíveis, ela é inapreensível, desnorteadora, pronta a desmentir-se imoralmente, mesmo diante daqueles que se não podem contentar com a sua interpretação relativista e banal, e de todos os seus momentos fazem pontos de intersecção entre duas eternidades, como causa e fim, fundidas numa só – Deus ou o que for – de onde vimos e aonde vamos, síntese universal de todos os nossos ideais de justiça incorruptível e bondade sem fim. (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1919, p. 176)

Podemos concluir que na visão de alguns intelectuais, apesar do aparelhamento bélico, acreditava-se que o pacifismo seria possível a partir do desarmamento e da prática da arbitragem obrigatória, lideradas pelo continente americano. Nesse novo ordenamento, não se poderia esquecer as lições da História, nem desprezar as exigências da moral, que deveria, a partir daquele momento, “*calcar as prescrições do direito*”, diferente do comportamento de Bismarck (REVISTA AMERICANA, abr. 1913, p. 27). Sob essa perspectiva, Hidelbrando Accioly defendeu que a questão da Alsácia-Lorena deveria ser tópicamente obrigatoriamente discutido no próximo Congresso da Paz, pois

Não foi uma questão de amor-próprio ou um legítimo desejo de desforra o que fez que a França se não conformasse jamais com o tratado que lhe foi imposto em Frankfurt. É que a anexação da Alsácia e Lorena nunca deixou de se antolhar a todos os franceses como uma clamorosa injustiça, uma verdadeira iniquidade; é que aquele ato de força contrariava intimamente o sentimento nacional e o princípio da liberdade dos povos, verdadeiro dogma num país de ideias e costumes democráticos. [...] Não significa isso que a França pretendesse de uma guerra a solução da irritante questão, muito embora esta se tivesse agravado com a situação. [...] A França era profundamente pacífica, e tinha para isso motivos especiais: [...] pelas suas condições de prosperidade, só poderia desejar viver em paz e procurar afastar todas as causas de atritos com as demais potências. (REVISTA AMERICANA, jul. 1917, p. 132)

### 3.2 O controle da entrada de imigrantes em países americanos

*As ilusões de hoje serão as realidades de amanhã.*  
(REVISTA AMERICANA, maio-jun. 1912, p. 666)

Apesar de defendermos que a *Revista Americana* era representada por seus autores como um veículo de sonhos e projetos de intelectuais latino-americanos, os artigos evidenciam recorrentemente que a condição de continente pacífico e moderno fora conquistada em virtude de fatores específicos, cuja continuidade apenas seria possível com algumas medidas. Uma delas seria o controle da imigração, que se não fosse feito, faria com que o elemento estrangeiro significasse uma perturbação da paz.

Também encontramos menções pejorativas em relação aos nativos que faziam parte da história do continente.

Cucuzza (2007, p. 10) destacou que, durante o século XIX, a escola argentina implementou certos padrões e modelos para apelar os indivíduos com um discurso identitário, e foi o imigrante *européu civilizado* o principal destinatário dessas políticas de homogeneização cultural e integração nacional implementadas através da escola pública. Isso porque entre 1881 e 1910 foram impedidos de ter acesso a terras, por causa dos altos valores, e mudaram-se para as cidades, em pleno processo de crescimento, contribuindo para a conflitividade social. Por isso, passaram a ser percebidos como uma ameaça para a paz social. Em virtude desse cenário, por meio de um processo de reinvenção do outro, surgiram ações antissemitas e xenófobas, majoritariamente por parte da Liga Patriótica (CUCUZZA, 2007, p. 46). Propostas como essa também surgiram na *Revista*, direcionadas especialmente às comunidades alemãs durante a Primeira Guerra Mundial. Podemos perceber no trecho de uma carta do Dr. Assis Brasil a um amigo, publicada na *Revista*:

Agradeço também a sua boa intenção de me por bem com a colônia alemã, desfazendo as intrigas ou equívocos, porque nada foi publicado com a responsabilidade do meu nome e também porque não procuro popularidade entre os alemães nem entre os brasileiros. [...] Quanto ao atual conflito europeu, a minha posição é muito clara e pode definir-se assim: Não sou alemão, nem russo, nem francês e nem coisa alguma, sou brasileiro. Só tenho um partido e um interesse – o partido e interesse do Brasil. Ora, ao Brasil, e creio que à humanidade inteira, não convém que uma única nação domine o mundo. Seria a escravidão universal. E, pois, o que eu desejo, e o que faria em qualquer grau de possibilidade que estivesse em mim, seria evitar que a Alemanha, ou qualquer outra nação, dominasse o mundo. Isso não é querer mal a Alemanha: é querer bem à liberdade e à pátria. Em relação às simpatias, tenho-as iguais por toda a humanidade. Não responsabilizo as nações, nem as raças pelos erros dos seus governantes, e muito menos pelas fatalidades históricas. [...] Por isso, reprovoo energicamente a distinção que se faz geralmente entre brasileiros e teuto-brasileiros. [...] Os próprios alemães naturalizados brasileiros nada deviam ter com partidarismo formado a propósito do conflito exterior. [...] Antes seria a colônia alemã que me deveria um *mea culpa*, se ela pode, por um momento, chegar a pensar que eu havia de tomar outro partido que não fosse a minha pátria. (REVISTA AMERICANA, jan. 1917, p. 202)

Dentre essas questões discutidas, a fundação de escolas públicas com um programa americano, diferente do europeu, e a seleção da imigração seriam as mais fundamentais. A presença estrangeira foi objeto de preocupação constante para os intelectuais e a elite política. Se durante o século XIX os imigrantes foram convocados a povoar, civilizar e branquear o continente segundo os critérios do darwinismo social,

a figura do estrangeiro foi substituindo progressivamente a do índio como encarnação da barbárie. Dessa forma, aos poucos se definiu uma denúncia para os perigos da imigração, ao mesmo tempo em que o Estado não poderia se privar dela. Essa preocupação aparece de forma mais latente entre os intelectuais argentinos que publicaram na *Revista Americana*, mas brasileiros como Sylvio Romero e Graça Aranha denunciavam o perigo alemão no Brasil, visto que havia uma preservação tenaz de suas particularidades.

Sylvio Romero descreveu que a solução do Brasil não consistia em *“arredar do poder quem quer que nele esteja e ali colocar esse punhado de anarquistas, ou de comunistas, ou coletivistas, os socialistas, que a caduca Europa nos exporta, no meio de seus padres e frades de todos os credos e ordens”* (REVISTA AMERICANA, out-dez. 1913, p. 28). Tratava-se de ocupar o território brasileiro com o mínimo de critérios:

Povoar – sim, mas por quem e como? Com imperialistas alemães, irredutíveis, cedendo-lhes, erro gravíssimo, zonas inteiras do país? Com japoneses, ainda mais imperialistas, de terríveis tendências invasoras? Povoamento, povoamento ... sim! Mas em termos, com elementos seletos e principalmente aproveitando nossas desprezadas gentes, a quem devemos outorgar todos os favores de que cumulos os estranhos, só porque são estranhos... [mais interessante é] o aproveitamento das nossas populações, o povoamento normal do nosso território, sem precisarmos de chinos ou japoneses; o que tudo acarreta a abundância e a força, o bem-estar e o prestígio, bases dos bons governos, da sã política e das estruturas sociais duradouras. (REVISTA AMERICANA, out-dez. 1913, p. 31)

Ainda destacou a importância da realização de uma seleção demográfica contra a reprodução dos

[...] degenerados, loucos, epiléticos, tuberculosos, alcóolicos, morféticos. Creio que os bons elementos eugênicos, preponderantemente arianos no mundo ocidental, vão sendo assustadoramente gastos pelo mestiçamento desastrado com elementos destrutíveis que tendem a crescer. [...] Como quer que seja, foram essas gentes sem par, esses valorosos eugênicos, quer os chamemos de particularistas, ou enérgicos ou lhes conservemos o nome de arianos, os maiores instigadores do que se fez ou ainda se está fazendo de melhor na terra. [...] a severa seleção enérgica, que tem nas gentes particularistas e eugênicas por excelência seus melhores modelos, é que nos convém, se nos queremos regenerar, se aspiram especialmente matar a política e seus inqualificáveis e perniciosos efeitos. (REVISTA AMERICANA, out-dez. 1913, p. 55-56)

Em uma perspectiva mais amistosa, o intelectual Affonso Costa defendeu no artigo *“A imigração no Brasil”* a necessidade e a importância de se direcionar a imigração também para o Norte do país, ao afirmar que *“em todos os estados, o europeu pode*

*perfeitamente aclimatar-se e viver com muito boa saúde, principalmente em Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará”* (REVISTA AMERICANA, jul-ago-set. 1913, p. 400). Sendo assim, defendia uma imigração europeia necessária para o povoamento do solo brasileiro, que naquele momento precisava ser povoado para que suas riquezas fossem devidamente exploradas. Essa imigração, nas suas palavras, seria sinônimo de modernidade e culminaria na produção de riquezas e no desenvolvimento de uma civilização:

Nenhum assumpto, pois, mais do que o povoamento do solo nacional deve interessar ao poder público do nosso país, por isso que o homem, o seu braço e a sua vontade são os factores mais decisivos do progresso dos povos, pelo trabalho que movimenta a indústria, agricultura, os campos, dirige e aciona toda essa machina que produz a riqueza e o bem-estar das nações. O Brasil, é, portanto, e continuará a ser, por muito tempo, um país de imigração, até que os intérimos territórios que constituem, hoje, desertos, se povoem, cortados pela locomotiva que, abrindo-lhes comunicações, lhes levará a atividade fecunda, a civilização e a vida; é a imigração, por consequência, que lhe fornecerá o braço de que há mister para explorar as suas imensas fontes de riqueza inertes e estanques [...] (REVISTA AMERICANA, julho-agosto-setembro de 1913, p. 390).

Nesse sentido, percebemos no periódico duas linhas de pensamento: uma primeira que propunha medidas que visavam a uma integração do elemento estrangeiro à vida nacional, representado por Francisco Felix Bayón; e uma segunda que propunha um controle do Estado sobre a entrada de imigrantes, como o também argentino Norberto Piñero.

Alguns autores, como Gama Rosa, no entanto, ressaltaram a necessidade de que o Brasil se autocolonizasse, pois dispunha de uma enorme população, mas em situação de penúria porque só o solo não era bem aproveitado. Faltava direção para essa população ociosa, que deveria ser melhor aproveitada em fazendas abandonadas para permitir um melhor desenvolvimento da agricultura, a partir da composição de colônias agrícolas. Em sua visão, diferente dos argentinos, defendia que o uso dos nacionais seria a melhor ocupação para espaços como o Acre, por exemplo (REVISTA AMERICANA, fev. 1912, p. 102), mas essa foi uma proposta com pouca adesão.

Discutia-se mais a vinda de determinados imigrantes. Assim, de acordo com Francisco Felix Bayón, a Argentina possuía vasta experiência no assunto. Sobre a imigração, ele defendeu:

[...] o povoamento, não deve ser livre, mas sim selecionado, a fim de que

venha o melhor, desde que se convenha que aqueles que emigram não são os melhores nem os mais sábios. E como as pessoas com menos dinheiro têm a rotina por norma, se explica que existam três e quatro gerações de iguais qualidades, como ocorre com os árabes, russos e italianos, que são tradicionalmente vulgares e esquisitos. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 348, tradução da autora)

Juntamente a essa ideia de criar escolas com um programa propriamente americano, o mesmo autor também sugere que as leis não se limitassem a copiar os modelos europeus, *“e antes de tudo, devemos ser americanos, e não convém que apliquemos o método de analogia que custa caro e que impede pensar, desenvolver a vontade”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 351, tradução da autora). Além disso, o autor destacou o quanto seria importante controlar o fluxo migratório para que a América não se convertesse em refúgio de *“homens de ressacas e declarados fora da lei que somente servem para alterar a ordem pública.”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 351, tradução da autora).

As escolas, segundo esse mesmo autor, seriam fundamentais para educar a população para que despertassem nos imigrantes *“seus sentimentos de moral altruísta”* e o amor ao Belo e à Arte, visto que *“os grandes povos como os grandes cidadãos são os que amam a arte e o belo porque neles está a ciência universal”* (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 350, tradução da autora). Nesse trecho, fica evidente que o objetivo de montar um programa escolar era o de contribuir para um congaçamento moral baseado nas boas maneiras e na moral americana e de moldar o comportamento do estrangeiro que já havia entrado no continente.

Segundo Francisco Bayón, era de fundamental importância que fosse realizado um controle da imigração, pois junto com algumas nacionalidades vinham ideias que poderiam atrapalhar o desenvolvimento do conhecimento e da solidariedade em território americano:

Para nossos povos são perigosas essas ideias de antipatriotismo [...]. devemos ser cidadãos e soldados; patriota e humanista. Ilustrar-se é viver feliz; atacar a pátria é demonstrar pouco juízo. A liberdade está com as nacionalidades; a escravidão com o socialismo. Escolhamos qual é o melhor caminho para nossa América. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 351, tradução da autora)

Norberto Piñero, outro argentino, foi um fervoroso defensor da imigração como condição para o desenvolvimento social da Argentina, mas conforme nossas análises,

havia uma série de propostas de exclusões e entraves para a entrada de imigrantes em território Argentino. O autor se refere à raça como uma questão de eugenia.

Propôs a restrição das correntes migratórias da Ásia e da África, para impedir a entrada de “*delinquentes, processados por delitos comuns, inválidos, vagabundos, mendigos, imbecis, loucos, enfermos contagiosos ou repugnantes [...]*” (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 326, tradução da autora), e não excluir a imigração europeia. Foi veemente na questão da necessidade de proibir a imigração síria a qualquer custo, que, nas palavras do autor,

[...] longe de ser benéfica, é nociva à saúde nacional. Seus membros, exceção feita a uma minoria muito exígua, não trabalham a terra, melhorar as indústrias, nem ensinar as ciências e as artes. Vem para praticar um tráfico mesquinho que termina com vadiagem, e vivem isolados, em bairros separados ou andam errantes por todo o país, através do qual espalham o exemplo de sua vida inferior. (REVISTA AMERICANA, dez. 1909, p. 326, tradução da autora)

Portanto, o controle da entrada de imigrantes parece ser um ponto comum entre os intelectuais da *Revista Americana*, no sentido de que propunham entraves a determinados povos. Nos perguntamos se esses entraves estariam relacionados com questões de cunho religioso, visto que predominava nesse contexto a ideia de moral cristã. Se pensamos assim, podemos afirmar que a *Revista Americana* também era portadora de ilusões e de preconceitos compartilhados naquele período. Nos números de 1915, também encontramos menções do mesmo tipo, quando Escragnole Dória<sup>42</sup> fala a respeito do cigano como aquele que

[...] não para em lugar nenhum. Qual o gato, que não ama os donos e sim as casas, o cigano não ama os povos, mas os países onde vagueia, cozinha, rouba, sonega crianças e lê a sorte, inundando-os de mulheres horrendas ou formosas, escultoras e enigmáticas, o segredo dos andrajos. (REVISTA AMERICANA, 15 jun. 1915, p. 37)

---

<sup>42</sup> Em 1902, D'Escragnole Dória, além de ser colaborador dos principais periódicos do país, incluindo a *Revista Brasileira* durante a fase de José Veríssimo, começou a ministrar aulas de Francês, de Inglês, de Lógica e de Geografia no Colégio Pedro II, até então chamado Ginásio Nacional. No dia 5 de abril de 1937, com mais de 30 anos de atuação nessa instituição, foi proclamado professor emérito “por voto unânime” da comunidade acadêmica ao final de suas atividades. Dória também teve reconhecimento por suas atividades no campo da História, da Geografia e da Arquivologia, tornando-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1912; e, cinco anos mais tarde, em 1917, assumiu a função de diretor daquela instituição. (GAMA & MELLO, 2017, p. 7)

A ideia de eugenia no artigo escrito por Austregésilo de Athayde<sup>43</sup> foi defendida no sentido de se evitar as doenças psiquiátricas que fossem oriundas do excesso de sexualidade, que fosse além da procriação dos indivíduos, pois os desvios do amor “*não correspondem à necessidade ou utilidade da máquina que produz o trabalho ou a renda psicológica para a humanidade*” (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 32).

Segundo o médico, os humanos seriam conduzidos às práticas perversas de sexualidade em virtude de estado degenerativo psiconeurótico,

cuja esfera amorosa é sempre exaltada; imitação pervertedora dos meios; insuficiência de sexos para realidade dos atos naturais; sequestração pessoal ou coletiva dos indivíduos em prisões, orfanatos, colégios; [...] às vezes pelo senso satânico das degenerações moraes... (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 34)

Continuava afirmando:

A moral social e religiosa variam com os hábitos, princípios e preconceitos que tiverem sido adotados pelos respectivos meios. Em tais circunstâncias nada mais difícil e cheio de arestas que legislar em matéria de amor. Um fato salienta-se, porém: a educação exerce grande influência na formação do caráter sexual [...]. A moral científica é a que convém aos erros do amor, pois o moralista sábio nada decreta, nem ameaça e nada promete de compensador: instrui apenas mostrando os dolos evitáveis e prejudiciais à espécie.

O débil nervoso, o neuropata trazem em si o germe das excitações e perversões sexuais, mas o bom exemplo da educação grave, a vigilância e as lições da ética procriadora poderão sanar as irregularidades [...]. Para os grandes degenerados, os débeis mentais, os idiotas, só a polícia de costumes; as colônias de alienados e os manicômios conseguirão afastá-los do tráfego comum dos hábitos familiares e sociais. [...]

Fazei do culto da eugenia, isto é, da boa geração humana, o vosso programa de moral científica, porque a perfectibilidade absoluta é um mito, mas melhoras progressivas da nossa espécie poderão conduzir a humanidade à relativa fortuna social, e desaparecerá de muitas bocas a ânsia da morte como epílogo das esperanças perdidas. (REVISTA AMERICANA, out. 1916, p. 38-40)

---

<sup>43</sup> Formou-se em 1899 com a tese *Estudo clínico do delírio*. Especializou-se no estudo das doenças mentais. Durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), integrou a equipe do professor Juliano Moreira, um dos pioneiros da psiquiatria no Brasil, que assumira a Diretoria de Assistência aos Alienados. Em 1909, foi nomeado pela Congregação da Faculdade de Medicina professor substituto de clínica médica, patologia interna e clínica propedêutica. Eleito para a cadeira nº 30 da Academia Brasileira de Letras em 29 de agosto de 1914, sucedendo a Heráclito Graça, tomou posse no dia 3 de dezembro, recebido pelo Acadêmico Mário de Alencar. (TORRES, 2015, p. 1-2)

Em linhas gerais, destacava-se a importância da metamorfose útil dos instintos no sentido de controlar aqueles que poderiam se transformar em feras descontroladas da sociedade.

Apesar disso, a partir de 1918, as páginas da *Revista* trazem uma perspectiva mais interessante para os imigrantes, pois, mais uma vez reforça-se o continente e o Brasil como um espaço de regeneração e país do futuro, ou seja, Europa e guerra deveriam ser deixadas para trás:

A guerra universal também desatou sobre a Europa, onde estão os seus campos de batalha, a força dos fatores psicológicos que alteram e contradizem, as vezes tão flagrantemente, as soluções racionais dos homens de governo. Acreditareis, por acaso, senhores, que esses fatores não produzam logo após a paz, uma ação centrífuga, tendente a dispersar pelo mundo uma grande soma de homens abalados pelo horror da vida a que se submeteram tão longamente? E os crimes que deixaram na memória sulcos de dor inacabáveis e as violações, e os sacrilégios que afoguem e atormentam a alma, obrigada à presença dos lugares em que se deram, não acreditais, senhores, que tudo isso estabeleça um estado moral para o qual só haverá solução da ausência, da distância, dos lugares novos, onde esses sofrendores possam começar, sob o sorriso amável de uma outra natureza, o esforço para o esquecimento, para a paz e para a felicidade? País de futuro estreitamente preso à imigração, o Brasil não poderá, em nenhuma circunstância, deixar de procurar os meios favoráveis a esse aspecto da sua expansão e do seu progresso. (REVISTA AMERICANA, jan. 1918, p. 39)

Ademais, os intelectuais destacaram que, com a construção do Canal do Panamá, acentuaram-se as esferas de ação dos Estados Unidos, sua política militar e naval, aumentando os perigos de uma possível asiaticização, em virtude da aproximação entre Ásia e Europa:

As repúblicas latinas se encontram, pois, diante de uma perspectiva que convidam a refletir sobre a sua possível sorte. Todas elas se encontram em período de crescimento, de formação de caráter nacional, neste ciclo da vida que requer maior coesão na população que nunca. A infusão de elementos tão distantes da raça, história, costumes, arte, ideias morais, causariam uma perturbação funesta em sua vida. Quando na Argentina se comentou a ideia de atrair japoneses para fomentar a população em vastos territórios da república, se manifestou como espontânea uma marcada repugnância à tal pensamento. Se entre raças afins a fusão se faz tão difícil, como sucede entre polacos e alemães, e que não aconteceria entre amarelos e brancos! A perda da personalidade no sentido histórico e psicológico é o primeiro passo para a perda da independência. Os americanos sabem muito bem que necessitam hoje, mais do que nunca, de uma aliança genuinamente latino-americana para preservar-se dos perigos que com profética clarividência assinalou Bolívar. Contra a imigração asiática e o avanço ameaçador dos estados Unidos devem precaver-se os latinos da América, acolhendo e fomentando a imigração de elementos latino-europeus. (REVISTA AMERICANA, mar. 1913, p. 322-323)



Finalmente, foi possível perceber uma preocupação dos articulistas em relação à composição étnica da população. Considerado como um fator determinante que subordinava todos os outros aspectos da vida continental, assim como De Luca notou na *Revista do Brasil*, foi possível perceber na *Revista Americana* a existência de uma atmosfera impregnada pelas noções de superioridade e inferioridade biológica que era reforçada e reafirmada por filósofos e cientistas. O século XVIII “assistiu à rápida multiplicação dos esforços para avaliar as diferenças entre os seres humanos a partir de uma perspectiva biológica. Muitos trabalhos acabaram por fornecer elementos que justificavam racionalmente a escravidão negra” (DE LUCA, 1999, p. 139). Nesse mesmo contexto, proclamava-se a superioridade ariana, a quem eram atribuídos todos os avanços materiais e morais da civilização.

Nesta tese consideramos que a ideia de civilização que orientava o pensamento dos interlocutores da *Revista* era o darwinismo em uma “época de afirmação da nacionalidade, e os intelectuais buscavam inserir o país na marcha da civilização” (DOMINGUES, 2003, p. 112). De acordo com Bolsanello (1996, p. 54), o darwinismo social pode ser definido como “a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humanas. Seu grande mentor foi o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), que inclusive criou a expressão sobrevivência dos mais aptos”. Essa teoria determina que os seres humanos são naturalmente desiguais, possuidores de aptidões inatas que podem ser superiores ou inferiores. Em outras palavras, a vivência em sociedade seria sinônimo de uma luta pela vida. Argumentava-se que os inferiores ou menos aptos deveriam “morrer mais cedo e deixar menos descendentes” (BOLSANELLO, 1996, p. 154).

Domingues (2003, p. 116) destacou que nos últimos anos do século XIX, ao lado das teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, começaram “a aparecer trabalhos de intelectuais formados na Escola de Direito de Recife, como os de Sylvio Romero e os de Tobias Barreto, baseados no evolucionismo professado por Spencer e Haecke”, e que Recife havia se tornado um centro de difusão da cultura germânica. Como seguidor do evolucionismo spenceriano, Sylvio Romero, que também teve seus trabalhos publicados na *Revista*, teve a intenção de fazer uma genealogia da sociedade brasileira seguindo as diretrizes da teoria de Darwin.

Domingues (2003, p. 119) ainda afirmou que o confronto de vários autores brasileiros do século XIX que se envolveram com a teoria darwinista permitiu concluir que o debate incluiu várias concepções e não se encerrou naquele século.

A concepção darwiniana com a ideia de seleção dos mais fortes e sobrevivência dos mais aptos aliada à eliminação dos incapazes teve seu conteúdo moral e político apreendido pelos intelectuais da *Revista Americana* para legitimar determinadas políticas de imigração, e esse discurso se estendeu até mesmo em relação aos nacionais. É com esse significado, por exemplo, que Carlos Wiesse descreveu a civilização pré-incaica a partir de traços físicos como o tamanho do crânio dos peruanos como o resultado de muitas misturas dos descendentes de uma raça: *“dolicocefala esquimoide primordial e de uma outra asiática braquicefala, que hoje constitui o caráter da raça americana”*. A partir desse estudo de crânios e fisionomias, concluiu que *“de maneira geral se pode dizer que o temperamento das raças americanas reúne estas condições: taciturnidade; cautela; sentimentos ocultos sob o exterior impassível; indiferença à dor física; faculdades intelectuais pouco desenvolvidas”* (REVISTA AMERICANA, abr. 1910, p. 56-57, tradução da autora).

Sobre o índio, escreveu:

Nota-se no desenvolvimento limitado da sensibilidade afetiva, a falta do elemento impulsivo das paixões e predomínio do sentimento egoísta [...]. A reduzida esfera em que se desenvolveu a inteligência produziu a ausência da generalização das ideias. No índio peruano se nota, por último, falta de energia moral e uma profunda inércia da vontade. (REVISTA AMERICANA, abr. 1910, p. 57, tradução da autora).

Carlos Porter destacou a importância do estudo antropológico desses povos, pois

já é tempo de reagir contra esta indiferença e se tomar alguma medida para recolher e classificar de maneira científica todas as informações e dados possíveis de cada uma dessas raças, destinadas a desaparecer em breve ante a marcha do progresso e da civilização (REVISTA AMERICANA, mar. 1910, p. 381, tradução da autora)

Sylvio Romero escreveu que os portugueses agiram de forma mais humana com os indígenas, pois apagaram traços étnicos, mas de forma indireta:

Pelo primeiro método tem desaparecido quase geralmente os indígenas dos Estados Unidos e de várias zonas da Oceania. O mesmo tentarão fazer, aí, com muitíssimo menor êxito, aos negros da África logo que a península estiver quase toda na posse de ingleses e alemães, iguais os últimos aos seus parentes neste particular. Não é que uns e outros destruam em diretas

hecatombe os selvagens ou os tratem pior do que os espanhóis e portugueses. É que criam nos países submetidos e conquistados uma ordem de coisas em que as raças inferiores não se podem manter. Prestam serviços, como animais de carga [...] porém não cruzam, definham e morrem. Os restos que ficam, como os negros nos Estados Unidos, vivem debaixo da perpétua suspeição, ilhados na população branca. É o resultado a que chegam, por via de regra, povos escuros em contato e sob domínio direto das gentes do norte da Europa. Esses belos exemplares humanos de pele alva, cabelos louros e olhos azuis são inconscientemente um fermento de morte para os pobres selvagens. (REVISTA AMERICANA, abr. 1912, p. 350).

No Brasil, o português e o negro não destruíram, senão limitadoramente, o silvícola americano, mas sim cruzaram com ele: *“assimilaram-no e foram por ele assimilados”* (REVISTA AMERICANA, maio-jun. 1912, p. 525):

Porque num país onde a maioria da população é de gente de cor, de mestiços de todas as gradações, essas coisas não agradam, não podem agradar, e nós, a despeito de todas as nossas pretensões liberalizantes, temos em larga escala, inegavelmente, a pretensão e o gosto pela branquidade. Aqui só se dá por mestiço quem de todo não pode negar; todos os mais, logo que possam disfarçar, dão-se por brancos de boa linhagem.” (REVISTA AMERICANA, maio-jun. 1913, p. 231)

A chave do progresso americano residia, portanto, na seleção de seus habitantes e no incentivo à reprodução dos melhores, atrelado à exclusão dos que fossem considerados incapazes de controlar seus sentimentos, no sentido de que manchariam a moral americana. A opção pela imigração vinha junto da tarefa de ocupar e explorar um território imenso, que portava a promessa de desenvolvimento em todos os sentidos: de meios de transporte, econômico, social e político. Governar o país e organizar o continente estava, dessa forma, associado ao povoamento. Daí surgiu a importância de uma escola elementar pública para disseminar a língua, a cultura e as tradições do continente; evitando, assim, a formação de comunidades que apenas valorizassem os seus próprios traços.

### **3.3 Eduardo Prado – *Revista Americana* como comunidade interpretativa**

A partir da análise dos artigos que foram veiculados na *Revista Americana*, foi possível perceber quais eram as representações de continente americano que os intelectuais desse espaço intentaram fazer circular no início do século XX. Esse periódico portava um presente-passado que faz menção um futuro, visto que são intelectuais contemporâneos entre si, que, ao discutir questões que são próprias ao seu presente, usam como ferramenta análises históricas (apreendida pelos mesmos como mestra

da vida), com o objetivo maior de elaborar prognósticos considerados favoráveis para o continente.

Já vimos que se tratava de uma representação de pan-americanismo que aglutinava as categorias de paz, modernização, clamor pela solidariedade, civilização e imigração. Tais categorias surgiram nos artigos que foram publicados na *Revista* sugerindo dois eixos de discussão: a aproximação entre Brasil e Estados Unidos e a aproximação entre Brasil e os demais países que compunham o continente latino-americano. Em ambos eixos, o Brasil, ao menos na opinião de intelectuais brasileiros, que contavam maior quantidade no periódico, é ressaltado como o país que poderia protagonizar a liderança no continente.

Retomamos aqui que compreendemos a *Revista* como um espaço de sociabilidade e de circulação de representações que originam e são originadas de práticas culturais que seriam os banquetes como os promovidos por Joaquim Nabuco em Washington e o próprio ato de escrever na *Revista*. Além disso, Rio Branco, criador da revista, fora presidente do IHGB e fizera parte da Academia Brasileira de Letras. Esses dois espaços foram inseridos na *Revista Americana* conforme se pode perceber nos discursos de abertura da ABL e do IHGB. Membros dessas duas instituições publicavam na *Revista* com frequência.

Ainda que esse periódico não fosse homogêneo e nem consensual, visto que é fácil perceber os embates de representações, nos perguntamos quais discursos eram aceitos como legítimos nessa revista; em outras palavras, nos questionamos quais eram os mecanismos que permitiram a esses homens de outros tempos se inscreverem como um intelectual da *Revista*.

Para essa proposta, selecionamos trabalhar com o intelectual brasileiro Eduardo Prado, que não publicou no periódico durante o período analisado e foi criticado por alguns dos interlocutores da *Revista*, como Araripe Junior. Prado escreveu o livro *A Ilusão Americana*, que tivera sua primeira edição proibida no Brasil, conforme podemos verificar na introdução à segunda edição escrita por Rui Barbosa:

As nossa contas com os negociantes de fraternidade norte-americana são ainda mais sérias. Entretanto, há entre nós, nativistas, que protejam estátuas a Monroe, julgam praticar ato de republicanos, suscitando para amparo do Brasil o protetorado dos Estados Unidos. Se esses entusiastas quisessem

refletir, eu lhes recomendaria o folheto precioso com que o Sr. Eduardo Prado acaba de enriquecer a literatura brasileira: *A Ilusão Americana* (2ª edição). Este livro teve singular destino: no Brasil foi proibido uma hora depois de posto à venda, isto é, proibido antes de lido [...] A sua publicação em São Paulo comprometia as boas relações entre o Marechal Peixoto e o presidente Cleveland.[...] esse opúsculo, absolutamente novo no assunto, em que, como repositório de verdades ignoradas, é o mais oportuno serviço ao Brasil. (PRADO, 2003, p. 8)

Hélio Lobo escreveu sobre Prado:

Verdade é que foi no Brasil que a pena de um escritor, chamado contra a obra *Yankee* e a odiosidade latina deste continente, escreveu a *Ilusão Americana*. Mas basta saber como surgiu, para se conhecer logo a índole apaixonada. Eduardo Prado, talento de exceção e alma de bondade, era o mais impenitente adversário do regime inaugurado em 15 de novembro de 1889. [...] Logo depois de implantado o regime republicano, assaltou ao Brasil uma revolução armada, sem caráter definido ao princípio, mas ao cabo de índole evidentemente restauradora. A ação dos Estados Unidos da América, por intermédio de seu ministro no Rio de Janeiro, e da sua estação naval no Atlântico Sul, foi da mais completa solidariedade com o Governo legal, afinal vitorioso. [...] Daí, entre outros motivos, as opiniões de Prado. [...] Acaso seria lícito duvidar hoje da amizade americana, da solidariedade americana, da harmonia internacional americana? Ninguém melhor do que Nabuco descreveu o sentimento do trato mútuo que nos une a todos nesta terra de Colombo. Paz e pan-americanismo, orou perante a Universidade de Wisconsin, são termos conversíveis para nós e para vós. Pequenos e grandes, fortes e fracos, todos nós temos a lucrar nesse comércio espiritual e econômico que une a América. (REVISTA AMERICANA, nov. 1917, p. 92)

Leão Velloso Neto também manifestou a opinião de que “*a Ilusão Americana, de Eduardo Prado, era um brado de alarma contra nossa poderosa irmã do Norte*” (REVISTA AMERICANA, maio 1910, p. 271). A primeira edição do livro foi publicada em 4 de dezembro de 1893, nas livrarias de São Paulo, e, “*vendidos todos os exemplares prontos nesse dia, foi à livraria o chefe de polícia e proibiu a venda.*” (PRADO, 2003, Apêndice).

Nessa mesma perspectiva, Prado escreve no prefácio da seguinte maneira: “*Este desprezioso escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito; lê-lo, conspiração; crime, havê-lo escrito*” (PRADO, 2003, p. 9), e adicionou que o governo demonstrou ser fraco e culpado a ponto de não “*tolerar contradições ou verdades*” (PRADO, 2003, p. 9). Ter agido contra a publicação desse volume apenas reforçava o quanto o regime republicano no Brasil agia contra a civilização. Aliás, ao longo da obra analisada, o autor reforça o quanto a forma de governo republicana era a menos adequada para os países do continente americano:

A república comete faltas graves, mudam-se os homens, continuando sempre

a república, ainda que seja para repetir as faltas que se procura, em vão, reprimir com a periodicidade das revoluções. A República, bem que seja pessoalíssima quanto à influência dos funcionários, beneficia de uma espécie de impersonalidade que a torna irresponsável. Na gestão dos negócios e dos dinheiros públicos, a monarquia arrisca a sua própria existência [...] A república é uma companhia anônima de responsabilidade limitada. E conhecemos países onde o simples nome companhia é quase sinônimo de desonestidade. (PRADO, 2003, p. 79)

O livro de Prado, de modo geral, traz uma crítica incisiva à tentativa de aproximação entre Brasil e Estados Unidos que se pretendia naquele momento específico. Para o intelectual em questão, a aproximação entre os dois países era uma

[...] insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições do nosso povo. (PRADO, 2003, p. 9)

Na verdade, Eduardo Prado afirmou que a tentativa de aproximação entre os dois países não deveria ter adquirido tamanha importância, visto que a mesma deveria ser considerada um despropósito em face da atuação interesseira dos norte-americanos entre os países latino-americanos. Ele criticou um dos argumentos principais do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco no sentido de promover essa aproximação:

[...] onde é que se foi descobrir na história que todas as nações de um mesmo continente devem ter o mesmo governo? Pretender identificar o Brasil com os Estados Unidos, pela razão de serem do mesmo continente, é o mesmo que querer dar a Portugal as instituições da Suíça, porque ambos os países estão na Europa. (PRADO, 2003, p. 9)

No entanto, mais do que fazer uma crítica contundente aos Estados Unidos, ao longo dessa obra, o autor rebate justamente as categorias que a *Revista Americana* intendeu fazer circular quando, repetidamente, destacou que a “*fraternidade americana é uma mentira*” (PRADO, 2003, p. 10):

Tomemos as ações ibéricas na América. Há mais ódios, mais inimizades entre elas do que entre as nações da Europa. O México deprime, oprime e tem, por vezes, invadido a Guatemala, que em sangrentíssimas guerras com a República de El Salvador, inimiga rancorosa da Nicarágua, feroz adversária de Honduras, que não morre de amores pela República da Costa Rica. A embrulhada e horrível história de todas estas nações é um rio de sangue, é um contínuo morticínio. E onde fica a solidariedade americana, onde fica a confraternização das repúblicas? (PRADO, 2003, p. 12)

Nossa hipótese é a de que o autor não publicou na *Revista Americana* não apenas por ser contra uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos, mas principalmente porque criticava a ideia de união pan-americana e reforçava o quanto essa atitude era

um paradoxo frente aos inúmeros conflitos que existiam entre os países do continente. Como ele mesmo sugeriu, Eduardo Prado, e ao que parece, Rui Barbosa, não eram entusiastas da *Amizade Americana*. Dessa forma, enquanto os intelectuais da *Revista Americana* insistiam sistematicamente na ideia de continente americano como sinônimo de paz, Prado escrevia:

Se as nações americanas vivessem ou pudessem sequer viver como irmãos, não precisariam esmagar de impostos o contribuinte nem arrebentar os respectivos tesouros, defraudando os credores com a compra desses armamentos e aparatos bélicos tão destruidores da prosperidade nacional. Falemos agora da grande república norte-americana, e vejamos quais os sentimentos de fraternidade que ela tem demonstrado pela América Latina, e qual influencia moral ela tem tido na civilização de todo o continente (PRADO, 2003, p. 14)

É importante afirmar que essa preocupação com compras de armamentos bélicos também era apreensão de outros intelectuais. Apesar da circulação de continente de paz não proceder no plano real, Norberto Piñero, defendeu que primeiro fosse feito um investimento na resolução de problemas internos e não em armamentos.

Na verdade, ao fazer uma retomada histórica, o objetivo de Eduardo Prado foi desvincular a ideia da independência dos países latino americanos da solidariedade dos Estados Unidos. Seria mais lógico que esse movimento fosse vinculado à Inglaterra, pois haveria sido nesse país que se iniciou uma atividade de panfletagem a favor dos movimentos de independência. Mesmo a proclamação da Doutrina de Monroe havia sido feita tardiamente, apenas 15 meses depois a ocorrência da Santa Aliança:

Até então, a atitude dos Estados Unidos tinha sido toda de reserva, de abstração, e, para uma nação que se quer apresentar como a protetora dos latino-americanos, é forçoso confessar que essa política não era de fraternidade, mas sim de egoísmo. Ainda em 1819 o governo americano recusara receber os cônsules nomeados por Venezuela e pelo governo de Buenos Aires, alegando vários pretextos, e só a 9 de março de 1823 é que reconheceu a independência das repúblicas espanholas. Fortalecido e animado pela iniciativa da Inglaterra, em 2 de dezembro de 1823, o presidente Monroe disse na sua mensagem [...]. a nunca assaz ludibriada e escarnejada ingenuidade sul-americana viu nesta declaração um compromisso formal, solene e definitivo de aliança com os Estados Unidos, aliança tão sensata aliás como a do pote ferro como a do pote de barro. [...] há 71 anos que, por palavras, atos e omissões, o governo de Washington praticamente demonstra a significação restrita, e, por assim dizer, platônica das palavras de Monroe, e, ainda hoje, há quem tenha a superstição de tomar aquilo ao pé da letra. (PRADO, 2003, p. 17)

Nessa linha de raciocínio, Prado prosseguiu com o resgate de fatos históricos com o intuito de reforçar a ideia de que os Estados Unidos “*não estavam por forma alguma dispostos a fazer suas as brigas da América Latina com as potências europeias*” (PRADO, 2003, p. 19). Fez isso com a intenção de reforçar a incoerência da Doutrina Monroe, pois os Estados Unidos, em momentos significativos da história da América Latina, não haviam se posicionado de forma solidária ao continente:

Daí um conflito administrativo e diplomático entre o cônsul americano em Buenos Aires e o governo argentino. Estava a questão neste pé quando a corveta americana *Lexington* saiu de Buenos Aires, comandada pelo capitão Silas Duncan, foi às ilhas Malvinas, bombardeou o estabelecimento argentino, desembarcou tropa, matou muitos colonos, incendiou todas as casas, arrasando as plantações e levando os sobreviventes presos, uns para os Estados Unidos, e abandonando outros em grande miséria na costa deserta do Uruguai. Destruído o estabelecimento argentino, a Inglaterra tomou conta das ilhas. O governo argentino, em 1839, reclamou satisfação. E o que lhe respondeu o governo americano, pela palavra do Secretário de Estado Daniel Webster? Que o governo americano aguardava a decisão final do conflito existente entre a Inglaterra e a República Argentina a respeito da soberania das ilhas Malvinas. (PRADO, 2003, p. 24)

No caso em questão, Prado afirmou que desde 1818 os norte-americanos haviam reconhecido a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e, por isso, não era coerente a negativa em submeter o caso a arbitramento. Para o autor, tratava-se de um caso de usurpação inglesa em território americano e que depois se estendeu a Honduras.

Entretanto, para além de apontar os fatos históricos que comprovariam a não-solidariedade dos norte-americanos a partir da Doutrina Monroe, Eduardo Prado criticou de forma veemente a escolha da forma de governo República para os países americanos como algo que não tinha razão de ser: “*a república, no México, como noutros países da América Latina nunca será uma cousa impessoal; a república aí sempre será um homem*” (PRADO, 2003, p. 32). De forma semelhante, afirmou que países americanos cometeram erros em série no decorrer da elaboração de suas respectivas constituições:

As sociedades devem ser regidas por leis saídas de sua raça, da sua história, do seu caráter, do seu desenvolvimento natural. Os legisladores latino-americanos têm uma vaidade inteiramente inversa do nobre orgulho do ateniense. Gloriam-se de copiar as leis dos outros países. Todos os países espanhóis na América, declarando a sua independência, adotaram as fórmulas norte-americanas, isto é, renegaram as tradições de sua raça e de sua história, sacrificando o princípio insensato do artificialismo político e do exotismo legislativo. [...] Mais tarde, foi em 1889 cometido no Brasil o mesmo



grande erro em que os hispano-americanos tinham caído no primeiro quarto do século, isto é, quando artificialmente se quis impor ao Brasil a fórmula norte-americana. A perda da liberdade foi a consequência imediata, fatal, da desgraçada ideia. (PRADO, 2003, p. 33)

O que defendemos aqui é que Eduardo Prado pensava a Doutrina Monroe como sinônimo de incoerência, omissão, ameaça, atormentação e beligerância em virtude dos exemplos de Panamá, Nicarágua e México, que citou em sua obra. Com toda a sua argumentação, procura reforçar o quanto os norte-americanos não estavam empenhados com a causa do continente, mas que utilizavam sua expressividade para reclamar indenizações ou quando estavam estimulados por causas econômicas, como foi o caso do Panamá, após a construção de um caminho de ferro no istmo desse país<sup>44</sup>:

Fez-se o caminho de ferro, e Panamá tornou-se um lugar de um trânsito espantoso. Trânsito do ouro que vinha da Califórnia e de americanos que iam para a Califórnia. Do ouro nada ficava em Panamá, mas dos americanos alguns ficavam, e estes exerciam diariamente a sua brutalidade contra os pobres habitantes, desgraçados *South americans* destinados a sucumbir ao contato do *yankee*. No dia 15 de abril de 1856 as provocações americanas cansaram a paciência dos naturais de Panamá. Os americanos começaram a fazer fogo de revólver contra os passantes; estes reagiram a pedra, depois a tiro. Numa palavra, houve um tumulto enorme e muitos mortos de parte a parte. Resultado: intervenção americana, intimação para o governo do istmo ser independente de Bogotá (isto é, entregue aos *Yankees*) e 400:000 dólares de indenização. (PRADO, 2003, p. 47)

Ainda nessa obra, Prado faz denúncias de financiamento norte-americano de mão de obra escrava proveniente da China que era usada para trabalhar no Peru. Ao mesmo tempo, procurou agregar o valor de nação detentora de espírito cristão à Inglaterra, quando atribuiu a esse governo o resgate de polinésios que haviam sido escravizados por peruanos que invadiram a Ilha de Páscoa, no Chile:

---

<sup>44</sup> O Caminho-de-ferro do Panamá é a linha ferroviária que une o oceano Atlântico com o oceano Pacífico através do Panamá na América Central. Desde o ano 2008, o caminho-de-ferro do Panamá é propriedade conjunta da Kansas City Southern Railway e Panamá Holdings, LLC. A rota estende-se por 48 milhas (77 km) através do istmo do Panamá, desde Colón (dantes Aspinwall) até Cidade do Panamá (por médio de Gatún, Bujio, Barbacoas, Matachin, e Summit). Ao abrir suas portas em 1855, foi denominado caminho-de-ferro interoceânico, que mais tarde foi descrito como o primeiro caminho-de-ferro transcontinental. A infraestrutura desse caminho-de-ferro ainda em funcionamento (agora denominado Panama Canal Railway Company) foi de vital importância para a construção do Canal do Panamá através de uma rota paralela meio século depois. O principal incentivo para a construção da linha de caminho-de-ferro foi o grande aumento de tráfico de Califórnia devido à Febre do Ouro de 1849. A construção do Caminho-de-ferro do Panamá iniciou-se em 1850 e o primeiro comboio de passageiros percorreu mais da longitude total em 28 de janeiro de 1855.

Recolhidos a bordo de um navio de guerra inglês, os desgraçados que tinham escapado à ferocidade americana foram restituídos às suas ilhas, devendo sua salvação ao espírito cristão da Inglaterra, às sociedades humanitárias compostas de burgueses, de mulheres religiosas e de curas de aldeia, que naquele país, que é o mais poderoso e livre do mundo, têm bastante influência para mover a imprensa, a opinião e o governo em favor de uns míseros selvagens, perseguidos a milhares de léguas de distância. (PRADO, 2003, p. 52)

Ainda para reforçar a ideia de Estados Unidos enquanto país violento no trato com seres humanos, além do caso supracitado dos polinésios, Eduardo Prado destacou o preconceito e desrespeito com o qual foram tratados chineses e índios em seu território durante o período da guerra da China (1859), quando afirmou:

Os pobres chinos são linchados nos Estados Unidos sem nenhuma forma de processo, sendo até as vezes queimados vivos. Os Estados Unidos obtiveram da China um tratado de amizade, comércio e navegação, em virtude do qual era livre a entrada e saída dos chinos e dos americanos, reciprocamente, nos dois países. Pois, não obstante a solenidade desse compromisso nacional, o Congresso americano votou uma lei proibindo a entrada dos chinos nos Estados Unidos. [...] A política norte-americana, em relação aos índios que ela ainda não acabou de exterminar, é uma política de ferocidade inacreditável neste final de século XIX. [...] O governo falta com cinismo à fé dos tratados, mata os índios a fome e a tiro, rouba-lhes a fé onde os instala. (PRADO, 2003, p. 74)

O mesmo descreve o secretário de Estado norte-americano Blaine como alguém que floresceu no império do industrialismo e da finança e na expansão de todos os despotismos e corrupções, ou seja, como alguém que não tinha como fundamentos a virtude, e, por isso, *“nunca se viu uma república nascer disforme para a vida da violência, do crime, da discórdia da corrupção e do erro para daí se adiantar até a virtude, à paz, e à verdade”* (PRADO, 2003, p. 54). Blaine, dessa forma, é descrito como um homem sempre disposto à política da intervenção, da arrogância e de quase despotismo em relação aos outros países da América e com o extremo oriente cuja história estaria *“cheia de imposições violentas, de trapaças e de atos de má-fé”* (PRADO, 2003, p. 75), visto que os Estados Unidos eram os maiores contrabandistas de ópio da China.

Essa relação interesseira e de extorsão que partia dos norte-americanos também se estendia ao Brasil, que, segundo Eduardo Prado, teria sido alvo de uma trama a partir da qual Nova Iorque pretendia uma expedição pelo Pará e o Amazonas (1853). Ao que parece, tratava-se de uma expedição que seria comandada pelo oficial da Marinha americana e funcionário público Maury, que, juntamente com outros

americanos, falava muito da possibilidade de enriquecimento na região amazônica. Prado destacou:

Estas pretensões americanas sobre o Amazonas tornaram-se então ameaçadoras. Em seguida à exploração feita no grande rio pelo tenente Herndon, da marinha americana (que aconselhara aos brasileiros o uso da força para os índios, em vez de catequese), começou a agitação americana a propósito do Amazonas. Foram despachados agentes diplomáticos para o Peru e para a Bolívia, com o fim de levantarem os governos daqueles países contra o Brasil e de os aconselharem a pedir o auxílio dos Estados Unidos. (PRADO, 2003, p. 68)

Fez isso com a intenção de associar o comportamento do governo norte-americano com momentos anteriores, especialmente os relativos ao México (região do Texas) e à América Central. O que ele quis reforçar foi que, apesar das declarações categóricas do Secretário de Estado respondendo ao ministro Barão do Penedo de que *“a empresa que tivesse por fim forçar a entrada do rio seria ilegal e implicaria violação dos direitos do Brasil, e que, se algum cidadão tivesse a temeridade de intentá-la, sobre ela cairia o rigor da lei”* (PRADO, 2003, p. 68). No entanto, essas declarações não impediriam atentados que já eram de conhecimento de todos. Em outras palavras, o que se percebe no discurso de Eduardo Prado é a constante associação da política internacional dos Estados Unidos como *“egoística, arrogante às vezes, outras vezes submissa, segundo os interesses da ocasião. E, em todo o caso, ela nunca se deixa guiar por sentimentalismos de forma de governo”* (PRADO, 2003, p. 70).

Essa denúncia feita por Prado não é vazia de significado, conforme pudemos destacar em momentos anteriores (FABRIZ, 2014) a partir da leitura das atas do Conselho de Estado (1830-1870). A fim de compreendermos em que medida a questão das fronteiras era delicada, é interessante demonstrar as discussões feitas a respeito da navegabilidade do Rio Amazonas ao longo do século XIX. Nas atas do Senado de 1854, a navegação do Rio Amazonas foi amplamente discutida.

O parecer sobre a navegação do Amazonas, datado de 17 de Janeiro desse mesmo ano, foi um trabalho em que o intelectual Paulino estudou as doutrinas dos escritores de Direito das Gentes sobre as navegações dos rios. O estudo fez o histórico da questão e de outros casos semelhantes, como o do Mississipi e do São Lourenço, e aponta os motivos que levaram as principais potências a decidir questões como a do

Amazonas de acordo com os seus interesses.<sup>45</sup> O autor reconhecia que era impossível paralisar a opinião internacional de que o Amazonas deveria ser navegável. No entanto, o Brasil poderia se colocar na posição de conceder a navegação mediante certas garantias. A questão da navegação do rio Amazonas havia sido suscitada pelo Peru e pelos Estados Unidos.

De acordo com a opinião do Ministro da Corte norte-americano, o senhor Trousdale, insistiu na abertura do Amazonas, visto que seu governo considerava que os ribeirinhos apenas tinham o direito de regular a navegação dos rios que possuem em comum, não podendo excluir delas as demais nações, pois os grandes rios deveriam ser considerados como mares abertos pelo direito natural ao comércio do mundo.

O governo peruano considerava o rio Amazonas de propriedade de ambos os países e estendia o direito de navegação aos países com os quais possuía relações comerciais. O governo dos Estados Unidos, em virtude de convênio que possuía com o Peru, se via no direito de navegar uma parte do litoral daquele rio pertencente ao Peru, e por ter o direito de navegar o Oceano, portanto, deveria navegar o intermédio que os separa (no caso, o rio Amazonas).

Afirmou que as nascentes dos rios não determinam sua propriedade, que as nações têm propriedade sob a extensão dos rios que correm em seu território, que elas podem negar passagem a outras que queiram atravessar seu território (PRADO, 2003, p. 81). Dessa forma, ficou decidido, em acordo com o governo do Peru, que ficou limitada a navegação e o comércio brasileiro ao ponto de Nautá e foi restringida a navegação e o comércio peruanos até o ponto abaixo de Tabatinga (PRADO, 2003, p. 80). Decidiu-se também que a navegação do Amazonas deve pertencer exclusivamente aos respectivos ribeirinhos e o governo peruano não poderia admitir outras nações a navegarem uma parte do litoral do Amazonas sem audiência e acordo com o Brasil (PRADO, 2003, p. 92).

Além disso, em 1833, o governo boliviano ofereceu prêmio em dinheiro àquele que violasse território brasileiro através da navegação do Rio Amazonas:

---

<sup>45</sup> Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado. 1850-1857.

Em 1845 ordenou o Governo de Bolívia que baixasse pelo Madeira e Amazonas até o Pará uma flotilha de 15 canoas e lanchas, dirigidas por um tenente-coronel boliviano, e isso sem permissão prévia do Governo do Brasil, que julgava desnecessária. [...] Em 1850 ordenou às suas autoridades que auxiliassem uma comissão científica que deveria vir da França pelo Amazonas em um barco de vapor até Bolívia. [...] Finalmente, pelo Decreto de 27 de Janeiro de 1853 declarou livres para o comércio e navegação mercante de todas as nações do globo as águas dos rios navegáveis que, correndo pelo território boliviano, desembocam no Amazonas e no Paraguai. Declarou portos francos e abertos ao tráfico e navegação de todos os navios mercantes, qualquer que seja sua bandeira, procedência [...] vários pontos, alguns dos quais não estão em seu território. (PRADO, 2003, p. 94)

A publicação de tais atos na imprensa francesa, inglesa e, principalmente, na norte-americana deixou claro que esses agentes internacionais incitavam bolivianos a agir dessa maneira, com a aprovação ou não do Brasil (PRADO, 2003, p. 95).

Além disso, as tentativas feitas pelos Estados Unidos para se introduzirem no Amazonas eram muito anteriores às tentativas do Brasil se entender com os ribeirinhos. Em 1826, organizou-se em Nova Iorque uma companhia que se propunha a navegar o Amazonas por barcos de vapor. Essa pretensão apresentada à Câmara dos Deputados do Brasil não foi atendida. No entanto, nova companhia, com o mesmo intuito começava a se organizar em Washington em 1845, e ao mesmo tempo os agentes diplomáticos insistiam no assunto da exploração e navegação do Amazonas. Alegavam que não apenas o Brasil deveria explorar aquelas riquezas e que os Estados Unidos estavam prontos a fazer qualquer despesa para tornar possível aquela navegação (PRADO, 2003, p. 95-97).

Era certo, portanto, que o governo americano procurava explorar por sua conta os limites do rio Amazonas e que isso envolvia como consequência necessária a pretensão de livre navegação para sua bandeira.

Prado ainda afirmou que

[...] dá-se nos Estados Unidos o fenômeno que com o andar dos tempos aparece nas democracias, principalmente quando se tornam fortes e ambiciosas, o enfraquecimento das noções de direito e justiça, e a subordinação da moralidade à vontade de todos. A influência comercial dos Estados Unidos em Haiti tem ultimamente adquirido tais proporções, que segundo os dados publicados pelo Ministério do Comércio em França, ameaça excluir das costas daquela ilha as mercadorias e navios da Europa. A recente guerra dos Estados Unidos com o México criou neles uma nova classe de aventureiros militares, que depois de haverem percebido durante a guerra avultados soldos, e colhido dela grandes vantagens, inabilitaram-se para voltar à vida civil e ocupações regulares. [...] Os voluntários que fizeram

a campanha do México, tendo já dispendido nos Estados Unidos os lucros que dela tiraram, almejam novas ocasiões de se encherem. (PRADO, 2003, p. 98)

O mesmo autor destaca severamente que se caso o norte-americano chegasse a conquistar território do Amazonas, não se misturaria à população ribeirinha, além de impedir o surgimento de uma indústria local, em virtude de seu desenvolvimento tecnológico já avançado naquele momento (PRADO, 2003, p. 99).

Ainda afirmou a questão das fronteiras designadas vagamente, cuja fixação dependia de demarcações:

Se o Peru for o primeiro a povoar essas paragens, e se as não povoarmos também, terão da nascer daí graves dificuldades, e conflitos naquelas demarcações. Estão pendentes e sem solução nossas questões de limites entre as Guianas Inglesas e Francesa, e quanto mais se demora, mais se dificultará. É evidente que a Inglaterra e a França têm em vista o acesso a rios, que lhe deem entrada no Amazonas, a fim de alegarem os direitos de ribeirinhos. (PRADO, 2003, p. 99)

A partir dessa leitura, portanto, é possível perceber que Estados Unidos, França e Inglaterra significavam ameaças, especialmente em relação às questões de fronteiras. A navegação no rio Amazonas foi amplamente discutida nesse período e os deputados deixaram clara a necessidade de povoar os territórios ribeirinhos, a fim de que outras nações não o fizessem primeiro, fortificar e defender a região e determinar fronteiras com outras nações definitivamente. Nesse sentido, os norte-americanos, especilamente, tentaram persuadir os países vizinhos ao Brasil a liberar a navegação de forma que não houvesse justificativa para que o Brasil não tivesse a mesma ação.

A respeito da questão, em 7 de Dezembro de 1866, os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira e Negro foram abertos à navegação dos navios mercantes de todas as nações – a diplomacia imperial procurou fazer acordos com as nações vizinhas e interesadas no rio, adiando a sua abertura em 16 anos. Entre os conselheiros, a questão da abertura do rio Amazonas era inevitável, divergiu-se apenas quanto à extensão dessa concessão e se ela deveria ou não ser precedida de ajustes, tanto de navegação, quanto de limites com os ribeirinhos superiores.

A questão da maneira como os Estados Unidos eram vistos começa a tomar outras nuances em 1874, quando o país nos deu ganho de causa em uma importante questão de limites entre Brasil e Argentina na zona missioneira. Nessa época, o

presidente dos Estados Unidos era George Cleveland, e o Brasil se inclinava pela solução do arbitramento, e os norte-americanos seriam os árbitros naturais do continente. Como se tratavam de questões inteiramente americanas, não seria interessante chamar potência europeia para resolver a questão. Notamos nos discursos presente na ata de 1874 uma predominante referência à Doutrina Monroe, menção não feita em anos anteriores a esse.<sup>46</sup>

Isso corrobora com nossos objetivos, pois demonstra que em momentos anteriores os Estados Unidos tiveram interesse em parte do território amazônico e tentaram manipular os nossos vizinhos do Sul no alcance de seus objetivos, como a navegação do rio Amazonas. Nesse sentido, não eram infundadas as preocupações de Nabuco e Rio Branco nas questões fronteiriças.

A análise de Prado não se limitou a questões referentes a atos de violência dos Estados Unidos em relação a outros países, mas também abordou o interesse comercial desse país quando ressaltou:

Tratados de comércio! Eis aí a grande ambição norte-americana, ambição que não é propriamente do povo, mas sim da classe plutocrática, do mundo dos monopolizadores que, não contentes com o mercado interno de que eles têm o monopólio contra o estrangeiro, em virtude das tarifas proibitivas nas alfândegas, em detrimento do pobre que se vê privado de grande benefício que a concorrência universal lhe traria com o forçado abaixamento dos preços. (PRADO, 2003, p. 76)

Teria sido com o intuito de dar saída a seus produtos e de criar-lhes vantagens especiais nos mercados estrangeiros que os Estados Unidos tentaram impor tratados de reciprocidade comercial a todos os países da América enquanto Blaine ocupou o cargo de Secretário de Estado.

Igualmente, o texto de Eduardo Prado transmite a ideia de moral cristã e atribui importância à Igreja Católica como aquela que poderia estender as mãos aos operários em um movimento de proteção dos mesmos em relação ao capitalismo:

O Papa e o Imperador, com a compreensão superior que lhes dá a fé nos seus destinos, estão vendo que novos tempos de renovação social se aproximam, e que é preciso, na imensa Bastilha em que a burguesia

---

<sup>46</sup> Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado. 1874-1875.

revolucionária encarcerou o proletariado, rasgar uma janela para o azul. (PRADO, 2003, p. 81)

Além disso, o autor defendeu que a formação de uma classe muito abastada entre os norte-americanos criou uma atmosfera de que não há limites e isso poderia resultar no fato de que *“em pouco tempo os milionários e bilionários americanos organizarão exércitos. Havendo dinheiro, há meios para se defender qualquer indivíduo, e quem sabe se, no futuro, não haverá nos Estados Unidos guerras individuais como as da Idade Média?”* (PRADO, 2003, p. 84).

Ainda sobre essa ideia de Estados Unidos como nação individualista e que esteve sujeita aos desmandos de Blaine, Eduardo Prado discorreu a respeito da Primeira Conferência Pan-Americana no ano de 1889 e discorreu sobre alguns aspectos dignos de destaque. Primeiramente, a partir dessa fonte, constatamos que a prática de banquetes, passeatas, festas e recepções era recorrente e ocorreu durante a primeira parte desse congresso (PRADO, 2003, p. 86). Em seguida, houve a apresentação do programa dessa conferência, que consistiu na adoção do arbitramento obrigatório para a solução de conflitos internacionais; na celebração de tratados com o governo de Washington, estabelecendo parcial ou total e recíproca isenção de direitos de importação entre o país contratante e os Estados Unidos; e um estudo sobre um caminho de ferro dos Estados Unidos à Patagônia, ligando entre si as repúblicas americanas, que o autor qualificou que seria para *encher tempo* (PRADO, 2003, p. 86). Sobre a questão dos arbitramentos, Eduardo Prado julgou-a da seguinte maneira, falando ironicamente a respeito da fraternidade e lealdade latino-americana:

A questão do arbitramento não ofereceu grandes dificuldades. Em matéria de promessas, de tratados e de compromissos internacionais, as repúblicas da América não são difíceis. O *Corpus Diplomaticum* sul-americano, isto é, a coleção dos seus tratados, dos seus acordos e das suas convenções, é enorme. Fazem-se, desfazem-se, esquecem-se e violam-se tratados com a maior facilidade. Quase todas as repúblicas concordaram que, no futuro, decidiriam suas questões por arbitramento. Era um acordo platônico, de bonito efeito, que parecia dar prazer a Blaine, e que, em suma, a nada obrigava. [...] Salvador, Guatemala, Haiti e São Domingos assinaram a obrigação de recorrer ao arbitramento, mas poucos meses depois houve uma guerra mortífera entre Salvador e Guatemala e as tropas de S. Domingos e Haiti. Ó fraternidade, ó lealdade americana e republicana. (PRADO, 2003, p. 86-87)

Segundo o autor, o Chile havia sido a única nação a não assinar o arbitramento, com a argumentação que deixaria ao cargo dos poderes públicos do seu país e de seus



cidadãos essa decisão, além de ter declarado em banquete oferecido em Chicago (não há data) que daria prosseguimento ao comércio internacional apenas com a Europa e trataria de estreitar cada vez mais as relações com o velho mundo. Sendo assim, fica claro que para o diplomata Eduardo Prado, o Brasil deveria ter um movimento semelhante de preferência de relações comerciais com a Europa e ter menos gasto de energia com os países americanos.

A república brasileira havia assinado esse tratado comercial chamado Blaine-Salvador, e, ao que parece, o documento havia sido motivo para que o Brasil tivesse sido prejudicado sem a mínima vantagem, e deu ocasião a uma grande deslealdade por parte do governo norte-americano. *“O governo brasileiro foi assim ludibriado pela esperteza do governo americano. Em troca de um favor fictício e ilusório”* (PRADO, 2003, p. 89), visto que a isenção de taxas alfandegárias para o café brasileiro existia desde 1873 e o Brasil não fora o único contemplado com a questão da isenção do imposto sob o açúcar. Além disso, foi concedida aos Estados Unidos uma isenção de direitos às farinhas de trigo norte-americanas, o que teria resultado um prejuízo de 48:000 contos de réis ao Tesouro e a falência de muitos moinhos de moer trigo em que estavam empregados capitais importantes.

O autor também criticou a prática de notícias falsas que eram divulgadas em jornais norte-americanos, cujas fontes não poderiam ser consideradas honestas ou fidedignas. Ao fazer essa denúncia, acabou por esclarecer o desprezo que nutria por nações sul-americanas como Argentina e Uruguai, que deveriam ser tratadas com desconfiança. Vejamos o que Eduardo Prado escreveu a respeito das denúncias que teriam a intenção de influenciar no preço do café ou em outras questões econômicas:

A especulação é de uma imparcialidade provada; às vezes anuncia os mais lisonjeiros acontecimentos, outras vezes as catástrofes as mais terríveis. Em todo o caso, Nova Iorque é que é o ponto de concentração e de expedição dessas notícias. Os jornais americanos têm gasto muito dinheiro para ter notícias do Brasil nas diferentes crises agudas e periódicas da República; mas, em vez de receberem diretamente estas notícias, recebem-nas via Buenos Aires e Montevideu, onde as notícias são todas exageradas e apimentadas com a má vontade de nossos irmãos argentinos e uruguaios, que são nossos inimigos [...]. (PRADO, 2003, p. 9)

Os norte-americanos são, dessa forma, considerados como o país que poderia ser considerado um *“veículo transmissor da bÍlis argentina contra o Brasil [...]”* (PRADO, 2003, p. 96), pois seriam as agências telegráficas dos Estados Unidos que enviavam

*“para todos os pontos do globo, as notícias deprimentes do Brasil, notícias muitas vezes falsas, por vezes exageradas, e, ai de nós! às vezes verdadeiras”* (PRADO, 2003, p. 96). Em contrapartida, a Inglaterra é qualificada como país que sempre investiu no Brasil, desde quando era *“pobre quando iniciou a sua existência, tinha inimigos ameaçadores [...], e a Inglaterra teve confiança no Brasil [...], nos confiou seus capitais”* (PRADO, 2003, p. 97). E continuou afirmando que, apesar de gerarem pouco lucro aos ingleses, esses capitais investidos estavam *“frutificando para o Brasil, mantendo a facilidade de transporte em regiões que dela se aproveitam, e dando luz e águas às populações”* (PRADO, 2003, p. 97).

Outra denúncia interessante foi feita por Eduardo Prado no sentido de reforçar o quanto a imprensa norte-americana divulgava fatos que ridicularizavam a atuação do ministro brasileiro em Washington naquela ocasião, Salvador de Mendonça. O autor se aproveitou da crítica para declarar o quanto Washington se utilizava de uma *fraternidade moderada* no trato com o Brasil:

O ministro do Brasil em Washington, o Sr. Salvador de Mendonça, tem experimentado, muitas vezes, à sua própria custa, que, nos Estados Unidos, a sua entidade de ministro dos Estados Unidos do Brasil não merece nenhum respeito por parte da imprensa. S. Ex.<sup>a</sup> tem tido na sua carreira incidentes desagradáveis, que a imprensa americana há longa e maliciosamente glosado, sem ter em vista que S. Ex.<sup>a</sup>, na sua qualidade de republicano intransigente, histórico e tudo o mais, e pelo seu título de ministro de uma república, devia ser tratado com mais respeito. O Senhor ministro é amador de belas artes; tinha uma galeria de quadros, todos assinados pelos maiores pintores antigos e modernos. Era uma galeria que valia muitos milhões; S. Ex.<sup>a</sup> mandou-a para Paris para ser vendida em leilão. Os peritos parisienses, encarregados da avaliação, declararam que os quadros eram todos falsos; S. Ex.<sup>a</sup>, em telegrama para Paris, disse que estava de boa fé e que tinha sido enganado. Retirou os quadros, e, mais tarde, ofereceu alguns deles à Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro, que comeu por lebres primorosas todos aqueles gatos a óleo, pois que esta anedota, que é apenas um pouco cômica para o nosso ministro e que só prova que S. Ex.<sup>a</sup> não entende de pintura, e que foi roubado, comprando por enorme soma aquela galeria, foi decantada nos jornais de Nova Iorque, e o representante do Brasil coberto de ridículo. (PRADO, 2003, p. 93-94)

Essa denúncia vem seguida da crítica que Prado faz à má influência dos norte-americanos entre os brasileiros, principalmente no que tange à escravidão. Segundo o autor, o Brasil não teria conservado tanto tempo essa instituição, não fosse a tentativa dos Estados Unidos de legitimá-la. Ademais, apontou a corrupção política e administrativa como inerentes ao funcionamento do governo americano e, como esse não poderia compartilhar o *“solo [...], nem as qualidades éticas do seu povo, houve*

*quem quisesse dar-nos ao menos seu governo, isto é, o que de menos invejável tem a grande nação. E a escola fatal dos imitadores de instituições não atende ao contra-senso do seu sistema”* (PRADO, 2003, p. 99).

Para além de criticar as posturas corruptas dos Estados Unidos, o autor evidencia o Brasil como um país que não foi original em virtude do comportamento de ter copiado os norte-americanos em suas leis políticas: *“copiemos, copiemos, pensaram os insensatos. Copiemos e seremos grandes. [...] e como é muito da natureza humana imitar mais facilmente os vícios que as virtudes, a imitação das práticas corruptas norteamericanas é cousa muito natural”* (PRADO, 2003, p. 100). Esse argumento que atrela a civilização norte-americana como aquela que corrompe os outros países do continente foi utilizada pelo autor no intuito de afirmar que os Estados Unidos não seriam um espelho de civilidade e nem de moral:

A civilização não se mede pelo aperfeiçoamento material, mas sim pela elevação moral. O verdadeiro termômetro da civilização de um povo é o respeito que se tem pela vida humana e pela liberdade. Ora, os americanos têm pouco respeito pela vida humana. Não respeitam a vida de outrem e nem a própria. [...] Nos vários casos de linchamento de que temos notícia (no Brasil), há sempre um americano instigador e co-participante. Esses casos tem sido raros até e circunscritos à zona de São Paulo onde há americanos. O exemplo é, porém, funestíssimo, o contágio, rápido, tanto mais quanto a impunidade é certa. (PRADO, 2003, p. 101)

Em outras palavras, a intenção do autor foi de reforçar o espírito americano como espírito de violência, em contraposição ao espírito brasileiro, descrito como aquele que é *“mais ou menos deturpado através dos séculos e dos amálgamas diversos do iberismo, é um espírito jurídico que vai, é verdade, à pulhice do bacharelismo, mas conserva sempre um certo respeito pela vida humana e pela liberdade”* (PRADO, 2003, p. 102). Nesse sentido, o Brasil é visto como portador de uma moral e de uma civilidade e não fazia sentido tomar os Estados Unidos como exemplo:

O espírito americano infundido nas populações é antes favorável ao capanga do que à gente do foro; é o estrangeiro, cujo prestígio é sempre grande, é o homem de cabelo louro e de olhos azuis sempre acatado pelos nossos negroides, influindo em favor da violência, nobilitando-o pela sua prepotência. O americano, mesclado com as camadas inferiores da população rural, não é um fator de progresso. Ele age sobre o meio e o meio reage sobre ele, havendo uma comunicação recíproca de defeitos que afoga a qualidade de ambos. (PRADO, 2003, p. 102)

De forma semelhante, o autor não elenca nenhuma contribuição intelectual por parte dos norte-americanos, mais do que aquela que foi influência dos europeus. Os relatos

de viajantes desse país a respeito do Brasil traziam palavras grosseiras e aqueles que estudavam na América do Norte retornavam com uma *“perturbadora, ou pelo menos inútil e de grande incompetência, agravada pela presunção”* (PRADO, 2003, p. 105).

E essa mocidade julga as cousas americanas, compara os Estados Unidos com o Brasil, não vê as nossas qualidades, não conhece os antecedentes da nossa história, o feito dos nossos maiores, e por isso quer lançar tudo ao desprezo, rompendo com o passado, e, se eles pudessem, transformariam a sociedade brasileira num arremedo simiesco dos Estados Unidos que eles julgam o primeiro país do mundo, porque há por lá muita eletricidade. (PRADO, 2003, p. 105)

A partir da análise feita acima, foi possível perceber que Eduardo Prado não foi convidado a se inscrever na história da Revista Americana porque criticava incisivamente não apenas os Estados Unidos, mas também, em seus discursos escritos de retomada de fatos históricos, dizia ser impossível qualquer tipo de aproximação entre os países latino-americanos em virtude de seu passado de interesses econômicos, apenas, de desorganização política e violência. Permitir que tais representações fossem postas a circular poderia significar a impossibilidade do sonho da paz por meio da cordialidade entre os povos americanos, visto que recontar a história em termos tão críticos e violentos apenas corroboraria para a criação de animosidades entre as nações e a não realização dos planos e sonhos desses intelectuais.

Hélio Lobo também mencionou sobre a situação delicada do continente americano à época da realização do Congresso Pan-Americano de Buenos Aires, em 1910, demonstrando-nos que os fatos contados por Eduardo Prado, ainda que de forma apaixonada, não eram de pura invenção:

Assás delicado parecia, de fato, o momento. Não era bastante a intervenção norte-americana nos negócios internos de Nicarágua; e o caso ALSOP surgira no Chile revivendo os temores da pressão imperialista Yankee. Por seu lado, a América do Sul era um vasto campo de disputas territoriais. O Chile reclamava do Peru as províncias de Tacna e Arica; e um epílogo sangrento parecia designar-se à questão tradicional do Pacífico. Insurgia-se o Equador contra o laudo arbitral da Espanha, oficiosamente conhecido, preparando-se para conservar pelas armas as terras de que o desapossaria, em benefício do vizinho, Afonso XIII; e os ímpetos belicosos de parte a parte chegariam mesmo a provocar a mediação de três países amigos. Na Bolívia rompiam-se as relações diplomáticas com a República Argentina, por causa do julgamento arbitral sobre as fronteiras com o Peru. No Uruguai os festejos de aplauso ao protocolo das águas mal encobriam os ressentimentos de uma situação que a todos parecera insolúvel na paz. E no próprio Brasil – o país de fronteiras demarcadas – ainda perdurava no espírito de todos o ato do ex-ministro argentino que se não correra de sujeitar a sua terra ao transe

doloroso do telegrama n. 9. (REVISTA AMERICANA, abr. 1911, p. 138)

No entanto, mesmo com aquele contexto de possíveis conflitos, em que havia expectativa de que a Conferência fosse apenas uma demonstração de isolamento e em que a oportunidade para trocas de paz parecia desanimadora, as vinte repúblicas teriam demonstrado que eram campeões da fraternidade continental e que não converteriam o encontro em uma *sementeira de desgostos*.

Da anedota à busca de responsabilidades, posicionamentos e justificativas para o envolvimento na Grande Guerra, a América passou a ser uma das poucas regiões do planeta que permaneceram em paz. Justamente por isso, seria aquela que poderia acessar sua vocação de irrigar os troncos ressecados do mundo pós-guerra. Portanto, quando se afirmava que “*bárbaros são todos os beligerantes; bárbaros são todos os processos de guerra; bárbara é a guerra em si*” (REVISTA AMERICANA, fev-mar. 1918, p. 218), queria se dizer que a civilização e o pacifismo se concentravam, naquele momento, na prática do pan-americanismo.

Além disso, apesar da defesa de armamentos ter tido nuances opostas, prevaleceu aquela opinião de que a busca por uma organização militar deveria ser restrita a necessidades internas, pois por mais que existissem conflitos de fronteiras e territórios, não se acreditava na possibilidade de um conflito como aquele que ocorrera na Europa.

A partir da análise feita acima, foi possível perceber que Eduardo Prado não foi convidado a se inscrever na história da *Revista Americana* porque criticava incisivamente não apenas os Estados Unidos, mas também, em seus discursos escritos de retomada de fatos históricos, dizia ser impossível qualquer tipo de aproximação entre os países latino-americanos em virtude de seu passado de interesses econômicos, apenas, de desorganização política e de violência. Permitir que tais representações fossem postas a circular poderia significar a impossibilidade do sonho da paz por meio da cordialidade entre os povos americanos, visto que recontar a história em termos tão críticos e violentos apenas corroboraria para a criação de animosidades entre as nações e a não realização dos planos e sonhos desses intelectuais.

## Considerações finais

A partir da análise das seções mais recorrentes da *Revista Americana* podemos considerar que a publicação era um espaço de circulação de representações (CHARTIER, 1990), em que intelectuais latino-americanos divulgavam suas perspectivas e também se apropriavam das mesmas com o intuito de fazer conhecer o continente americano, narrar aspectos culturais e fatos históricos, além de elaborar prognósticos para o futuro (KOSELLECK, 2006). Afirmamos isso, pois, claramente, foi por meio desse espaço que esses representantes proeminentes da intelectualidade do continente fizeram circular suas perspectivas não apenas para o projeto de pan-americanismo, mas também para tornar a América Latina um espaço de paz e de cordialidade.

Entendemos que a *Revista Americana* foi um ponto de convergência de uma rede de intelectuais mobilizada em torno do pan-americanismo e contribuiu para que fossem estabelecidas reflexões acerca do futuro para o continente americano. Escrever na *Revista Americana* significava uma oportunidade de estreitar laços políticos e sociais e figurar nas redes da elite letrada.

A leitura do periódico permitiu a constatação de que as conexões pessoais entre intelectuais de diferentes países tinham muita importância, visto que integravam um projeto cultural comum ao fazer parte de uma revista, um jornal ou uma associação. Seria a partir dessas conexões que um senso de comunidade entre os intelectuais poderia ser elaborado. Se tratavam de intelectuais que defendiam um projeto continental associado à paz e ao desenvolvimento. Os artigos escritos por eles, conforme texto inaugural do periódico, também tinham o objetivo de diluir aspectos conflituosos que poderiam existir entre as nações.

Compreendemos que as representações que foram postas a circular na *Revista* eram desdobramentos da representação maior de pan-americanismo: continente americano que era sinônimo de paz, solidariedade, originalidade e modernização. O alcance dessa paz, de acordo com a narração dos autores dos artigos, estaria atrelado à ideia de cordialidade que permitiria a diluição dos conflitos e reforçaria a impossibilidade de ocorrência de guerras. Ainda nessa linha de raciocínio, o Brasil foi sugerido como o líder a fim de representar a América do Sul internacionalmente e

permitir o desenvolvimento de relações amistosas entre esse território e o restante do mundo.

O que afirmamos é que as representações de continente americano e pan-americanismo atreladas às de paz, modernização e conagraçamento moral foram postas a circular com um dado significado, que era partilhado pelos escritores que ali publicavam. Aqueles intelectuais que tinham a intenção de questionar mencionadas representações não tinham seus artigos publicados, como foi o caso de Eduardo Prado.

A representação de paz estava vinculada a uma ausência de guerra no continente, que era narrada por meio de uma retórica pan-americana que tentava reescrever os fatos históricos por meio da amenização dos conflitos do passado, apesar de esses terem sido episódios sangrentos, a exemplo da Guerra do Paraguai. Apesar de terem vivido o contexto anterior e contemporâneo ao da Grande Guerra, defendemos que esses intelectuais discutiam a respeito de uma paz que ainda não conheciam de forma a evitar uma ideia de guerra que também não era sua realidade.

Prova disso reside no humor com o qual o tema da guerra foi tratado. Testemunha-se esse fato histórico superficialmente, como resultado lógico da rivalidade franco-alemã e de questões territoriais. O continente americano passou a ser um dos poucos espaço do planeta que permaneceram em paz. Em virtude disso, ela seria aquela que poderia acessar sua vocação de irrigar os troncos ressecados do mundo pós-guerra. Essa mudança veio a partir da constatação da violência e das perdas materiais e humanas, além da influência planetária do conflito que não se limitou a exterminar vidas, mas também desconstruiu a fé no progresso constante da humanidade.

E nessa perspectiva, a América tomou o papel de espectadora do conflito, ao mesmo tempo em que a atualidade americana fica destacada como centro de interesse. O conflito foi visto como uma oportunidade para se fazer ouvir no cenário internacional, e, por isso, iniciou-se uma intensa atividade diplomática com o objetivo de buscar uma liderança. A partir da deflagração da guerra, percebemos que o continente deixou-se encaixar no mundo como um espaço de regeneração para os europeus, reduzidos à condição de bárbaros quando ignoraram as determinações da Conferência de Haia e sucumbiram à guerra, especialmente porque, a partir daquele momento, sabiam de

qual guerra se tratava. Os autores, que carregavam sonhos, vivenciaram a ilusão da paz. Nesse sentido, foi atribuído um destaque desproporcional às políticas de aproximação entre os países do ABC em relação aos outros assuntos discutidos.

Apesar da defesa de armamentos ter tido nuances opostas, prevaleceu aquela opinião de que a busca por uma organização militar deveria ser restrita às necessidades internas, pois por mais que existissem conflitos de fronteiras e territórios, não se acreditava na possibilidade de um conflito como aquele que ocorrera na Europa.

As ilusões propagadas nas páginas da *Revista* não se limitaram à questão dos armamentos e nos posicionamentos em relação à Grande Guerra, mas também se estendia à questão do necessário controle em relação à entrada de imigrantes. Nesse sentido, percebemos no periódico duas linhas de pensamento: uma que propunha medidas que visavam a uma integração do elemento estrangeiro à vida nacional, representada pelo argentino Francisco Felix Bayón; e uma segunda que se propunha a um controle do Estado sobre a entrada de imigrantes, com o também argentino Norberto Piñero. A chave do progresso americano residia na seleção de seus habitantes e no incentivo à reprodução dos melhores atrelado à exclusão dos que fossem considerados incapazes de controlar seus sentimentos, no sentido de que manchariam a moral americana. A opção pela imigração vinha junto da tarefa de ocupar e explorar um território imenso, que portava a promessa de desenvolvimento em todos os sentidos: de meios de transporte, econômico, social e político. Governar o país e organizar o continente estava, portanto, associado ao povoamento. Daí surgiu a importância de uma escola elementar pública para disseminar a língua, a cultura e as tradições do continente, evitando, dessa forma, a formação de comunidades que valorizassem apenas seus próprios traços.

Acreditamos que os intelectuais da *Revista Americana* pensaram o pacifismo enquanto sinônimo de cordialidade, no sentido de que os conflitos poderiam ser diluídos se os países do continente americano se fizessem conhecer. Nessa perspectiva, a América já era representada como pacífica, em oposição à Europa belicista.

O projeto pan-americano era assim justificado e explicado a partir dessa retórica, cujos argumentos também consistiam na reiteração do Brasil como país benevolente,



quando mencionava a assinatura de tratados e engordava a fama do mesmo como aquele que resolvia de forma amigável as questões fronteiriças. O processo versava a reescritura da história a partir da forja de um passado que colaborava para essa imagem. Essa versão incluía traços mais fraternais em eventos como a abolição da escravidão, compreendida majoritariamente como um ato que foi resultado da benevolência dos estadistas que governavam o Brasil naquele momento. Sendo assim, os significados e a representação de pan-americanismo veiculados na *Revista* eram explicados a partir de uma retórica pan-americana, que principalmente diferenciava América de Europa em relação a um conceito de paz. O pacifismo do Brasil também era explicado como resultado da originalidade e da imigração, que deveria, no entanto, ser controlada por meio de políticas mediadoras. Em um primeiro momento, a imigração no continente era livre, já que os povos europeus foram recebidos e constituíram suas vidas em continente americano. Sendo assim, paz era sinônimo de ausência de guerra, de imigração regulada e de liberdade diferenciada.

O eixo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos foi apropriado de maneiras diferentes pelos intelectuais, e ainda que esses vislumbrassem os norte-americanos com olhos de cautela, alguns deles destacaram a importância de se pensar aquele país, pelo menos, como aquele que, se não apoiasse alguma questão, também não representaria uma barreira. Além disso, destacou-se o esforço e a insistência dos intelectuais em interpretar a Doutrina Monroe em seu devido contexto histórico, como uma forma de não lhe atribuir tanta importância, ao mesmo tempo em que mencionavam os atributos que qualificavam o restante do continente a ocupar um lugar próprio no cenário internacional, endossados pela participação de países do continente americano na Conferência de Haia e pela elaboração da Doutrina Drago. Esses fatos destacavam a solidariedade e o caráter pacífico do continente sul-americano.

Percebemos que os intelectuais brasileiros se aproveitaram da construção da representação de continente americano pacífico, que vinha sendo construída desde os primeiros números da *Revista Americana* de 1909, para, a partir dos números de 1915, estabelecer comparações entre Brasil e Estados Unidos de forma bem menos desinibida, pois até então a sugestão de aproximação com os Estados Unidos

aparecia de forma tímida, centrando-se em temas como a originalidade do continente, sua vocação para paz e a cordialidade entre os vizinhos.

Podemos concluir, portanto, que as páginas da *Revista* foram usadas para reescrever o plano de experiência e redesenhar novos horizontes. E nessa perspectiva, os intelectuais não se viam ignorando o passado ou passando uma borracha nos largos traços de sangue que também pintavam o continente americano. Defendemos que se tratava de um exercício de recontar as histórias que vinham atreladas à permissão de transformar o passado em presente e o distante em próximo. Afinal, a utopia servia para caminhar. Finalmente, o século XX que anunciava paz acabou banhado em sangue, o que reforçou a crença na ideia de Europa beligerante e a necessidade de se colocar o conhecimento a serviço de aproximar, e não de submeter os outros.

Além disso, para que a aproximação proposta pela *Revista* fosse viabilizada, os intelectuais destacaram a necessidade de uma cooperação na busca de um ideal de solidariedade continental que seria centrado na educação dos sentimentos internos a partir de uma base de ensino que valorizasse as criações do continente, inclusive literárias e artísticas, além do ensino de História que valorizasse mais os tempos de paz, a arbitragem e a diplomacia do que os conflitos. A partir dessa educação, seria possível a disseminação daquilo que julgaram chamar de moral americana, que seria resultado de um controle de paixões e, futuramente, argumento para a elaboração de um Direito Internacional Americano, que valorizaria a arbitragem entre os países no caso de conflitos, e da Doutrina Drago, oriunda do continente e interessante para todos os países.

Reforçamos que, por trás da vontade política de tornar a aproximação efetivada, havia uma série de vontades pessoais que se empenhavam em estabelecer redes de sociabilidade de amor ao conhecimento do outro. Pensamos dessa maneira porque os intelectuais atrelavam as possibilidades de futuro a um conjunto de medidas e ações que deveriam ser tomadas no presente, como, por exemplo, a prática da diplomacia cultural e da instituição de um ensino que valorizasse mais os períodos de paz do que a perspectiva da História como uma sucessão de conflitos.

Um traço deveras interessante é o fato de que, nas páginas da *Revista*, os articulistas procuraram reforçar a americanidade sem deixar-se engolir pela influência norte-

americana. Isso significa que, para além das regras que autorizavam um intelectual a se inscrever na História através daquele suporte, se tratava efetivamente de um espaço de valorização e aproximação entre sul-americanos.

Finalmente, o que sai das páginas da *Revista*, para além do esforço de reescrita da história redentora do passado do continente, é o empenho de inventariar e divulgar as contribuições culturais dos muitos países que compunham a América. Percebemos que a intelectualidade publicada nas páginas do periódico era atribuída à capacidade de orientar a aproximação entre os brasileiros e os outros latinos. Por essa realização, era comum que se proclamasse as suas muitas qualificações, legitimadas pela detenção de saberes e pelo acesso de seus membros aos muitos espaços de sociabilidade – destacamos o IHGB e a ABL, além do Colégio Pedro II. O país dava mostras de que era capaz de abrigar a civilização.

A *Revista Americana* é testemunho dos sonhos que os intelectuais daquele momento pressupunham para o Brasil e para a América. E isso é suficiente para interessar qualquer um que se aventure a ler o que foi escrito e acreditado como futuro do Brasil e do continente americano. Destacamos que muitas dessas práticas continuaram sendo apresentadas em outros periódicos como a *Revista do Brasil* e no suplemento dominical *Pensamento da América* (Jornal *A manhã*, 1941-1948). Não seria absurdo supor que alguns desses argumentos continuam sendo utilizados até os dias de hoje, conforme constatação de Ana Luiza Beraba:

Não se fala mais de uma América, como nos anos 1940, nem de América Latina, termo que entrou na moda nos anos 1960/70 para diferenciar os países de língua latina dos Estados Unidos [mas] os países da região devem continuar construindo uma identidade sul-americana que complemente e reafirme as identidades nacionais. E está fechado o círculo. Que ele sirva de estímulo aos novos autores culturais, para que pensem que ainda hoje há muito o que descobrir. A cultura dos países vizinhos ainda nos é alheia. Os preconceitos ainda existem. E, no entanto, basta fechar os olhos e enxergar, para além dos clichês do típico e do folclórico, um mundo especialmente criativo e dinâmico. (BERABA, 2008, p. 187)

Pensamos que, além de contribuir para ampliar os debates acerca do pan-americanismo e dos intelectuais que compartilharam dessa representação, este trabalho abre perspectivas para novos estudos relacionados ao papel do Brasil na União Pan-Americana e o empenho da diplomacia cultural brasileira na construção de um *status* determinante e diferenciado nas relações internacionais do continente. Além

disso, o periódico *Revista Americana* ainda pode ser muito explorado: especialmente os discursos de entrada na Academia Brasileira de Letras, selecionados para publicação; as poesias e outros textos literários. Finalmente, a leitura de sonhos e ilusões vividos por aqueles intelectuais aguça a vontade de conhecer as trajetórias individuais de homens que pensaram o Brasil e a América.

## Referências bibliográficas

ANTELO, Raúl. As revistas literárias brasileiras. *In: Boletim de Pesquisa NELIC*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 3-11, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/download/1041/791>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BECKER, Jean-Jackes. A opinião pública. *In: REMOND, René (org.). Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BETHELL, Leslie. Brasil y “América Latina”. *In: Prismas, Revista de história intelectual*, Buenos Aires, n. 16, p. 53-78, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/prismas/v16n1/v16n1a03.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, Eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. *In: Educar*, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n12/n12a14.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BONAFÉ, Luigi. Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. *In: ABREU, Alzira Alves de. et al. (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

BRYAN, Steven. **The Gold Standard at the Turn of the Twentieth Century: rising powers, global money, and the age of empire**. New York: Columbia University Press, 2010.

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: Unesp/IPRI, 1995.

BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo & VIGEVANI, Tullo. Uma perspectiva de longo período sobre a integração Latino-americana vista pelo Brasil. *In: Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 549-583, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0549.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BURNS, Bradford. **A Aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CARDIM, Carlos Henrique. A luta pelo princípio da igualdade entre as nações – Rio Branco e Rui Barbosa na Conferência de Paz da Haia de 1907. *In: II Conferência da Paz de Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa* / [Centro de História e Documentação Diplomática]. Brasília: FUNAG, 2014.

CARVALHO, Elizabeth dos Santos de. O Barão do Rio Branco e a política de aproximação com os Estados Unidos. *In: Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 126, p. 69-138, 2006. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_126\\_2006.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_126_2006.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2018.

CASTRO, Fernando Vale. Uma *Revista* para pensar o continente Americano. *In: Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 86, p. 1-8, 2008. Disponível em: <<http://www.Revistaespacoacademico.com.br/086/86>>.

\_\_\_\_\_. Um projeto de Diplomacia Cultural para a República: a *Revista Americana* e a construção de uma nova visão continental. *In: Rev. Bras. Hist*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 301-324, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/14.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: **Estud. av.**, v. 5, n. 11, p.173-191, 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

COMPAGNON, Olivier. **O Adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2014.

CUCUZZA, Héctor Rúben. **Yo Argentino: la construcción de la nación en los libros escolares (1873-1930)**. Argentina: Miño Dávila Editores, 2007.

DANTAS, Carolina Vianna. **O Brasil café com leite: história, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)**. Orientadora: Martha Abreu. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2007.

DE LUCA. **Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

DEMARCHI, Ademir. **Falácias americanas: do americanismo à unidade da América. Orientador: Antonio Dimas**. Tese (Doutorado) – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo, 1997.

DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. Veiga Miranda. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. [Recurso Eletrônico]: 1889 – 1930. Coordenadora Geral Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 3426-3427.

DOMINGUES, HMB., and SÁ, MR. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR., and GLICK, T., orgs. **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 97-123.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. Orientador: Maria Lígia Coelho Prado. Dissertação (Mestrado PPGHS) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

FABRIZ, Larissa Milanezi. **Joaquim Nabuco: pan-americanismo, circulação de representações e relações de poder (1905-1910)**. Orientador: Juçara Luzia Leite. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

FELDMAN, Luiz. Soberania e modernização no Brasil: Pensamento de Política Externa no Segundo Reinado e na Primeira República. *In: Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 535–592, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v31n3/v31n3a05.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FISH, Stanley. **Is there a text in this class? the authority of interpretative communities**. London/ Massachusetts: Harvard University Press, 1980.

FONSECA, Carlos da. Deus está do nosso lado: excepcionalismo e religião nos EUA. *In: Contexto internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 149-185, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/a05v29n1.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GAMA, Zadig Mariano Figueira & MELLO, Celina Maria Moreira de. Luiz Gastão d'Escragolle Dória: um polígrafo das Letras brasileiras. *In: Solettras Revista*, São Gonçalo, n. 34, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/30350>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GANZERT, Frederic William. The Boundary Controversy in the Upper Amazon between Brazil, Bolivia, and Peru, 1903-1909. **Hispanic American Historical Review**, North Carolina, v. 14, n. 4, p. 427-449, 1934. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2506316>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GARCÍA-BRYCE, Iñigo. Transnational Activist: Magda Portal and the American Popular Revolutionary Alliance (APRA), 1926–1950. *In: The Americas*, Cambridge, v. 70, n. 4, p. 667-706, 2014. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/article/547192>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. Delgado de Carvalho: Intervenção e projeto social na construção de uma disciplina escolar. *In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e Diálogo Social*. Natal, 2013.



GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2015.

HABERMAS, Jürgen. Estruturas sociais da esfera pública. *In*: \_\_\_\_\_. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 42-74.

JUNQUEIRA, Eduardo. Euclides da Cunha. *In*: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. [Recurso Eletrônico]: 1889 – 1930. Coordenadora Geral: Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 3426-3427.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LAFER, Celso. Conferências de Paz de Haia (1899 e 1907). *In*: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e história. A obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia Espírito Santense no século XX**. Orientador: Nanci Leonzo. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Pensando a paz entre as guerras: o lugar do ensino de história nas relações exteriores. *In*: **Antíteses**, Londrina, v. 3, n. 6, p. 677-699, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/7925>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Diplomacia Cultural e História da Educação: Circulação de Representações nas Relações Exteriores. *In*: **Horizontes**, Itatiba, v. 29, n. 2, p. 85-91, 2011. Disponível em: <<https://www.usf.edu.br/publicacoes/edicoes-exibir/75266636/horizontes+volume+29+numero+02+2011.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

LEANDRO, Rafael Voigt. Inferno Verde: representação literária da Amazônia na obra de Alberto Rangel. *In*: **Revista Intercâmbio**. Brasília, UNB, 2011. Disponível em:

<<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/275/231.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LINS, Álvaro. **Rio-Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

LOPES, Antonio Herculano. Em busca de Tomás Lopes: memória, história e sensibilidade. *In: Escritos III*, v. 3, p. 131-160, 2009. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/artigo08.php>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LOPES, Raimundo Hélio. Dunshee de Abranches. *In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. [Recurso Eletrônico]: 1889 – 1930. Coordenadora Geral Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 3426-3427.

MAGALHÃES, Rejane M. Moreira. **Presença de Rui Barbosa em Haia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria**. São Paulo: Moderna/Unesp, 1997.

MAGRI, Lucio. O movimento pacifista e a Europa. *In: THOMPSON, Edward Palmer (Org.). Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARCELINO, Rodrigo. Reportagem e Folhetinismo: Narrativas infames como poder finalista. *In: ANAIS do 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia*. UFRGS, 2014.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. A política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). *In: Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, n. 48. p. 111-128, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a06v48n2.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MARINO, Katherine M. Transnational Pan-American Feminism: The Friendship of Bertha Lutz and Mary Wilhelmine Williams, 1926–1944. *In: Journal of Women's History*, Baltimore, v. 26, n. 2, p. 63-87, 2014. Disponível em: < <https://muse.jhu.edu/article/547037>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. O sertão amazônico: o inferno de Alberto Rangel. *In: Interfaces, Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 332-362, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n26/13.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PICCATO, Pablo. La Política y la tecnología del honor: el duelo en México durante el Porfiriato y la Revolución. *In: Anuario Instituto de Estudios Histórico-Sociales*, Tandil, n. 14, p. 273-294, 1999. Disponível em: <<http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/1999/Pablo%20Piccato%20La%20pol%C3%A9tica%20y%20la%20t.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Edgard Telles. **A diplomacia cultural e o seu papel na política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 1989.

RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: o Brasil e o mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobras, 2000.

\_\_\_\_\_. A Política Externa da Primeira República (1889-1930). *In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750 – 1950)*. Brasília: FUNAG, 2013.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Delgado de Carvalho e a Orientação Moderna no Ensino da Geografia Escolar Brasileira. *In: Terra Brasilis* [Online], n. 1, 2000. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/293>>. Acesso em 26 jun. 2018.

RODRIGUEZ, Julia. **Civilizing Argentina: Science, Press and Modern State**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. *In: Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 185-204, 2005. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1099-a-america-do-sul-no-discurso-diplomatico-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **O dia em que adiaram o carnaval: Política Externa e a Construção do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. **Diálogos sobre a escrita da História: Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina**. Orientador: Gizlene Neder. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010.

\_\_\_\_\_. Diálogos Intelectuais e Escrita da História: Reaproximação entre antigas colônias e metrópoles no início do século XX. *In*: NEDER, Gizlene, & SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Anais do 3º Colóquio Internacional do Laboratório Cidade e Poder. **A América Ibérica e as Relações Ibero-Americanas no Contexto do MERCOSUL**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2011.

\_\_\_\_\_. **Diálogos sobre a escrita da História: Ibero-americanismo, Catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina. (1910 – 1940)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In*: REMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOLBERG, Carl. **Immigration and Nationalism: Argentina and Chile, 1890–1914**. Austin: University of Texas Press, 1970.

TAMBS, Lewis A. Rubber, Rebels, and Rio Branco: The Contest for the Acre. **Hispanic American Historical Review**, North Carolina, v. 46, n. 3, p. 254-273, 1966. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/2510627?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2510627?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em 26 jun. 2018.

TORRES, Marcos Paulo. Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima. *In*: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. [Recurso Eletrônico]: 1889 – 1930. Coordenadora Geral Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 3426-3427.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Repertório da prática brasileira do direito internacional público: período 1899-1918**. Brasília: FUNAG, 2012.

VALE, Nayara Galeno do. Delgado de Carvalho e a História: trajetória e atuação de um “pardal de Clio” no campo intelectual do Rio de Janeiro (1931-1955). *In*: **SIMPÓSIO**

**NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, n. 29. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

VISCARDI, Claudia. Raul Soares. *In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. [Recurso Eletrônico]: 1889 – 1930. Coordenadora Geral Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 4866 – 4871.

WAGNER, John A. **Encyclopedia of the Hundred Years War**. Connecticut-London, Westport: Green Wood Press, 2006.

ZIMMERMANN, Augusto. Rui Barbosa, o “águia de Haia”: um breve estudo em homenagem ao centenário de sua participação na segunda Conferência de Paz de Haia. *In: Revista Achegas*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 14-31, jan-fev 2007. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/33/aug\\_zimmermann\\_33.pdf](http://www.achegas.net/numero/33/aug_zimmermann_33.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2018.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### Fontes históricas

**Atas do Conselho de Estado do Império do Brasil (1830-1870).** Senado Federal, 2015. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio\\_digitalizados.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp)>. Acesso em: 26 jun. 2018.

**The history of the Scottish wars: from the battle of the Grampian Hills, in the year 85, to that of Culloden, in the year 1746; in which are included the conflicts of the clans, and the feuds of the great families.** Edinburgh: Printed for David Webster, 1825.

**Joaquim Nabuco, Embaixador** / Centro de História e Documentação Diplomática. -- Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2011. 2v. 360 p. 15,5 x 22,5 cm. Conteúdo: v. 1: 1905 a 1907. v. 2: 1908 a 1910.

PIÑERO, Norberto. La política Internacional Argentina. *In*: **Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação: 1909 – 1919.** Ed. Fac-similar. – Brasília: Senado Federal, 2001. Página 291-334.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana.** Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003. 118 p. (Edições do Senado Federal; v. 11)

**REVISTA AMERICANA:** ciencias, artes, letras, política, philosophia, historia, religiões. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909-1919. Mensal. Diretor: A.G. de Araujo Jorge. Localização: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Periódicos Raros. Microfilme: PR-SOR 06249.